

POLIS

ISSN 0872-8208

Separata ■ n.º 5 ■ (II série) Janeiro / Junho 2022

Estudo / Study

A ABSTENÇÃO ELEITORAL EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19

(ANÁLISE DE 36 ACTOS ELEITORAIS EM 26 ESTADOS ESPALHADOS PELO MUNDO)

THE ELECTORAL ABSTENTION DURING TIMES OF COVID-19 PANDEMIC

(THE ANALYSIS OF 36 ELECTIONS ON 26 STATES SPREAD ACROSS THE WORLD)

Observatório Eleitoral Internacional

Grupo de investigação “Direito Público e Teoria Política”

Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais - Universidade Lusíada (CEJEA-UL)

International Electoral Observatory

Research Group “Public Law and Political Theory”

Center for Legal, Economic and Environmental Studies - Universidade Lusíada (CEJEA-UL)



Universidade Lusíada Editora
Lisboa • 2022

A ABSTENÇÃO NO PERÍODO DA PANDEMIA COVID-19 (2020-2022)



A ABSTENÇÃO ELEITORAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

(A ANÁLISE A 26 ESTADOS ESPALHADOS PELO MUNDO)

Manuel Monteiro¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/69qk-dc53>

1. Razão de ser do trabalho

Ao longo dos últimos dois anos, as eleições foram internacionalmente marcadas por uma pergunta muito objectiva:

- a abstenção eleitoral iria aumentar por causa da COVID-19?

A pergunta, como facilmente se compreende, não deixava de evidenciar uma clara preocupação. Uma preocupação desde logo motivada pelos eventuais efeitos nos resultados eleitorais e uma preocupação quanto à capacidade de resistência dos próprios sistemas políticos democráticos, diante uma adversidade não prevista e não calculada. Mas para lá da pertinente dúvida, a pandemia veio ainda, em certos momentos, colocar em directo confronto o direito a votar e a defesa da saúde pública. De um lado, um direito fundamental cujo livre exercício só pode ser excepcionalmente afectado no estrito quadro da lei², e do outro lado, o dever não menos importante de evitar a propagação de uma doença e conter a pandemia. Dito de outro modo, de um lado estava a democracia e todo um conjunto de direitos que lhe estão inerentes e que não podem ser

anulados ou sequer suspensos³, enquanto do outro estava a defesa da vida de cada ser humano⁴.

Não surpreende pois, que muitos parlamentos e muitos governos se tenham ocupado ou a adoptar medidas legislativas ou a agilizar procedimentos que ajudassem a conciliar estes dois bens: o direito ao voto e o direito a saudavelmente viver. E também não surpreende que diante tão relevantes questões, muitas Universidades, Centros de Investigação e mesmo Departamentos de instituições políticas, se tenham dedicado, desde 2020, a analisar como agiram os Governos e os Parlamentos e a perceber como se comportaram os eleitores. De entre essas análises podemos referir a nível nacional, o trabalho que periodicamente é desenvolvido pela Divisão de Informação Legislativa Parlamentar, da Assembleia da República, de que destacamos a publicação feita, no passado mês de março, sobre “*O Exercício Do Direito de Voto Em Confinamento*”⁵. E a nível internacional, ainda que a nossa atenção se pudesse repartir por múltiplas fontes, não deixamos de destacar as publicações do International IDEA (*Institute for Democracy and Electoral Assistance*)⁶, da Rede Eleitoral ACE (*ace project*)⁷ e do *Election Watch*⁸ (Universidade de Melbourne). Todos têm desenvolvido vasta investigação

1 Investigador integrado do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada. Coordenador do Observatório Eleitoral Internacional.

2 Em Portugal, de acordo com o art. 2º, da Lei Eleitoral da Assembleia da República, e o art. 3º, da Lei Eleitoral do Presidente da República, “*não gozam de capacidade eleitoral ativa: os que notoriamente apresentem limitação ou alteração grave das funções mentais, ainda que não sujeitos a acompanhamento, quando internados em estabelecimento psiquiátrico ou como tais declarados por uma junta de dois médicos*” e “*os que estejam privados de direitos políticos, por decisão judicial transitada em julgado*”. A privação de direitos políticos está assim dependente de decisão judicial (arts. 246º e 346º do Código Penal), sendo que essa decisão só pode ocorrer quando alguém é condenado por “*discriminação e incitamento ao ódio e à violência*”, “*tortura e outros tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos*”, “*omissão de denúncia, por parte de superior hierárquico que tem conhecimento dos crimes anteriores praticados, por um seu subordinado*” e “*crimes contra a segurança do Estado*” (arts. 240º, 243º, 245º, 308º a 342º, do Código Penal).

3 Veja-se, por exemplo, o que prescreve a Constituição portuguesa, no seu art. 19º, n.º 6, quando diz que a declaração do estado de sítio ou do estado de emergência em nenhum caso pode afectar o direito à cidadania.

4 Veja-se a este propósito, e também a título de exemplo, o Decreto n.º 2-A/2020, do Governo português (decreto que procedia à execução da declaração do estado de emergência efectuada pelo Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março) que, na sua exposição de motivos, dizia: “*É prioridade do Governo prevenir a doença, conter a pandemia, salvar vidas...*”, tendo em vista “*salvar o bem maior que é a saúde pública e a vida de todos os portugueses*”. Cf. *Diário da República*, n.º 57/2020, 1º Suplemento, Série I, de 2020-03-20, disponível in <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/2-a-2020-130473161> (consultado em 11 de abril de 2022).

5 Cf. Assembleia da República, *O Exercício do Direito de Voto em Confinamento – Enquadramento Nacional e Internacional*, Lisboa, Divisão de Informação Legislativa Parlamentar-DILP, 2022.

6 Disponível in <https://www.electoralintegrityproject.com/elections-and-covid19> (consultado em 11 de abril de 2022).

7 Disponível in <https://aceproject.org/covid-19> (consultado em 11 de abril de 2022).

8 Disponível in <https://electionwatch.unimelb.edu.au/> (consultado em 11 de abril de 2022). Ver, em particular, a sua breve análise sobre a COVID-19 e as eleições na Europa. Disponível in https://www.wahlbeobachtung.org/wp-content/uploads/2020/04/election-watch.eu_ra-covid19-report_30-april-2020.pdf (consultado em 11 de abril de 2022).

sobre os impactos da COVID-19 nas eleições ocorridas a nível mundial e todos se têm igualmente empenhado em compreender como reagiram e continuam a reagir as democracias perante um gigantesco desafio.

Ora foi também com esse objectivo que o *Observatório Eleitoral Internacional*, grupo de investigação do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada, decidiu analisar trinta e seis actos eleitorais (incluindo dois referendos) realizados em vinte e seis Estados⁹, desde o início da pandemia (ano 2020) até 31 de janeiro de 2022. A nossa análise teve todavia uma intenção muito clara: saber se a participação eleitoral em período pandémico tinha descido face a eleições anteriores. E para encontrar uma resposta para a nossa dúvida, fomos ao encontro de eleições para Presidentes da República, para Parlamentos e para Senados¹⁰, bem como de uma eleição legislativa regional realizada na região autónoma portuguesa dos Açores. Percorremos nesse sentido a Europa, África, as Américas, países Asiáticos e do Médio Oriente, e também a Oceânia. Nesse percurso encontrámo-nos com vinte e uma eleições e um referendo no continente europeu, três eleições no continente africano, seis eleições e um referendo no continente americano, três eleições no continente asiático e uma eleição na oceânia. Se a pandemia não reconheceu fronteiras e a todos tratou por igual, independentemente de Regiões, de Formas de Estado, de Sistemas de Governo, de Sistemas Eleitorais e de métodos de conversão dos votos em mandatos, também não quisemos que a nossa observação ficasse confinada a um determinado continente. Temos consciência de que ao analisarmos apenas as taxas de abstenção, muitas perguntas ficaram sem resposta. Saber quem mais se absteve, quem mais participou, qual a efectiva razão para se terem abstido, quantos eleitores votaram de forma antecipada e quantos aproveitaram as urnas de voto especiais, que em vários Estados foram disponibilizadas para cidadãos em confinamento, foi apenas possível em casos muitos específicos¹¹. Na realidade estivemos focados, repetimos, num ponto muito concreto – as taxas de abstenção –, sem contudo deixarmos de indagar que medidas, em particular medidas legislativas, foram adoptadas em cada Estado para facilitar o exercício do direito de voto. E neste contexto, o trabalho agora apresentado não só respondeu ao objectivo a que nos tínhamos proposto, como abriu desafios de investigação futura.

2. Critérios seguidos

Como referimos anteriormente, o nosso estudo abrangeu trinta e quatro eleições e dois referendos, todos ocorridos em plena pandemia. E para a sua elaboração e apresentação, seguimos os seguintes critérios:

- i) Os Estados escolhidos correspondem àqueles cujas eleições, referendos e sistemas eleitorais, já tinham sido objecto de análise pelo *Observatório Eleitoral Internacional*¹².
- ii) Em cada Estado procurámos conhecer que modalidades de votação especial passaram a existir, tendo em vista garantir o voto em segurança da generalidade dos eleitores, sem impedir o voto dos infectados e dos confinados.
- iii) As taxas de abstenção registadas durante o período pandémico foram comparadas com as que se verificaram nas duas últimas eleições equivalentes¹³. Pareceu-nos mais rigoroso fazer a comparação com os dois últimos actos eleitorais e não apenas com o último, precisamente para aferirmos se no Estado em causa já existia uma tendência abstencionista ou se, pelo contrário, a abstenção agora verificada era superior à normal.
- iv) A apresentação do trabalho é feita por ordem alfabética Continente/Estado e não por ordem cronológica dos actos eleitorais. Definido que estava o período temporal da análise (março de 2020, após a declaração da pandemia, a janeiro de 2022), entendemos que esta seria a forma mais simples e clara de divulgarmos os resultados da nossa investigação.

3. As modalidades de votação especial (quadro síntese)

Ao nível das designadas modalidades de votação especial, ou seja, das que se distinguem do modelo tradicional de votação presencial, privilegiámos o *voto antecipado* e o *voto antecipado em mobilidade*, o *voto por correspondência*, o *voto em “urna móvel”* e o *voto em “urnas especiais”*. Englobámos ainda numa secção indiferenciada

9 Em vários dos Estados, no período abrangido pela nossa análise, realizaram-se várias eleições. É, a título de exemplo, o caso de Portugal que, entre outubro de 2020 e janeiro de 2022, teve três actos eleitorais: as legislativas regionais nos Açores, as eleições presidenciais e as eleições legislativas.

10 Falamos de Senados eleitos por sufrágio directo.

11 É disso exemplo: a) a análise sobre as eleições na Nova Zelândia, em que apresentamos um gráfico com a taxa de participação por faixas etárias; b) a análise sobre as eleições na Sérvia, em que referenciamos estudos indicativos da menor participação dos jovens; c) a análise sobre as eleições na Alemanha, em que indicamos a taxa de voto por correspondência; d) a análise sobre as eleições no Canadá, em que damos a conhecer as razões para a abstenção por grupo etário; e) e a análise sobre as eleições em Portugal, em que apresentamos quer o número de eleitores inscritos para o voto antecipado, quer o número daqueles que efectivamente votaram antecipadamente.

12 Trabalhos publicados na revista *POLIS*, no seu n.º 1 (2020), pp. 217-226, n.º 2 (2020), pp. 223-253, n.º 3 (2021), pp. 155-197, e n.º 4 (2021), pp. 173-254. Disponíveis, respectivamente, in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/issue/view/188>, <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/issue/view/190>, <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/issue/view/194>, <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/issue/view/202>

13 O critério enunciado teve as seguintes excepções: na Argentina, um Estado Federal com características de participação eleitoral bastante díspares, a comparação foi feita em relação a cada um dos distritos eleitorais, incluindo a capital federal de Buenos Aires; no Canadá, atendendo a um histórico de elevados níveis de participação pareceu-nos relevante fazer uma análise mais dilatada no tempo; na Bulgária, a comparação foi feita em relação a quatro actos eleitorais anteriores, uma vez que só no ano de 2021, se realizaram três eleições legislativas; em Israel temos uma situação idêntica, atendendo a que em 2019 se realizaram duas eleições legislativas. Por fim, no Chile e na Rússia referimo-nos também à participação eleitoral nos referendos lá realizados, no ano de 2020.

– (outro(s)) – o voto por *procuração* (proxy), pelo *telefone*, o *alargamento do período de votação* ou a simples existência de *mais postos de votação*.

Devemos assumir que a ligação entre várias destas modalidades de votação é umbilical, pelo que nem sempre é fácil fazer uma distinção. Veja-se, por exemplo, o caso do voto antecipado no domicílio que requer (salvo situações em que o voto possa ser dado pelo telefone), o recurso a uma “urna móvel”. Queremos com isto dizer que quando há este tipo de voto antecipado há quase sempre “urna móvel”, mas nem sempre quando estamos diante a utilização de uma “urna móvel” há voto antecipado. Bastará que a “urna de voto” se desloque ao domicílio dos eleitores no próprio dia da eleição. E o mesmo se diga do voto por correspondência, que implica forçosamente um voto antecipado por parte do eleitor que o exerce. Os exemplos poderiam continuar, mas isso afastar-nos-ia do âmbito deste texto. Deste modo, atentos aos critérios da generalidade da legislação consultada, definimos um parâmetro global para melhor entendermos o que queremos identificar nos quadros seguintes. Temos assim:

i) Voto antecipado e voto antecipado em mobilidade

O voto antecipado traduz a possibilidade de os eleitores votarem antes do dia marcado para as eleições e pode abranger todos os eleitores ou apenas alguns. Compreendendo vários modos de execução, esta modalidade de votação está normalmente associada:

- a) aos eleitores que por razões específicas (confinamento domiciliário, internamento hospitalar, prisão) votam antecipadamente, mas que o fazem nos locais onde se encontram.
- b) aos eleitores que votam antecipadamente, mas que se deslocam a locais específicos para exercerem o seu direito de voto. Esses locais não têm de coincidir com o círculo eleitoral em que o eleitor se encontra inscrito, o que lhe permite votar, em regime de mobilidade, fora da sua circunscrição. Falamos habitualmente, neste caso, de *voto antecipado em mobilidade*.

ii) Voto por correspondência

Podemos considerar o voto por correspondência como um tipo de voto antecipado, só que exercido por via postal (*postal vote*). Neste caso o eleitor não vota presencialmente, envia o seu voto pelo correio dentro dos prazos legalmente estabelecidos. O seu exercício é habitualmente restrito a certo tipo de eleitores.

iii) Urna móvel

Situação em que o eleitor pode votar sem sair da sua residência ou da instituição onde se encontre (domicílio, hospital, lares residenciais, estabelecimento prisional). Neste caso é a própria urna de voto que vai ao encontro do eleitor. Essa situação tanto pode ocorrer antes (voto antecipado) ou no próprio dia marcado para a eleição.

iv) Urnas especiais

As urnas de voto especiais indicam também locais específicos de votação, tal como no caso do voto antecipado em mobilidade. A diferença reside:

- a) na circunstância de em geral se destinarem a eleitores infectados ou em quarentena.
- b) no facto do voto ser normalmente exercido no próprio dia da eleição.
- c) na possibilidade que pode ser dada aos eleitores em geral (infectados/confinados, não infectados e não confinados) de recorrerem a esta modalidade de votação e de o poderem fazer sem necessidade de saírem da sua viatura (voto *drive-thru*).

v) Outro(s)

Tal como já referimos, utilizámos a expressão “outro(s)” para designar todas as demais modalidades de votação especial, e até excepcional, não compreendidas nas categorias anteriores.

Vejamos agora, nos quadros seguintes¹⁴, uma síntese identificativa da resposta dada (ou não dada) pelos Estados, tendo em vista garantir o exercício do direito de voto em segurança.

¹⁴ O texto contido nos quadros foi redigido em colaboração com os autores das análises feitas a cada um dos actos eleitorais observados para o estudo que agora se publica.

Quadro 1. ÁFRICA

ESTADO	Voto antecipado e voto antecipado em mobilidade	Voto por correspondência	Urna móvel	Urnas especiais (“drive-thru”)	Outro(s)
Cabo Verde	SIM Voto antecipado, restrito a certo tipo de eleitores (já existia antes da pandemia)	NÃO	NÃO	NÃO	Abertura antecipada das mesas de voto
São Tomé e Príncipe	SIM Voto antecipado, restrito a certo tipo de eleitores ((já existia antes da pandemia)	SIM Restrito a certo tipo de eleitores (já existia antes da pandemia)	NÃO	NÃO	NÃO

Quadro 2. AMÉRICA(s)

ESTADO	Voto antecipado e voto antecipado em mobilidade	Voto por correspondência	Urna móvel	Urnas especiais (“drive-thru”)	Outro(s)
Argentina	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	- Apesar do voto ser obrigatório foram isentados de votar os eleitores contagiados. - Foram criadas salas de contingência, para que pessoas com suspeita de COVID-19 pudessem votar. - Foram igualmente definidos horários próprios de votação, para eleitores que integrassem grupos de risco.
Canadá	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Chile	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	- Alargamento do horário de voto. - Horário de votação específico, para maiores de 60 anos. - Aumento do número de secções de voto.
México	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Quadro 3. ÁSIA / Médio Oriente

ESTADO	Voto antecipado e voto antecipado em mobilidade	Voto por correspondência	Urna móvel	Urnas especiais (“drive-thru”)	Outro(s)
Coreia do Sul	NÃO	SIM <i>(já existia antes da pandemia)</i>	SIM Em espaços abertos – apenas para cidadãos infetados	NÃO	Possibilidade de deslocação às urnas em horário específico para votação pelos cidadãos infetados
Israel	SIM Voto antecipado em mobilidade, restrito aos militares colocados nas bases Israelitas	NÃO	SIM Restrito a hospitais com infetados e a lares de 3ª idade	SIM - Voto “drive-in” restrito a isolados em quarentena, mas sem infeção. - Urna de voto nos aeroportos, para cidadãos que chegassem no dia da eleição.	Transporte gratuito até às Assembleias de voto, disponível para eleitores infetados.
Japão	NÃO	SIM Restrito a certo tipo de eleitores <i>(já existia antes da pandemia)</i> . A solução foi alargada para os infetados com COVID-19	SIM Apenas para certo tipo de eleitores expatriados ou em alto mar. <i>(já existia antes da pandemia)</i> .	NÃO	NÃO

Quadro 4. EUROPA

ESTADO	Voto antecipado e voto antecipado em mobilidade	Voto por correspondência	Urna móvel	Urnas especiais (“drive-thru”)	Outro(s)
Albânia	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Alemanha	NÃO	SIM De referir que em casos excepcionais, especialmente doença súbita comprovada, é possível solicitar este tipo de votação até às 15h no dia das eleições <i>(já existia antes da pandemia)</i>	SIM - Restrito a hospitais de pequena dimensão, lares de 3ª idade e casas de saúde de pequena dimensão, mosteiros, estabelecimentos socioterapêuticos e prisionais <i>(já existia antes da pandemia)</i>	NÃO	- Em hospitais, lares de 3ª idade, casas de saúde e estabelecimentos de idêntica natureza, podem ser criados distritos eleitorais especiais. Várias instituições poderão pertencer a um distrito eleitoral especial. <i>(já existia antes da pandemia)</i> - Por indicação do responsável pela supervisão das eleições a nível federal (<i>Bundeswahlleiter</i>), em situações de exceção, e numa apreciação caso a caso, os eleitores que recusassem a utilização de máscara (os denominados “ <i>Maskenverweigerer</i> ”) nas secções de voto, poderiam votar, por exemplo, se todos os presentes estivessem de acordo. Em algumas cidades, foi-lhes permitido o exercício do direito de voto, desde que não pusessem em risco as outras pessoas, (ex: quando a secção de voto estivesse vazia)
Bulgária	NÃO	NÃO	SIM A urna de voto circula no município, quando isso é requerido por pelo menos 7 eleitores incapacitados para se dirigem à secção de voto.	NÃO	NÃO
Chipre	NÃO	NÃO	SIM Restrito a infetados e a hospitalizados, mediante inscrição prévia.	NÃO	NÃO
Croácia	NÃO	NÃO	SIM Voto recolhido em casa mediante inscrição prévia, nos moldes do voto antecipado.	NÃO	- Voto por procuração (<i>proxy</i>). - Voto pelo telemóvel, em circunstâncias muito específicas.

ESTADO	Voto antecipado e voto antecipado em mobilidade	Voto por correspondência	Urna móvel	Urnas especiais (“drive-thru”)	Outro(s)
Islândia	SIM Voto antecipado, restrito a certo tipo de eleitores. <i>(já existia antes da pandemia)</i>	SIM Acessível a todos os eleitores que o requeiram. <i>(já existia antes da pandemia)</i>	SIM Restrito a certo tipo de eleitores. <i>(já existia antes da pandemia)</i>	SIM Restrito a certo tipo de eleitores. <i>(modalidade criada em plena pandemia)</i>	Abertura antecipada das mesas de voto.
Lituânia	SIM Apesar do voto antecipado já estar previsto antes da pandemia, alargou-se o prazo para a sua efetivação. De dois, para quatro dias.	SIM Restrito apenas a alguns eleitores.	SIM Restrito a eleitores a partir dos 70 anos, em isolamento obrigatório ou auto-isolados com COVID-19, bem como eleitores deficientes e seus cuidadores.	SIM - Voto “drive-in” - Votação numa urna específica, para os cidadãos assintomáticos, infetados com COVID-19 - Votação em pontos especiais (hospitais, prisões, residências para idosos).	Maior número de postos de votação.
Macedónia do Norte	SIM - Voto antecipado no domicílio, para eleitores que obrigatoriamente se encontrassem em confinamento. - Voto antecipado para eleitores infetados; em auto-isolamento; impedidos de se deslocarem às urnas por doença ou por se encontrarem a cumprir pena de prisão.	NÃO	SIM Utilizada a urna móvel, para as situações descritas no voto antecipado.	NÃO	NÃO
Moldávia	NÃO	NÃO	SIM Restrito a eleitores internados em instituições de saúde, prisões, e pessoas doentes em casa	NÃO	NÃO
Noruega	SIM Voto antecipado acessível a todos os eleitores <i>(já existia antes da pandemia)</i>	SIM Restrito aos eleitores residentes no estrangeiro	SIM Destinado a eleitores em Hospitais e respetivos funcionários	SIM <i>Voto drive-thru</i>	NÃO

ESTADO	Voto antecipado e voto antecipado em mobilidade	Voto por correspondência	Urna móvel	Urnas especiais (“drive-thru”)	Outro(s)
Países Baixos	SIM Voto antecipado apenas para os eleitores que votam por correspondência.	SIM Restrito a certo tipo de eleitores (<i>já existia antes da pandemia</i>)	NÃO	SIM - Voto “drive-thru” (de carro ou de bicicleta)	- Assembleias de voto abertas durante 3 dias. - Voto por procuração (proxy vote), alargado à representação de três eleitores (era possível em relação a dois eleitores, antes da pandemia).
Polónia	NÃO	SIM -Ampliação do voto por correspondência, para certo tipo de eleitores.	NÃO	NÃO	Voto por procuração (<i>proxy</i>)
Portugal	SIM - Voto antecipado em mobilidade, abrangendo todos os eleitores (<i>já existia antes da pandemia</i>). - Voto antecipado para certo tipo de eleitores, nomeadamente doentes internados em hospitais ou presos (<i>já existia antes da pandemia</i>). - Em 2020 foi criado um regime excepcional e temporário, para confinados com COVID-19 e para quem se encontrasse em lares residenciais.	SIM Para eleitores portugueses recenseados no estrangeiro (emigrantes).	SIM Para os casos referenciados no voto antecipado.	NÃO	Subscrição electrónica de candidaturas a Presidente da República
República Checa	SIM Voto antecipado, para eleitores que utilizassem o <i>voto drive-thru</i> , para eleitores confinados e para eleitores que pudessem utilizar, no domicílio, o voto electrónico.	NÃO	SIM	SIM Restrito a eleitores infetados ou em auto-isolamento	Votação electrónica, no domicílio.
Rússia	SIM Voto antecipado e em mobilidade (<i>já existia antes da pandemia</i> , mas o acesso foi agilizadado.)	NÃO	SIM Os votos podiam ser recolhidos em casa, nos moldes do voto antecipado.	NÃO	-Voto eletrónico, mas não disponível em toda a federação. - Adiamento da data do referendo de 2020. - Eleições para a <i>Duma</i> ocorreram durante 3 dias para evitar sobrelotação das urnas.
Sérvia	NÃO	NÃO	SIM - Restrito a alguns eleitores (<i>já existia antes da pandemia</i>)	NÃO	Voto em mobilidade, para certo tipo de eleitores, realizado no próprio dia da eleição.

Quadro 5. OCEÂNIA

ESTADO	Voto antecipado e voto antecipado em mobilidade	Voto por correspondência	Urna móvel	Urnas especiais (“drive-thru”)	Outro(s)
Nova Zelândia	SIM (já existia antes da pandemia)	SIM - ampliação do <i>postal vote</i>	SIM Restrito a certo tipo de eleitores (já existia antes da pandemia).	NÃO	Voto ditado por telefone para pessoas: – no exterior em locais remotos; – com deficiência visual ou que não podem marcar um boletim de voto sem assistência. (já existia antes da pandemia).

4. Conclusões

Quando se trabalha quase exclusivamente com dados quantitativos, nunca é fácil retirar conclusões. E muito menos quando esses dados reportam a Estados que são, em muitas circunstâncias, politicamente, socialmente e economicamente diferentes. Se cada Estado tem as suas particularidades, se cada eleição dentro de cada Estado tem um enquadramento próprio, e se cada eleitor tem as suas individuais razões para votar ou não votar, facilmente se compreende que nunca há uma única conclusão a retirar de estudos como aquele que apresentamos. Seja como for, conscientes das limitações enunciadas, não poderíamos deixar de procurar responder à nossa própria pergunta de partida, que era, recordamos, a seguinte: *a abstenção eleitoral aumentou por causa da COVID-19, nos Estados analisados?* E perante a pergunta feita, entendemos responder que de acordo com os dados recolhidos (ver quadros 6-10) e também de acordo com a análise previamente feita a todos os actos eleitorais aqui retratados¹⁵, **não consideramos que a COVID-19 tenha, por si só, sido responsável pela abstenção registada. Há aliás indicadores que apontam para o facto de a pandemia pouco ter influenciado, em termos globais, a taxa de participação eleitoral.** Importa perceber como fundamentamos a nossa afirmação:

A) Estados em que a abstenção diminuiu

Em dez Estados, se não quisermos incluir a Rússia¹⁶, há uma diminuição da abstenção. E em metade deles, a abstenção é menor não apenas em relação à eleição anterior mas também em relação à que a antecedeu.

a. Estados em que a taxa de abstenção foi inferior à dos dois actos eleitorais anteriores:

- ALEMANHA
- JAPÃO

- POLÓNIA
- REP. CHECA
- NOVA ZELÂNDIA

b. Estados em que a taxa de abstenção foi inferior, mas apenas em relação à eleição imediatamente anterior:

- ALBÂNIA
- CHILE¹⁷
- MOLDÁVIA
- PORTUGAL¹⁸
- SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Será esta diminuição da taxa de abstenção, o resultado das medidas adoptadas no período pandémico para facilitar o exercício do direito de voto? Em relação ao primeiro grupo de países facilmente se percebe que não (ver quadros 3, 4 e 5). Na realidade, não só muitas das soluções para a agilização do direito de voto já eram prévias à COVID-19, como a afluência às urnas confirmou a continuada tendência de subida da participação eleitoral. Uma tendência que não sofreu qualquer desvio com a pandemia. E em relação ao segundo grupo podemos também perceber que à excepção de Portugal, os demais países praticamente não tomaram quaisquer medidas especiais. Temos assim, um conjunto de Estados tão díspares no combate à COVID-19, como a Nova Zelândia e a Alemanha de um lado e a Albânia e a Moldávia do outro, mas com comportamentos eleitorais coincidentes no período pandémico em questão. É certo, dir-se-á, ser ousado comparar Estados com taxas de abstenção na ordem dos 17% (Nova Zelândia) e dos 23% (Alemanha), com Estados em que a abstenção se situa nos 50% (Albânia e Chile), mas o que dizer da Moldávia com 47,7% e do Japão com 44,07%? No fundo, sendo as comparações puras sempre ousadas, uma vez que, repetimos, abrangem realidades nacionais muito díspares, há um ponto

15 Ver referência feita na nota 11.
16 Na Rússia, a abstenção em 2021 foi inferior à de 2016, mas ainda assim bem superior à de 2011 (ver quadro 9).

17 Apesar das eleições no Chile para a eleição do Presidente, da Câmara de Deputados e do Senado terem ocorrido no mesmo dia (algo aliás habitual), a sua inclusão neste grupo tem como ponto de referência a votação verificada nas eleições presidenciais.
18 Falamos das eleições legislativas. Devemos a este propósito referir, que a taxa de abstenção no território nacional português foi, nas legislativas de 2022, inferior à registada nas duas eleições que as antecederam (ver texto sobre Portugal).

em que a convergência é evidente: a COVID-19 não prejudicou em nenhum destes Estados, a normal participação eleitoral.

B) Estados que mantiveram a abstenção

Dois Estados, um do continente asiático e outro do continente europeu, mantiveram a sua taxa de abstenção em relação à penúltima eleição, apesar de a terem diminuído face à antepenúltima:

- COREIA do SUL
- LITUÂNIA

- i) A Coreia do Sul poderia naturalmente ter integrado o lote de Estados enunciados no ponto anterior. Nas suas recentes eleições presidenciais teve apenas mais 0,1% de abstenção do que a registada em 2017 e menos 1,3% do que a verificada em 2012 (ver quadro 8). Mas ainda que a possamos querer diferenciar face a esses Estados, num aspecto há com eles total coincidência: a COVID-19 não contrariou a taxa de participação eleitoral habitual.
- ii) Na Lituânia, país em que vigora o sistema eleitoral maioritário a duas voltas nas legislativas, a taxa de abstenção na 2ª volta das últimas eleições foi 0,86% inferior à da 2ª volta de 2016 e inferior em 3,05% à da 2ª volta de 2012. Seja como for estamos diante eleições com taxas de participação consistentemente baixas, que não chegam a atingir os 40% de votantes. Não podemos pois considerar que tenha sido a pandemia a responsável pela fraca adesão eleitoral, não obstante a grande preocupação demonstrada pelo governo lituano em adoptar medidas que garantissem a votação em segurança para os mais variados grupos da população.

C) Estados em que a abstenção subiu

Neste conjunto de Estados, manda a análise rigorosa que saibamos distinguir:

- a. Os Estados que tiveram subidas muito ténues (cerca de 1%).
- b. Os Estados que tiveram subidas entre 3% a 5%.
- c. Os Estados que tiveram subidas superiores a 5%.

a. Estados que tiveram subidas muito ténues (cerca de 1%), face à eleição imediatamente anterior

Neste grupo de Estados indicamos:

- CHIPRE
- ISLÂNDIA
- NORUEGA

- i) Em Chipre a abstenção subiu apenas 1,02% face a 2016. A quebra na participação eleitoral tinha-se já neste ano regis-

tado face a 2011, com uma subida de 11,96%.

- ii) Na Islândia, nas eleições legislativas de 2021 há uma subida de 1,1% em relação a 2017 e de 1,4% em relação a 2013. É verdade que nas presidenciais islandesas, realizadas em 2020, a abstenção foi 8,8% superior à verificada em 2016, mas não deixa de ser verdade que ela se situou apenas 2,4% acima da que existiu em 2012.
- iii) Por último, na Noruega, a abstenção subiu só 1%, quer em relação a 2017, quer em relação a 2013, sendo no entanto de destacar a elevada participação eleitoral registada neste país na modalidade do voto antecipado.

Sem embargo da relevância que o voto antecipado demonstrou na Noruega, algo que pode ter sido decisivo na participação eleitoral, não podemos deixar de sublinhar que, também nestes três Estados, que a pandemia não causou qualquer transtorno no normal desempenho dos cidadãos perante os respectivos actos eleitorais.

b. Estados que tiveram subidas entre 3% a 5%, face à eleição imediatamente anterior

Igualmente aqui nos deparamos com um grupo de três Estados. Um do continente americano, outro do médio oriente, e um último do continente europeu. Cada um deles com especificidades muito próprias quanto às eleições que realizaram. São os seguintes:

- CANADÁ
- ISRAEL
- PAÍSES BAIXOS

- i) O Canadá teve uma taxa de abstenção superior à das suas duas últimas eleições legislativas (+ 4,12% face a 2019 e + 5,42% face a 2015), mas estudos realizados (ver texto sobre o Canadá) demonstram que a COVID-19 teve um insignificante impacto na decisão dos eleitores quanto à sua participação eleitoral.
- ii) Já em Israel, a abstenção em 2021 foi 4,08% maior do que a registada em 2020, mas Israel realizou quatro eleições legislativas no período de dois anos. E se é verdade que, em março de 2021, 32,56% dos eleitores não foram às urnas, não é menos verdade que em setembro de 2019, muito antes da pandemia, 30,17% dos eleitores decidiram ter igual atitude.
- iii) Por último, nos Países Baixos, há uma subida de 3,4% dos abstencionistas em relação a 2017, mas ainda assim 4,1% inferior à registada em 2012. Poderia aqui a abstenção ter sido maior, caso não tivessem sido adoptadas medidas extraordinárias para minorar os efeitos da COVID-19 na participação eleitoral (desde logo a abertura das assembleias de voto durante três dias)? Talvez, mas isso não nos habilita, por si só, a desvalorizar o desencanto político dos holandeses e que também poderá ter contribuído para uma menor afluência ao voto.

c. Estados que tiveram subidas superiores a 5%, face à eleição imediatamente anterior

Encontramos agora um grupo de sete Estados, em que as taxas de abstenção foram bastante mais elevadas. Quatro integram o continente europeu, dois o continente americano e um o continente africano. Há claras diferenças entre eles, mas são diferenças que, mesmo no simples contexto dos números, não justificavam que os tivéssemos subdividido. Eis os Estados:

- ARGENTINA
- BULGÁRIA
- CABO VERDE
- CROÁCIA
- MACEDÓNIA do NORTE
- MÉXICO
- SÉRVIA

- i) Na Argentina, a taxa de abstenção foi, em 2021, 9,02% superior à verificada em 2019 e 5,39% à que existiu em 2017. Admite-se que a escassa adopção de medidas tendentes a garantir uma maior segurança na ida às urnas, a par da isenção de votar (na Argentina, o voto é obrigatório) para um conjunto significativo de eleitores, tenha contribuído para a taxa de abstenção registada.
- ii) Na Bulgária houve um forte crescimento abstencionista, mas o caso da Bulgária não pode ser dissociado do facto de só em 2021 ter realizado três eleições legislativas e umas eleições presidenciais, com duas voltas. Num só ano, os eleitores foram chamados a votar cinco vezes. Ora, se é verdade que a Bulgária foi um Estado que não adoptou praticamente nenhuma medida tendente a facilitar o exercício do direito de voto, não deixa de ser verdade que existia um claro cansaço político dos eleitores. Ambas as razões terão seguramente ajudado a um aumento de 17,64% de abstenção nas eleições presidenciais de 2021, face às que se realizaram em 2016, e a um aumento de 14,14% nas últimas legislativas de 2021, face às que tiveram lugar em 2017.
- iii) Em Cabo Verde, há uma clara tendência de aumento da abstenção desde 2011, quer nas eleições legislativas (+ 10,47% em 2021 face a 2016 e + 18,51% face a 2011), quer nas eleições presidenciais. E mesmo que nestas últimas a abstenção tenha diminuído (- 12,3% em relação a 2016), a taxa de participação de apenas 48% dos eleitores. Não nos parece pois que tenha sido a ausência de medidas de vulto para garantir o voto em segurança, a grande ou única causa para tão elevada taxa de abstenção.
- iv) Na Croácia, a abstenção subiu mas para valores bem distantes do que aqueles que se verificaram em território búlgaro. Nas legislativas de 2020 há mais 5,7% abstencionistas do que em 2016, mas a tendência a favor da abstenção já se fazia sentir (em 2016 houve uma subida de 8,2%, face a 2015).

- v) A Macedónia do Norte é um dos Estados que analisámos com uma das maiores taxas de abstenção face às legislativas de 2016 e de 2014 (+ 15% no primeiro caso e + 12% no segundo). Razões políticas terão estado, seguramente, na base da abstenção, mas devemos reconhecê-lo, tal como é feito pelos autores do texto sobre a abstenção neste Estado, que a ausência de medidas facilitadoras do exercício do direito de voto teriam permitido uma menor participação eleitoral.
- vi) O México é um país que se destaca pela ausência de modalidades especiais de votação, pelo que isso poderia ser causa justificativa para um aumento de 9,4% na abstenção face às eleições de 2018 (abstenção ainda assim inferior em 5,5% à registada em 2015). Sucede que inquéritos feitos junto de uma parte do eleitorado, ainda que muito pontuais, concluíram que a COVID-19 não era evocado como motivo para o não exercício do direito de voto (ver texto sobre o México). Apesar disso, não temos indicadores seguros que nos permitam concluir num ou noutro sentido.
- vii) Por fim, a Sérvia, um país que adiou as suas eleições em consequência do decreto de «estado de emergência», determinado pelos efeitos pandémicos. No entanto, o aumento de 7,14% de abstencionistas em relação a 2016 e de 4,16% em relação a 2014, dificilmente pode ser justificado pela crise pandémica. Aliás, como o texto que analisa a abstenção neste país evidencia, não só eram poucos os casos de pessoas contaminadas no período eleitoral, como a maioria das restrições à população tinham sido levantadas.

Concluimos dizendo, que a análise feita nos permite confirmar o que anteriormente dissemos: a COVID-19 não pode ser considerada responsável, ou a única responsável, pela abstenção eleitoral verificada nos últimos dois anos. Se o fosse, como justificariamos a menor abstenção em países que escassas medidas adoptaram para facilitar ou incentivar o exercício do direito de voto? Poder-se-á contrapor alegando que a ausência de medidas nos Estados que as implementaram, ou até a não existência prévia de modalidades de votação distintas da tradicional, teria contribuído para uma menor participação. Admitimos que pontualmente assim poderia ser, mas a admissão, por si só, não ajuda a compreender como eleitores do mesmo país (caso de Portugal) tiveram comportamentos diferentes em eleições diferentes, apesar de beneficiarem de iguais condições para votar. Parece-nos, em síntese, que nos Estados que observámos o eleitorado teve um comportamento muito conforme com aquele que era o seu normal comportamento em períodos eleitorais e que a maior ou menor motivação política foi, continuou a ser, um factor também determinante na sua participação.

Quadro 6. ÁFRICA (Abstenção)

CABO VERDE	Legislativas	2021 42,5%		2016 32,03%		2011 23,99%	
	Presidenciais	2021 52%		2016 64,3%		2011	
						1ª volta	2ª volta
						47%	54,3%
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (Presidenciais)		2021		2016		2011	
		1ª volta	2ª volta	1ª volta	2ª volta	1ª volta	2ª volta
		31,6%	34,6%	35,69%	53,94%	33,78%	25,96%

Quadro 7. AMÉRICA(s) (Abstenção)

ARGENTINA (Legislativas)		2021 28,61%		2019 19,59%		2017 23,22%	
CANADÁ (Legislativas)		2021 37,12%		2019 33%		2015 31,7%	
CHILE	Presidenciais	2021		2017		2013	
		1ª volta	2ª volta	1ª volta	2ª volta	1ª volta	2ª volta
		52,66%	44,6%	53,3%	50,98%	50,65%	58,02%
	Legislativas	2021 52,73%		2017 53,36%		2013 50,65%	
		Senado	2021 52,48%		2017 54,44%		2013 50,34%
	Referendo	2020 49,05%					
MÉXICO (Legislativas)		2021 49,1%		2018 39,7%		2015 54,6%	

Quadro 8. ÁSIA/Médio Oriente (Abstenção)

COREIA do SUL (Presidenciais)	2022 22,9%	2017 22,8%	2012 24,2%	
ISRAEL (Legislativas)	2021 32,56%	2020 28,48%	2019 (set.) 30,17%	2019 (abril) 31,54%
JAPÃO (Legislativas)	2021 44,07%	2017 46,32%	2014 47,34%	

Quadro 9. EUROPA (Abstenção)

ALBÂNIA (Legislativas)		2021 53,71%		2017 54,17%		2013 47,3%			
ALEMANHA (Legislativas)		2021 23,4%		2017 23,8%		2013 28,5%			
BULGÁRIA	Legislativas	2021 (nov.) 61,57%		2021 (julho) 59,61%		2021 (abril) 50,9%			
	Presidenciais	2021		2016		2011			
		1ª volta	2ª volta	1ª volta	2ª volta	1ª volta	2ª volta		
		61,36%	66,35%	43,72%	49,56%	48,17%	51,96%		
CHIPRE (Legislativas)		2021 34,28%		2016 33,26%		2011 21,3%			
CROÁCIA (Legislativas)		2020 53,1%		2016 47,4%		2015 39,2%			
ISLÂNDIA	Presidenciais	2020 33,1%		2016 24,3%		2012 30,7%			
	Legislativas	2021 19,9%		2017 18,8%		2013 18,5%			
LITUÂNIA (Legislativas)		2020		2016		2012			
		1ª volta	2ª volta	1ª volta	2ª volta	1ª volta	2ª volta		
		52,19%	61,04%	49,39%	61,90%	47,08%	64,09%		
MACEDÓNIA do NORTE (Legislativas)		2020 48%		2016 33%		2014 36%			
MOLDÁVIA	Presidenciais	2020		2016 ¹⁹					
		1ª volta	2ª volta	1ª volta	2ª volta				
		51,46%	41,78%	50,82%	46,55%				
	Legislativas	2021 47,70%		2019 50,72%		2014 44,20%			
NORUEGA (Legislativas)		2021 22,8%		2017 21,8%		2013 21,8%			
PAÍSES BAIXOS (Legislativas)		2021 21,60%		2017 18,40%		2012 25,70%			
POLÓNIA (Presidenciais)		2020		2015		2010			
		1ª volta	2ª volta	1ª volta	2ª volta	1ª volta	2ª volta		
		35,49%	31,82%	51,04%	45,30%	45,07%	44,71%		
PORTUGAL	Legislativas	2022 48,58%		2019 51,43%		2015 44,14%			
	Presidenciais	2021 60,76%		2016 51,34%		2011 53,48%			
	Regionais Açores	2020 54,58%		2016 59,16%		2012 52,12%			
República CHECA (Legislativas)		2021 34,57%		2017 39,16%		2013 40,52%			
RÚSSIA	Duma	2021 48,3%		2016 52,18%		2011 39,9%			
	Referendo	2020 32,12%							
SÉRVIA (Legislativas)		2020 51,07%		2016 43,93%		2014 46,91%			

19 Ano em que se realizaram as primeiras eleições por sufrágio directo.

Quadro 10. OCEÂNIA (Abstenção)

NOVA ZELÂNDIA (Legislativas)	2020 17,76%	2017 20,25%	2014 23,05%
---------------------------------	----------------	----------------	----------------

ABSTENTION DURING THE COVID-19 PANDEMIC (2020-2022)

THE ELECTORAL ABSTENTION DURING TIMES OF PANDEMIC

(THE ANALYSIS ON 26 STATES SPREAD ACROSS THE WORLD)

Manuel Monteiro¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/69qk-dc53>

1. The main goal of this work

In the course of these last two years, elections have been marked at the international level by a very objective question:

- Would electoral abstention rise due to COVID-19?

This question, as one might easily understand, raises a clear concern. This concern is motivated by the pandemic's eventual effects on electoral results and on the endurance capability of democratic political systems when faced with an unforeseen and unpredicted adversity. But besides this relevant doubt, the pandemic also ended up, on certain occasions, in the direct confrontation between the right to vote and the protection of public health. On the one hand, between a fundamental right and its free exercise which can only be exceptionally set aside under strict legal rules², and on the other hand, the no less important duty to avoid the spreading of a disease and to contain a pandemic. In other words, on one side was democracy and its full set of rights which cannot be annulled or

even suspended³, and on the other side was the protection of the life of every human being⁴.

It is therefore not surprising that many parliaments and governments took to adopting legislative measures or enabling procedures which allowed for the conciliation of these two values: the right to vote and the right to lead a healthy life. It is also not surprising that facing these very relevant questions, many Universities, Research Centres, and even departments belonging to political institutions have been fully committed since 2020 to analyse how did governments and parliaments act, and to understand how did voters behave. Among these, we can mention at the national level the work periodically carried out by the Assembly of the Republic's Parliamentary Legislative Information Division, of which we highlight last March's publication on "*The exercise of the Right to Vote in Lockdown*"⁵. At the international level, among the many sources which divided our attention, we must highlight the publications by International IDEA (*Institute for Democracy and Electoral Assistance*)⁶, the ACE Electoral Knowledge Network (*ace project*)⁷, and *Election Watch*⁸ (University of Melbourne). All these institutions have been developing vast research on the impact of COVID-19 in elections worldwide and all have been equally com-

1 Integrated researcher at the Center for Legal, Economic, and Environmental Studies (CEJEA) at Lusíada University. Coordinator of the International Electoral Observatory.

2 In Portugal, under article 2 of the Assembly of the Republic's Election Law and article 3 of the President of the Republic's Election Law, "*the following are not eligible to vote: Persons who clearly have a limitation or seriously impaired mental functions, even if they are not subject to monitoring, when they are admitted to a psychiatric establishment or declared as such by a board of two doctors*" and "*Persons who are deprived of political rights by a judicial decision that has transited in rem judicatam*". The deprivation of political rights is therefore dependent on a judicial decision (articles 246 and 346 of the Penal Code), and this decision can only be made when someone is convicted for "*discrimination and incitement to hatred and violence*", "*torture and other cruel, degrading, or inhumane treatments*", "*failure to file a complaint by the hierarchical superior with knowledge of crimes previously committed by a subordinate*" and "*crimes against the security of the State*" (articles 240, 243, 245, 308, 342 of the Penal Code).

3 See, for example, article 19 no. 6 of the Portuguese Constitution, when it establishes that the declaration of the state of emergency or state of siege cannot, in any case, limit citizenship rights.

4 See, on this regard, and also as an example, the Decree no. 2-A/2020 of the Portuguese Government (decree which executed the declaration of state of emergency by Presidential Decree no 14-A/2020 of the 18th of March) which, in its motivation, stated that: "*It's the Government's priority to prevent illness, contain the pandemic, save lives...*", with aims to "*save the greater good which is public health and the life of all Portuguese*". See *Diário da República*, n.º 57/2020, 1^o Suplemento, Série I, de 2020-03-20, available at: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/2-a-2020-130473161> (accessed on 11th of April 2022, in Portuguese).

5 See, Assembly of the Republic, *O Exercício do Direito de Voto em Confinamento – Enquadramento Nacional e Internacional*, Lisboa, Divisão de Informação Legislativa Parlamentar-DILP, 2022. (in Portuguese).

6 Available at: <https://www.electoralintegrityproject.com/elections-and-covid19> (accessed on 11th of April 2022).

7 Available at: <https://aceproject.org/covid-19> (accessed on 11th of April 2022).

8 Available at: <https://electionwatch.unimelb.edu.au/> (accessed on 11th of April 2022). See, in this regard, the brief analysis on COVID-19 and the elections in Europe. Available at: https://www.wahlbeobachtung.org/wp-content/uploads/2020/04/election-watch.eu_ra-covid19-report_30-april-2020.pdf (accessed on 11th of April 2022).

mitted to understand how democracies reacted and continue to do so facing an enormous challenge.

It was with this objective in mind, that the *International Electoral Observatory*, a research group at Lusíada University's Center of Legal, Economic, and Environmental Studies (CEJEA) sought to analyse thirty-six electoral processes (including two referendums) held in twenty-six States⁹ since the beginning of the pandemic (2020) up until the 31st of January 2022. However, our analysis had a very clear intention: to uncover if voter turnout had decreased when compared with previous elections. In order to find an answer for our question, we went over several elections, presidential and parliamentary (both in unicameral and bicameral systems)¹⁰, as well as one regional legislative election held in the Azores, a Portuguese autonomous region. To this end, we observed Europe, Africa the Americas, several Asian and Middle Eastern countries, as well as Oceania. In the course of such observations, we found twenty-one elections and one referendum in the European continent, three elections in the African continent, six elections and one referendum in the American continent, three elections in the Asian continent, and one election in Oceania. If the pandemic knew no borders and treated every person as equal, disregarding region, forms of state, systems of government, election systems, and the way votes are converted into mandates, we did not want for our observation to be limited to a single continent.

We also understand that by solely analysing abstention rates, many questions went unanswered. Finding those who abstained more, those who voted more, what was the reason for abstention, how many voters cast their votes through advance or early voting, and how many resorted to special ballot boxes made available for confined citizens, this was only possible in very specific cases¹¹. In truth, as stated above, we were focused on a very specific issue – the abstention rates –, without failing, however, to seek out which measures, specifically those of a legislative nature, were adopted to allow for the exercise of the right to vote. It is in this context that this work not only has met the goal we sought to achieve, having also has uncovered new challenges for future research.

2. The criteria used

As previously mentioned, our work has encompassed thirty-four elections and two referendums, all held during the pandemic. For their framework we used the following criteria:

- i) The States chosen for analysis were those whose elections, referendums, and election systems had already been analysed by the *International Electoral Observatory*¹².
- ii) In each State we sought to find out what special voting methods were created to allow for the majority of voters to cast their votes without hindering those infected or confined from voting.
- iii) The abstention rates registered during the pandemic period were compared with those verified in the last two previous elections of the same kind¹³. We thought that a comparison with the two previous elections and not just with the previous election would be more appropriate, as it would allow us to understand if in that State there was already an abstentionist tendency, or on the contrary, if the now verified abstention was higher than usual.
- iv) This work is presented in alphabetical order by Continent/State and not by chronological order. The time-period of the analysis being previously defined (March 2020 after the declaration of the pandemic, up to January 2022), we thought this method would be the most clear and simple way to divulge the results of our research.

3. The special voting methods (a synthesis table)

Regarding the so-called special voting methods, that is, those which can be distinguished from the traditional in-person voting method, we have favoured the *advance or early vote* and the *mobility advance or early vote*, the *postal vote*, the “*mobile ballot box*” vote and the “*special ballot boxes*”. We also encompassed in an undifferentiated section – (other(s)) – the *proxy vote*, the *telephone vote*, the *extension of voting times* or the mere existence of *more polling stations*. We must understand that the link between several of these meth-

9 Several elections were held in various States during the period encompassed by our analysis. The Portuguese case is an example of this, given that in October 2020 and in January 2022, Portugal had three elections: the regional legislative elections in the Azores, the presidential elections, and legislative elections.

10 In the latter case, we analysed Senates elected by direct suffrage.

11 The examples being: a) the analysis on the elections in New Zealand, where a graph is put forward with the turnout rates by age group; b) the analysis on the elections in Serbia, in which we have referenced some studies regarding the lower turnout of young voters; c) the analysis on the elections in Germany, in which we presented the turnout from postal vote; d) the analysis on the elections in Canada, in which we presented the reasons for abstention by age group; e) and the analysis on the Portuguese elections, in which we presented both the number of voters registered for advance voting, as well as the number of voters who effectively have cast their vote in advance.

12 These works were published in the *POLIS* journal, in its 1st issue (2020), pp. 217-226, 2nd issue (2020), pp. 223-253, 3rd issue (2021), pp. 155-197, and 4th issue (2021), pp. 173-254. Available at <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/issue/view/188>, <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/issue/view/190>, <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/issue/view/194>, <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/issue/view/202>

13 The presented criterium had the following exceptions: in Argentina, a federal state with a great disparity in voter turnout, the comparison was made regarding each one of the electoral districts, including the federal capital of Buenos Aires; in Canada, keeping in mind a history of high turnout, it was relevant to make an analysis further extended in time; in Bulgaria, the comparison was made regarding four previous elections, given that just in 2021, three legislative elections were held; in Israel there is an identical situation, given that in 2019, two legislative elections took place. Finally, we also analysed voter turnout in the Referendums which took place in 2020 for both in Chile and Russia.

ods is umbilical in nature, this means that it is not always easy to make the distinction. Let us look, for instance, at the case of advance or early voting at home which requires (except in those cases where the vote can be cast via telephone) the usage of a “mobile ballot box”. What we wish to say is that, when there is this kind of advance or early vote, there is almost always a “mobile ballot box”, but when there is a “mobile ballot box” there isn’t always advance or early voting. A “ballot box” could merely go to the voter’s home on election day. The same can be said of postal voting, which implies a vote cast earlier by the voter. These examples could go on, but that would steer us away from the scope of this text. Therefore, being aware of the criteria on most of the consulted legislation, we have set a global parameter in order to better understand what we wish to identify in the following tables. These are:

i) **Advance vote and mobility advance vote**

The advance voting results in the possibility for voters to cast their votes before election day and it can encompass some or all registered voters. This vote can be cast in several ways and this method is usually associated with:

- a) Voters which for specific reasons (confinement at home, hospitalization, prison term) vote in advance, but do so at the place where they are located.
- b) Voters who vote in advance but go to specific places to exercise their voting rights. These places don’t need to coincide with the constituency where the voters are registered, which allows voters to vote in mobility, outside their constituency’s circumscription. This is usually designated as *mobility advance or early voting*.

ii) **Postal vote**

We can consider postal voting as a type of advance voting, this vote is cast, however, via postal services. In this case, the voter does not cast its vote in-person, doing so via postal services under the legally defined deadlines. Its use is usually limited to a certain type of voters.

iii) **Mobile ballot box**

A situation in which voters can cast their votes without leaving their homes or the institution where they are currently located (home, hospital, care homes, prison establishment). In this case, the ballot box goes to the voter. This situation may occur before (advance or early vote) or on the election day.

iv) **Special ballot boxes**

Special ballot boxes also mean specific polling places, such as in the case of advance or early vote. The difference resides in:

- a) The circumstance that these are destined for infected or quarantined voters.
- b) The fact that the vote is usually cast on election day.
- a) The possibility which could be given to the generality of voters (infected/confined, not infected and non-confined) to resort to this method of voting and the ability to do so without needing to leave their vehicle (drive-thru vote).

v) **Other(s)**

As mentioned, we use the term “other(s)” to denominate every other special or exceptional methods of voting, not encompassed in the previous categories.

Let us look at the following tables¹⁴, which have an identifying synthesis of the response taken (or not taken) by States, aimed at ensuring safety in the exercise of the right to vote.

¹⁴ The text found in each cell was written in collaboration with the various authors from the electoral analyses made for this work.

TABLE 1. AFRICA

STATE	Advance voting or mobility advance voting	Postal vote	Mobile ballot box	Special ballot box (“drive-thru”)	Other(s)
Cape Verde	YES Advance vote, limited to a certain kind of voters (Already existed before the pandemic)	NO	NO	NO	Early opening of Polling stations
São Tomé and Príncipe	YES Advance vote, limited to a certain kind of voters (Already existed before the pandemic)	YES Limited to a certain a certain kind of voters (Already existed before the pandemic)	NO	NO	NO

TABLE 2. AMERICAS

STATE	Advance voting or mobility advance voting	Postal vote	Mobile ballot box	Special ballot box (“drive-thru”)	Other(s)
Argentina	NO	NO	NO	NO	- Although there is mandatory voting, infected voters were exempt from voting. - Contingency rooms were made to allow persons suspected to have COVID-19 to cast their votes. - Voting times were established for voters from risk groups.
Canada	YES	YES	YES	NO	NO
Chile	NO	NO	NO	NO	- Extension of voting times - Specific voting time for those over 60 years of age. - Increase in the number of polling stations.
Mexico	NO	NO	NO	NO	NO

TABLE 3. ASIA / Middle East

STATE	Advance voting or mobility advance voting	Postal vote	Mobile ballot box	Special ballot box (“drive-thru”)	Other(s)
South Korea	NO	YES (Already existed before the pandemic)	YES In outside spaces – only for infected citizens	NO	Possibility to go to polling stations in a specific time frame for infected citizens to cast their votes.
Israel	YES Mobility advance vote, limited to the military stationed at Israeli bases.	NO	YES Limited to hospitals with those infected and to elderly care homes.	YES - “drive-thru” voting limited to those quarantined but not infected. - Ballot box at airports so that arriving citizens could vote.	Free transportation to polling stations available to infected voters.
Japan	NO	YES Limited to a certain kind of voters (Already existed before the pandemic). The solution was extended to those infected with COVID-19.	YES Limited to a certain kind of expatriated voters or at high sea.	NO	NO

TABLE 4. EUROPE

STATE	Advance voting or mobility advance voting	Postal vote	Mobile ballot box	Special ballot box (“drive-thru”)	Other(s)
Albania	NO	NO	NO	NO	NO
Germany	NO	YES In exceptional cases, especially provable sudden illness, it is possible to request this method of voting up until 15:00 on the election day. <i>(Already existed before the pandemic)</i>	YES - Limited to small hospitals, to elderly care homes and small health clinics, monasteries, prisons, and socio-therapeutic establishments. <i>(Already existed before the pandemic)</i>	NO	- In hospitals, elderly care homes, and similar establishments, special polling districts can be created. Several institutions can be part of a special polling district. (Already existed before the pandemic) - By appointment of the federal returning officer (Bundeswahlleiter), in exceptional situations and on a case by case basis , voters who refused to wear a face mask (the so-called “Maskenverweigerer”) at polling stations, could vote, for example, if everyone present agreed. In some cities unmasked voters were able to cast their votes as long as they did not endanger others. (For example, when the polling station was empty)
Bulgaria	NO	NO	YES The ballot box tours the municipality when requested by at least 7 disabled voters, unable to go to polling stations.	NO	NO
Cyprus	NO	NO	YES Limited to those infected or hospitalised, subject to previous application.	NO	NO
Croatia	NO	NO	YES Vote cast at home, subject to previous application, similar to advance vote.	NO	- Proxy Vote - Vote via mobile phone under very specific circumstances.

STATE	Advance voting or mobility advance voting	Postal vote	Mobile ballot box	Special ballot box (“drive-thru”)	Other(s)
Iceland	YES Advance vote, limited to a certain kind of voters. (Already existed before the pandemic)	YES Accessible to all voters, subject to request. (Already existed before the pandemic)	YES Limited to a certain kind of voters. (Already existed before the pandemic)	YES Limited to a certain kind of voters. (method created during the pandemic)	Early opening of Polling stations
Lithuania	YES Despite advance vote already existing before the pandemic, the deadline for its use was extended. From two days to four.	YES Limited to some voters.	YES Limited to voters over 70 years of age, in mandatory confinement or in self-isolation with COVID-19, as well as handicapped voters and their caregivers.	YES - “drive-thru” vote - Voting at a specific ballot box for COVID-19 infected but asymptomatic citizens. - Voting in special polling places (hospitals, prisons, and elderly care homes)	Larger number of polling stations.
North Macedonia	YES - Advance vote at home for voters under mandatory confinement. - Advance vote for infected voters; those in self-isolation; and those unable to go to polling stations due to illness or serving a prison sentence.	NO	YES Mobile ballot box used for the situations described under advance vote.	NO	NO
Moldova	NO	NO	YES Limited to voters admitted to health establishments, prisons, and those ill at home.	NO	NO
Norway	YES Advance vote available to all voters. (Already existed before the pandemic)	YES Limited to voters living abroad.	YES Limited to voters in hospitals and its staff.	YES Drive-thru vote	NO

THE ELECTORAL ABSTENTION DURING TIMES OF PANDEMIC

STATE	Advance voting or mobility advance voting	Postal vote	Mobile ballot box	Special ballot box (“drive-thru”)	Other(s)
Netherlands	YES Advance vote limited to those who cast their vote by postal services.	YES Limited to a certain kind of voters (<i>Already existed before the pandemic</i>)	NO	YES - “Drive-thru” vote (by car or bicycle)	- Polling stations open for 3 days. - Proxy vote extended to 3 voters by proxy (limited to 2 voters before the pandemic)
Poland	NO	YES Extension of postal vote to a certain kind of voters.	NO	NO	Proxy Vote
Portugal	YES - Mobility advance vote encompassing all voters (Already existed before the pandemic). - Advance vote for a certain kind of voters, namely the patients admitted to hospitals or those in prison (Already existed before the pandemic). - Temporary and exceptional legal regime created in 2020 for those confined with COVID-19 and those in elderly care homes.	YES For Portuguese voters registered abroad. (<i>emigrants</i>).	YES For cases referenced in advance vote.	NO	Electronic subscription of candidacies for President of the Republic.
Czech Republic	YES Advance vote for voters who resorted to drive-thru vote, for confined voters and for those who could vote electronically at home.	NO	YES	YES Limited to infected voters or those in self-isolation.	Electronic voting at home.
Russia	YES Mobility advance vote (<i>Already existed before the pandemic, but access was improved</i>)	NO	YES Votes could be cast at home, similar to advance vote.	NO	- Electronic vote, not available for all federation territory. - Postponing of the 2020 referendum date. - Elections for Duma were held for 3 days to avoid polling stations overcrowding.
Serbia	NO	NO	YES - Limited to some voters (<i>Already existed before the pandemic</i>)	NO	Mobility voting for a certain kind of voters, cast on election day.

TABLE 5. OCEANIA

STATE	Advance voting or mobility advance voting	Postal vote	Mobile ballot box	Special ballot box (“drive-thru”)	Other(s)
New Zealand	YES (Already existed before the pandemic)	YES - Extention of postal vote.	YES Limited to a certain kind of voters. (Already existed before the pandemic).	NO	Telephone dictation vote for voters: - in remote places. - visually impaired or unable to use ballot paper without assistance. (Already existed before the pandemic).

4. Conclusions

When working almost exclusively with quantitative data, it is never easy to conclude anything. Much less when this data comes from States which are, in many circumstances, politically, socially, and economically different. If every State has its particular details, if every election has a specific framework, and if every voter has its own individual reasons to vote or not, one can quickly understand that there is never a single conclusion to be made from works like this. Be that as it may, aware of these limitations, we cannot let our initial question go unanswered, and that was: *has abstention risen due to COVID-19 in the States under analysis?* To answer such question, according to the gathered data (see tables 6-10) and according with the analysis previously carried out to every electoral process here depicted¹⁵, **we do not consider that COVID-19 was, on its own, responsible for the abstention registered. Moreover, there are signs which point to the fact that the pandemic had little influence, globally, in the electoral turnout rate.** The grounds of our statement are as follows:

A) States in which the abstention has decreased

In ten States, if we set aside Russia¹⁶, there is a decrease in abstention. In half of these States, the abstention is not only lower than in the previous election but also lower than the antepenultimate election previously held.

a. States in which the abstention rate was lower than in the two previous elections:

- GERMANY
- JAPAN
- POLAND
- CZECH REP.

15 See reference under note 11.

16 In Russia, the 2021 abstention was lower when compared with 2016, but still higher than 2011 (see Table 9).

▪ NEW ZEALAND

b. States in which the abstention rate was lower, but only in contrast to the previous election:

- ALBANIA
- CHILE¹⁷
- MOLDOVA
- PORTUGAL¹⁸
- SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE

Is this diminishing in the abstention rate the result of the adopted measures during the pandemic period to facilitate the exercise of voting rights? In relation to the first group of countries, it is easy to understand that the answer is no (see tables 3, 4, and 5). In truth, not only most of the solutions for the ease of the exercise of voting rights were already previous to COVID-19, but also the turnout at the polling stations confirmed a continuing tendency for increase in electoral turnout. A tendency which suffered no deviation with the pandemic. And in relation with the second group, we can also observe that besides Portugal, practically no other country took any special measures. Therefore, we have a large disparity in this group of States with regards to fighting COVID-19, such as New Zealand and Germany on one side and Albania and Moldova on the other, but with coincidental electoral behaviours in the pandemic period. Certainly, one might say it is bold to compare States with abstention of about 17% (New Zealand) and 23% (Germany) with States with abstention rates of around 50% (Albania and Chile), but what can be said of Moldova with 47,7% and Japan with 44,07%? Deep down, while pure comparisons are always bold since, as we must again stress, that these encompass very different national realities, the convergence is quite evident: COVID-19 did not harm regular electoral turnout in any of these States.

17 Although the Chilean presidential, Chamber of Deputies, and Senate elections were all held on the same day (something quite usual), its inclusion in this group only references the turnout in the presidential elections.

18 Legislative elections in Portugal. We should mention that the abstention rate in the Portuguese national territory was lower in the 2022 legislative elections than in both previous elections (see paper on Portugal).

B) States which kept their abstention figures

Two States, one in Asia and another in Europe have kept their abstention rates in relation to the previous election, despite lower results when compared with the antepenultimate election:

- SOUTH KOREA
- LITHUANIA

- i) South Korea could have naturally qualified for the group of States in the previous point. In its most recent presidential elections, it had only 0,1% higher abstention than the figure registered in 2017 and less 1,3% than the abstention verified in 2012 (see table 8). But even if we can try to distance South Korea from those States, there is an aspect with which they all absolutely coincide: COVID-19 did not change the regular turnout rate.
- ii) In Lithuania, a country which has a two-round legislative majority election system, the abstention rate in the 2nd round in these last elections was 0,86% lower than 2016's 2nd round and 3,05% lower than 2012's 2nd round. In any case, these are elections with consistently low turnout rates, which never reach voter turnout rates of 40%. Therefore, we cannot consider that the pandemic was responsible for the low electoral turnout, notwithstanding the great concern demonstrated by the Lithuanian government in adopting measures which ensured safety in voting for its population's various groups.

C) States in which the abstention has increased

To adequately analyse this set of States, we must establish the following distinction:

- a. States which had very slight increases (about 1%).
 - b. States which had increases between 3% and 5%.
 - c. States which had increases above 5%.
- a. **States which had very slight increases (about 1%) when compared with the previous election**

In this group of States, the following are:

- CYPRUS
- ICELAND
- NORWAY

- i) In Cyprus, the abstention increased only in 1,02% when compared with 2016. The fall in electoral turnout had already been registered in 2016 when compared with 2011, with an increase in abstention of 11,96%.
- ii) In Iceland, in the 2021 legislative elections there is an ab-

stention increase of 1,1% in when compared with 2017 and of 1,4% when compared with 2013. It is true that in the Icelandic presidential elections of 2020, the abstention was 8,8% higher than that verified in 2016, but it not less true that this was only 2,4% higher than that of 2012.

- iii) Lastly, in Norway the abstention went up by only 1%, both in comparison with 2017 and 2013, the high turnout on advance voting being quite remarkable.

Notwithstanding the relevance of the advance vote in Norway, something which might have been decisive with regards to electoral turnout, we cannot forget to highlight that in these three States the pandemic didn't cause any kind of disorder in regular voter behaviour for these elections.

b. States which had increases between 3% and 5% when compared with the previous election.

Here we find another group of three States. One country from the Americas, another from the middle east, and a third State from the European continent. Each one with very pronounced specificities regarding their elections. These are as follows:

- CANADA
- ISRAEL
- NETHERLANDS

- i) Canada had a higher abstention rate than in its last two legislative elections (+ 4,12% when compared to 2019 and + 5,42% when compared to 2015), but the analysis on this State (see analysis on Canada) demonstrates that COVID-19 had an insignificant impact in voters' decisions on their participation in the election.
- ii) In Israel, the abstention for 2021 was 4,08% higher than that registered in 2020, but Israel had four legislative elections in the scope of two years. And if it is true that in March of 2021, 32,56% of voters did not go to polling stations, it isn't any less truthful that in September of 2019, long before the pandemic, 30,17% of voters had decided they would do the same.
- iii) Lastly, in the Netherlands there was an increase of 3,4% in abstention when compared with 2017, but still 4,1% lower than the abstention registered in 2012. Could abstention have been higher had no extraordinary measures to tackle COVID-19 effects on turnout been adopted (we highlight the extension of voting times in polling stations for three days)? Perhaps, but that does not grant us the ability to disregard the political demoralisation of the Dutch, which might have also contributed for a lower turnout.

c. States which had increases above 5% when compared with the previous election.

Here we can find a group of seven States in which the abstention rates were quite higher. Four of these are located in Europe, two in the Americas, and one in Africa. There are clear differences among them, but these differences, even in the numeric context, do not warrant any subdivisions. These are:

- ARGENTINA
- BULGARIA
- CAPE VERDE
- CROATIA
- NORTH MACEDONIA
- MEXICO
- SERBIA

- i) In Argentina, the abstention rate in 2021 was 9,02% higher than that verified in 2019 and 5,39% higher when compared with the 2017 figures. We admit that the meagre adoption of measures aimed at ensuring safety in the voting process, along with voting exemption (the vote is mandatory in Argentina) for a significant number of voters did contribute for a higher abstention rate.
- ii) In Bulgaria there was a strong abstentionist increase, but the Bulgarian case cannot be set apart from the fact that just in 2021 alone Bulgaria had three legislative elections and a two-round presidential election. In the course of a year, Bulgarian citizens were called to vote for five times. If it is true that Bulgaria was a State in which practically no measures were adopted to facilitate voting, it is no less truthful that there is a clear political exhaustion from voters. Both reasons might surely have led to an increase in abstention of 17,64% in the 2021 presidential elections when compared with 2016 figures, and an increase of 14,14% in the 2021 legislative elections when compared with 2017.
- iii) In Cape Verde, there is a clear tendency in rising abstention since 2011, both in the legislative elections (+ 10,47% in 2021 compared to 2016 and + 18,51% compared to 2011), and in the presidential elections. And even if in these last elections the abstention decreased (- 12,3% in relation to 2016) the turnout rate of only 48% of voters. It does not seem that it was the inexistence of relevant measures to ensure safe voting the main or only reason for such a high abstention rate.
- iv) In Croatia the abstention has increased, but it has done so with figures very distinct from those found in Bulgaria. In the 2020 legislative elections there were more 5,7% of abstentionists than in 2016, but such tendency for abstention was already being felt back in the previous election (in 2016 there was an increase of 8,2% when compared to 2015).
- v) North Macedonia is one of the States under analysis with one of largest abstention rates when compared with 2016 and 2014 legislative elections (+ 15% in the first case and + 12% in the second case). Political reasons were surely the grounds for abstention, but we must admit, as done by the

author of the paper on abstention in this State, that the inexistence of enabling measures for exercising voting rights might have allowed for a lower turnout rate.

- vi) Mexico is a country which stands out due to the absence of any special method of voting, meaning that this might help justify the increase of 9,4% in abstention when compared with the 2018 elections (still a 5,5% lower abstention than in 2015). However, queries made with voters concluded that COVID-19 was not the reason for abstention (see paper on Mexico). Despite this, we have no clear evidence which might had help us conclude in either way.
- vii) Finally, Serbia postponed its elections as consequence of the «state of emergency» which was decreed because of the pandemic. However, the increase in 7,14% of abstentionists when compared with 2016 and of 4,16% when compared with 2014, can hardly be justified by the pandemic. Moreover, just like the analysis on this country shows, not only there were few cases of transmission during the elections, but also most restrictions had been lifted.

Therefore, we conclude by stating that the analysis which was made allowed us to confirm what was previously said: COVID-19 cannot be held responsible, or as having full responsibility, for the electoral abstention observed in the last two years. If it was, how would we justify the lower abstention in countries which implemented few measures to facilitate or to encourage the exercise of voting rights? One might respond by claiming that the absence of measures in implementing States, or even the previous inexistence of voting methods different from the traditional in-person vote, would have contributed to a lower voter turnout. We admit that it might have been so on few occasions, but this admission does not help us understand how voters in the same country had different behaviours in different elections, despite having equal conditions to vote (the Portuguese case). It seems, in synthesis, that in every observed State, voters behaved much in line with what would regularly be their normal behaviour in time of elections, and the higher or lower political motivation was and still is a determining factor in electoral participation.

Table 6. AFRICA (Abstention)

CAPE VERDE	Legislative	2021 42,5%		2016 32,03%		2011 23,99%	
	Presidential	2021 52%		2016 64,3%		2011	
						1 st round	2 nd round
						47%	54,3%
SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE (Presidential)		2021		2016		2011	
		1 st round	2 nd round	1 st round	2 nd round	1 st round	2 nd round
		31,6%	34,6%	35,69%	53,94%	33,78%	25,96%

Table 7. AMERICAS (Abstention)

ARGENTINA (Legislative)		2021 28,61%		2019 19,59%		2017 23,22%	
CANADA (Legislative)		2021 37,12%		2019 33%		2015 31,7%	
CHILE	Presidential	2021		2017		2013	
		1 st round	2 nd round	1 st round	2 nd round	1 st round	2 nd round
		52,66%	44,6%	53,3%	50,98%	50,65%	58,02%
	Legislative	2021 52,73%		2017 53,36%		2013 50,65%	
		Senate	2021 52,48%		2017 54,44%		2013 50,34%
	Referendum	2020 49,05%					
MEXICO (Legislatives)		2021 49,1%		2018 39,7%		2015 54,6%	

Table 8. ASIA/Middle East (Abstention)

SOUTH KOREA (Presidential)	2022 22,9%	2017 22,8%	2012 24,2%	
ISRAEL (Legislative)	2021 32,56%	2020 28,48%	2019 (Sep.) 30,17%	2019 (April) 31,54%
JAPAN (Legislative)	2021 44,07%	2017 46,32%	2014 47,34%	

Table 9. EUROPE (Abstention)

ALBANIA (Legislative)		2021 53,71%		2017 54,17%		2013 47,3%			
GERMANY (Legislative)		2021 23,4%		2017 23,8%		2013 28,5%			
BULGARIA	Legislative	2021 (Nov.) 61,57%		2021 (July) 59,61%		2021 (April) 50,9%		2017 47,43%	2014 50,49%
	Presidential	2021		2016		2011			
		1 st round	2 nd round	1 st round	2 nd round	1 st round	2 nd round		
		61,36%	66,35%	43,72%	49,56%	48,17%	51,96%		
CYPRUS (Legislative)		2021 34,28%		2016 33,26%		2011 21,3%			
CROATIA (Legislative)		2020 53,1%		2016 47,4%		2015 39,2%			
ICELAND	Presidential	2020 33,1%		2016 24,3%		2012 30,7%			
	Legislative	2021 19,9%		2017 18,8%		2013 18,5%			
LITHUANIA (Legislative)		2020		2016		2012			
		1 st round	2 nd round	1 st round	2 nd round	1 st round	2 nd round		
		52,19%	61,04%	49,39%	61,90%	47,08%	64,09%		
NORTH MACEDONIA (Legislative)		2020 48%		2016 33%		2014 36%			
MOLDOVA	Presidential	2020		2016 ¹⁹					
		1 st round	2 nd round	1 st round	2 nd round				
		51,46%	41,78%	50,82%	46,55%				
	Legislative	2021 47,70%		2019 50,72%		2014 44,20%			
NORWAY (Legislative)		2021 22,8%		2017 21,8%		2013 21,8%			
NETHERLANDS (Legislative)		2021 21,60%		2017 18,40%		2012 25,70%			
POLAND (Presidential)		2020		2015		2010			
		1 st round	2 nd round	1 st round	2 nd round	1 st round	2 nd round		
		35,49%	31,82%	51,04%	45,30%	45,07%	44,71%		
PORTUGAL	Legislative	2022 48,58%		2019 51,43%		2015 44,14%			
	Presidential	2021 60,76%		2016 51,34%		2011 53,48%			
	Regional Azores	2020 54,58%		2016 59,16%		2012 52,12%			
CZECH REPUBLIC (Legislative)		2021 34,57%		2017 39,16%		2013 40,52%			
RUSSIA	Duma	2021 48,3%		2016 52,18%		2011 39,9%			
	Referendum	2020 32,12%							
SERBIA (Legislative)		2020 51,07%		2016 43,93%		2014 46,91%			

19 This was the year when the first direct suffrage elections were held.

Table 10. OCEANIA (Abstention)

NEW ZEALAND (Legislative)	2020 17,76%	2017 20,25%	2014 23,05%
------------------------------	----------------	----------------	----------------

ÁFRICA



Cabo Verde

Rui Pinto¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/drar-4668>

Nos tempos que correm, um olhar para os sistemas eleitorais e para os momentos democráticos implica uma nova abordagem, focada nas novas circunstâncias emergentes da Pandemia do Covid-19. Esta nova realidade traz consigo novos perigos para o Estado de Direito, através da imposição de estados de emergência e do disseminar da desinformação, com ataques aos meios de comunicação social independente e à liberdade de expressão.

Repare-se que mesmo nas democracias de maior consolidação assistimos a uma tendência de erosão da própria democracia, onde as campanhas de desinformação têm um impacto muito significativo na opinião pública e na liberdade de pensamento minando assim a participação democrática².

Cabo Verde é um dos países africanos com melhores índices democráticos, com uma democracia liberal sólida que lhes possibilitou um crescimento continuado a nível económico e social³, sendo assim uma das mais desenvolvidas democracias em todo o continente Africano de acordo com o Índice Mundial sobre o Estado da Democracia (GSOD)⁴.

No entanto, apesar da consolidação democrática em Cabo Verde, a pandemia implicou novas dinâmicas e estratégias para manter a ordem democrática imune às vagas autoritárias. Foi, pois, neste contexto, que em 2021 se realizaram eleições legislativas e eleições presidenciais.

As eleições legislativas em Cabo Verde tiveram lugar em abril de 2021 com uma percentagem de abstenção fixada em 42,5%⁵. Nou-

tras palavras, 167.138 cidadãos não participaram neste momento eleitoral que determinou a nova composição parlamentar no país⁶. Posteriormente, a 17 de outubro de 2021 decorreram eleições presidenciais no país, dando a vitória a JOSÉ MARIA PEREIRA NEVES, antigo primeiro-ministro de Cabo Verde (2001-2016). Um olhar para os números oficiais permite-nos perceber que a taxa de abstenção se fixou em 52% neste momento eleitoral, o que significa que 207.565 eleitores não votaram⁷.

Posto isto, devemos colocar em torno da discussão a seguinte questão: foi a pandemia determinante para o alcançar desta percentagem?

Relembre-se que os primeiros casos de infeções por Covid-19 foram registados em maio de 2020, tendo a pandemia levado o governo a implementar diversas normas e regras destinadas a desacelerar o disseminar do vírus, tais como o distanciamento social e o uso de máscaras em público. Assim sendo, é importante perceber se a mobilização em larga escala para as mesas de voto causou na população algum tipo de receio ou medo de propagação do vírus ou, por outro lado, se o impacto na participação eleitoral se poderá encontrar associado a uma opinião generalizada de descrédito nas instituições públicas.

Aliás, algumas semanas antes das eleições legislativas em Cabo Verde, os casos diários de Covid-19 dispararam visivelmente, com o país a registar mais de 20,000 casos por dia⁸. No entanto, não obstante estes números dramáticos, a Comissão Nacional de Eleições encorajou todos os cidadãos elegíveis a votar num processo de voto antecipado, logo após o procedimento de registo, disponível em diversas localizações do país e diáspora⁹.

Tendo isto em mente, procurando conter a propagação do Covid-19

1 Doutorando em Direito pela Universidade Lusíada e Investigador Colaborador no Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais da Universidade Lusíada (CEJEA).

2 International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA). *The Global State of Democracy 2021. Building Resilience in a Pandemic Era*. IDEA. Sweden. 2021. P. 23. Disponível em https://www.idea.int/gsod/sites/default/files/2021-11/the-global-state-of-democracy-2021_0.pdf.

3 Baker, Bruce. Cape Verde: The most democratic nation in Africa? *The Journal of Modern African Studies*. Vol 44, No 4, Dec. 2006, p.p. 493-511.

4 Cf. GSOD, disponível em <https://www.idea.int/gsod-indices/democracy-indices>. (consultado a 27 de fevereiro de 2022).

5 Cf. Comissão Nacional de Eleições, disponível em: <https://cne.cv/resultados-das-eleicoes/#> (consultado a 27 de fevereiro de 2022).

6 Acerca desta eleição *Vide* Pinto, Rui Pedro. Eleições Legislativas de Cabo Verde (18 de Abril de 2021). In *POLIS* n.º 3 II Jan/Jun, 2021, p.p. 177-179. disponível in <https://doi.org/10.34628/d22z-ty12..>

7 Acerca das eleições presidenciais de 2021 *Vide* Correia, Eduardo, Pinheiro, Carolina & Teixeira, Patrícia. Eleições Presidenciais em Cabo Verde (17 de outubro de 2021). In *POLIS* n.º 4 II Jul/Dez, 2021, p.p. 231-234. Available in <https://doi.org/10.34628/lrs0-se35>

8 Cf. Worldometer, disponível em <https://www.worldometers.info/coronavirus/country/cabo-verde/> (consultado a 27 de fevereiro de 2022).

9 Cf. Sanches, Edalina. Parliamentary Elections under Covid-19: The Case of Cabo Verde. IDEA. Sweden. 2021. P. 8. Disponível em <https://www.idea.int/sites/default/files/2021-10-27-case-study-parliamentary-elections-under-covid-19-the-case-of-cabo-verde-en.pdf>.

e para aumentar a confiança nos processos eleitorais em curso, a reboque de outros países do mundo, foram implementadas medidas especiais nas mesas de voto nestes, em ambas as eleições, tais como:

- Abertura antecipada das mesas de voto;
- Disponibilização de máscaras, luvas, viseiras e desinfetantes para as mãos a todos os membros das mesas de voto;
- Limitação do número máximo de eleitores nas mesas de voto;
- Promoção do distanciamento social;
- Disponibilização de álcool gel a todos os eleitores à entrada da assembleia de voto, promovendo assim a devida higienização das mãos;
- Prioridade dos eleitores pertencentes a grupos de risco;
- Presença de forças de segurança para garantir a proibição de comportamentos capazes de promover ajuntamentos^{10/11/12}.

Apesar de tudo o que até aqui se expos, um olhar atento para as várias eleições legislativas em Cabo Verde permite-nos perceber e entender a fundo o decréscimo na participação eleitoral (*Vide* Tabela 1).

Tabela 1. Taxas de Abstenção em Eleições Legislativas em Cabo Verde

Ano	Taxa de Abstenção
2021	42,5%
2016	32.03%
2011	23.99%

Fonte: CNE - Comissão Nacional de Eleições

Note-se que em 2016 a abstenção fixou-se em 32.03%¹³ e em 2011 em 23.99%¹⁴, no entanto, numa perspetiva longitudinal, estas eleições não apresentaram as percentagens mais baixas de participação eleitoral da história do país, uma vez que tal recorde pertence às eleições de 2001 e 2006, onde a abstenção se fixou em 45.90% e 45.80%, respetivamente¹⁵.

Por outro lado, os números das eleições presidenciais em Cabo Verde (*Vide* Tabela 2), fazem-nos perceber que entre 2016 e 2021 houve um aumento na participação nesta eleição. Aliás, lembre-se que

em 2016, Cabo Verde assistiu a uma larga taxa de abstenção, com um recorde histórico de 64.3%.

Tabela 2. Taxas de Abstenção nas Eleições Presidenciais de Cabo Verde

Ano	Taxa de Abstenção
2021	52%
2016	64.3%
2011	47% ¹⁶ / 54.3% ¹⁷

Source: CNE - Comissão Nacional de Eleições¹⁸

Assim sendo, mesmo com altas taxas de abstenção neste ato eleitoral, as eleições presidenciais que decorreram em outubro de 2021 apresentam uma abstenção inferior a muitas outras que decorreram no país, tais como as eleições presidenciais de 1996 com 54.3% ou 2016 com uma abstenção de 64.3%.

Portanto, embora a pandemia possa ter sido um elemento potenciador de tais números, numa análise temporal das eleições em Cabo Verde, percebemos que esta se veio aliar a outras razões como o desgaste e a erosão do poder público em termos de impacto significativo na participação popular, sobretudo porque Cabo Verde é um dos países africanos com maiores níveis de educacionais, devido à evolução económica ao longo dos anos¹⁹.

Note-se que a participação eleitoral se encontra sistematicamente relacionada com o nível educacional de um país, uma vez que num país com maiores níveis educacionais haverá um melhor entendimento das bases dos sistemas políticos e eleitorais locais e nacionais. Portanto, a explicação das vantagens da democracia e da sua importância, bem como dos benefícios que podem ser alcançados através de um processo eleitoral honesto e pacífico, será um dos principais pilares para alcançar uma maior mobilização eleitoral²⁰.

Tendo tudo o que anteriormente se expos, devemos enfatizar a teoria das três ondas democráticas²¹, a partir da qual conseguimos perceber que vivemos num mundo onde os valores democráticos são largamente aceites como princípios fundamentais capazes de garantir estabilidade económica, política e social, mesmo numa era de obscurantismo democrático, onde o conflito entre modelos autoritários de governo e as aspirações humanas de liberdade é recorrente²².

10 *Idem, Ibidem.*

11 *Vide* Deliberação n.º 78/Eleições Legislativas/202, de 24 de Março. Comissão Nacional de Eleições. Disponível em <https://cne.cv/wp-content/uploads/2021/04/Deliberaçao-no-78-Medidas-de-Seguranca-Sanitaria.pdf> (consultado a 27 de fevereiro de 2022).

12 *Vide* Deliberação n.º 47/ Eleições Presidenciais/2021, de 6 de outubro. Comissão Nacional de Eleições. Disponível em <https://cne.cv/wp-content/uploads/2021/10/Deliberaçao-no-47-Mav-Medidas-de-Prevencao-Covid-19.pdf> (consultado a 27 de fevereiro de 2022).

13 Cf. Comissão Nacional de Eleições, disponível em <https://cne.cv/resultados-eleicoes-legislativa/> (consultado em 27 de fevereiro de 2022).

14 Cf. Comissão Nacional de Eleições, disponível em <https://cne.cv/resultado-das-eleicoes-legislativas-2011/> (consultado em 27 de fevereiro de 2022).

15 Cf. Comissão Nacional de Eleições, disponível em <https://cne.cv/resultado-das-eleicoes-legislativas-2006/> (consultado em 27 de fevereiro de 2022).

16 Taxa de Abstenção relativa à 1ª volta.

17 Taxa de Abstenção relativa à 2ª volta.

18 Disponível em <https://cne.cv/resultados-das-eleicoes/> (consultado a 5 de março de 2022).

19 Baker, Bruce. Op. Cit. P. 506.

20 Kolstad, Ivar & Wiig, Arne. *Education and electoral participation: Reported versus actual voting behavior*. CMI - Michelsen Institute. 2015. Disponível em <https://www.cmi.no/publications/5606-education-and-electoral-participation> (consultado em 5 de março de 2022).

21 Huntington, Samuel P. *Democracy's Third Wave*. *Journal of Democracy*. Vol. 2. No 2. Spring 1991. P. 12-34. Disponível em <https://www.ned.org/docs/Samuel-P-Huntington-Democracy-Third-Wave.pdf>.

22 Welzel, Christian. *Why the Future is Democratic*. *Journal of Democracy*. Vol. 2 No 2, 2021. P. 132-144.

Cape Verde

Rui Pinto¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/drar-4668>

In the current times, a glance at the electoral systems and the democratic moments implies a different approach focused on the new circumstances brought by Covid-19 Pandemic.

This new reality brings new dangers to our rule of law, through the imposition of states of emergency, the spread of disinformation and crackdowns on independent media and freedom of expression. Even on the established democracies, we are witnessing a trend to democratic erosion. Disinformation campaigns can impact public opinion, freedom of thought and, in this way, undermining democratic participation²

Cape Verde is one of the African Countries with higher democratic rates, with a consolidated liberal democracy, which has allowed a continued development at the economic and social level³. Therefore, this is one of the better-performing democracies in Africa according to Global State of Democracy Indices (GSOD)⁴.

However, despite the democratic consolidation in Cape Verde, the pandemic has implicated new dynamics and strategies to maintain the democratic order immune to authoritarianism waves.

The legislative elections in Cape Verde that took place in April 18th of 2021 with an abstention percentage settled in 42.5%⁵. In other words, 167.138 citizens did not participate in the electoral moment that determined the country's new parliamentary composition⁶. It was in this framework were the legislative and presidential elec-

tions of 2021 had occurred.

Subsequently, at 17th of October of 2021 Presidential Elections occurred in the country with a victory of JOSÉ MARIA PEREIRA NEVES, former prime-minister of Cape Verde (2001-2016). A look at the official numbers of the election, allows us to realize that we had an abstention percentage of 52% in this electoral moment, which represents 207.565 electorates did not vote. Naturally, this reality makes us wonder if the pandemic was responsible for this percentage⁷.

Therefore, we should place into discussion the following question: was the pandemic determining to this percentage?

Remember that the first cases of Covid-19 virus infection were registered in May of 2020 and this pandemic drove the government to pass several rules and other regulations designed to curb the spread of the virus, such as social distancing and the use of masks in public. Therefore, it is important to know if any kind of public awareness related to the afraid of a large-scale mobilization of people into the voting stations or associated to a generalized opinion of discredit and disbelief on the public institutions, had impact on the electoral participation.

Besides, few weeks before the legislative elections in Cape Verde, the daily cases increased visibly and the country had registered more than 20,000 cases of Covid-19 per day⁸. Although, in spite these dramatic numbers, the National Electoral Commission has encouraged all eligible citizens to vote in an early vote process, after a registration procedure, available in several locations around the country and in the diaspora.⁹

Bearing this in mind, in order to contain the spread of Covid-19 and to raise the confidence in both electoral processes, as in other countries worldwide, special voting arrangements were implemented as:

1 PhD student in Law at Lusíada University and Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies at Lusíada University (CE-JEA).

2 International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA). *The Global State of Democracy 2021. Building Resilience in a Pandemic Era*. IDEA. Sweden. 2021. P. 23. Available at https://www.idea.int/gsod/sites/default/files/2021-11/the-global-state-of-democracy-2021_0.pdf.

3 Baker, Bruce. Cape Verde: The most democratic nation in Africa? *The Journal of Modern African Studies*. Vol 44. No 4. Dec. 2006, p.p. 493-511.

4 Cf. GSOD, available at <https://www.idea.int/gsod-indices/democracy-indices>. (accessed at February 27th of 2022).

5 Cf. National Electoral Commission available at <https://cne.cv/resultados-das-eleicoes/#> (accessed at February 27th of 2022).

6 Regarding this election *Vide* Pinto, Rui Pedro. Eleições Legislativas de Cabo Verde (18 de Abril de 2021). In *POLIS* n.º 3 II Jan/Jun, 2021, p.p. 177-179. Available in <https://doi.org/10.34628/d22z-ty12>

7 Regarding the presidential elections of 2021 *Vide* Correia, Eduardo, Pinheiro, Carolina & Teixeira, Patrícia. Eleições Presidenciais em Cabo Verde (17 de outubro de 2021). In *POLIS* n.º 4 II Jul/Dez, 2021, p.p. 231-234. Available in <https://doi.org/10.34628/lrs0-se35>

8 Cf. Worldometer, available at <https://www.worldometers.info/coronavirus/country/cabo-verde/> (accessed at February 27th of 2022).

9 Cf. Sanches, Edalina. Parliamentary Elections under Covid-19: The Case of Cabo Verde. IDEA. Sweden. 2021. P. 8. Available at <https://www.idea.int/sites/default/files/2021-10-27-case-study-parliamentary-elections-under-covid-19-the-case-of-cabo-verde-en.pdf>.

- earlier opening of the polling stations;
- provision of face masks, gloves and hand sanitizers for polling station members;
- limitation of the maximum number of voters per polling stations;
- promoting social distancing;
- Alcohol gel was provided to all voters at the entrance to the polling station, to promote proper hand hygiene;
- adequate ventilation of polling stations;
- priority for voters from at-risk groups;
- presence of security forces to ensure the prohibition of behaviors capable of promote crowd gatherings^{10/11/12}.

Nevertheless, a watchful eye into the various legislative elections in Cape Verde let us understand and perceive a decrease in voter participation (*Vide* Table 1).

Table 1. Abstentions Historical in Legislative Elections in Cape Verde

Year	Abstention Percentage
2021	42,5%
2016	32.03%
2011	23.99%

Source: CNE - National Commission of Elections

Notice that in 2016 the abstention percentage was established on 32.03%¹³ and in 2011 on 23.99%¹⁴. However, in a longitudinal perspective, these elections did not have the lowest turnout levels. This record belongs to the 2001 and 2006 elections, with an abstention percentage of 45.90% and 45.80%, respectively¹⁵. On the other hand, a close look into the presidential historical background in Cape Verde (*vide* Table 2), make us realize that between 2016 and 2021 we had a raise on the participation in this election. We should remember that in 2016 Cape Verde assisted to the large abstention records in the country history, with an abstention percentage of 64.3%.

Table 2. Abstentions Historical in Presidential Elections in Cape Verde

Year	Abstention Percentage
2021	52%
2016	64.3%
2011	47% ¹⁶ / 54.3% ¹⁷

Source: CNE - National Commission of Elections¹⁸

So, even with a high abstention percentage in this electoral act, the presidential elections that occurred on October 2021, had a minor abstention percentage than other elections happened in the country, as the presidential elections of 1996 with 54.3% or 2016 with an abstention of 64.3%.

Although the pandemic may have been an element a potentiator of such numbers, in a temporal analysis of elections in Cape Verde, we realize that this came together with other reasons such as the erosion of public power in terms of significant impact on popular participation, mostly because Cape Verde is one of the African Countries with higher levels of education in their population, due to their economic evolution among the years¹⁹.

Note that electoral participation is systematically related to a country educational level, because in a country with higher educational levels, the citizens have a better understanding of the basis of the national and local political and electoral systems.

Therefore, the explanation of the advantages of democracy and the importance of an honest and peaceful election will be one of the main pillars for a larger electoral mobilization²⁰.

With this in mind, to conclude, we should emphasize the Third Waves Democracy Theory²¹, and formerly realize that we live in a world where democratic values are widely accepted as fundamental principles to guarantee the political, economic and social stability, even in an era of democratic gloom, where the conflict between the authoritarian systems of government and human aspirations for individual freedom is recurring²².

10 Idem, Ibidem.

11 *Vide* Deliberation n.º 78/Eleições Legislativas/202, March 24th. National Electoral Commission. Available in <https://cne.cv/wp-content/uploads/2021/04/Deliberacao-no-78-Medidas-de-Seguranca-Sanitaria.pdf> (accessed at February 27th of 2022).

12 *Vide* Deliberation n.º 47/ Eleições Presidenciais/2021, October 6th. National Electoral Commission. Available in <https://cne.cv/wp-content/uploads/2021/10/Deliberacao-no-47-Mav-Medidas-de-Prevencao-Covid-19.pdf> (accessed at February 27th of 2022).

13 Cf. National Electoral Commission available <https://cne.cv/resultados-eleicoes-legislativa/> (accessed at February 27th of 2022).

14 Cf. National Electoral Commission available at <https://cne.cv/resultado-das-eleicoes-legislativas-2011/> (accessed at February 27th of 2022).

15 Cf. National Electoral Commission available at <https://cne.cv/resultado-das-eleicoes-legislativas-2006/> (accessed at February 27th of 2022).

16 1st round abstention percentage.

17 2º round abstention percentage.

18 Available in <https://cne.cv/resultados-das-eleicoes/> (accessed at March, 5, 2022).

19 Baker, Bruce. Op. Cit. P. 506.

20 Kolstad, Ivar & Wiig, Arne. *Education and electoral participation: Reported versus actual voting behavior*. CMI – Michelsen Institute. 2015. Avalibale in <https://www.cmi.no/publications/5606-education-and-electoral-participation> (accessed at March 5th, 2022).

21 Huntignton, Samuel P. Democracy’s Third Wave. *Journal of Democracy*. Vol. 2. No 2. Spring 1991. P. 12-34. Available at <https://www.ned.org/docs/Samuel-P-Huntington-Democracy-Third-Wave.pdf>.

22 Welzel, Christian. Why the Future is Democratic. *Journal of Democracy*. Vol. 2 No 2, 2021. P. 132-144.

São Tomé e Príncipe

Amaro Couto¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/mk77-pp46>

No Contexto da COVID-19, uma só eleição, as presidenciais de 2021, ocorreu em S. Tomé e Príncipe. As medidas para travar a progressão da doença não influenciaram o comportamento dos eleitores. A legislação eleitoral vigente não incluiu modalidades para o exercício do voto pelos eleitores contaminados pela COVID-19 e consequentemente confinados. A produção legislativa realizada² não se destinou a corrigir tal insuficiência, orientando-se para a minimização dos riscos de transmissão da doença. Editaram-se medidas de segurança mais elevadas para os eleitores, quer no quadro campanha eleitoral, quer no exercício do sufrágio. Essas medidas não abriram espaço para o voto dos eleitores confinados. Por ocasião da 1ª volta das presidenciais de 2021³ existiam no país 37 pessoas confinadas, em isolamento domiciliar⁴, que também compuseram a totalidade dos abstencionistas (38.875)⁵ verificados. Na 2ª volta⁶, existiram 190 pessoas confinadas⁷ e 42.680 abstencionistas⁸. Se os confinados tivessem podido votar, pela percentagem que representavam na totalidade dos eleitores⁹, não haveria alteração substancial dos resultados obtidos. Na 1ª volta a abstenção dos confinados representou cerca de 0,095% da totalidade dos abstencionistas e cerca de 0,445% dos que se abstiveram na 2ª volta. As taxas de abstenção nas presidenciais de 2021 fixaram-se em 31,6% na 1ª volta e em 34,6% na 2ª volta, situando-se na faixa de 30% a 36% em que a abstenção vem mais frequentemente oscilan-

do nas presidenciais¹⁰. A taxa mais elevada verificada da 2ª volta de 2016 (53,94%) explica-se pela desistência do segundo candidato mais votado na 1ª volta¹¹, o que não motivou o voto dos eleitores desse candidato na 2ª volta. No contexto da COVID-19 não se realizaram legislativas. Neste tipo de eleições, a participação tem sido mais ampla, sendo que os eleitores se mobilizam mais, observando-se taxas de abstenção entre os 11% e os 29% (11,15% em 2010, 28,40% em 2014 e 19,2% em 2018).

Tipo de eleição	Ano da eleição	Taxa de abstenção
Presidenciais	2021	31,6% (1ª volta) ¹² 34,6% (2ª volta) ¹³
	2016	35,69% (1ª volta) ¹⁴ 53,94% (2ª volta) ¹⁵
	2011	33,78% (1ª volta) ¹⁶ 25,96% (2ª volta) ¹⁷
Legislativas	2018 ¹⁸	19,2%
	2014 ¹⁹	28,40%
	2010 ²⁰	11,15%

1 Professor de Direito Constitucional, da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe (ORCID: 0000-0002-1448-3715).
2 Decreto-lei n.º 18/2021, que define as medidas de restrição específicas para o período eleitoral das presidenciais de 2021, Diário da República n.º 47, I SÉRIE, de 30 de junho de 2021.
3 18 de julho de 2021.
4 Ministério da Saúde de S. Tomé e Príncipe, Boletim diário COVID-19 N.º 447, de 17/07/2021, <https://covid.ms.gov.st/st/>
5 Fonte: Assembleia de Apuramento Geral.
6 05 de setembro de 2021.
7 Ministério da Saúde de S. Tomé e Príncipe, Boletim diário COVID-19 N.º 496, de 04/09/2021.
8 Fonte: Assembleia de Apuramento Geral.
9 Os Boletins diários do Ministério da Saúde não incluem as idades das pessoas em isolamento domiciliar, pelo que não facilitam, dentre os confinados, a determinação daqueles em idade de votar.

10 Taxas que incluem os votos no território nacional e na diáspora.
11 V. Revista POLIS, Vol. 2, N. 4, (2021), Universidade Lusíada, Lisboa, *Eleições presidenciais na República Democrática de São Tomé e Príncipe (18 de julho e 5 de setembro de 2021)*.
12 Fonte: Assembleia de Apuramento Geral.
13 Idem.
14 Idem.
15 Fonte: Comissão Eleitoral Nacional.
16 Idem.
17 Idem.
18 Fonte: Assembleia de Apuramento Geral.
19 Fonte: Comissão Eleitoral Nacional.
20 Idem.

São Tomé and Príncipe

Amaro Couto¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/mk77-pp46>

In the context of COVID-19, only one election, the 2021 presidential elections, took place in S. Tomé and Príncipe. Measures to halt the spread of the disease did not influence voter behavior. Current electoral legislation did not include voting methods by voters contaminated by COVID-19 and consequently confined. The legislation carried out ²was not intended to correct this insufficiency, focusing on minimizing the risks of disease transmission. Higher security measures were enacted for voters, both in the context of the electoral campaign and in the exercise of suffrage. These measures did not make room for the vote by confined voters. On the occasion of the 1st round of the 2021 presidential elections, ³there were 37 people confined in the country, in-home isolation⁴, which also made up the total number of verified abstentionists (38,875)⁵. In the 2nd round⁶, there were 190 people confined ⁷and 42,680 abstentionists⁸. If the confined had been able to vote, given the percentage they represented in the total number of voters⁹, there would not have been a substantial change in the results obtained. In the 1st round, the abstention of confined people represented about 0.095% of all abstentionists and about 0.445% of those who abstained in the 2nd round.

Abstention rates in the 2021 presidential elections stood at 31.6% in the 1st round and 34.6% in the 2nd round, placing them in the range of 30% to 36% in which abstention has been more frequently fluctuating in the presidential elections. ¹⁰. The highest rate observed in the 2nd round of 2016 (53.94%) is explained by the withdrawal of the second most voted candidate in the 1st round¹¹, which did not motivate the voters of this candidate to vote in the 2nd round. In the context of COVID-19, no legislative elections were held. In this type of election, participation has been broader, with voters being more mobilized, and with abstention rates between 11% and 29% (11.15% in 2010, 28.40% in 2014, and 19.2% in 2018).

Type of election	Election year	Abstention rate
Presidential	2021	31.6%, 1st round ¹² / 34.6%, 2nd round ¹³
	2016	35.69%, 1st round ¹⁴ / 53.94%, 2nd round ¹⁵
	2011	33.78%, 1st round ¹⁶ / 25.96%, 2nd round ¹⁷
Parliamentary	2018 ¹⁸	19.2%
	2014 ¹⁹	28.40%
	2010 ²⁰	11.15%

1 Professor of Constitutional Law at the Lusíada University of São Tomé and Príncipe (ORCID: 0000-0002-1448-3715).

2 Decree-law no. 18/2021, which defines the specific restriction measures for the 2021 presidential election period, Diário da República n.º47, I SÉRIE, of 30 June 2021.

3 18th of July 2021 .

4 Ministry of Health of S. Tomé and Príncipe, COVID-19 Daily Bulletin No. 447, of 07/17/2021, <https://covid.ms.gov.st/st/>

5 Source: General Counting Assembly.

6 September 5, 2021.

7 Ministry of Health of S. Tomé and Príncipe, Daily Bulletin COVID-19 No. 496, of 09/04/2021.

8 Source: General Counting Assembly.

9 The Ministry of Health's daily bulletins do not include the ages of people in isolation at home, so they do not facilitate, among those confined, the determination of those of voting age.

10 Rates that include votes in the national territory and in the diaspora.

11 See POLIS, Vol. 2, N. 4, (2021), Universidade Lusíada, Lisbon, Eleições Presidenciais na República Democrática de São Tomé e Príncipe (18 de julho e 5 de setembro de 2021)).

12 Source: General Counting Assembly.

13 *Idem*.

14 *Idem*.

15 Source: National Election Commission.

16 *Idem*.

17 *Idem*.

18 Source: General Counting Assembly.

19 Source: National Election Commission.

20 *Idem*.

AMÉRICA



Argentina

Tiago Simões¹
Raquel Pacheco²

DOI: <https://doi.org/10.34628/ksk2-x202>

A partir de janeiro de 2020 o mundo deparou-se com um novo desafio a nível global, a pandemia COVID-19. No dia 30 desse mês, a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou o surto como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional e no dia 11 de março de 2020 declarou-o como pandemia.

Em contexto pandémico, realizaram-se no dia 14 de novembro de 2021 as últimas eleições legislativas na Argentina. Com efeito, como seria de esperar, atendendo à situação epidémica da COVID-19, os valores da abstenção acentuaram-se bastante, não obstante o facto de na Argentina o voto ser obrigatório entre os 18 e os menores de 70 anos. É importante referir que, nos termos do artigo 18º do Código eleitoral Nacional, as pessoas inscritas cujas idades estejam compreendidas entre os 18 e os 69 anos são obrigadas a votar, mas que o voto é facultativo para os cidadãos originários com idades entre os 16 e 17 anos³, tal como para os cidadãos com pelo menos 70 anos. Nos termos do artigo 125.º da Ley 19.945, a multa para quem não cumpra o seu dever será entre 50 e 500 pesos argentinos.

No entanto, apesar de o voto ser na sua generalidade obrigatório, existem algumas exceções que justificam que um eleitor não vote, nomeadamente, motivos de doença ou a situação de o eleitor, justificadamente, se encontrar a mais de 500 quilómetros do lugar onde deve cumprir o seu dever de voto. A estas duas exceções juntaram-se, nas últimas legislativas, por força do “*Protocolo Sanitario De Prevención Covid-19 – Elecciones Nacionales 2021*”, justificações por motivos da Covid-19, nomeadamente, o eleitor estar contagiado, ter fortes sintomas ou se for um contacto de risco.

A par desta medida foram implementadas medidas gerais⁴ em

todos os distritos eleitorais, como o aumento da quantidade de locais de voto, as distâncias mínimas entre eleitores, a utilização obrigatória de máscara, a higienização das mãos, entre outras. Foram ainda implementadas medidas especiais⁵ em cada distrito eleitoral, nomeadamente, horários específicos para grupos de risco, prioridade em função da idade, condicionamentos à imprensa nos locais de voto, salas de contingência para que pessoas com suspeita de Covid-19 que insistissem em votar o pudessem fazer. Neste sentido, como seria expectável, atendendo ao acréscimo de justificações para que os eleitores não fossem obrigados a deslocar-se às urnas, houve uma subida da taxa de abstenção relativamente ao ano de 2019, registando-se uma taxa de 28,61% em 2021, enquanto em 2019 a taxa tinha sido de apenas 19,59%. Porém, se olharmos para os resultados nas eleições de 2017, em que se registou uma taxa de abstenção de 23,22%, a subida dos valores de abstenção já não nos parece tão drástica.

Conseguimos ainda notar que em certos círculos eleitorais a taxa de abstenção manteve-se relativamente constante aos longo dos anos, apesar das naturais variações. Porém, em 2021 sublinhamos a acentuada subida da abstenção no Distrito de Salta, onde se registou uma taxa de abstenção de 36,84% em comparação aos 23,91% de 2019 e 26,64% de 2017.

1 Licenciado em Direito, pela Universidade Lusíada. Investigador Colaborador do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

2 Mestranda em Economia Internacional e Estudos Europeus, no Instituto Superior de Economia e Gestão. Investigadora Colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada.

3 Os cidadãos argentinos naturalizados apenas podem votar a partir dos seus 18 anos.

4 Sobre esta matéria, cf. <https://www.electoral.gob.ar/nuevo/paginas/pdf/PROTOCOLO%20SANITARIO%20DE%20PREVENCION%20COVID-19%20%E2%80%93%20ELECCIONES%20NACIONALES%202021%20v2.pdf>

5 A este respeito, cf. <https://www.argentina.gob.ar/elecciones/medidas-sanitarias-contra-el-covid-19-para-las-elecciones-2021>

Distrito eleitoral	Taxa de abstenção em 2017 ⁶	Taxa de abstenção em 2019 ⁷	Taxa de abstenção em 2021 ⁸
Capital Federal	27,6 %	23,52 %	30,38 %
Buenos Aires	21,14 %	17,89 %	27,67 %
Catamarca	28,33 %	19,17 %	30,72 %
Córdoba	27,32 %	21,01 %	32,39 %
Corrientes	29,93 %	19,26 %	33,22 %
Chaco	27,16 %	22,42 %	33,91 %
Chubut	26,01 %	22,41 %	30,78 %
Entre Ríos	20,74 %	19,43 %	25,68 %
Formosa	21,5 %	22,28 %	26,77 %
Jujuy	19,39 %	18,23 %	26,97 %
La Pampa	23,07 %	18,79 %	24,93 %
La Rioja	27,69 %	19,13 %	26,59 %
Mendoza	21,95 %	18,93 %	25,86 %
Misiones	21,93 %	20,13 %	31,34 %
Neuquén	19,55 %	16,06 %	23,95 %
Río Negro	25,75 %	19,84 %	28,66 %
Salta	26,64 %	23,91 %	36,84 %
San Juan	21,08 %	17,61 %	26,90 %
San Luis	16,86 %	18,77 %	21,91 %
Santa Cruz	29,38 %	25,48 %	32,23 %
Santa Fé	24,65 %	20,6 %	30,33 %
Santiago Del Estero	21,00 %	19,65 %	23,23 %
Tucumán	17,81 %	17,27 %	20,03 %
Tierra Del Fuego	26,96 %	24,17 %	27,94 %
Total	23,22 %	19,59 %	28,61 %

6 Cf. <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/2017>
7 Cf. <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultados-y-estadisticas/elecciones-2019>
8 Cf. <https://www.electoral.gob.ar/nuevo/paginas/btn/escrutinio2021.php>

Argentina

Tiago Simões¹
Raquel Pacheco²

DOI: <https://doi.org/10.34628/ksk2-x202>

Since January 2020, the world has been faced with a new global challenge, the pandemic COVID-19. On the 30th of that month, the World Health Organization (WHO) classified the outbreak as a Public Health Emergency of International Concern and on March 11, 2020 declared it a pandemic.

Within a pandemic context, the last legislative elections in Argentina took place on November 14, 2021. In fact, as expected, given the epidemic situation of COVID-19, the abstention rates were quite high, despite the fact that voting is mandatory in Argentina between the ages of 18 and under 70. It is important to note that, according to article 18 of the National Electoral Code, registered persons between the ages of 18 and 69 are obligated to vote, but that voting is optional for original citizens between the ages of 16 and 17³, as it is for citizens who are at least 70 years old. Under article 125 of *Ley 19.945*, the fine for those who fail to fulfill their duty will be between 50 and 500 Argentine pesos.

However, although voting is generally compulsory, there are some exceptions that justify a voter abstaining from voting, namely reasons of illness or the situation where the voter, justifiably, is located more than 500 kilometers from the place where he or she has to fulfill his or her duty to vote. To these two exceptions were added, in the last legislative elections, by force of the “*Protocolo Sanitario De Prevención Covid-19 - Elecciones Nacionales 2021*”, justifications for Covid-19, namely, the voter being infected, having strong symptoms, or being a risk contact.

Along with this measure, general measures were also implemented⁴ in all of the electoral districts, such as increasing the number of

polling places, minimum distances between voters, the mandatory use of masks, and hand hygiene, among others. There were also implemented special measures in each electoral district, namely specific schedules for risk groups, age priority, press restrictions in polling places, contingency rooms to allow people with suspected Covid-19 who insisted on voting to be able to do so,

Therefore, as would be expected, considering the increase in justifications for voters not being required to go to the polls, there was a rise in the abstention rate compared to 2019, with a rate of 28.61% in 2021, while in 2019 the rate had been only 19.59%. However, if we look at the results in the 2017 elections, where there was an abstention rate of 23.22%, the rise in abstention numbers does not seem so drastic anymore.

We were also able to note that in certain electoral circles the abstention rate has remained relatively constant over the years, despite natural variations. However, in 2021 we highlight the marked rise in abstention in the District of Salta, where there was an abstention rate of 36.84% compared to 23.91% in 2019 and 26.64% in 2017.

¹ Degree in Law from Lusíada University (Porto). Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies of Lusíada University (CEJEA).

² Master's degree student in International Economy and European Studies at the Institute of Economics and Management. Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies of Lusíada University (CEJEA).

³ Naturalized Argentine citizens can only vote once they have reached the age of 18.

⁴ Regarding this subject cf. <https://www.electoral.gob.ar/nuevo/paginas/pdf/PROTOCOLO%20SANITARIO%20DE%20PREVENCION%20COVID-19%20%E2%80%93%20ELECCIONES%20NACIONALES%202021%20v2.pdf>

Electoral District	2017 Abstention rate ⁵	2019 Abstention rate ⁶	2021 Abstention rate ⁷
Federal Capital	27,6 %	23,52 %	30,38 %
Buenos Aires	21,14 %	17,89 %	27,67 %
Catamarca	28,33 %	19,17 %	30,72 %
Córdoba	27,32 %	21,01 %	32,39 %
Corrientes	29,93 %	19,26 %	33,22 %
Chaco	27,16 %	22,42 %	33,91 %
Chubut	26,01 %	22,41 %	30,78 %
Entre Ríos	20,74 %	19,43 %	25,68 %
Formosa	21,5 %	22,28 %	26,77 %
Jujuy	19,39 %	18,23 %	26,97 %
La Pampa	23,07 %	18,79 %	24,93 %
La Rioja	27,69 %	19,13 %	26,59 %
Mendoza	21,95 %	18,93 %	25,86 %
Misiones	21,93 %	20,13 %	31,34 %
Neuquén	19,55 %	16,06 %	23,95 %
Río Negro	25,75 %	19,84 %	28,66 %
Salta	26,64 %	23,91 %	36,84 %
San Juan	21,08 %	17,61 %	26,90 %
San Luis	16,86 %	18,77 %	21,91 %
Santa Cruz	29,38 %	25,48 %	32,23 %
Santa Fé	24,65 %	20,6 %	30,33 %
Santiago Del Estero	21,00 %	19,65 %	23,23 %
Tucumán	17,81 %	17,27 %	20,03 %
Tierra Del Fuego	26,96 %	24,17 %	27,94 %
Total	23,22 %	19,59 %	28,61 %

⁵ Cf. <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/2017>

⁶ Cf. <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultados-y-estadisticas/elecciones-2019>

⁷ Cf. <https://www.electoral.gob.ar/nuevo/paginas/btn/escrutinio2021.php>

Canadá

Eduardo Pereira Correia¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/b1m6-7x77>

Tradicionalmente, o Canadá obtém elevados níveis de participação dos eleitores nas eleições federais. Quando a pandemia provocada pela doença COVID-19 afetou o Canadá em março de 2020², as 43^{as} eleições federais haviam-se realizado em outubro de 2019. Contudo, com a eleição de um governo minoritário, a ameaça de outra eleição esteve sempre presente na política canadiana, sobretudo com a justificativa política do Partido Liberal de que o governo precisava de um novo mandato dos canadianos para conduzir o país durante o difícil período da pandemia³.

Será neste contexto que o Canadá enfrenta uma nova eleição federal, com a preocupação em garantir uma abstenção reduzida, comparativamente com outros atos eleitorais. Se observarmos os dados relativos à participação média dos eleitores nas eleições gerais do Canadá, apuramos que, desde 1867, a participação média situa-se nos 70,7%⁴. As maiores afluências dos eleitores em eleições federais ocorreram em 1958, em 1960 e em 1963, com uma afluência às urnas superior a 79%. Contudo, nos últimos anos, a abstenção aumentou significativamente nas eleições federais.

A menor participação eleitoral foi registada em 2008, com a participação eleitoral a cair para apenas 58,8%. No entanto, esta tendência foi moderadamente revertida nos anos seguintes, ainda que a taxa de participação permaneça abaixo das médias históricas. Na eleição de 2011, a participação dos eleitores nas eleições federais foi a terceira mais baixa da história do Canadá, com um total de 61,1%. Nos atos eleitorais seguintes, a participação eleitoral aumentou significativamente, com as eleições federais de 2015 a regis-

ta-rem 68,3%, a maior participação eleitoral desde 1993. Nas eleições federais de 2019, a taxa de participação manteve-se elevada, com 67%, o que contrasta com o aumento da abstenção nas últimas eleições de 2021, que registou uma taxa de participação de 62,88%.

Tabela 1 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES FEDERAIS DO CANADÁ

Data das eleições	População	Eleitores inscritos	Total de votos	Taxa de participação
14 de outubro de 2008	31 612 897	23 677 639	13 929 093	58,8 %
2 de maio de 2011	33 476 688	24 257 592	14 823 408	61,1 %
19 de outubro de 2015	35 702 908	25 939 742	17 711 983	68,3 %
21 de outubro de 2019	37 601 230	27 373 058	18 350 359	67 %
20 de setembro de 2021	38 246 108	27 366 297	17 209 811	62,88 %

Fonte dos dados: CANADA ELECTIONS, 2021⁵.

A pandemia pela COVID-19 obrigou a diversas alterações no contexto eleitoral do Canadá, com o adiamento de quatro atos eleitorais, nomeadamente as eleições suplementares em Victoria e Rossland, originalmente agendadas para 4 de abril de 2020, foram transferidas para maio de 2021; o referendo em Kamloops, originalmente agendado para 4 de abril de 2020, mudou para maio de 2021; as eleições secundárias em Lytton, originalmente agendadas para 25 de abril de 2020, transferidas para 19 de dezembro de 2020; e por fim as eleições municipais, New Brunswick, originalmente agendadas para 11 de maio de 2020 e transferidas para 10 de maio de 2021. Ocorreram, ainda, eleições provinciais e territoriais durante a pandemia por COVID-19, detalhadamente em New Brunswick, British Columbia, Saskatchewan, Newfoundland and Labrador, Yukon e Nova Escócia. Estas eleições ocorreram num clima diferente das anteriores, com o governo a adotar inúmeras medidas restritivas por via da pandemia pela COVID-19⁶, conduzindo o primeiro-minis-

1 Professor da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa. Investigador Integrado do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada.
2 JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE, Coronavirus Resource Center: Canada Dashboard, 2021, in <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>.
3 HUDSON, ALEXANDER (2021). “Snap Vote in the Pandemic shows Canada as one of a kind”, in <https://www.idea.int/news-media/news/snap-vote-pandemic-shows-canada-one-kind>.
4 CANADA ELECTIONS (2021). “Voter Turnout at Federal Elections and Referendums”, in <https://www.elections.ca/content.aspx?section=ele&dir=turn&document=inx&lang=e>.

5 CANADA ELECTIONS (2021). “General Election – National Results”, in https://www.elections.ca/enr/help/national_e.htm.
6 LAWSON, TREVOR *et al.* (2022). COVID-19: Emergency Measures Tracker, McCarthy Tetrault, in <https://www.mccarthy.ca/en/insights/articles/covid-19-emergency-measures-tracker>.

tro JUSTIN TRUDEAU a alertar todos os candidatos para evitarem campanhas pessoais⁷, bem como grandes reuniões políticas e angariação de porta em porta proibida devido à crise da saúde⁸. Por outro lado, e ainda que o Canadá apresente valores de abstenção baixos, sobretudo comparativamente com outros estados ocidentais, o estudo e a preocupação sobre a participação eleitoral é bastante comum. Diversas investigações realizadas apresentam algumas causas claramente identificadas, como o momento da eleição ou o domínio de um partido por um longo período⁹. Sempre que possível, os governos tentam realizar eleições na primavera ou no outono, em vez de no verão ou no inverno. As eleições de verão são problemáticas porque muitas pessoas estão de férias e não têm tempo para votar nas pesquisas antecipadas. No inverno, as condições meteorológicas extremas no Canadá podem impedir a deslocação dos eleitores para a assembleia de voto. Por outro lado, a participação eleitoral pode ser mais baixa quando o mesmo partido político está no poder há um longo período e a oposição não apresenta a possibilidade de vencer a eleição. Este fator leva a um desinteresse geral e apatia com o processo eleitoral.

Outra das questões importantes e mais antigas relativas à participação eleitoral no Canadá advém da necessidade de reforma do sistema eleitoral canadiano. O sistema eleitoral canadiano baseia-se no sistema eleitoral do Reino Unido, consistindo no sistema *first past the post* ou *single member plurality system*, também conhecido como o sistema maioritário a uma volta onde, por cada círculo eleitoral, o candidato com mais votos é eleito, sendo-lhe atribuído um lugar no parlamento¹⁰. Este sistema tende a recompensar os partidos maiores enquanto os partidos mais pequenos podem encontrar-se sub-representados. Os proponentes da reforma eleitoral acreditam que a mudança para um sistema eleitoral com representação mais proporcional produzirá um resultado mais justo e a aumentar a participação eleitoral.

No que concerne às últimas eleições federais do Canadá, a questão que se coloca é qual o impacto da COVID-19 na abstenção eleitoral. Como verificado anteriormente, as eleições federais de 20 de setembro de 2021 obtiveram uma taxa de participação eleitoral de 62.88%, uma das mais baixas dos últimos anos. Por forma a compreendermos as principais motivações, podemos observar um levantamento estatístico realizado pela *Labour Force Survey*¹¹ que

demonstra os principais entendimentos pessoais dos eleitores para o não exercício do voto nas eleições federais canadianas.

Tabela 2 - RAZÕES PARA NÃO VOTAR NAS 44^{as} ELEIÇÕES FEDERAIS (POR SEXO E GRUPO ETÁRIO) EM PORCENTAGEM.

	Total	Homens	Mulheres	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	65-74 anos	75-... anos
Vida quotidiana ou motivos de saúde	43	42	44	42	46	46	42	38	37	52
Muito ocupado	24	24	23	25	31	34	26	18	10	6
Fora da cidade	9	10	8	13	8	5	9	10	10	7
Doença ou deficiência	11	9	13	4	7	7	7	11	18	39
Razões políticas	39	41	37	36	37	37	42	45	45	29
Sem interesse por política	32	34	30	33	33	31	33	35	34	23
Motivos relacionados ao processo eleitoral	7	6	8	12	6	6	6	6	6	8
Motivos relacionados com a COVID-19	2	2	2	1	2	2	2	3	3	4
Outros motivos	8	8	9	9	9	8	8	8	8	7

Fonte dos dados: LFS (3701), 2022.

Segundo a agência estatística do governo do Canadá, a COVID-19 não foi um motivo comum para não votar nas eleições federais de 2021¹². Em geral, os dados do inquérito realizado apontam que a pandemia derivada da doença COVID-19 foi responsável, apenas, por 2% de todos os motivos relatados para não votar nas eleições de 2021. Algumas medidas, como o facto de o governo ter massificado o voto por correspondência através do voto especial (*special ballot voting*¹³) e proporcionado assembleias de voto móveis, através de urna móvel em algumas residências e enfermarias hospitalares enquanto opção extra para facilitar a votação, poderão ter contribuído para o reduzido impacto da pandemia no ato eleitoral. Entre os motivos citados por não eleitores, aproximadamente dois terços estavam relacionados à preocupação em contrair o vírus. O restante terço era composto por pessoas doentes com COVID-19 ou em autoisolamento, bem como por pessoas que discordavam em realizar uma eleição durante a pandemia, ou pessoas que estavam insatisfeitas com os protocolos implementados para permitir uma votação segura. Por fim, a agência eleitoral do Canadá criou um grupo de trabalho

7 POITRAS, JACQUES (2020). Blaine Higgs calls New Brunswick election for Sept. 14, despite pandemic', CBS News, in <https://www.cbc.ca/news/canada/new-brunswick/possible-election-covid-19-pandemic-1.5689049>.

8 ELECTIONS BRITISH COLUMBIA, 2021. Provincial General Election: Report of the Chief Electoral Officer (Victoria, BC: Elections British Columbia, in <https://www.elections.bc.ca/docs/rpt/2020-provincial-general-election-report.pdf>.

9 Vide RE:POLITICS (2007). "Voter Turnout in Canada", in <https://repolitics.com/features/voter-turnout-in-canada/>.

10 CORREIA, EDUARDO PEREIRA; PINHEIRO, CAROLINA; MEIRELES HUGO «Eleições Federais no Canadá», in *Revista Pólis*, n.º 4, II Série, julho/dezembro, Lisboa, pp. 207-211 in <https://doi.org/10.34628/c69n-mk19>.

11 LABOUR FORCE SURVEY (2022). "Reasons for not voting by age group and sex, 2021 federal election" in <https://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3701>.

12 STATISTICS CANADA (2022). "Reasons for not voting in the federal election, September 20, 2021", in <https://www150.statcan.gc.ca/n1/daily-quotidien/220216/dq220216d-eng.htm>.

13 CANADA ELECTIONS (2022). "Special Ballot Voting", in <https://www.elections.ca/content.aspx?section=vot&dir=bkg&document=ec90540&lang=e>.

para avaliar o impacto da COVID-19 nas eleições do Canadá, monitorizando a saúde e a segurança de todos os participantes do processo eleitoral: eleitores, milhares de trabalhadores eleitorais, candidatos e os seus trabalhadores. Como resultado desta ação, o grupo de trabalho da Elections Canada vem apresentando mudanças administrativas no contexto da pandemia, visando manter a segurança e a integridade do processo eleitoral. Constituem as principais medidas a implementação do distanciamento físico nos locais de votação; o fornecimento gratuito de máscaras e lápis descartáveis aos eleitores; o fornecimento de envelopes de retorno com postagem pré-paga para os eleitores que votam pelo correio; e o aumento da capacidade e conveniência do sistema de votação por correspondência, por forma a não atrasar a divulgação dos resultados das eleições¹⁴. A comissão das eleições canadiana não considerou a introdução de votação pela Internet ou por telefone, defendendo que a sua implementação exigiria um planeamento e testes significativos para garantir a confidencialidade, sigilo, confiabilidade e integridade do voto, pelo que devido às limitações operacionais e de tempo, essas opções não foram exploradas adequadamente.

14 CANADA ELECTIONS (2022). “Impact of COVID-19” in <https://www.elections.ca/content.aspx?section=med&dir=cor&document=index&lang=e>.

Canada

Eduardo Pereira Correia¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/b1m6-7x77>

Traditionally, Canada gets high levels of voter participation in federal elections. When the pandemic caused by COVID-19 disease affected Canada in March 2020², the 43rd federal election had been held in October 2019. However, with the election of a minority government, the threat of another election was ever present in Canadian politics, especially with the Liberal Party’s political justification that the government needed a new mandate from Canadians to lead the country through the difficult period of the pandemic³. It will be in this context that Canada faces a new federal election, with a concern to ensure low abstention compared to other elections. If we look at the data on the average voter turnout in Canadian general elections, we see that since 1867 the average voter participation has been 70.7%⁴. The highest voter turnouts in federal elections occurred in 1958, in 1960, and in 1963, with a voter rate of over 79%. However, in recent years, abstention has increased significantly in federal elections. The lowest voter turnout was recorded in 2008, with voter participation dropping to just 58.8%. However, this trend was moderately reversed in subsequent years, even though the turnout rate remains below historical averages. In the 2011 election, voter turnout in federal elections was the third lowest in Canadian history, with a total of 61.1%. In succeeding elections, voter participation increased significantly, with the 2015 federal election recording 68.3%, the highest voter turnout since 1993. In the 2019 federal election, the participation rate remained high at 67%, which contrasted with the increase in abstention in the last election in 2021, which had a participation rate of 62.88%.

1 Professor at the Faculty of Law of the Lusíada University of Lisbon. Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.
2 JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE, Coronavirus Resource Center: Canada Dashboard, 2021, in <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>.
3 HUDSON, ALEXANDER (2021). “Snap Vote in the Pandemic shows Canada as one of a kind”, in <https://www.idea.int/news-media/news/snap-vote-pandemic-shows-canada-one-kind>.
4 CANADA ELECTIONS (2021). “Voter Turnout at Federal Elections and Referendums”, in <https://www.elections.ca/content.aspx?section=ele&dir=turn&document=index&lang=e>.

Tabel 1 – PARTICIPATION RATE IN CANADIAN FEDERAL ELECTIONS

Election Date	Population	Registered Voters	Total of votes	Participation rate
October, 14 of 2008	31 612 897	23 677 639	13 929 093	58,8 %
May, 2 of 2011	33 476 688	24 257 592	14 823 408	61,1 %
October, 19 of 2015	35 702 908	25 939 742	17 711 983	68,3 %
October, 21 of 2019	37 601 230	27 373 058	18 350 359	67 %
September, 20 of 2021	38 246 108	27 366 297	17 209 811	62.88 %

Data Source: CANADA ELECTIONS, 2021⁵.

The pandemic by COVID-19 forced several changes in the electoral context in Canada, with the postponement of four electoral events, namely the supplementary elections in Victoria and Rossland, originally scheduled for April 4, 2020, have been moved to May 2021; the referendum in Kamloops, originally scheduled for April 4, 2020, has been changed to May 2021; the by-election in Lytton, originally scheduled for April 25, 2020, moved to December 19, 2020; and finally the municipal election, New Brunswick, originally scheduled for May 11, 2020 and moved to May 10, 2021. Provincial and territorial elections also occurred during the pandemic by COVID-19, in detail in New Brunswick, British Columbia, Saskatchewan, Newfoundland and Labrador, Yukon, and Nova Scotia. These elections took place in a different climate than the previous ones, with the government adopting numerous restrictive measures via the pandemic by COVID-19⁶, leading Prime Minister JUSTIN TRUDEAU to warn all candidates to avoid personal campaigning⁷, as large political meetings and door-to-door campaigning pro-

5 CANADA ELECTIONS (2021). “General Election – National Results”, in https://www.elections.ca/enr/help/national_e.htm.
6 LAWSON, TREVOR et al. (2022). COVID-19: Emergency Measures Tracker. McCarthy Tetrault, in <https://www.mccarthy.ca/en/insights/articles/covid-19-emergency-measures-tracker>.
7 POITRAS, JACQUES (2020). Blaine Higgs calls New Brunswick election for Sept. 14, despite pandemic’, CBS News, in <https://www.cbc.ca/news/canada/new-brunswick/possible-election-covid-19-pandemic-1.5689049>.

hibited due to the health crisis⁸.

On the other hand, and even though Canada has low abstention rates, especially compared to other western states, the study and the concern about voter participation is quite common. Several investigations show some clearly identified causes, such as the timing of the election or the dominance of one party for a long period⁹. Whenever possible, governments try to hold elections in the spring or fall, rather than in the summer or winter. Summer elections are problematic because many people are on vacation and do not have time to vote at early polls. In winter, extreme weather conditions in Canada can prevent voters from travelling to the polling station. On the other hand, voter turnout can be lower when the same political party has been in power for a long period and the opposition does not stand a chance of winning the election. This factor leads to a general disinterest and apathy with the electoral process.

Another of the important and long-standing issues regarding electoral participation in Canada arises from the need to reform Canada's electoral system. The Canadian electoral system is based on the United Kingdom electoral system, consisting of the *first past the post* or *single member plurality system*, also known as the one-round majority system where, for each constituency, the candidate with the most votes is elected and given a seat in parliament¹⁰. This system tends to reward the larger parties while the smaller parties may find themselves underrepresented. Proponents of electoral reform believe that changing to an electoral system with more proportional representation will produce a fairer result and increase voter turnout.

In terms of Canada's most recent federal election, the question is what impact COVID-19 has had on voter abstention. As noted above, the federal election on September 20, 2021 had a voter turnout rate of 62.88%, one of the lowest in recent years. In order to understand the main motivations, we can look at a statistical survey conducted by the *Labour Force Survey* that shows the main personal understandings of voters for not voting in Canadian federal elections¹¹.

**Table 2 - REASONS FOR NOT VOTING IN THE 44TH FEDERAL ELECTIONS
(BY SEX AND AGE GROUP) IN PERCENTAGE**

	Total	Mens	Womans	18-24 Years	25-34 Years	35-44 Years	45-54 Years	55-64 Years	65-74 Years	75-... Years
Daily life or health reasons	43	42	44	42	46	46	42	38	37	52
Very busy	24	24	23	25	31	34	26	18	10	6
Out of town	9	10	8	13	8	5	9	10	10	7
Illness or disability	11	9	13	4	7	7	7	11	18	39
Political Reasons	39	41	37	36	37	37	42	45	45	29
No interest in politics	32	34	30	33	33	31	33	35	34	23
Reasons related to the electoral process	7	6	8	12	6	6	6	6	6	8
Covid-19 related reasons	2	2	2	1	2	2	2	3	3	4
Other reasons	8	8	9	9	9	8	8	8	8	7

Data Source: LFS (3701), 2022.

According to the Government of Canada's statistical agency, COVID-19 was not a common reason for not voting in the 2021 federal election¹². Overall, the data from the survey conducted indicate that the pandemic due to COVID-19 was responsible for only 2% of all reported reasons for not voting in the 2021 election. Some measures, such as the government's widespread use of postal voting through (*special ballot voting*¹³), and the provision of mobile polling stations, with mobile ballot boxes in some homes and hospital wards as an extra option to facilitate voting, may have contributed to the reduced impact of the pandemic on voting. Among the reasons cited by non-voters, approximately two-thirds were related to concern about contracting the virus. The remaining third were

8 ELECTIONS BRITISH COLUMBIA, 2021. Provincial General Election: Report of the Chief Electoral Officer (Victoria, BC: Elections British Columbia, in <https://www.elections.bc.ca/docs/rpt/2020-provincial-general-election-report.pdf>.

9 Vide RE:POLITICS (2007). "Voter Turnout in Canada", in <https://repolitics.com/features/voter-turnout-in-canada/>.

10 CORREIA, EDUARDO PEREIRA; PINHEIRO, CAROLINA; MEIRELES HUGO «Eleições Federais no Canadá», in *Revista Pólis*, n.º 4, II Série, julho/dezembro, Lisboa, pp. 207-211 in <https://doi.org/10.34628/c69n-mk19>.

11 LABOUR FORCE SURVEY (2022). "Reasons for not voting by age group and sex, 2021 federal election" in <https://www23.statcan.gc.ca/imdb/p2SV.pl?Function=getSurvey&SDDS=3701>.

12 STATISTICS CANADA (2022). "Reasons for not voting in the federal election, September 20, 2021", in <https://www150.statcan.gc.ca/n1/daily-quotidien/220216/dq220216d-eng.htm>.

13 CANADA ELECTIONS (2022). "Special Ballot Voting", in <https://www.elections.ca/content.aspx?section=vot&dir=bkg&document=ec90540&lang=e>.

people infected with COVID-19 or in self-isolation, as well as people who disagreed with holding an election during the pandemic, or people who were unsatisfied with the protocols in place to enable safe voting.

Finally, Canada's electoral agency has set up a working group to assess the impact of COVID-19 on Canada's elections, monitoring the health and safety of all participants in the electoral process: voters, thousands of election workers, candidates and their employees. As a result of this action, the Elections Canada working group has been putting forward administrative changes in the context of the pandemic, aimed at maintaining the security and integrity of the electoral process. Key measures include the implementation of physical distancing at polling places; the provision of free masks and disposable pencils to voters; the provision of return envelopes with pre-paid postage for voters who vote by mail; and increasing the capacity and convenience of the postal voting system so as not to delay the release of the election results¹⁴. The Canadian Elections Commission did not consider the introduction of Internet or telephone voting, arguing that their implementation would require significant planning and testing to ensure the confidentiality, secrecy, reliability and integrity of the vote, so due to operational and time constraints, these options were not adequately explored.

14 CANADA ELECTIONS (2022). "Impact of COVID-19" in <https://www.elections.ca/content.aspx?section=med&dir=cor&document=index&lang=e>.

Chile

Isabel Ram¹
André Soares²

DOI: <https://doi.org/10.34628/04cr-m589>

O Chile realizou um referendo constitucional³ e umas eleições gerais⁴, em período pandêmico. O referendo teve lugar a 25 de outubro de 2020, as eleições gerais, abrangendo a eleição do Presidente da República, dos Deputados e dos Senadores, ocorreram no dia 21 de novembro de 2021. No caso da eleição presidencial registou-se ainda uma segunda volta, a 19 de dezembro de 2021.

O referendo esteve inicialmente marcado para 26 de abril de 2020, mas viria a ser adiado⁵ devido à crise pandémica, crise essa que conduziu o Governo a implementar o plano “*Passo a Passo*”⁶. No entanto, apesar do plano de observação delineado, nenhuma medida especial diretamente dirigida aos eleitores em quarentena ou isolamento viria a ser adotada em função do referendo que se avizinhava. Na realidade, seguindo as orientações do Serviço Eleitoral do Chile (SERVEL)⁷, assistiu-se apenas à publicação, no Diário Oficial da República, de um Protocolo Sanitário⁸ com o slogan “*Plebiscito*

Nacional más seguro” para mitigar o risco de contágio durante o momento de votação⁹. E de acordo com esse protocolo, para lá das tradicionais medidas de distanciamento e de proteção aplicáveis a todos os cidadãos, a *novidade* passou pelo alargamento do horário de votação, pela existência de um horário exclusivo para os maiores de 60 anos poderem votar e pelo aumento do número de locais de votação¹⁰. Todavia, outras modalidades como o voto por correspondência, ou a votação antecipada, não foram implementadas para este referendo, o que impediu o exercício de voto a pessoas que estavam isoladas ou em quarentena devido à COVID-19¹¹.

De igual modo, quando pesquisamos sobre a existência de medidas especiais adotadas para as Eleições Gerais de 2021, depressa percebemos que não se registaram alterações face ao que se tinha sido adotado no referendo. É verdade que foi apresentado um Protocolo Sanitário para as Eleições Gerais¹², mas nele não houve nenhuma inovação, confirmando-se que o governo chileno não foi sensível à necessidade de ajudar as pessoas em quarentena e em isolamento a cumprirem o seu dever cívico democrático.

A abstenção verificada

No que respeita às taxas de abstenção registadas nos atos eleitorais anteriormente referidos, e uma vez que também aqui abordámos o referendo constitucional, importa indicar que a abstenção no referendo foi de 49,05%¹³, tendo sido considerada uma das mais bai-

- 1 Finalista em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada (Porto) e Investigadora Colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais (CEJEA).
- 2 Finalista em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada (Porto) e Investigador Colaborador do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais (CEJEA).
- 3 Sobre a análise ao referendo, cf. José Penim, «Referendos Constitucionais na República do Chile e na República Italiana», *POLIS*, n.º 2 (2020), pp. 251-252. Disponível in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/2839/3161> (consultado em 24 de março de 2022).
- 4 Sobre estas eleições cf. Isabel Ram, José Penim Pinheiro «Eleições Gerais no Chile: Presidenciais, Câmara dos Deputados e Senado (21 de novembro de 2021)», in *Polis*, n.º 4 (2021), pp. 245-250. Disponível in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/3013/3599> (consultado em 24 de março de 2022).
- 5 Ver notícia sobre o adiamento do referendo, in <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/19/chile-postpone-constitutional-referendum-coronavirus-crisis> (consultado em 24 de março de 2022).
- 6 O plano “passo a passo” engloba cinco etapas de avanço e recuo, de acordo com a situação de saúde de cada região. Disponível em <https://www.gob.cl/pasoapaso/> (consultado em 24 de março de 2022).
- 7 O Serviço Eleitoral do Chile é, de acordo com a Lei Eleitoral n.º 18.556, o órgão máximo da administração eleitoral no Chile. Informação disponível in <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1107717> (consultado em 25 de março de 2022).
- 8 O respetivo Protocolo Sanitário foi elaborado pelo Ministério da Saúde do Chile, que contou com o parecer técnico da Organização de Saúde Pan Americana / OMS, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Sociedade Chilena de Doenças Infecciosas, a Sociedade Chilena de Epidemiologia, a Cruz Vermelha do

Chile e o Escritório Nacional de Emergências. Disponível in <https://servel.cl/servel-da-a-conocer-protocolo-sanitario-para-un-plebiscito-nacional-2020-mas-seguro/> (consultado em 25 de março de 2022).

- 9 Cf. Protocolo Sanitário, *Diário Oficial da República do Chile*, disponível in <https://www.diariooficial.interior.gob.cl/publicaciones/2020/09/10/42753/01/1815081.pdf> (consultado em 25 de março de 2022).
- 10 Um aumento de cerca de 25,9%, em relação às eleições de 2017.
- 11 Sobre esta questão, cf. o artigo de Pamela Figueroa, «*Constitutional Referendum during the Covid-19 Pandemic: the case of Chile*», disponível in <https://www.idea.int/sites/default/files/constitutional-referendum-during-the-covid-19-pandemic-the-case-of-chile-en.pdf> (consultado em 25 de março de 2022).
- 12 O Diário Oficial da República do Chile afixou a aprovação do protocolo sanitário para a realização das Eleições Gerais de 2021. Disponível in https://servel.cl/wp-content/uploads/2021/10/Protocolo_Sanitario_211016_082941_211016_083419.pdf (consultado em 26 de março de 2022).
- 13 Informação disponível in <https://www.poder360.com.br/internacional/participacao-nas-eleicoes-do-chile-e-a-maior-dos-ultimos-30-anos/> (consultado em 27 de março de 2022).

xas de sempre¹⁴, desde a implementação do voto voluntário¹⁵. Já nas eleições gerais, podemos perceber que houve uma diminuição da abstenção face a 2017 (diminuição expressiva, quando olhamos para os dados relativos à 2ª volta das presidenciais¹⁶), e que os valores registados estão em linha com o que se tinha passado em 2013. É a demonstração de que o COVID-19 não teve qualquer impacto na participação eleitoral chilena.

Quadro 1

Tipo de eleição	Ano da eleição	Taxa de abstenção
Presidenciais	2021	1ª volta: 52,66% 2ª volta: 44,6%
	2017	1ª volta: 53,3% 2ª volta: 50,98%
	2013	1ª volta: 50,65% 2ª volta: 58,02%
	2021	52,73%
Câmara de deputados	2017	53,36%
	2013	50,65%
	2021	52,48%
Senado	2017	54,44%
	2013	50,34%

Fonte: <https://www.servelecciones.cl/>

14 Cf. declarações do presidente do Serviço Eleitoral do Chile, in <https://www.plebiscitonacional2020.cl/plebiscito-nacional-2020-fue-la-mayor-votacion-de-la-historia-de-chile/> (consultado em 27 de março de 2022)

15 Até 2012, o voto era obrigatório no Chile.

16 De acordo com o arquivo histórico do Serviço Eleitoral do Chile, a última vez que foram registadas taxas de abstenção reduzidas durante a 2ª volta, foi na eleição presidencial de 2009 em que se verificou uma taxa de abstenção de 13,06%. Esta eleição teve como candidatos, Ruiz Tagle e Sebastián Piñera, eleito Presidente. Disponível in https://historico.servel.cl/SitioHistorico/index2009_p2v.htm (consultado em 27 de março de 2022).

Chile

Isabel Ram¹
André Soares²

DOI: <https://doi.org/10.34628/04cr-m589>

Chile held a constitutional referendum³ and general elections during a⁴ pandemic period. The referendum took place on October 25, 2020, and the general elections, covering the election of the President of the Republic, Members of Parliament, and Senators, took place on November 21, 2021. In the case of the presidential election, there was also a second round, on December 19, 2021.

The referendum was initially scheduled for April 26, 2020, but would be postponed⁵ due to the pandemic crisis, a crisis that led the Government to implement the “*Passo a Passo*” plan⁶. However, despite the observation plan outlined, no special measures directly addressed to voters in quarantine or isolation would be adopted in light of the forthcoming referendum. In fact, following the guidelines of the Electoral Service of Chile (SERVEL)⁷, we only saw the publication, in the Official Gazette of the Republic, of a Health Protocol⁸ with the slogan “*Plebiscito Nacional más seguro*”

to mitigate the risk of contagion during the voting. Thus, and according to this protocol, in addition to the traditional distancing and protection measures applicable to all citizens, the *novelty* included the extension of voting hours, the existence of an exclusive time for those over 60 to vote, and the increase in the number of the polling stations. However, other modalities such as postal voting or advance voting were not implemented for this referendum, which prevented people who were isolated or quarantined due to COVID-19 from voting⁹. Likewise, when we researched the existence of special measures adopted for the 2021 General Elections, we quickly realized that there were no changes compared to what had been adopted in the referendum. A Health Protocol for the General Elections was indeed presented, but there was no innovation in it, confirming that the Chilean government was not sensitive to the need to help people in quarantine and isolation to fulfill their democratic civic duty.

The verified abstention

Regarding the abstention rates recorded in the aforementioned electoral acts, and since we also discussed the constitutional referendum here, it is important to note that the abstention rate in the referendum was 49.05%¹⁰, having been considered one of the lowest ever¹¹ since the implementation of voluntary voting¹². In the general elections, we see that there was a decrease in abstention compared to 2017 (a significant decrease, when we look at the data related to the 2nd presidential round¹³) and that the values

- 1 Senior undergraduate student in International Relations at Lusíada University (Porto) and Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA).
- 2 Senior undergraduate student in International Relations at Lusíada University (Porto) and Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA).
- 3 On the analysis of the referendum, see Pinheiro, J. P., «*Referendos Constitucionais na República do Chile e na República Italiana*», *POLIS*, n° 2 (2020), pp. 251-252. Available at <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/2839/3161> (accessed on March 24, 2022).
- 4 On these elections see Ram, I. & Pinheiro J.P. «Eleições Gerais no Chile: Presidenciais, Câmara dos Deputados e Senado (21 de novembro de 2021)», in *Polis*, n° 4 (2021), pp. 245-250. Available at <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/3013/3599> (accessed on March 24, 2022).
- 5 See the news about the postponement of the referendum at <https://www.theguardian.com/world/2020/mar/19/chile-postpone-constitutional-referendum-coronavirus-crisis> (accessed on March 24, 2022).
- 6 The “step by step” plan encompasses five steps forward and backward, according to the health situation of each region. Available at <https://www.gob.cl/paseoapaso/> (accessed on March 24, 2022).
- 7 The Electoral Service of Chile is, according to Electoral Law No. 18,556, the highest body of electoral administration in Chile. Information available at <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1107717> (accessed on March 25, 2022).
- 8 The respective Sanitary Protocol was prepared by the Ministry of Health of Chile, which had the technical opinion of the Pan American Health Organization / WHO,

- the United Nations Development Program, the Chilean Society of Infectious Diseases, the Chilean Society of Epidemiology, the Chilean Red Cross and the National Emergency Office. Available at <https://servel.cl/servel-da-a-conocer-protocolo-sanitario-para-un-plebiscito-nacional-2020-mas-seguro/> (accessed on March 25, 2022).
- 9 On this issue, see the article by Pamela Figueroa, «*Constitutional Referendum during the Covid-19 Pandemic: the case of Chile*», available at <https://www.idea.int/sites/default/files/constitutional-referendum-during-the-covid-19-pandemic-the-case-of-chile-en.pdf> (accessed in March 25, 2022).
- 10 Information available at <https://www.poder360.com.br/internacional/participacao-nas-eleicoes-do-chile-ea-maior-dos-ultimos-30-anos/> (accessed on March 27, 2022).
- 11 Cf. statements by the President of the Electoral Service of Chile, at <https://www.plebiscitonacional2020.cl/plebiscito-nacional-2020-fue-la-mayor-votacion-de-la-historia-de-chile/> (accessed on March 27, 2022).
- 12 Until 2012, voting was mandatory in Chile.
- 13 According to the Chilean Electoral Service’s historical archive, the last time low abstention rates were recorded during the 2nd round was in the 2009 presidential

recorded are in line with what had happened in 2013. It is the demonstration that COVID-19 had no impact on Chilean electoral participation.

Table 1

Type of election	Election year	Abstention rate
Presidential	2021	1st round: 52.66% 2nd round: 44.6%
	207	1st round: 53.3% 2nd round: 50.98%
	2013	1st round: 50.65% 2nd round: 58.02%
Representative body	2021	52.73%
	2017	53.36%
	2013	50.65%
Senate	2021	52.48%
	2017	54.44%
	2013	50.34%

Source: <https://www.servelecciones.cl/>

election, when there was an abstention rate of 13.06%. This election had as candidates, Ruiz Tagle and Sebastián Piñera, elected President. Available at https://historico.servel.cl/SitioHistorico/index2009_p2v.htm (accessed on March 27, 2022).

Mexico

Isabel Ram¹
André Soares²

DOI: <https://doi.org/10.34628/q4vs-fb76>

De acordo com a metodologia definida pelo “*Observatório Eleitoral Internacional*”, pretende-se neste artigo comparar a taxa de abstenção registada na última eleição para a Câmara de Deputados do México, que teve lugar no dia 6 de junho de 2021³, com as taxas de abstenção verificadas nas eleições de 2018 e nas eleições de 2015, tendo por finalidade compreender se no último ato eleitoral (2021), a participação eleitoral foi, ou não, afetada pela pandemia. E da análise feita, pudemos apurar que no México a abstenção foi consideravelmente superior à eleição anterior, apesar do voto ser obrigatório. No entanto, esta subida poderá não estar diretamente associada ao fator pandémico, uma vez que já tinham sido registados níveis muito altos de abstenção nas eleições de 2015 (54.6%) - ver quadro 1.

É ainda importante mencionar que o *Instituto Nacional Electoral* (INE) elaborou um caso de estudo, no dia 18 de outubro de 2020, em duas eleições locais, nos municípios de Hidalgo e Coahuila. Neste estudo, os eleitores foram questionados sobre o possível medo em ir votar durante a pandemia, e apenas 3,75% e 2,89%, respetivamente, dos inquiridos, responderam que sim. Lorenzo Córdova, presidente do INE, também salientou que não existiu uma alteração na curva do contágio após esta eleição.⁴

Quanto a medidas especiais adotadas para facilitar o exercício do direito de voto, medidas que se poderiam justificar em função do COVID19, verificámos que elas não existiram no caso das eleições de 6 de junho de 2021. Apesar disso, não deixou de ser implementado um protocolo para mitigar o risco de contágio no momento da votação⁵. Este protocolo sanitário, elaborado pelo Ministério da Saúde⁶ e publicitado pelo *Instituto Nacional Electoral*⁷ (INE), teve como principal slogan “*votar es seguro*”, para incentivar os cidadãos a exercerem o seu direito de voto. De acordo com esse protocolo, as medidas a implementar durante o dia das eleições foram as seguintes:

- o uso correto de máscara dentro do edifício onde decorria a votação;
- a não obrigatoriedade de entregar o cartão de eleitor ao presidente da mesa, sendo apenas necessário mostrá-lo;
- o cumprimento do distanciamento social de 1,5 metros entre pessoas.

Finalmente, devemos salientar que estas eleições foram realizadas sob uma grande polémica, uma vez que segundo os partidos da oposição ao governo cessante, existiram poucas medidas de prevenção à Covid19 que até então já tinha causado mais de 205 mil mortes no México. Isto foi reforçado pelo candidato Carlos Mayorga, do Estado de Chihuahua, que iniciou a sua campanha dentro de um caixão, para realçar o número de mortos por COVID-19 no México, bem como para “sublinhar a violência associada ao crime organizado”⁸.

1 Finalista em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada (Porto). Investigadora colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada.

2 Finalista em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada (Porto). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada.

3 Salienta-se que o *Instituto Nacional Electoral* (INE), recusou-se a adiar as eleições em virtude do receio de uma possível crise institucional. Disponível in <<https://www.proceso.com.mx/nacional/2021/2/3/>> (Acedido em 23/03/2022). Sobre estas eleições cf. José Penim Pinheiro, «Eleições para a Câmara de Deputados na República Federal do México (6 de junho de 2021)», in *POLIS*, n.º 3 (2021), pp. 189-193. Disponível in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/2899/3316>

4 Segundo o presidente do INE, Lorenzo Córdova, afirma que a democracia, não deve ser uma vítima da COVID-19. Disponível in <https://www.proceso.com.mx/nacional/2021/2/3/no-es-prudente-posponer-elecciones-la-democracia-no-debe-ser-victima-del-covid-cordova-257575.html?fbclid=IwAR22XVq7SMZ0LAo_0zvyOf5YnbyTrf8sn6Y-N7VHYUTDmwXLtmis7bSGpQ> (Acedido em 24/03/2022)

5 De acordo com a entrevista de Adriana Muñoz, José Roberto Ruiz, Conselheiro Eleitoral, afirmou que o procedimento para ir votar, continuaria a ser o mesmo, apenas que seriam adotadas medidas no sentido de mitigar o risco de contágio da COVID-19. Disponível in <<https://centralectoral.ine.mx/2021/05/28/>> (Acedido em 23/03/2022)

6 Verificamos que para as eleições foi elaborado um protocolo sanitário pelo Ministério da Saúde. Disponível in <<https://noticieros.televisa.com/ultimas-noticias/como-sera-protocolo-sanitario-para-elecciones-6-junio-2021-mexico>> (Acedido em 23/03/2022)

7 De acordo com o Conselho Geral do Instituto Nacional Electoral (INE), foram implementadas medidas extraordinárias e temporárias devido à COVID19. Estas medidas abrangem somente, as eleições que ocorreram dia 6 de junho de 2021. Disponível in <<https://repositoriodocumental.ine.mx/xmlui/bitstream/handle/123456789/118559/CGor202103-21-ap-19-Gaceta.pdf>> (Acedido em 30/03/2022)

8 Disponível in <<https://www.dn.pt/internacional/candidato-mexicano-lanca-campanha-dentro-de-caixao-por-causa-da-pandemia-e-dos-carteis-13545560.html>> (Acedido em 24/03/2022)

Quadro 1

Tipo de eleição	Ano da eleição	Taxa de abstenção
Câmara de Deputados (mandato de 3 anos)	2021	49,1% ⁹
	2018	39,7%
	2015	54,6%

Fonte: Instituto Nacional Electoral (INE)

⁹ dado em 24/03/2022)

Mexico

Isabel Ram¹
André Soares²

DOI: <https://doi.org/10.34628/q4vs-fb76>

According to the methodology defined by the “International Electoral Observatory”, this article aims to compare the abstention rate registered in the last election for the Mexican Chamber of Deputies, which took place on June 6, 2021³, with the rates of abstention in the 2018 elections and the 2015 elections, in order to understand if in the last election (2021), voter participation was affected by the pandemic or not. From the analysis, we could see that in Mexico abstention was considerably higher than in the previous election, despite voting being mandatory. However, this increase may not be directly associated with the pandemic factor, since very high levels of abstention had already been recorded in the 2015 elections (54.6%) - see table 1. It is also important to note that the National Electoral Institute (INE) prepared a case study, on October 18, 2020, in two local elections, in the municipalities of Hidalgo and Coahuila. In this study, voters were asked about the possible fear in going to vote during the pandemic, and only 3.75% and 2.89%, respectively, of the respondents answered yes. Lorenzo Córdova, president of the INE, also pointed out that there was no change in the contamination curve after this election⁴.

As for special measures adopted to facilitate the exercise of the right

to vote, measures that could be justified due to COVID19, we verified that they did not exist in the case of the elections of June 6, 2021. Nevertheless, a protocol to mitigate the risk of contamination at the time of voting was implemented⁵. This health protocol, drawn up by the Ministry of Health⁶ and advertised by the National Electoral Institute (INE)⁷, had as its main slogan “*votar es seguro*”, to encourage citizens to exercise their right to vote. According to this protocol, the measures that would be implemented during Election Day were the following:

- the correct wearing of masks inside the building where voting was taking place;
- the fact that it was not mandatory to hand the voter’s card to the president of the polling station, being only necessary to show it;
- the observance of the 1.5-meter social distance between people.

Finally, we must point out that these elections were held under a great deal of controversy, since according to the opposition parties to the outgoing government, there were few measures to prevent Covid19 which by then had caused more than 205,000 deaths in Mexico. This was reinforced by candidate Carlos Mayorga, from the state of Chihuahua, who began his campaign inside a coffin, to highlight the number of deaths by COVID-19 in Mexico, as well to “highlight the violence associated with organized crime”⁸

1 End-graduate in International Relations at the Lusíada University (Porto) and Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) at the Lusíada University.

2 End-graduate in International Relations at the Lusíada University (Porto) and Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) at the Lusíada University.

3 It should be noted that the National Electoral Institute (INE), refused to delay the elections because of fears of a possible institutional crisis. Available in <https://www.proceso.com.mx/nacional/2021/2/3/> (Accessed at 23/03/2022). Regarding these elections cf. José Penim Pinheiro, «Eleições para a Câmara de Deputados na República Federal do México (6 de junho de 2021)», in *POLIS*, n° 3 (2021), pp. 189-193. Available in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/2899/3316>.

4 According to the president of INE, Lorenzo Córdova, he says that democracy, should not be a victim of COVID-19. Available in https://www.proceso.com.mx/nacional/2021/2/3/no-es-prudente-posponer-elecciones-la-democracia-no-debe-ser-victima-del-covid-cordova-257575.html?fbclid=IwAR22XVq7SMZ0LAo_0zvyOf5Y-nbvTrf8sn6Y-N7VHYUTDmwXLtmis7bSGpQ (Accessed at 24/03/2022)

5 According to an interview to Adriana Muñoz, José Roberto Ruiz, Electoral Advisor, he said that the procedure for going to vote would remain the same, only that measures would be taken to mitigate the risk of contamination from COVID-19. Available in <https://centralectoral.ine.mx/2021/05/28> (Accessed at 23/03/2022)

6 We had verified that a health protocol was created from Ministry of Health for the elections. Available in <https://noticieros.televisa.com/ultimas-noticias/como-sera-protocolo-sanitario-para-elecciones-6-junio-2021-mexico> (Accessed at 23/03/2022)

7 According to the General Council of the National Electoral Institute (INE), extraordinary and temporary measures were implemented due to COVID19. These measures only cover the elections that take place on June 6, 2021. Available in <https://repositoriodocumental.ine.mx/xmlui/bitstream/handle/123456789/118559/CGor202103-21-ap-19-Gaceta.pdf> (Accessed at 30/03/2022)

8 Available in <https://www.dn.pt/internacional/candidato-mexicano-lanca-campanha-dentro-de-caixao-por-cao-da-pandemia-e-dos-carteis-13545560.html> (Accessed at 24/03/2022)

Table 1

Election Type	Election Year	Abstention Rate
Chamber of Deputies (3-year term)	2021	49,1% ⁹
	2018	39,7%
	2015	54,6%

Fonte: National Electoral Institute (INE)

9

ÁSIA



Coreia do Sul

Eduardo Oliveira e Sousa¹
 João Nevado Daniel²
 Diogo Gomes de Faria³
 Catarina Santos Silva⁴

DOI: <https://doi.org/10.34628/5d59-zc59>

Nas últimas eleições presidenciais sul-coreanas, os números da abstenção assemelharam-se consideravelmente aos verificados nas eleições realizadas em 2017 – no respeitante à taxa de abstenção, então fixada nos 22,8%, verifica-se apenas uma divergência correspondente a 0,1% para o ano de 2022, com uma abstenção de 22,9%. Foi a primeira vez, desde 2007, que a abstenção aumentou numas eleições presidenciais na Coreia do Sul⁵.

De forma a lidar com os desafios da COVID-19 nestas eleições presidenciais, no dia 14 de fevereiro de 2022, o parlamento sul-coreano aprovou uma alteração à lei eleitoral, visando assegurar os direitos de voto a doentes que padeçam de doenças infecciosas. Por força do novo artigo 6.º-3 da lei eleitoral, que entrou em vigor a 16 de fevereiro de 2022, as pessoas que se encontrassem internadas em tratamento ou então em quarentena, quer esta seja em estabelecimento hospitalar ou no domicílio, poderão exercer o seu direito de voto⁶. O novo artigo remete as medidas de concretização deste direito para o Estado e os governos locais. A solução passou pela imposição de um período temporal, anterior ao encerramento das urnas, para utilização exclusiva de portadores da COVID-19. Assim, embora as mesas de voto tenham fechado pelas 18h, no que respeita aos

eleitores recenseados não infetados pelo vírus, estas mantiveram-se abertas durante 90 minutos adicionais para que as pessoas infetadas pudessem exercer o seu direito de voto.

Para além destas medidas, veja-se que o recurso ao voto antecipado, já previsto no artigo 158.º da lei eleitoral, ajudou a garantir taxas de abstenção reduzidas. Mesmo sem ter em conta as medidas implementadas em razão da COVID-19, os números do voto antecipado bateram recordes históricos, recordes esses testemunhados pelo facto de 37% dos eleitores recenseados terem exercido antecipadamente o seu direito de voto⁷.

Estas soluções vão mais longe das que foram implementadas nas eleições parlamentares de 2020, em que só foi possível o voto presencial onde, para além da implementação em larga escala de luvas, desinfetante e a utilização obrigatória de máscaras e viseiras, foi montado um sistema de triagem massivo, separando eleitores com temperaturas acima de 37,5 C.º e remetendo-os para unidades de voto isoladas dos restantes votantes. Os eleitores infetados com o vírus SARS-CoV-2 puderam votar em urnas situadas em espaços abertos, com a utilização obrigatória de máscara, de luvas e de desinfetante, para além da obrigação de voltar a casa imediatamente após o ato eleitoral, confirmando a sua chegada a casa através de uma aplicação especial destinada ao efeito⁸.

Em conclusão, a Coreia do Sul será certamente um exemplo raro, em primeiro lugar pois consegue manter uma taxa de abstenção de níveis historicamente baixos, certamente fruto do alto envolvimento do eleitorado com a vida política do país, mas também porque implementou medidas que permitiram aos cidadãos votar em segurança, quer pela via postal, quer pessoalmente, sem colocar em risco a restante população.

1 Professor Assistente e Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (Porto). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

2 Finalista em Direito na Universidade Lusíada (Lisboa). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

3 Finalista em Direito na Universidade Lusíada (Porto). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

4 Finalista em Relações Internacionais na Universidade Lusíada (Lisboa). Investigadora colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

5 Cfr. Informações estatísticas da participação nos últimos 8 atos eleitorais, em <https://www.statista.com/statistics/704937/south-korea-presidential-election-turnout/>.

6 Vide o texto das alterações introduzidas pela lei n.º 18837 de 16.02.2022 em <https://likms.assembly.go.kr/law/lawsLawInqyDetl1010.do> (site em Coreano).

7 Conforme avançado pela Bloomberg | Quint em <https://www.bloombergquint.com/politics/south-korea-election-early-voting-hits-record-as-covid-surges>.

8 Para uma visão sobre a implementação das medidas sanitárias em contexto eleitoral nas eleições parlamentares de 2020 vide a seguinte peça no blog do Programa Asiático do Wilson Center em <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/elections-during-pandemic-south-korea-shows-how-safely-hold-national-election-during>.

Coreia do Sul

Ato eleitoral	Ano	Taxa de Abstenção
Eleições Presidenciais	2022	22.9%
	2017	22.8%
	2012	24.2%

South Korea

Eduardo Oliveira e Sousa¹
João Nevado Daniel²
Diogo Gomes de Faria³
Catarina Santos Silva⁴

DOI: <https://doi.org/10.34628/5d59-zc59>

In the latest South Korean presidential elections, the abstention numbers are remarkably similar to those of the 2017 elections – there is only a slight divergence of 0.1% between the previous abstention rate of 22,8% and the 2022 numbers with a rate of 22.9%. This marked the first time since 2007 in which the abstention rate has increased in the South Korean presidential elections⁵. In order to tackle the challenges brought by COVID-19 in these presidential elections, on the 14th of February 2022 the South Korean parliament modified its election law, aiming to ensure the voting rights of patients with infectious diseases. Under the new article 6.º-3 of the election law, any interned or quarantined person, either hospitalised or at home, may exercise their right to vote⁶. The new article delegates the implementation measures of this right to the State and local governments. The solution involved setting up a time period before poll closure for use exclusively by those infected by COVID-19. Thus, while polls were closed by 18:00 for non-infected registered voters, they were kept open for an additional 90 minutes for those infected to be able to

vote. Besides these measures, it should be noted that the reliance upon early voting already enshrined under article 158 of the election law has helped ensure low abstention rates. Even without taking into account COVID-19 related electoral measures, the figures from early voting have reached an historical high, with a record number of 37% of registered voters exercising their vote through early voting⁷. These solutions go further than those implemented in the parliamentary elections of 2020, in which only physical-in-person voting was allowed and where, apart from the large-scale usage of gloves, hand sanitiser, and the mandatory use of facemasks and face-shields, a large triage system was implemented. Voters whose body temperature was above 37.5 C. ° were set aside from other voters and sent to isolated voting stations. Those infected with the SARS-CoV-2 virus could cast their votes in voting stations located out in the open, with the mandatory use of facemasks, gloves and hand sanitiser, as well as having to return immediately home after voting, and confirming their return through a dedicated phone app⁸. In conclusion, South Korea is most likely a rare example, as it manages to maintain its historically low abstention rate, certainly a result of the high engagement of its electorate with their country’s political life, but also because it has implemented measures which allowed voters to safely cast their votes, either in person or by early voting, without risking infecting other citizens.

1 Assistant Professor and PhD Candidate at the Faculty of Law, Lusíada University (Porto). Collaborating Researcher of the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.
2 Senior undergraduate student in Law at Lusíada University (Lisbon). Collaborating Researcher of the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.
3 Senior undergraduate student in Law at Lusíada University (Porto). Collaborating Researcher of the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.
4 Senior undergraduate student in International Relations at Lusíada University (Lisbon). Collaborating Researcher of the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.
5 Statistical information regarding turnout in the last 8 elections at <https://www.statista.com/statistics/704937/south-korea-presidential-election-turnout/>.
6 Vide the modifications brought by law no. 18837 of 16.02.2022 at <https://likms.assembly.go.kr/law/lawsLawtInqyDetl1010.do> (website in Korean).

South Korea		
Elections	Year	Abstention rate
Presidential Elections	2022	22.9%
	2017	22.8%
	2012	24.2%

7 Information relayed by Bloomberg | Quint at <https://www.bloombergquint.com/politics/south-korea-election-early-voting-hits-record-as-covid-surges>.
8 For an overlook on the implementation of sanitary measures in the context of elections at the parliamentary vote of 2020 vide the following article from the Asia Program of the Wilson Center at <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/elections-during-pandemic-south-korea-shows-how-safely-hold-national-election-during>.

Israel

Eduardo Oliveira e Sousa¹
Susana Vieira²

DOI: <https://doi.org/10.34628/6485-m868>

A 23 de Março de 2021 realizaram-se as eleições legislativas em Israel. Estas foram as quartas eleições no espaço de dois anos em razão da forte instabilidade política vivida no país, instabilidade essa proveniente da incapacidade de conseguir formar governo nas duas primeiras eleições e por chumbo do Orçamento após a terceira eleição³.

Por forma a obter uma visão mais correta da influência que a pandemia teve ou não nos níveis de abstenção, é relevante reportarmos-nos às quatro últimas eleições legislativas, tendo em conta que Israel realizou duas eleições nacionais com o novo SARS-CoV-2 em circulação.

Analizando a taxa de abstenção nas quatro eleições mencionadas, verificamos uma tendência decrescente da mesma nas primeiras três eleições, ao passo que nas quartas eleições temos uma subida acentuada da abstenção⁴.

Poder-se-ia considerar instantânea e intuitivamente que esta subida se deveu à pandemia, mas outras circunstâncias devem ser consideradas, tal como o ambiente político vivido no país, que não podem ser dissociadas dos resultados da abstenção.

Nas duas eleições realizadas em 2019, em que a taxa de abstenção diminuiu entre a eleição de 09.04.2019 e a de 17.09.2019 (ver quadro), ambas levadas a cabo antes do surgimento da pandemia, **não foi possível** formar governo dado que os resultados não expressaram uma vitória clara de um partido e, portanto, não foi conseguido um

acordo que proporcionasse uma coligação que garantisse a governação do país⁵.

Esta circunstância levou a uma terceira eleição, desta feita a 02.03.2020, da qual saiu um governo de unidade nacional, numa coligação formada pelos habituais rivais políticos (Benjamin Netanyahu e Benny Gantz)⁶. Foi notória a preocupação das autoridades em tomar medidas que colmatassem os riscos de propagação da já existente infeção e que proporcionassem segurança aos cidadãos para que pudessem exercer o seu direito de voto, vertidas no comunicado emitido pelo Ministério da Saúde de Israel na véspera das eleições⁷. Foram criados centros especiais para votação em tendas próprias para quem tinha a infeção, bem como para quem estava em isolamento por ter estado em contacto com infetados⁸. Apesar de algum receio demonstrado pela população, a afluência foi significativa e a abstenção teve uma ligeira diminuição, em linha com as duas eleições prévias.

Já no caso das últimas eleições de 23 de março de 2021, realizadas passado um ano após a declaração da pandemia, as medidas tomadas pelas entidades oficiais tiveram um “upgrade” considerável. Constata-se, aliás, um aumento do orçamento da Comissão Eleitoral Central para adotar as medidas necessárias a proporcionar um **nível de participação superior do ato eleitoral**, minimizando o impacto na afluência às urnas em razão da pandemia⁹. Foram abertas mesas de voto especiais através de urnas móveis em lares de terceira idade com 30 ou mais utentes para que pudessem votar em segu-

- 1 Professor Assistente e Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (Porto). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.
- 2 Licenciada em Contabilidade e Administração e finalista do Curso de Relações Internacionais, na Universidade Lusíada. Investigadora colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.
- 3 Eleição para o 21º Knesset a 09.04.2019, eleição para o 22º Knesset a 17.09.2019 e eleição para o 23º Knesset a 02.03.2020. A propósito do último ato eleitoral, de 23.03.2021 *vide* Santos, S., Vieira, S., Simões, J. (2021). «Eleições legislativas de Israel (23 de Março de 2021)», in *Polis*, n.º 3 (2021), pp. 185–187, disponível in <https://doi.org/10.34628/n7v5-gh32> (acesso em 18.03.2022).
- 4 Passou de 28,48% em 2020 para 32,56% em 2021 conforme publicação no site oficial da Comissão Eleitoral Central, disponível in <https://votes23.bechirot.gov.il/nationalresults> e in <https://votes24.bechirot.gov.il/nationalresults> (acesso a 14.02.2022)

- 5 Os resultados referidos podem ser consultados no site oficial da Comissão Eleitoral Central, disponível in <https://votes21.bechirot.gov.il/nationalresults> e in <https://votes22.bechirot.gov.il/nationalresults> (acesso a 14.02.2022)
- 6 Cfr. *supra* nota 3 *in fine*. Estas eleições foram realizadas num período em que a pandemia ainda não havia sido oficialmente declarada pela OMS mas em que haviam já casos de infeções reportados em alguns países do mundo, nomeadamente em Israel. Sobre a data de surgimento de infeções e respetiva evolução em Israel, consultar a página de estatística da “WHO”, disponível in <https://covid19.who.int/region/euro/country/il> (acesso a 14.02.2022).
- 7 Comunicado do Ministério da Saúde disponível in https://www.gov.il/en/Departments/news/01032020_4 (acesso a 18.03.2022)
- 8 Difundido na imprensa, nomeadamente no “El País Internacional”, disponível in <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-02/abstencao-por-medo-ao-coronavirus-ameaca-as-eleicoes-em-israel.html> bem como no site oficial da Comissão Eleitoral Central do 23º Knesset, disponível in https://bechirot23.bechirot.gov.il/election/English/kneset20/Pages/SpecialAvailableKalpies_eng.aspx (acesso a 14.02.2022)
- 9 Acerca do valor do Orçamento da Comissão Eleitoral Central, está disponível in https://bechirot24.bechirot.gov.il/election/English/About/Documents/Press%20Releases/cec_budget.pdf (acesso a 14.02.2022)

rança, mesas de voto especiais para cidadãos infetados e em quarentena, muitos deles através de voto “drive-through”, em locais abertos. Foi também disponibilizada a colocação de mesas de voto nos hospitais onde estavam internados os infetados, assim como no aeroporto para que os cidadãos que chegavam de viagem no dia da eleição pudessem votar mais tranquilamente. A Comissão Eleitoral Central disponibilizou um serviço de transporte grátis que conduzia os cidadãos infetados a votar e os levava de volta a casa¹⁰, sendo que os cidadãos apenas em quarentena (sem infecção) podiam deslocar-se a locais de voto em “drive-through” nos seus próprios veículos. **É importante ainda** referir também que foi providenciado o voto antecipado aos militares¹¹.

Estes novos procedimentos de votação foram vertidos na lei por meio de uma alteração à **Lei Eleitoral do Knesset de 1969, aprovada por unanimidade a 22.12.2020**¹²

Porém, a crise política não se pode dissociar da subida na abstenção – 28,48% em 2020 para 32,56% em 2021 – pelo contrário. Como indicamos, esta foi a quarta eleição no espaço de 2 anos, sendo que cerca de 70% dos Israelitas acredita que estas eleições não vão resolver o impasse político existente, e provavelmente se seguirão umas quintas eleições¹³. Em termos de medidas tomadas para que as eleições pudessem ser realizadas com a máxima normalidade possível em plena pandemia, estas foram bem-sucedidas, provavelmente por serem um melhoramento de algumas já tomadas um ano antes.

Feita uma análise aos valores da abstenção nas eleições de 2021 em Israel, com uma subida de 4,08% relativamente a 2020, consideramos que o acréscimo significativo na abstenção se deva também a razões de natureza política e não apenas a razões dependentes da pandemia.

ISRAEL

Tipo de Eleição	Ano	Taxa de Abstenção
Legislativas	2021	32,56%
	2020	28,48%
	2019	30,17%
	2019	31,54%

10 Acerca desta medida, veja-se o comunicado da Comissão Eleitoral Central, disponível in https://bechiro24.bechirot.gov.il/election/English/About/Documents/Press%20Releases/Voting_Bus.pdf (acesso a 14.02.2022)

11 Acerca desta medida, veja-se o comunicado da Comissão Eleitoral Central, disponível in https://bechiro24.bechirot.gov.il/election/English/About/Documents/Press%20Releases/Early_Voting_on_IDF_Bases.pdf (acesso a 14.02.2022)

12 Acerca da lei em questão, está disponível in <https://www.nevo.co.il>

13 Acerca desta questão, consultar um artigo do Instituto de Democracia da Israel, disponível in <https://en.idi.org.il/articles/34489> (acesso a 28.03.2022)

Israel

Eduardo Oliveira e Sousa¹
Susana Vieira²

DOI: <https://doi.org/10.34628/6485-m868>

On the 23rd of March 2021, Israel had its legislative elections. These were the fourth elections in two years, caused by a strong political instability lived in the country, as it wasn't able to form a government in the first two elections and saw the state budget rejected after the third vote³.

In order to obtain a correct picture of the influence the pandemic had on the abstention levels, we must look at all four votes, taking into account that Israel conducted the last two national elections already under the spread of SARS-CoV2.

When analysing the abstention rate in the four above-mentioned elections, we can observe a decreasing tendency on abstention in the first three votes, whilst in the fourth vote there's an abrupt increase in abstention⁴.

One might instantaneously consider that such increase in abstention was due to the pandemic, but other circumstances should be considered as the current political scene in the country constitutes an element which cannot be disassociated from the abstention figures.

In both elections from 2019, the rate of abstention decreased between the vote on the 9th of April 2019 and the 17th of September 2019 vote (see table), both votes took place before the pandemic.

No government came out of these elections as there weren't any clear victors, meaning it wasn't possible to reach a coalition agreement to govern the country⁵.

This circumstance led to a third election, this time on the 2nd of March 2020, from which came a national unity government in a coalition made up by the usual political rivals (Benjamin Netanyahu and Benny Gantz)⁶. The statement put out by the Health Ministry of Israel on the eve of the elections show a great deal of concern with the adoption of safety measures in ensuring citizens the possibility of exercising their vote, but also to contain the risk of spreading the disease⁷. Special centres were created with tents destined for infected voters as well as those who were quarantined due to contact with an infected person⁸. Despite some fears demonstrated by the population, there was a significant turnout and the abstention fell slightly, just like it had happened with both previous elections.

Regarding these last elections, on the 23rd of March 2021, which took part a year after the start of the pandemic, the measures taken were considerably upgraded. In fact, there was an increase in the Central Elections Committee's budget for the adoption of the necessary measures in order to allow for a superior level of electoral participation, while minimizing the impact of a high voter turnout in the polls given the pandemic⁹. Special ballot boxes were installed in senior care homes with 30 or more residents, special "drive-

1 Assistant Professor and PhD Candidate at the Faculty of Law, Lusíada University (Porto). Collaborating Researcher of the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.

2 Bachelor of Accounting and Administration. Senior undergraduate student of International Relations at Lusíada University (Lisbon). Collaborating Researcher of the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.

3 Election for the 21st Knesset on 09.04.2019, election for the 22nd Knesset on 17.09.2019 and election for the 23rd Knesset on 02.03.2020. Regarding the last election, on 23.03.2021 *vide* Santos, S., Vieira, S., Simões, J. (2021). «Eleições legislativas de Israel (23 de Março de 2021)», in *Polis*, n.º 3 (2021), pp. 185–187, available at <https://doi.org/10.34628/n7v5-gh32> (accessed on 18.03.2022).

4 The abstention went from 28,48% on 2020 to 32,56% on 2021 as stated in the Central Election Committee's official website, available at <https://votes23.bechirot.gov.il/nationalresults> and at <https://votes24.bechirot.gov.il/nationalresults> (accessed on 14.02.2022)

5 These results may be consulted on the Central Election Committee's official website at <https://votes21.bechirot.gov.il/nationalresults> and at <https://votes22.bechirot.gov.il/nationalresults> (accessed on 14.02.2022)

6 See *supra* footnote 3 *in fine*. These elections took place during a period when the pandemic hadn't been official declared by the WHO as so, but there were already several cases of infections reported by some countries around the world, namely Israel. For more on the starting date of COVID-19 in Israel and its evolution in the country see the official WHO statistics webpage at <https://covid19.who.int/region/euro/country/il> (accessed on 14.02.2022).

7 Statement by the Ministry of Health available at https://www.gov.il/en/Departments/news/01032020_4 (accessed on 18.03.2022)

8 As reported by the press, "El País Internacional", available at <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-02/abstencao-por-medo-ao-coronavirus-ameaca-as-eleicoes-em-israel.html> as well as in the Central Election Committee of the 23rd Knesset, available at https://bechirot23.bechirot.gov.il/election/English/knesset20/Pages/SpecialAvailableKalpies_eng.aspx (accessed on 14.02.2022)

9 The Central Election Committee's budget is available at https://bechirot24.bechirot.gov.il/election/English/About/Documents/Press%20Releases/cec_budget.pdf (accessed on 14.02.2022)

through” polling stations were opened to allow for infected and quarantined citizens to cast their votes, many of these were out in the open. Some polling stations were also made available at hospitals so that the hospitalised infected could vote, as well as at the airport, allowing returning citizens to easily cast their votes. The Central Election Committee made available a free transport service which drove infected citizens to voting polls, returning them home afterwards¹⁰, and not-infected quarantined citizens were allowed to cast their votes in “drive-through” polling stations using their own vehicles. It should also be mentioned that the military was given access to early voting¹¹.

These new voting procedures were made into law through an amendment of the Knesset’s Elections Law – 1969, unanimously approved on the 22nd of December 2020¹².

However, the political crisis cannot be dissociated from the increase in abstention rates – 28.48% in 2020 to 32.56% in 2021 – quite the contrary. As we’ve already mentioned, this was the fourth election within two years, given that approximately 70% of Israeli citizens believe that these elections won’t solve the pre-existing political impasse, which will end up leading to a fifth vote¹³. Regarding the adopted measures to ensure maximum normality of these elections in the midst of the pandemic, these were successful, probably since they were an improvement of the previous year’s measures.

Therefore, given this analysis of the abstention rate in the 2021 Israeli elections, with an increase of 4.08% from the previous elections, we consider that the increase in abstention results not only from pandemic related reasons but also from political issues.

ISRAEL

Election	Year	Abstention Rate
Legislative	2021	32,56%
	2020	28,48%
	2019	30,17%
	2019	31,54%

10 Regarding this measure, see the Central Election Committee’s statement available at https://bechirot24.bechirot.gov.il/election/English/About/Documents/Press%20Releases/Voting_Bus.pdf (accessed on 14.02.2022)

11 Regarding this measure, see the Central Election Committee’s statement available at https://bechirot24.bechirot.gov.il/election/English/About/Documents/Press%20Releases/Early_Voting_on_IDF_Bases.pdf (accessed on 14.02.2022)

12 The Israeli legislation can be accessed at <https://www.nevo.co.il>

13 On this question, see the paper by The Israel Democracy Institute available at <https://en.idi.org.il/articles/34489> (accessed on 28.03.2022)

Japão

Eduardo Oliveira e Sousa¹
Susana Vieira²
João Simões³

DOI: <https://doi.org/10.34628/et9v-cd67>

A 31 de Outubro de 2021 realizaram-se no Japão as eleições legislativas para a Câmara dos Representantes, ato eleitoral já analisado no âmbito do *Observatório Eleitoral Internacional*⁴. Foram umas eleições antecipadas, em razão da demissão do primeiro-ministro Yoshihide Suga⁵, marcadas após a dissolução da Câmara dos Representantes e realizadas na sequência dos Jogos Olímpicos em Tóquio, os quais decorreram durante o mês de Agosto do mesmo ano sem a presença de público, atendendo ao cenário pandémico que se atravessava. A afluência às urnas, a 31 de Outubro de 2021, foi de 55.93%, o que releva um ligeiro decréscimo na abstenção. Veja-se que entre 2009 e 2014, houve uma quebra na participação eleitoral, traduzida em 2014 numa participação de 52.66%⁶, o valor mais baixo de participação no período pós-guerra. Todavia, essa tendência tem vindo a inverter-se, como se pode ver no parágrafo seguinte.

A partir do ato eleitoral de 2014 (ver Tabela 1), em que, como referimos, a participação foi a mais baixa, sucede que quer as eleições gerais de 2017 – que contaram com uma participação de 53.68% – quer as de 2021, com uma participação de mais 2.25 pontos percentuais relativamente às eleições anteriores, verifica-se, repetimos, que a tendência abstencionista vem sendo lentamente revertida. Este é um dado curioso, em razão das últimas eleições terem sido

realizadas em plena pandemia. É assim legítimo afirmar que, para lá das medidas tomadas para que fosse possível votar em segurança, mencionadas mais adiante, e que por certo ajudaram à efetivação do exercício do direito de voto, os japoneses têm vindo a demonstrar, mesmo que de forma comedida, um maior envolvimento neste tipo de atos eleitorais. Procurarão, no fundo, quebrar o ciclo de instabilidade que se iniciou com a demissão do Primeiro-Ministro Shinzo Abe, em 2020, por alegados problemas de saúde, ciclo que se manteve com a demissão do seu sucessor, Yoshihide Suga, apenas um ano após a tomada de posse⁷.

Debruçando-nos agora sobre as medidas adotadas para facilitar o direito de voto em período pandémico, importará referir que o Japão se encontra no conjunto de países que implementou medidas legislativas extraordinárias, para permitir aos cidadãos infetados com COVID-19 a participação em segurança no ato eleitoral. Com efeito, a Câmara dos Representantes aprovou uma lei excecional relativa aos métodos de votação para doentes em situação especial – a Lei 82/Reiwa 3⁸ (令和三年法律第八十二号)⁹ – a qual alterou o regime previsto na Lei eleitoral japonesa para que esta passasse a prever as pessoas infetadas com COVID-19¹⁰.

A solução não é verdadeiramente inovadora, mas solucionou elegantemente um problema que, pela sua natureza – a impossibilidade de deslocação às urnas –, também não é inédito. No fundo, o que essencialmente se fez, foi estender o regime do voto postal – já previsto no artigo 48.º da lei eleitoral japonesa, e na sua portaria de execução, para pessoas com um alto grau de incapacidade motora, ou então dependentes de cuidados continuados, portanto, impedidas de se deslocar às urnas – aos portadores de COVID-19¹¹.

1 Professor Assistente e Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (Porto). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

2 Licenciada em Contabilidade e Administração e finalista do Curso de Relações Internacionais, na Universidade Lusíada. Investigadora colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

3 Finalista do Curso de Relações Internacionais, na Universidade Lusíada. Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

4 Sousa, E. O. e, Vieira, S., & Simões, J. (2022). General (legislative) elections in Japan (31 of October 2021). *Polis*, 2(4), 235–238. <https://doi.org/10.34628/v9t4-k873>

5 <https://www.idea.int/news-media/multimedia-reports/global-overview-covid-19-impact-elections>, consultado a 18 de Março de 2022

6 *Japan's Election Turnout Third Lowest in Postwar Era*. (02, Novembro, 2021). Nippon.Com. Consultado a 26 de Março de 2022, em <https://www.nippon.com/en/japan-data/h01156/>

7 A sua demissão deveu-se aos baixos índices de popularidade que apresentava, situação que viria a agravar-se com o início da pandemia, principalmente em função das opções que tomou para contenção das infeções por COVID-19.

8 O terceiro ano da era imperial “*Reiwa*” (令和) corresponde ao ano de 2021 do calendário gregoriano.

9 Legislação disponível em <https://elaws.e-gov.go.jp/document?lawid=503AC00000000082> (site em japonês).

10 Veja-se que, de igual modo, a portaria de execução da presente lei vem alterar várias portarias anteriores, nomeadamente aquelas que disciplinam a execução das modalidades de voto postal.

11 O artigo 2.º da Portaria de Execução resultante do Despacho 175/Reiwa 3 (Legislação disponível em <https://elaws.e-gov.go.jp/document?lawid=503CO00000000175>, site em japonês) o qual disciplina a execução à Lei 82/Reiwa 3, apresenta uma tabela de “substituição interpretativa”, dos termos da portaria de execução da lei eleitoral. Tal método resulta num exercício interpretativo de “onde se lê/deve ler-se”, o que

Tenha-se ainda em conta que o regime previamente existente era absolutamente excepcional, permitindo apenas às pessoas indicadas numa situação de alta dependência de terceiros votar através dos serviços postais, nos termos do artigo 48.º da lei eleitoral.

De resto, é também necessário fazer a ressalva de que a lei eleitoral prevê ainda um modelo de voto *in absentia* previsto no artigo 49.^{o12}, para pessoas que se encontrem em território estrangeiro, em alto mar ou na Antártida, o qual foi, em certa medida, preterido pelo sistema postal. Veja-se que a solução implementada é passível de crítica, em razão de fazer com que o paciente em recuperação dependa de terceiros para remeter o voto através dos serviços postais. Devemos referir, por último, que antes da decisão referida ser tomada – o alargamento do voto postal aos portadores de COVID - a Federação das Tecnologias de Informação do Japão (日本IT団体連盟), havia apresentado um pedido de debate sério sobre a implementação de tecnologias que permitissem a realização do ato eleitoral à distância, através do voto online, durante a pandemia. Entendiam os peticionários que essa seria, também, uma forma de contribuir para que mais pessoas pudessem votar. Porém, pelo observado, essa proposta não foi adotada pelo legislador japonês, que preferiu a segurança da utilização de um meio pré-existente.

JAPÃO

Ato eleitoral	Ano	Taxa de Abstenção
Câmara dos Representantes	2014	47.34%
	2017	46.32%
	2021	44.07%

Tabela 1: https://data.ipu.org/node/85/elections?chamber_id=13432&election_id=27869

permite inserir a situação excepcional daqueles em isolamento por infeção de COVID-19.

12 O voto *in absentia* permite que um conjunto de eleitores em várias situações de deslocação possam participar no ato eleitoral. Falamos de membros de delegações de organizações japonesas situadas no estrangeiro, de marinheiros no alto-mar, de investigadores científicos na Antártida, mas também de cidadãos cujo domicílio habitual esteja registado em território estrangeiro, através do que consideramos serem três métodos. O primeiro método, previsto para os marinheiros será votar pessoalmente em *facsimile*, na embarcação onde se encontrem; o segundo destina-se a cidadãos no estrangeiro que se encontrem perto de representações diplomáticas do Japão, pelo que também votarão presencialmente nas mesmas; o terceiro, de moldes similares ao voto postal, apenas pode ser utilizado pelos membros de delegações de organizações japonesas situadas no estrangeiro e que não queiram ou não possam votar em delegações diplomáticas, pelos investigadores japoneses na Antártida e por cidadãos no estrangeiro que revelem dificuldades de deslocação aos consulados ou embaixadas japonesas no país onde se encontram. Não se deve confundir este tipo de voto postal previsto no artigo 49.º com o voto postal destinado a cidadãos que se encontrem em solo japonês, mas que padeçam de incapacidade motora ou dependam de cuidados continuados, isto é, o regime do artigo 48.º.

Japan

Eduardo Oliveira e Sousa¹
Susana Vieira²
João Simões³

DOI: <https://doi.org/10.34628/et9v-cd67>

On the 31st of October 2021, a general election for the House of Representatives took place in Japan, an election which we've already analysed at the *International Electoral Observatory*⁴. These elections were hastened with the stepping down of prime-minister Yoshihide Suga⁵, being scheduled after the dissolution of the House of Representatives and the end of the Tokyo Olympic Games, which took place during the month of August without any attendance due to the pandemic. The turnout on the 31st of October was of 55.93% marking a slight decrease in abstention. It should be noted that between 2009 and 2014 the turnout figures decreased, reaching 52.66%⁶ in 2014, the lowest turnout figures in the post-war period. This tendency, however, has shown some signs of turning around, as follows.

Since the 2014 elections (see Table 1) in which turnout was at its lowest point, both the general elections of 2017 – with a turnout of 53.68% –, and 2021, with a turnout 2.25% higher than the former elections, demonstrate that the abstentionist tendency has been on a slow course of inversion. This is remarkable given that the latter elections already took place mid-pandemic.

The reason for such fact probably lies both in the measures taken

for safe voting, which shall be presented further down, and a very timid demonstration of electoral and political engagement by the Japanese people. Their goal was likely to break the cycle of instability created with the resignation of Prime-Minister Shinzo Abe in 2020, which was kept alongside Yoshihide Suga's premiership, who ended resigning only a year after taking office⁷.

Regarding measures implemented to deal with the elections during the pandemic period, Japan was one of the countries which have adopted extraordinary legal measures in order to allow citizens infected with COVID-19 to vote. To that end, the House of Representatives passed a bill, resulting in the law on specialised voting methods for specified patients – Law no. 82/Reiwa 3⁸ (令和三年法律第八十二号)⁹ – modifying the provisions under the Japanese Election Law so that it would ensure voting rights to those infected with COVID-19¹⁰.

The solution isn't truly ground-breaking, but it did elegantly resolve an issue which by its nature – the impossibility of personally casting a vote – isn't truly unprecedented. Truthfully, what was done merely amounted to extending the postal voting regime – already present under article 48 of the Japanese Election Law and in its executive ordinance, destined for persons with a high degree of mobility impairment or those dependent on permanent care, thus physically incapable of going to voting stations – to COVID-19 patients¹¹. However, it should be noted that the previously existing regime is deemed to absolutely exceptional in its application, only allowing those who are highly dependent on a third party, to vote

1 Assistant Professor and PhD Candidate at the Faculty of Law, Lusíada University (Porto). Collaborating Researcher of the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.

2 Bachelor of Accounting and Administration. Senior undergraduate student of International Relations at Lusíada University (Lisbon). Collaborating Researcher of the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.

3 Senior undergraduate student of International Relations at Lusíada University (Lisbon). Collaborating Researcher of the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.

4 Sousa, E. O., Vieira, S., & Simões, J. (2022). General (legislative) elections in Japan (31 of October 2021). *Polis*, 2(4), 235–238. <https://doi.org/10.34628/v9t4-k873>

5 <https://www.idea.int/news-media/multimedia-reports/global-overview-covid-19-impact-elections>, accessed on 18th of March 2022

6 *Japan's Election Turnout Third Lowest in Postwar Era*. (2nd of November 2021). Nippon.Com. Accessed on 26th of March 2022 at <https://www.nippon.com/en/japan-data/h01156/>

7 Suga's resignation was due to his already low approval rates, which took a plunge with the beginning of the pandemic, mainly because of the COVID-19 containment and preventive options which were taken.

8 The third year of the imperial era “*Reiwa*” (令和) corresponds to the year 2021 of the Gregorian calendar.

9 Legislation available at <https://elaws.e-gov.go.jp/document?lawid=503AC0000000082> (website in the Japanese language).

10 In equal fashion, the executive ordinance for this law also modifies several previous ordinances, namely those which sought to regulate the specifics of voting via postal services.

11 Article 2 of Ordinance no. 175/Reiwa 3 (legislation available at <https://elaws.e-gov.go.jp/document?lawid=503CO0000000175>, website in the Japanese language) which executes Law no. 82/Reiwa 3, presents an “interpretative substitution” table for legal terms found in the executing ordinance for the Election Law. Such methodology results in an interpretative exercise “where x is read/y should be read”, which allows for the insertion in the relevant provisions of the exceptional case of persons in isolation due to COVID-19 infection.

through postal services. Equally enshrined in the Japanese electoral system is the method of voting *in absentia*, under article 49¹², for persons who are in foreign territory, at sea or in Antarctica, but this system was mostly cast aside in favour of the postal voting system. The implemented system isn't above criticism though, as recovering patients with COVID-19 had to rely on a third party to mail-in the voting ballot, as do voters under article 48 of the Japanese Election Law. Finally, it should be mentioned that before the above-mentioned bill passed – allowing those infected with COVID-19 to cast their votes – the Information Technology Federation of Japan (日本IT団体連盟) had already pressed for a serious debate on the implementation of technologies which would have allowed for remote voting via online polling during the pandemic. The petitioners proposed that such a solution would have contributed for a larger turnout as more people would be allowed to vote. However, from the observed, this proposal was not adopted by the Japanese legislature, which preferred the safety of a pre-existing solution.

JAPAN		
Election	Year	Abstention rate.
House of Representatives	2014	47.34%
	2017	46.32%
	2021	44.07%

Table 1: https://data.ipu.org/node/85/elections?chamber_id=13432&election_id=27869

12 The *in absentia* vote allows for voters in various situations of expatriation to participate in the elections. Voters who fulfil the conditions for this type of voting are either members of delegations of Japanese organizations abroad, sailors, scientific researchers in Antarctica, or citizens living abroad with registered foreign address. These can cast their votes through three different methods of voting. The first method encompasses sailors, who cast their vote via *facsimile*, at the boat where they work and live at sea; the second is used for citizens living abroad but geographically close to Japanese diplomatic services in their host country, being able to cast their vote in person; the third method is similar to postal voting, but it can only be used by members of delegations of Japanese organizations abroad who don't want or are unable to vote at a Japanese diplomatic service, by Japanese researchers in Antarctica and by citizens abroad who are unable to travel to the Japanese consulate or embassy in their host country. This type of postal voting under article 49 of the Japanese Electoral Law should not be mistaken for postal voting designed for citizens located in Japanese territory but who suffer from mobility impairments or are dependent on permanent care, that is, the regime under article 48.

EUROPA



Albânia

Marisa Salgado¹
Catarina Miranda²
Hugo Meireles³

DOI: <https://doi.org/10.34628/zmq9-se79>

No dia 25 de abril de 2021, realizaram-se as eleições legislativas na República da Albânia⁴. À época, a pandemia COVID-19 durava sensivelmente há um ano e um mês e, ao contrário do que sucedeu noutros Estados, a data destas eleições não sofreu qualquer alteração proveniente da crise pandémica. É também importante referir que, apesar da pandemia, a Albânia não adotou medidas específicas para o exercício do direito de voto. Isso mesmo é explicado por Anlka Eleni Helnmaa, no seu artigo *Special Voting Arrangements (SVAs) in Europe: In-Country Postal, Early, Mobile and Proxy Arrangements in Individual Countries*⁵, quando esclarece que a Albânia foi um dos países que não adotou medidas no âmbito do voto por correspondência, voto antecipado, voto em mobilidade ou voto por procuração. Acresce, que apesar de estar consagrada no Código Eleitoral⁶ a possibilidade de exercício do direito de voto para os eleitores albaneses residentes no estrangeiro, nestas eleições o voto só pôde ser exercido no território nacional.

As medidas que existiram, decorrendo de uma decisão do Conselho de Ministros, aprovada a 15 de março de 2020, decisão designada “*For taking special administrative measures during the duration of*

period of infection caused by COVID-19”⁷, tinham alcance geral e não se destinaram a nada que se relacionasse com o futuro ato eleitoral. E o mesmo se diga do «estado de emergência», decretado no dia 25 de março de 2020, com duração de trinta dias.

Foi pois neste quadro que se realizaram as eleições legislativas na Albânia, um país que ultimamente tem registado taxas de abstenção superiores às taxas de participação, pelo que, sem grande surpresa, manteve em 2021 a tendência. Significa isto que não podemos culpabilizar o Covid19 pela abstenção de 53,71% registada (mais baixa aliás do que a verificada em 2017), como devemos inclusive salientar que face ao número de eleitores - 3.588.869⁸ - o número de casos ativos de infeção no dia 24 de abril (véspera do ato eleitoral) era de 23.021 casos.

Quadro 1

Tipo de eleição	Ano da eleição	Taxa de abstenção
Legislativas	2021	53,71%
	2017	54,17%
	2013	47,3%

Fonte: Comissão Central de Eleições⁹

1 Mestranda em Ciências Jurídico Civilísticas, na Unidade Lusíada (Porto) e Investigadora Colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

2 Finalista em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada (Porto) e Investigadora colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

3 Finalista em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada (Porto) e Investigador Colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

4 Sobre estas eleições legislativas, realizadas na Albânia, cf. Sofia Santos, Catarina Miranda, Hugo Meireles, «Eleições legislativas na República da Albânia (25 de abril de 2021)», *POLIS*, n.º 3 (2021), pp. 173-175. Disponível in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/2895/3305> (consultado em 29 de março de 2022).

5 Disponível in *Special Voting Arrangements (SVAs) in Europe: In-Country Postal, Early, Mobile and Proxy Arrangements in Individual Countries | International IDEA* (consultado em 29 de março de 2022).

6 Código Eleitoral da República da Albânia, disponível in https://www.osce.org/files/f/documents/5/7/477547_0.pdf (consultado em 20 de março de 2022).

7 Normative Act of the Council of Ministers no. 3, dated 15.3.2020. Disponível in [Akti-Normativ-nr.-3-date-15-mars-Per-marrjen-e-masava-te-vecanta-administrative-gjate-kohezgjatjes-se-periudhes-se-infeksionit-te-shkaktuar-nga-COVID-19.pdf](#) (shendetesia.gov.al) (consultado em 29 de março de 2022).

8 Dados disponíveis in <https://kqz.gov.al/results/results2021/results2021.htm> (consultado em 29 de março de 2022).

9 Disponível in <https://kqz.gov.al/results/results2021/results2021.htm> (consultado em 29 de março de 2022). Os dados indicados podem também ser consultados [493687.pdf](#) (osce.org); [ALB 2017 Parliamentary - final report](#) (osce.org); [ALB EOM Parliamentary Elections 2013 - Final Report](#) (osce.org).

Albania

Marisa Salgado¹
Catarina Miranda²
Hugo Meireles³

DOI: <https://doi.org/10.34628/zmq9-se79>

On 25 April 2021, parliamentary elections were held in the Republic of Albania⁴. At the time, the COVID-19 pandemic had lasted roughly a year and one month and, unlike what happened in other states, the date of these elections did not change as a result of the pandemic crisis. It is also important to note that, despite the pandemic, Albania has not adopted specific measures to exercise the right to vote. This is explained by Anlka Elenl Helnmaa, in his article *Special voting Arrangements (SVAs) in Europe: In-Country Postal, Early, Mobile and Proxy Arrangements in Individual Countries*⁵, clarifying that Albania was one of the countries that did not adopt measures in the field of postal voting, early voting, mobile voting or voting by proxy. Furthermore, even though ‘the right to vote for Albanian voters residing abroad is enshrined in the Electoral Code, in these elections, the vote could only be exercised on national territory.

The measures that existed, resulting from a decision of the Council of Ministers, approved on March 15, 2020, a decision called “*For taking special administrative measures during the duration of pe-*

riod of infection caused by COVID-19”⁷, had a general scope and were not intended for anything related to the future electoral act. And the same can be said of the “state of emergency”, decreed on March 25, 2020, lasting thirty days.

It was within this framework that the parliamentary elections were held in Albania, a country that lately has registered abstention rates higher than turn out rates, so, unsurprisingly, it maintained the trend in 2021. This means that we cannot blame COVID-19 for the 53.71% abstention recorded (lower than that seen in 2017), as we should even point out that given the number of voters - 3,588,869⁸ - the number of active cases of infection on April 24 (the eve of the electoral act) there were 23,021 cases.

Table 1

Type of election	Year of election	Abstention rate
Legislative	2021	53.71%
	2017	54.17%
	2013	47.3%

Source: Central Elections Commission⁹

1 LLM Candidate in Civil Law, at the Lusíada University (Porto) and Collaborating Researcher at the Center for Economic and Environmental Legal Studies (CEJEA), at Lusíada University.
2 Senior undergraduate student in International Relations at Lusíada University (Porto) and Collaborating Researcher at the Center for Economic and Environmental Legal Studies (CEJEA), at Lusíada University.
3 Senior undergraduate student in International Relations at Lusíada University (Porto) and Collaborating Researcher at the Center for Economic and Environmental Legal Studies (CEJEA), at Lusíada University.
4 On these legislative elections held in Albania, see Santos, S., Miranda, C. & Meireles, H., «Eleições legislativas na República da Albânia (25 de abril de 2021)», *POLIS*, nº 3 (2021), pp. 173-175. Available at <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/polis/article/view/2895/3305> (accessed on March 29, 2022).
5 Available in *Special Voting Arrangements (SVAs) in Europe: In-Country Postal, Early, Mobile and Proxy Arrangements in Individual Countries | International IDEA* (accessed on March 29, 2022).
6 Electoral Code of the Republic of Albania, available at https://www.osce.org/files/f/documents/5/7/477547_0.pdf (accessed on 20 March 2022).

7 normative act of the Council of ministers no. 3, dated 3.15.2020. Available in [Akti-Normativ-nr-3-date-15-mars-Per-marrjen-e-masava-te-vecanta-administrative-gjate-kohezgjitjes-se-periudhes-se-infeksionit-te-shkaktuar-nga-COVID-19.pdf](#) (shendetesia.gov.al) (accessed on March 29, 2022).
8 Data available at <https://kqz.gov.al/results/results2021/results2021.htm> (accessed on March 29, 2022).
9 Available at <https://kqz.gov.al/results/results2021/results2021.htm> (accessed on March 29, 2022). The indicated data can also be consulted [493687.pdf \(osce.org\)](#); [ALB 2017 Parliamentary-final report \(osce.org\)](#); [ALB EOM Parliamentary Elections 2013 - Final Report \(osce.org\)](#)

República Federal da Alemanha

Sofia Santos¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/x8hw-6978>

As eleições legislativas na República Federal da Alemanha realizaram-se a 26 de setembro de 2021². Atendendo ao facto de as eleições terem tido lugar em circunstâncias de exceção devido à pandemia, impôs-se indagar: a Covid-19 implicou uma maior taxa de abstenção eleitoral?

Os dados recolhidos revelam que se registou uma taxa de abstenção de 23,4% num total de 61.181.072 eleitores. Uma análise comparativa com as duas eleições legislativas anteriores permite-nos assinalar que a taxa sofreu uma redução (23,8% em 2017 (61.688.485 eleitores) e 28,5% em 2013 (61.946.900 eleitores))³.

Num segundo momento, importa indagar possíveis razões para tal resultado:

- i) Face aos dados recolhidos, parece-nos que a possibilidade de os eleitores poderem exercer o seu direito através do voto por correspondência, o qual registou um valor recorde⁴ - 47,3% dos eleitores - terá contribuído para a redução da taxa de abstenção (28,6% em 2017 e 24,3% em 2013)⁵. O prazo para solicitar o voto por correspondência era 24 de setembro de 2021 (até às 18h) – em casos excecionais, especialmente doença súbita comprovada, até às 15h no dia das eleições – e todos os boletins teriam de ser entregues até às 18h no dia 26 de setembro⁶. As bases jurídicas relativas ao voto por correspondência já se encontravam previstas na

Lei Eleitoral Federal (§36 e §39 *Bundeswahlgesetz*) de 1993 e no Regulamento Eleitoral Federal (§25 a §31, §66, §74 e §75 *Bundeswahlordnung*) de 2002, pelo que não se tornou necessária a aprovação de legislação.

O relatório da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa de 2022 concernente às presentes eleições refere que no período pré-eleitoral representantes do partido “Alternativa para a Alemanha” (*Alternative für Deutschland*) caracterizaram este método de voto como “antidemocrático e inconstitucional”, tendo colocado em causa a sua integridade. Contudo, o relatório afirma que este sistema “contém salvaguardas suficientes contra a fraude” e que “o processo obteve a confiança de partidos políticos e sociedade civil, tendo a maior parte dos partidos encorajado os seus eleitores a utilizar este método de votação”⁷.

- ii) No que toca aos eleitores internados ou em quarentena, o Regulamento Eleitoral Federal ao prever o voto por correspondência e a possibilidade de urnas móveis e distritos eleitorais especiais em, por exemplo, hospitais permitiu dar resposta a essas situações (§8, §13, §61 e §62)⁸.
- iii) O facto de a taxa de incidência de Covid-19 registar uma ligeira descida nas duas semanas que antecederam a eleição⁹ e a adoção de medidas sanitárias nas secções de voto poderão ter influído na decisão de uma parte dos eleitores de exercer o seu direito de voto presencialmente, pese embora não se aplicasse a este ato eleitoral a regra dos 3G – “geimpft, genesen, getestet” (vacinado, recuperado, testado) –

1 Professora da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (Porto). Investigadora Integrada do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada.

2 V., Santos, S., Pacheco, R., & Vieira, S. (2022). Eleições legislativas na República Federal da Alemanha (26 de setembro de 2021). *Polis*, 2(4), 217–222. Disponível em: <<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/3008/3594>>.

3 Bundeszentrale für politische Bildung, “Zahlen und Fakten, Bundestagswahlen”, disponível em: <<http://www.bpb.de/nachschlagen/zahlen-und-fakten/bundestagswahlen/>>.

4 *Ibid.*

5 Bundeswahlleiter, “Postal ballot”, disponível em: <<http://www.bundeswahlleiter.de/en/service/glossar/b/briefwahl.html>>

6 Bundeswahlleiter, Press release no. 34/21 of September 6, 2021, disponível em: <https://www.bundeswahlleiter.de/en/info/presse/mitteilungen/bundestagswahl-2021/34_21_briefwahl-jetzt-beantragen.html>.

7 OSCE, Federal Republic of Germany, Elections to the Federal Parliament (Bundestag), 26 September 2021, ODIHR Election Expert Team, Final Report, 16 March 2022, pp. 1 e 7. Disponível em: <<http://www.osce.org/files/f/documents/0/3/514048.pdf>>.

8 Josef Franz Lindner, “Die Bundestagswahl 2021 unter den Bedingungen der Pandemie”, 02 September 2021, disponível em: <<http://verfassungsblog.de/die-bundestagswahl-2021-unter-den-bedingungen-der-pandemie/>>.

9 Robert-Koch-Institut, Wöchentlicher Lagebericht des RKI zur Coronavirus-Krankheit-2019 (Covid-19), 23.09.2021 – Aktualisierter Stand für Deutschland, p. 3. De referir, ainda, que até 21 de setembro – dados de 22 de setembro de 2021 – pelo menos 67% da população encontrava-se vacinada com a primeira dose e 63% com a vacinação completa. O Instituto Robert Koch estimava o risco para a saúde da população não vacinada ou com apenas uma dose da vacina como elevado. Para a população com a vacinação completa, estimava o risco como moderado. Disponível em: <http://www.rki.de/DE/Content/InfAZ/N/Neuartiges_Coronavirus/Situationsberichte/Wochenbericht/Wochenbericht_2021-09-23.pdf?__blob=publicationFile>.

em vigor desde 31 de agosto de 2021¹⁰ – e apenas 63% da população se encontrasse com a vacinação completa.

- iv) De acordo com o Regulamento Eleitoral Federal, os municípios são responsáveis pelas secções de voto, infraestruturas e condições (§46), enquadrando-se, deste modo, a adoção de medidas sanitárias (higienização, distanciamento, entre outras). No que concerne à utilização obrigatória de máscaras, a Lei Eleitoral Federal e o Regulamento Eleitoral Federal são omissos. A exigência do uso da máscara em espaços fechados encontrava-se prevista, à semelhança das medidas supra, nos regulamentos aprovados nos respetivos Estados Federados para combater a propagação do vírus SARS-COV-2¹¹.

Eleições Legislativas	Eleitores	Votantes	Taxa de voto por correspondência	Taxa de abstenção
2021	61.181.072	46.854.508	47,3%	23,4%
2017	61.688.485	46.976.341	28,6%	23,8%
2013	61.946.900	44.309.925	24,3%	28,5%

Fonte: Bundeswahlleiter, disponível em: <<http://www.bundeswahlleiter.de/>>, Bundeswahlleiter, “Postal ballot”, disponível em: <<http://www.bundeswahlleiter.de/en/service/glossar/b/briefwahl.html>>

10 Die Bundesregierung, “Wählen in der Pandemie“, disponível em: <<http://www.bundesregierung.de/breg-de/suche/waehlen-in-der-pandemie-1956310>>.

11 *Ibid.* V., igualmente, Josef Franz Lindner, “Die Bundestagswahl 2021 unter den Bedingungen der Pandemie“, 02 September 2021, disponível em: <<http://verfassungsblog.de/die-bundestagswahl-2021-unter-den-bedingungen-der-pandemie/>>.

Federal Republic of Germany

Sofia Santos¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/x8hw-6978>

The legislative elections in the Federal Republic of Germany were held on the 26th of September 2021². Given the fact that these elections took place under exceptional circumstances due to the pandemic, the following question must be raised: has COVID-19 resulted in a higher abstention rate?

The data gathered reveals an abstention rate of 23,4% in a total of 61.181.072 voters. A comparative analysis with both previous legislative elections allows us to determine that the abstention rate has suffered a reduction (23,8% in 2017 (61.688.485 voters) and 28,5% in 2013 (61.946.900 voters))³.

Secondly, we should inquire on possible reasons for such result:

- i) Considering the gathered data, it seems that the possibility for voters to exercise their right through postal ballot which registered a record figure⁴ – 47,3% of voters – might have contributed for a decrease in the abstention rate (28,6% in 2017 and 24,3% in 2013)⁵. The deadline to apply for postal ballot was on the 24th of September 2021 (until 6pm) – in exceptional cases, especially provable sudden illness, until 3 pm on election day – and all ballots had to be mailed-in until 6pm of the 26th of September⁶. The legal framework on postal ballot was already established under the Federal

Elections Act (§36 and §39 *Bundeswahlgesetz*) of 1993 and under the Federal Electoral Regulations (§25 to §31, §66, §74 and §75 *Bundeswahlordnung*) of 2002, which meant that no further legislation had to be approved. The Organization for Security and Co-operation in Europe's report of 2022 on the present elections refers that during the pre-electoral period, representatives of the Party "Alternative for Germany" (*Alternative für Deutschland*) had characterised this method of voting as "antidemocratic and unconstitutional", having put into question its integrity. However, the report states that this system "contains sufficient safeguards against fraud" and that "the postal voting process enjoyed the trust and confidence of political parties and civil society, with most parties having encouraged their voters to use this method of voting"⁷.

- ii) Regarding hospitalised or quarantined voters, since the Federal Electoral Regulations provided the postal ballot as well as the appointment of mobile electoral boards and formation of special polling districts, for example, for hospitals, such situations could be addressed (§8, §13, §61 e §62)⁸.
- iii) The fact that the incidence rate for COVID-19 registered a slight decrease in the two weeks prior to the election⁹ and the adoption of sanitary measures at the polling stations, might have influenced the decision taken by part of voters in exercising their voting rights in person, notwithstanding

1 Professor at the Faculty of Law at Lusíada University (Porto). Integrated Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) at Lusíada University.

2 See Santos, S., Pacheco, R., & Vieira, S. (2022). Eleições legislativas na República Federal da Alemanha (26 de setembro de 2021). *Polis*, 2(4), 217–222. Available at: <<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/3008/3594>> (in Portuguese).

3 Bundeszentrale für politische Bildung, "Zahlen und Fakten, Bundestagswahlen", available at: <http://www.bpb.de/nachschlagen/zahlen-und-fakten/bundestagswahlen/> (in German).

4 *Ibid.*

5 Bundeswahlleiter, "Postal ballot", available at: <<http://www.bundeswahlleiter.de/en/service/glossar/b/briefwahl.html>>.

6 Bundeswahlleiter, Press release no. 34/21 of September 6, 2021, available at: <https://www.bundeswahlleiter.de/en/info/presse/mitteilungen/bundestagswahl-2021/34_21_briefwahl-jetzt-beantragen.html>.

7 OSCE, Federal Republic of Germany Elections to the Federal Parliament (Bundestag), 26 September 2021, ODIHR Election Expert Team, Final Report, 16 March 2022, pp. 1 e 7. Available at: <<http://www.osce.org/files/t/documents/0/3/514048.pdf>>.

8 Josef Franz Lindner, "Die Bundestagswahl 2021 unter den Bedingungen der Pandemie, 02 September 2021, available at: <<http://verfassungsblog.de/die-bundestagswahl-2021-unter-den-bedingungen-der-pandemie/>> (in German).

9 Robert-Koch-Institut, Wöchentlicher Lagebericht des RKI zur Coronavirus-Krankheit-2019 (Covid-19), 23.09.2021 – Aktualisierter Stand für Deutschland, p. 3. It should be mentioned that up to September 21 (data of September 22, 2021) at least 67% of the population had taken the first dose of the vaccine and 63% had been fully vaccinated. The Robert Koch Institute estimated the health risk for unvaccinated population or those with just one dose of the vaccine as high. For the population who had been fully vaccinated, the risk was estimated as moderate. Available at: <http://www.rki.de/DE/Content/InfAZ/N/Neuartiges_Coronavirus/Situationsberichte/Wochenbericht/Wochenbericht_2021-09-23.pdf?__blob=publicationFile> (in German).

- the fact that in this election the 3G rule – “geimpft, genesen, getestet” (vaccinated, recovered, tested) – in force since the 31st of August 2021¹⁰, did not apply and only 63% of the population was fully vaccinated.
- iv) According to the Federal Electoral Regulations, municipalities are responsible for the polling stations, its equipment and conditions (§46), including, thus, the adoption of sanitary measures (sanitisation, distancing, among others). Regarding the mandatory use of face masks, both the Federal Elections Act and the Federal Electoral Regulations are silent on the matter. The mandatory use of a face mask in closed spaces was foreseen, like the above-mentioned measures, by the respective *Landär* regulations on measures to combat the spread of the SARS-COV-2 virus¹¹.

Legislative Elections	Registered Voters	Cast Votes	Rate of Postal Ballot	Abstention Rate
2021	61.181.072	46.854.508	47,3%	23,4%
2017	61.688.485	46.976.341	28,6%	23,8%
2013	61.946.900	44.309.925	24,3%	28,5%

Source: Bundeswahlleiter, disponível em: <<http://www.bundeswahlleiter.de/>>, Bundeswahlleiter, “Postal ballot”, available at: <<http://www.bundeswahlleiter.de/en/service/glossar/b/briefwahl.html>>

10 Die Bundesregierung, “Wählen in der Pandemie”, available at: <<http://www.bundesregierung.de/breg-de/suche/waehlen-in-der-pandemie-1956310>> (in German).

11 *Ibid.* See also Josef Franz Lindner, “Die Bundestagswahl 2021 unter den Bedingungen der Pandemie“, 02 September 2021, available at: <<http://verfassungsblog.de/die-bundestagswahl-2021-unter-den-bedingungen-der-pandemie/>> (in German).

Bulgária

Eduardo Oliveira e Sousa¹
Raquel Pacheco²
Marisa Silva³

DOI: <https://doi.org/10.34628/x7y6-pb07>

À semelhança de tantos outros países do mundo, os búlgaros foram chamados às urnas em contexto pandémico⁴. Porém, em razão da alta instabilidade política que se tem vindo a sentir nos últimos anos, esta nação dos Balcãs viu-se obrigada, em 2021, a repetir por duas vezes as eleições legislativas de 4 de abril, voltando o povo búlgaro às urnas a 11 de julho e novamente no dia 14 de novembro (cujo ato eleitoral foi combinado com as eleições presidenciais, para diminuição dos custos). Finalmente, encontrada alguma estabilidade no nível parlamentar, a Bulgária foi pela última vez às urnas, desta vez em razão da segunda volta das eleições presidenciais no dia 21 de novembro. Ao todo, no decorrer de um único ano, os búlgaros tiveram de se deslocar não menos de cinco vezes às urnas.

Este cenário é particularmente interessante quando considerarmos que a Bulgária é o Estado-membro da União Europeia com menor taxa de vacinação contra o vírus SARS-CoV-2. Até abril de 2021, apenas 8% da população adulta estava vacinada, valor este bastante abaixo dos 20% da UE. Em dezembro, havia pouco mais de 25% dos búlgaros vacinados. Em resultado, em janeiro de 2022, a Bulgária enfrentava a maior taxa de mortes por 1000 habitantes da UE. Estima-se que atualmente pouco menos de 29% da população esteja totalmente vacinada.⁵

Face a esta gestão desastrosa da pandemia, evidenciada pelos fracos

números de vacinação e de mortes por cada 1000 habitantes, ao qual se somam vários protestos em razão das fortes medidas sanitárias implementadas, não seria de esperar que os búlgaros fossem alegremente, por vezes repetidas, às urnas. Como consequência disto, é visível o crescimento no valor da abstenção no decorrer do ano, isto é, entre os vários atos eleitorais que tiveram lugar. Veja-se que, no campo das legislativas, entre as eleições que tiveram lugar a 4 de abril e finalmente as de 14 de novembro, é visível um aumento na abstenção de 10.67%.

Em correspondência direta com a abstenção no âmbito das eleições legislativas, encontram-se os números da abstenção nas eleições presidenciais, os quais, quanto comparados com os valores de 2016 pintam um quadro desastroso. Conforme indicamos, a primeira volta teve lugar no dia 14 de novembro de 2021, o mesmo dia das últimas eleições legislativas, pelo que a abstenção se situou em 61.36% – comparável à abstenção das legislativas –. Já a segunda volta demonstrou um aumento na abstenção de 4.99%, para um valor de 66.35%. Quando comparados com os valores de 2016, verificamos um aumento da abstenção na ordem dos 17.64% para a primeira volta e 16.79% na segunda volta.

De pouco parecem ter servido as medidas implementadas para permitir aos eleitores votar em contexto pandémico. Através de uma revisão das medidas e atividades para o estado de emergência de 13 de março de 2020, a 28 de Janeiro de 2021, a assembleia nacional procurou acautelar a participação no ato eleitoral pelos cidadãos infetados com COVID-19⁶. Tal alteração surgiu na senda da determinação, pelo executivo búlgaro e as autoridades de saúde, de que os cidadãos colocados em quarentena ou isolamento obrigatório poderiam votar através de urnas móveis⁷.

No entanto, foi à Comissão Central Eleitoral (CEC) que coube disciplinar o método de votação para eleitores colocados em quarentena obrigatória ou isolamento – pelo que surge a Decisão da CEC n.º 831-PVR/NA de 29-10-2021⁸. Essencialmente, os eleitores

1 Professor Assistente e Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (Porto). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

2 Licenciada em Relações Internacionais, pela Universidade Lusíada (Porto), mestranda no Instituto Superior de Economia e Gestão. Investigadora colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada.

3 Mestranda em Direito, na Universidade Lusíada (Porto). Investigadora colaboradora no Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada.

4 Vide, para uma visão aprofundada sobre alguns dos anteriores atos eleitorais neste país, Sousa, E.O., Ferreira, B., & Silva, M. (2022). Presidential elections in Bulgária (21 of november 2021). *Polis* 2(4), 251-254 e Sousa, E.O., Ferreira, B., & Pacheco, R. (2021). Elections in the Republic of Bulgaria (July 11, 2021). *Polis*, 2(3), 167-172.

5 Vide, a tabela global sobre a COVID-19 elaborada pela OMS em <https://covid19.who.int/table>.

6 Conforme anunciado pela nota de imprensa do Parlamento Búlgaro em <https://www.parliament.bg/en/news/ID/5215>

7 A lei eleitoral búlgara, já prevê a utilização de urna móvel, nos termos dos artigos 237.º a 239.º, embora para a utilização exclusiva de eleitores com deficiência permanente impedidos de exercer o seu direito de voto nas devidas secções, podendo estes requerer a utilização de urna móvel nos termos do artigo 37.º.

8 O texto da decisão, (em búlgaro) pode ser encontrado em <https://coronavirus.bg/bg/1145>.

em quarentena votam no local onde estão sujeitos a quarentena ou isolamento e o pedido para voto através deste método deve ser apresentado ao presidente da câmara do local onde o cidadão em isolamento se encontra. Este método apenas tem lugar a realização após o pedido mínimo de 7 pessoas e até 3 dias antes das eleições. Preterido em favor da urna móvel, foi a solução de voto eletrónico encontrada na lei eleitoral – o chamado “*Machine vote*” – previsto no artigo 212.º. Este tipo de votação implica um número mínimo de 300 eleitores, visando a população de lares, hospitais e outros centros sociais.

A escolha do legislador búlgaro em prever o voto por urna móvel pode ser compreendido essencialmente através de dois pontos de vista, o primeiro sendo uma questão puramente económica – basta que 7 eleitores requeiram a circulação de uma urna móvel num determinado município, face a um pedido de instalação de máquina de voto eletrónico que deve ser realizado por um mínimo de 300 eleitores –; o segundo encontrando-se em razões sanitárias, isto é, o baixo risco de contágio em fazer circular a urna móvel (acompanhada certamente pelos membros da “mesa de voto” equipados para o efeito), perante o altíssimo risco de contágio num cenário em que os eleitores se deslocam ao equipamento eletrónico. Todavia, como se afirmou, nem a possibilidade de votar “remotamente” através de urna móvel, abrandou o crescimento galopante da abstenção, cujos valores se devem provavelmente (ou até seguramente) à exaustão sentida pelo eleitorado búlgaro, em razão de demasiadas chamadas às urnas. Em suma, a política, e não apenas a pandemia, no centro da decisão para a alta abstenção.

*Taxa de abstenção nas eleições legislativas*⁹

Eleições legislativas	Abstenção
14 de novembro de 2021	61.57%
11 de julho de 2021	59.61%
4 de abril de 2021	50.9%
26 de março de 2017	47.43%
5 de outubro de 2014	50.49%

*Taxa de abstenção nas eleições presidenciais*¹⁰

Eleições presidenciais	Abstenção
21 de novembro de 2021 (2.ª volta)	66.35%
14 de novembro de 2021 (1.ª volta)	61.36%
2016 (2.ª volta)	49.56%
2016 (1.ª volta)	43.72%

9 Fontes dos resultados eleitorais: <http://results.cik.bg/pi2014/rezultati/>, <http://results.cik.bg/pi2017/rezultati/index.html>, <https://results.cik.bg/pi2021/rezultati/index.html>, https://results.cik.bg/pi2021_07/rezultati/index.html, <https://results.cik.bg/pvrns2021/tur1/rezultati/index.html>.

10 Fontes dos resultados eleitorais: <https://results.cik.bg/pvrns2021/tur1/rezultati/index.html>, <https://results.cik.bg/pvrns2021/tur2/rezultati/index.html>; <https://results.cik.bg/pvrnr2016/tur1/president/index.html>.

Bulgaria

Eduardo Oliveira e Sousa¹

Raquel Pacheco²

Marisa Silva³

DOI: <https://doi.org/10.34628/x7y6-pb07>

Like so many other countries around the world, Bulgarian citizens went to the polls during the pandemic⁴. However, given the high political instability which has been felt in these last few years, after the legislative elections of April 4, 2021, this nation in the Balkans had to return to polls twice – a second time on the 11th of July and a third time on the 14th of November (in a cost-saving double-election which combined both legislative and presidential elections). Finally, with some stability at the parliamentary level, Bulgaria had its second presidential round of elections on the 21st of November. In all, during the course of a single year, Bulgarian citizens had to go to polls no less than five times.

This backdrop is particularly important when we consider that Bulgaria is the least SARS-CoV-2 vaccinated Member State of European Union. Leading up to April 2021, only 8% of the adult population had been vaccinated, a figure quite below the 20% average of the EU. In December, those vaccinated were little above 25%. In result, on January 2022, Bulgaria had the largest percentage of deaths per 1000 inhabitants in the EU. It is estimated that in the present day, only shy of 29% of the population is completely vaccinated⁵.

Given this disastrous management of the pandemic, the meagre numbers in vaccination, the death-toll by 1000 inhabitants, and the highly contested sanitary measures which were implemented, one cannot be surprised that Bulgarians would joyfully go to polls, for several times

in a row. As consequence, an increase in abstention can be observed throughout the whole year, that is, in the several elections which were held. As an example, regarding the legislative elections, between both April 4 and November 14 elections, there is an increase of 10,67% in the abstention rate.

There is then a direct correspondence between the abstention figures in the legislative elections and the presidential elections, which when compared with the 2016 figures paint a disastrous image. As mentioned, the presidential first round was held on the 14th of November 2021, the same day as the legislative election, meaning an abstention rate of 61,36% – a rate comparable with the legislative election's abstention figures –. On the second round, there was an increase of 4,99% in the abstention rate, totalling a figure of 66,35%. When comparing both abstention rates with 2016 figures, we can observe an increase in abstention of 17,64% on the first round and 16,79% in the second round.

Thus, little purpose seems to have had the implemented measures to allow citizens to cast their votes during the pandemic. These were implemented via an amendment, dated the 28th of January 2021, on the measures and activities for the State of Emergency of March 13, 2020, in which the National Assembly sought to ensure the exercise of voting rights by citizens infected with COVID-19⁶. This amendment resulted from the determination by the Bulgarian administration along with health authorities that quarantined or confined citizens could vote through mobile ballot boxes⁷.

However, the specific implementation of the chosen method of voting for quarantined or confined voters was entrusted to the Central Election Committee (CEC) which issued the Decision no. 831-PVR/NA of 29th of October 2021⁸. In essence, quarantined voters can cast their vote at the place where the quarantine or confinement is taking place. This can be requested before the mayor of the municipality where the quarantine or confinement is taking place. This method can only be used if at least 7 citizens request a mobile ballot box, 3 or more days before the elections.

Another solution which was passed over in favour of the mobile ballot

1 Assistant Professor and PhD Candidate at the Faculty of Law at Lusíada University (Porto). Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.

2 BA in International Relations at Lusíada University (Porto), MSc Candidate at the Lisbon School of Economics & Management. Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.

3 LLB in Law, LLM Candidate at Lusíada University (Porto). Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.

4 *Vide*, for further understanding on previous elections in this country Sousa, E.O., Ferreira, B., & Silva, M. (2022). Presidential elections in Bulgária (21 of november 2021). *Polis* 2(4), 251-254 and Sousa, E.O., Ferreira, B., & Pacheco, R. (2021). Elections in the Republic of Bulgaria (July 11, 2021). *Polis*, 2(3), 167-172.

5 *Vide*, the global table on COVID-19 by WHO at <https://covid19.who.int/table>.

6 As announced by the press release of the Bulgarian Parliament at <https://www.parliament.bg/en/news/ID/5215>

7 The Bulgarian election law already has established under articles 237 to 239, the usage of a mobile ballot box, however this is only for exclusive use by handicapped voters who cannot cast their votes at the polling section. These voters can request for a mobile ballot box under article 37.

8 The text of the decision can be found at: <https://coronavirus.bg/bg/1145> (in Bulgarian)

box was the electronic vote solution already established under article 212 of the election law – the so called “*Machine vote*” –. This fashion of voting implies a minimum of 300 voters requesting for its implementation, it is therefore aimed at elderly care homes, hospitals, and other social centres.

The choice of the Bulgarian legislature in choosing the mobile ballot box method can be essentially understood through two reasons, the first of these being of a purely economic nature – only 7 voters need to request a mobile ballot box per municipality against a request for que installation of an electronic vote machine which must be requested by at least 300 voters –; the second reason lies in sanitary reasons, that is, the low risk of transmission posed by the circulation of a mobile ballot box (certainly accompanied by members of a “polling station” fully equipped to that effect), against the very high risk of transmission in a scenario where voters personally go to the voting machine.

However, as stated above, nor did the possibility of “remotely” voting through a mobile ballot box has slowed the rising tide in abstention, and its rates are probably (most assuredly in fact) due to the exhaustion felt by Bulgarian citizens from being summoned far too many times to the polls. In conclusion, it was politics, not just the pandemic, which are at the core for the decision to abstain from voting.

Bulgaria – Legislative elections ⁹

Legislative elections	Abstention Rate
14 th of November 2021	61.57%
11 th of July 2021	59.61%
4 th of April 2021	50.9%
26 th of March 2017	47.43%
5 th of October 2014	50.49%

Bulgaria – Presidential elections¹⁰

Presidential Elections	Abstention Rate
21 st of November 2021 (2 nd round)	66.35%
14 th of November 2021 (1 st round)	61.36%
2016 (2 nd round)	49.56%
2016 (1 st round)	43.72%

9 Sources on electoral results: <http://results.cik.bg/pi2014/rezultati/>, <http://results.cik.bg/pi2017/rezultati/index.html>, <https://results.cik.bg/pi2021/rezultati/index.html>, https://results.cik.bg/pi2021_07/rezultati/index.html, <https://results.cik.bg/pvrns2021/tur1/rezultati/index.html>.

10 Sources on electoral results: <https://results.cik.bg/pvrns2021/tur1/rezultati/index.html>, <https://results.cik.bg/pvrns2021/tur2/rezultati/index.html>; <https://results.cik.bg/pvnr2016/tur1/president/index.html>.

Chipre

Susana Vieira¹
João Simões²

DOI: <https://doi.org/10.34628/4t1e-9c32>

Na República de Chipre, país membro União Europeia desde 2004, foram realizadas eleições legislativas a 30 de Maio de 2021 quando havia já passado pouco mais de um ano da declaração da pandemia Covid-19, pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Analisando a taxa de abstenção, verificamos que a mesma reflete uma subida muito ligeira, especialmente no âmbito de uma avaliação da mesma considerando as duas eleições anteriores à declaração de pandemia pela OMS. Pese embora constatem uma subida de 1,02% em 2021 relativamente a 2016, não podemos analisar esta percentagem sem ter em conta que o número de eleitores registados subiu de 543.186 em 2016, para 557.836 em 2021, o que, em termos absolutos, totaliza mais 14.650 eleitores^{3/4}. Assim, e tendo em atenção o objectivo do presente artigo devemos desde já assinalar que não se verificam oscilações dignas de realce, entre as taxas de abstenção registadas em 2021 e em 2016. Na realidade, a abstenção em 2021 vem apenas confirmar a tendência de crescimento abstencionista já registado em 2016, ano em que, de facto, se assistiu a uma considerável queda de participação eleitoral face ao que tinha ocorrido em 2011 (ver quadro).

Poder-se-ia, ainda assim, considerar que a pandemia seria responsável pelo ligeiro aumento de abstencionistas, mas nada nos impediria, igualmente, de considerar que tal se devia ao facto do voto ter deixado de ser obrigatório⁵. Por outro lado poder-se-ia também

referir que a abstenção se tinha devido ao desagrado da população face a grandes casos de corrupção envolvendo altas figuras do Estado cipriota⁶. Contudo, atendendo aos dados conhecidos, nada nos pode conduzir a indicar a pandemia como a causadora desta curta diferença de abstencionistas face à penúltima eleição legislativa.

Quanto a medidas específicas tendentes a facilitar o exercício do direito de voto (ou à sua ausência), temos de destacar a posição expressa pela missão da OSCE, nomeadamente dos observadores da ODIHR, que teve lugar entre os dias 15 e 18 de Fevereiro de 2021. Esses observadores foram destacados para Chipre, para fazerem uma observação prévia com o propósito de identificar questões a colmatar no âmbito das eleições que se avizinhavam. E no seu relatório preliminar, os observadores concluíram que, contrariamente ao que já havia sido recomendado, não estavam asseguradas mesas de voto em hospitais, lares de terceira idade, nem para voto móvel, nomeadamente através da deslocação da urna de voto até ao domicílio dos eleitores. Acrescia, ainda, que não estavam ajustados os procedimentos necessários para que doentes com Covid-19, familiares destes em isolamento, ou ainda para os que estavam em autoisolamento pudessem votar. Não deixaram, porém, de constatar que estavam previstas diligências a serem desenvolvidas entre o Ministério da Saúde e os partidos políticos, para que tudo pudesse ser providenciado e resolvido até ao dia das eleições⁷.

Na sequência das recomendações constantes no relatório anterior-

mento desta obrigação legal não implicava, há mais de 20 anos, qualquer consequência. As declarações do ministro cipriota estão disponíveis em <https://cyprus-mail.com/2017/05/31/government-abolishes-compulsory-voting/> (acesso em 18.03.2022).

- 6 Referimo-nos à atribuição do estatuto de cidadania a cidadãos estrangeiros, atribuição essa minada por um elaborado esquema de corrupção, que conduziu à demissão, por exemplo, do Presidente da Casa dos Representantes, o Parlamento Cipriota. Veja-se a este propósito a divulgação feita pela imprensa, neste caso particular pela DW News, um programa global de notícias e informações em inglês da emissora pública internacional alemã Deutsche Welle, recorrendo à auscultação de cidadãos comuns, disponível in <https://www.dw.com/en/amid-corruption-and-division-greek-cypriots-to-elect-new-parliament/a-57699702> (acesso a 18.03.2022).
- 7 A este respeito encontramos no Relatório de Missão de Avaliação de Necessidades da OSCE, efectuada entre os dias 15 e 18 de Fevereiro de 2021, com relatório preliminar produzido a 18.03.2021, a seguinte observação: “*Contrary to a previous ODIHR recommendation, the law does not provide for the establishment of polling stations in hospitals, retirement homes or for mobile voting. The MoI informed the ODIHR NAM that in consultation with the Ministry of Health it is developing adjustments to election day procedures, and participation of voters with COVID-19, their family members and those in selfisolation.*”, disponível in: <https://www.osce.org/files/f/documents/d/c/481552.pdf> (acesso a 18.03.2022).

- 1 Licenciada em Contabilidade e Administração e finalista do Curso de Relações Internacionais, na Universidade Lusíada. Investigadora colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.
- 2 Finalista do Curso de Relações Internacionais, na Universidade Lusíada. Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.
- 3 A este propósito consultar cf. Vieira, S., Simões, J. (2022). «Eleições legislativas de Chipre (30 de Maio de 2021)», in *Polis*, n.º 3 (2021), pp. 181–184, disponível in <https://doi.org/10.34628/tz8e-hr67> (acesso em 18.03.2022).
- 4 Sobre a evolução da participação eleitoral em Chipre é relevante o estudo desenvolvido pelo Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA). Disponível in <https://www.idea.int/data-tools/country-view/90/40> (acesso a 27.03.2022)
- 5 É de sublinhar, a este respeito, que para Constantinos Petrides, Ministro do Interior, a abolição do voto obrigatório não iria ter qualquer impacto no aumento da abstenção, uma vez que apesar do voto ter sido legalmente obrigatório, o incumprimento

mente aludido, foram então introduzidas medidas especiais para levar a cabo a eleição em contexto de pandemia, medidas essas explicadas detalhadamente pelo Ministro do Interior⁸. Foi dada a devida formação a quem estava alocado às mesas de voto por forma a ficarem conscientes dos procedimentos especiais e inéditos a adotar no quadro de pandemia que se vive. Assim, de entre as medidas adotadas, para além das que podemos considerar usuais como uso de máscara, desinfeção das mãos e distanciamento de dois metros, foi providenciado o voto móvel a pessoas com Covid-19, por via da deslocação das urnas até casa dos doentes mediante inscrição prévia efectuada pelos mesmos⁹, inscrição essa que se constatou ter fraca adesão¹⁰, bem como a hospitais. Relativamente aos casos de cidadãos que tiveram contacto próximo com casos positivos de Covid-19 e que em razão dessa circunstância estavam obrigados a estar em isolamento à data das eleições, foi-lhes permitida a deslocação às mesas de voto por forma a poderem exercer o seu direito constitucional¹¹. Refira-se, por último, que para ser possível colocar em prática a deslocação dos delegados das mesas de voto e polícias a casa dos infetados e aos hospitais, foram introduzidas alterações à “Lei da Quarentena”¹², alterações essas que constam do Decreto Administrativo do Ministério da Saúde, a que já fizemos referência. Podemos assim concluir que os valores da abstenção nas eleições de

2021, mais concretamente a sua manutenção face a 2016, são um reflexo da tendência crescente que se constata ao longo das eleições ora analisadas. Circunstância que em Chipre, no caso recente, se relaciona mais com razões de natureza estritamente política do que com razões directamente relacionadas com a pandemia.

CHIPRE

Tipo de eleição	Ano da Eleição	Taxa de Abstenção
Legislativas	2021	34.28%
	2016	33.26%
	2011	21.3%

Fonte: <https://www.idea.int/data-tools/country-view/90/40>

8 As declarações detalhadas, cujos pontos essenciais são enumerados na sequência do texto, podem ser encontradas na página do Ministério do Interior do Governo da República de Chipre onde se encontra na íntegra a declaração feita em conferência de imprensa, disponível in <http://www.moi.gov.cy/moi/moi.nsf/All/3D41BD13D5326B30C22586E5001E4DF1?OpenDocument> (acesso em 27.03.2022)

9 Esta medida é referenciada no Relatório Final da OSCE referente ao acompanhamento das eleições de 30.05.2021, elaborado a 15 de Dezembro de 2021, onde é referido: “ In April 2021, the election law was amended to allow voters with confirmed COVID-19 cases and those who are in quarantine to apply for mobile voting. Voters could submit their applications electronically to the GRO by 28 May. After confirming with the Ministry of Health the eligibility for mobile voting, the voter was removed from the regular voter list and was included in a special list for mobile voting. The GRO informed that 91 such applications were received and all were approved. This special voter list was not published for the purpose of the protection of the personal data, but representatives of parties and independent candidates could inspect those lists at a time and place determined by the GRO.”, disponível in https://www.osce.org/files/f/documents/c/5/508379_1.pdf (acesso em 27.03.2022)

10 Em declarações feitas ao jornal “Cyprus Mail” no dia 23 de maio de 2021, Constantinos Petrides, Ministro do Interior, afirmou “Not much interest has been expressed so far; Constantinou said no one had registered by Wednesday”. Disponível in <https://cyprus-mail.com/2021/05/23/coronavirus-election-logistics-to-look-very-different-this-year/> (acesso em 18.03.2022)

11 A este respeito veja-se a transcrição do ponto 2.2 do Decreto Administrativo n.º 5537, de 27.05.2021, do Ministério da Saúde: “2.2 Regulation 2.22 of the Quarantine (Determination of Measures to Prevent the Spread of COVID-19 Coronavirus) Decrees (No 17) of 2021 is hereby amended by deleting the full stop at the end of the first reservation and replacing it with a colon and with the addition, immediately after, of the following new reservation: “Provided further that on 30 May 2021 close contacts of persons infected with Covid-19 according to the Health Protocol of the Ministry of Health, may exit their place of confinement and go exclusively to the electoral centre for voting purposes”, in GOVERNMENT GAZETTE OF THE REPUBLIC OF CYPRUS, R.A.A. 226/2021, ANNEX III, PART I, REGULATORY ADMINISTRATIVE ACTS. Disponível in https://www.pio.gov.cy/coronavirus/uploads/27052021_Decree%20No%2019%20EN.pdf (acesso em 27.03.2022)

12 A Lei da Quarentena está disponível in <http://www.cylaw.org/nomoi/arith/CAP260.pdf> (acesso em 27.03.2022)

Cyprus

Susana Vieira¹
João Simões²

DOI: <https://doi.org/10.34628/4t1e-9c32>

The Republic of Cyprus, a member country of the European Union since 2004, had its legislative elections on the 30th of May 2021, a year had passed since the start of the COVID-19 pandemic as declared by the World Health Organization (WHO).

When analysing the abstention rate, we can observe a very slight increase in abstention, especially given the evaluation range, that is, the two previous elections before the start of the pandemic as declared by the WHO. Notwithstanding the rise in 1,02% from 2016 to 2021, we must take into account that the number of registered voters rose from 543.186 in 2016 to 557.836 in 2021 which, in absolute terms, adds more 14.650 voters^{3/4}. Therefore, taking into consideration that the objective of this paper, there weren't any noteworthy oscillations between the 2016 and 2021 abstention rates. If anything, the 2021 abstention only serves to confirm the tendency in abstentionist behaviour already registered back in 2016, when the turnout was much lower than in 2011 (see table).

One might yet consider that the pandemic could be responsible for the slight increase in abstention, but we must also take into account that such fact could simply be due to the abolition of compulsory voting⁵. On the other hand, one might refer that the abstention was due to the population's dissatisfaction with big corruption cases involving high

members of the Cypriot state⁶. However, given the known data, nothing could lead us to conclude that the pandemic caused this short difference in abstentionists between this and the previous' elections.

On the specific measures taken to facilitate the exercise (or not) of voting rights, we must refer to the OCSE mission's position on the matter, namely the observers from ODIHR who were in Cyprus from 15th to the 18th of February 2021. These observers were assigned to Cyprus with the purpose of identifying relevant issues to be resolved before the coming elections. In their preliminary report, the observers concluded that despite what had been recommended, conditions for voting in hospitals, elderly care homes or mobile ballot boxes to patients' homes hadn't been implemented. Furthermore, the necessary procedures for ensuring that COVID-19 patients, their confined families, or those in self-isolation could cast their votes hadn't yet been adjusted. The report added however, that some measures were to be developed between the Health Ministry and political parties so that everything could be provided for and resolved before the election day⁷.

Following the recommendations in the above-mentioned report, some special measures were implemented regarding the election amidst the pandemic, as specified in detail by the Minister of Interior⁸. Those at the polling stations were duly trained so as to be aware of the special procedures to be adopted given the pandemic. Therefore, between all adopted measures, besides the regular measures such as the use of face masks, hand sanitising, and two-meter social distancing, there was also a mobile ballot box for COVID-19 patients, who could vote at

1 Bachelor of Accounting and Administration. Senior undergraduate student of International Relations at Lusíada University (Lisbon). Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.

2 Senior undergraduate student of International Relations at Lusíada University (Lisbon). Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) of Lusíada University.

3 See cf. Vieira, S., Simões, J. (2022). «Eleições legislativas de Chipre (30 de Maio de 2021)», in *Polis*, n.º 3 (2021), pp. 181–184, available at: <https://doi.org/10.34628/tz8e-hr67> (accessed on 18.03.2022, in Portuguese).

4 On the evolution of the turnout in Cyprus, see the study developed by the Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA). Available at: <https://www.idea.int/data-tools/country-view/90/40> (accessed on 27.03.2022)

5 On this matter, we should mention the position of Constantinos Petrides, Minister of Interior, in which the abolition of compulsory vote would not have any impact on the rise of abstention, since notwithstanding the vote being compulsory, the lack of compliance bared no consequence for over 20 years. The minister's declarations can be accessed at: <https://cyprus-mail.com/2017/05/31/government-abolishes-compulsory-voting/> (accessed on 18.03.2022).

6 We are referring to the citizenship acquisition for foreign citizens which was abused by an elaborate corruption scheme, leading up to the stepping down of the President of the House of Representatives. On this matter see the communication by DW News, a global news and information publication in English by the German public outlet Deutsche Welle, which inquired common citizens, available at: <https://www.dw.com/en/amid-corruption-and-division-greek-cypriots-to-elect-new-parliament/a-57699702> (accessed on 18.03.2022).

7 The OCSE's needs assessment mission report of 15-18 February 2021, with its preliminary report of 18.03.2021, stated the following observation: "Contrary to a previous ODIHR recommendation, the law does not provide for the establishment of polling stations in hospitals, retirement homes or for mobile voting. The MoI informed the ODIHR NAM that in consultation with the Ministry of Health it is developing adjustments to election day procedures, and participation of voters with COVID-19, their family members and those in selfisolation.", available at: <https://www.osce.org/files/f/documents/d/c/481552.pdf> (accessed on 18.03.2022)

8 The detailed specification text and its listed essential points can be found in the webpage of the Minister of Interior of the Government of the Republic of Cyprus at: <http://www.moi.gov.cy/moi/moi.nsf/All/3D41BD13D5326B30C22586E5001E4D-F1?OpenDocument> (accessed on 27.03.2022)

home after previously enrolling for this voting method⁹, and to which very few voters did enrol¹⁰, as well as in hospitals. Regarding those citizens in confinement due to contact with positive COVID-19 cases, these were allowed to go exercise their voting rights in person¹¹. Lastly, it is important to mention that in order to implement the circulation of the mobile ballot boxes’ polling stations, accompanied by the police to the home of those infected and hospitals, the “Quarantine Law” had to be amended¹². Such amendments are present under the above-mentioned Administrative Decree of the Health Ministry. We can therefore conclude that the abstention figures in the 2021 and their similarity to the 2016’s elections are a reflex of the tendency seen throughout the various elections under analysis. A situation which in Cyprus is more closely related with reasons of purely political nature than with reasons directly related to the pandemic.

CYPRUS

Elections	Year	Abstention Rate
Legislative	2021	34.28%
	2016	33.26%
	2011	21.3%

Source: <https://www.idea.int/data-tools/country-view/90/40>

9 This measure is referenced in the Final Report of the OCSE, dated the 15th of December 2021, on the elections of 30.05.2021: “ In April 2021, the election law was amended to allow voters with confirmed COVID-19 cases and those who are in quarantine to apply for mobile voting. Voters could submit their applications electronically to the GRO by 28 May. After confirming with the Ministry of Health the eligibility for mobile voting, the voter was removed from the regular voter list and was included in a special list for mobile voting. The GRO informed that 91 such applications were received and all were approved. This special voter list was not published for the purpose of the protection of the personal data, but representatives of parties and independent candidates could inspect those lists at a time and place determined by the GRO.”, available at: https://www.osce.org/files/f/documents/c/5/508379_1.pdf (accessed on 27.03.2022).

10 In his remarks to the “Cyprus Mail” on the 23rd of May 2021, Constantinos Petrides, Minister of Interior, stated: “Not much interest has been expressed so far; Constantinou said no one had registered by Wednesday”. Available at <https://cyprus-mail.com/2021/05/23/coronavirus-election-logistics-to-look-very-different-this-year/> (accessed on 18.03.2022)

11 See the transcription of point 2.2. of the Administrative Decree no. 5537 of 27.05.2021 of the Minister of Health: “2.2 Regulation 2.22 of the Quarantine (Determination of Measures to Prevent the Spread of COVID-19 Coronavirus) Decrees (No 17) of 2021 is hereby amended by deleting the full stop at the end of the first reservation and replacing it with a colon and with the addition, immediately after, of the following new reservation: “Provided further that on 30 May 2021 close contacts of persons infected with Covid-19 according to the Health Protocol of the Ministry of Health, may exit their place of confinement and go exclusively to the electoral centre for voting purposes”, in GOVERNMENT GAZETTE OF THE REPUBLIC OF CYPRUS, R.A.A. 226/2021, ANNEX III, PART I, REGULATORY ADMINISTRATIVE ACTS. Available at: https://www.pio.gov.cy/coronavirus/uploads/27052021_Decree%20No%2019%20EN.pdf (accessed on 27.03.2022)

12 The “Quarantine Law” can be accessed at <http://www.cylaw.org/nomoi/arith/CAP260.pdf> (accessed on 27.03.2022)

Croácia

Diogo Chiquelho¹
André Soares²

DOI: <https://doi.org/10.34628/teyt-6891>

Na Croácia, a abstenção registada nas eleições legislativas de 5 de julho³ de 2020 foi não só bastante superior à que se tinha verificado nas eleições de novembro de 2015, como ficou igualmente acima da que já se tinha registado em dezembro de 2011 (ver quadro). Estávamos em julho de 2020, cerca de três meses depois da Organização Mundial da Saúde (OMS) ter declarado a COVID-19 como uma pandemia, vivia-se uma época de grande incerteza em relação ao flagelo pandémico e eram escassas ou mesmo incipientes as medidas tomadas pelo governo croata em relação às pessoas infetadas e já confinadas⁴. Com efeito, e numa tentativa de evitar uma fraca participação eleitoral, o governo limitou-se a recomendar que os eleitores fizessem ou o teste covid no dia das eleições ou, em alternativa, que procedessem à medição da temperatura cor-

poral, tendo determinado que se o teste fosse positivo ou o índice de temperatura fosse superior aos valores normais, o eleitor estaria impedido de votar⁵. No entanto, apesar dessas medidas, entendeu na altura a Comissão Eleitoral Estatal que os eleitores que estivessem em isolamento poderiam votar mediante a recolha em casa do seu voto pelas autoridades competentes⁶, sendo apenas necessário que fosse feito um registo antecipado. Já quanto às demais medidas de combate à possível abstenção, pensamos que elas se revelaram inconsequentes. Na realidade, numa primeira fase, os eleitores que estivessem infetados com COVID-19 e que o detetassem após o dia 2 de julho de 2020 não conseguiam votar. Não o podiam sequer fazer através do voto em casa, pois isso exigia um registo prévio para o efeito. E na mesma situação se encontrava quem no dia da eleição tivesse a temperatura corporal alta. Também para estes eleitores não restava alternativa à abstenção.

Tal situação suscitou muita crítica de constitucionalistas que defenderam não haver base legal para uma restrição ao exercício do direito de voto, um direito fundamental plasmado no artigo 45º, da Constituição da República da Croácia⁷. Foi disso exemplo, a posição quer da professora Sanja Barić, bem como do professor Branko Smerdel (constitucionalistas croatas), que defenderam serem estas medidas claramente inconstitucionais, já que violadoras do princípio da proporcionalidade, e que, por isso, as eleições podiam estar feridas de irregularidade⁸. Porém, para a Comissão Eleitoral croata

- 1 Licenciado em Direito, pela Universidade Lusíada (Porto), mestrando em Ciências Jurídico-Económicas, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CE-JEA), da Universidade Lusíada.
- 2 Finalista em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada (Porto). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CE-JEA), da Universidade Lusíada.
- 3 Devemos referir que as eleições foram antecipadas, por pressão política da União Democrática Croata (HDZ), por considerar que a antecipação poderia beneficiar quer dos poucos casos ainda registados de Covid, quer da eficácia inicial das medidas de prevenção anunciadas. Sobre esta questão é quanto a nós relevante o artigo que foi publicado na *Political Studies Review*: 2021, Vol. 19(2). Cf. *Political Studies Review*: 2021, Vol. 19(2), pp. 311–323. Apesar disso, não há quem deixasse de defender que a antecipação das eleições se deveu também muito a um aproveitamento político-eleitoral, ora veja-se “Voters in Croatia even went to the polls ahead of time, although critics argued that the government brought the date forward this early for political reasons”. Toby James and Erik Asplund «What happens after elections are postponed? Responses to postponing elections during COVID-19 vary by regime type». *International IDEA*. 2020. Disponível em <https://www.idea.int/news-media/news/what-happens-after-elections-are-postponed-responses-postponing-elections-during> (acesso em 18/3/2022).
- 4 No mesmo sentido vai a OECD quando num seu relatório refere que “Parliamentary elections were held in Croatia on 5 July. Voter turnout was significantly lower than in previous years, at 46.9%, the lowest since the first democratic elections in 1990, most probably due to fear of COVID-19 infection by voters”. In «Tackling Coronavirus (COVID-19)-Contributing to a global effort», Relatórios dos dias 4, 12 e 19 de agosto de 2020, disponíveis in <https://www.oecd.org/south-east-europe/COVID-19-Crisis-in-Croatia-archive.pdf> (acesso em 10/3/2022).

- 5 Veja-se a este respeito a divulgação feita sobre estas medidas, na comunicação social croata e, em particular, na “Total Croatia News”, disponível in <https://www.total-croatia-news.com/politics/44640-dip-says-epidemiological-measures-to-be-in-place-during-voting-on-july-5> (acesso a 10/3/2022).
- 6 A Comissão Eleitoral referiu que a inscrição para votar neste formato deveria ocorrer até ao dia 2 de julho, sendo que se procederia à recolha do boletim de voto, em casa dos eleitores. Sobre esta medida é quanto a nós relevante o trabalho de Marin Keršić, «Voting in Times of a Pandemic: The Case of Croatia: Constitutional Conflict between the Right to Vote and the Protection of Health», *VerfBlog*, 2020. Disponível in <https://verfassungsblog.de/voting-in-times-of-a-pandemic/> (acesso em 10/3/2022).
- 7 Article 45 - §1 All Croatian citizens who have reached the age of eighteen years (voters) shall be entitled to universal and equal suffrage in elections for the Croatian Parliament, the President of the Republic of Croatia and the European Parliament and in decision-making procedures by national referendum, in compliance with law. Constituição da República Croata disponível in <https://www.usud.hr/sites/default/files/dokumenti/The consolidated text of the Constitution of the Republic of Croatia as of 15 January 2014.pdf> (acesso em 17/3/2022).
- 8 Sobre as posições dos constitucionalistas Sanja Barić e Branko Smerdel, cf. «Constitutional experts Baric and Smerdel: SEC deprives infected people of their

a restrição era adequada e proporcional, limitando-se a aplicar e cumprir o que estava previsto no artigo 16º da lei fundamental⁹, que admitia poderem ser restritos direitos e liberdades fundamentais para proteção da saúde pública.

A questão não deixou de merecer a intervenção do Tribunal Constitucional que ao colocar-se do lado das posições críticas, determinou que devia ser dada oportunidade de voto às pessoas em isolamento. E, nesse sentido, estabeleceu a necessidade de serem encontradas soluções que garantissem o exercício do direito de voto e que não afetassem a saúde pública¹⁰. Essa seria, pois, a via para garantir a proporcionalidade da restrição¹¹.

Seria, assim, adotado um sistema em que o eleitor entregava o seu voto a uma pessoa da sua confiança (o *proxy*)¹² que se limitaria a entregá-lo aos elementos da Comissão Eleitoral que iam até à casa da pessoa infetada fazer essa recolha, sendo que os eleitores poderiam requerer o exercício do direito de voto através deste formato no próprio dia. Mas na prática, apesar da medida, a Comissão Eleitoral não conseguiu assegurar a todos os eleitores que requereram esta modalidade de voto, a entrega de boletins de voto. Foi uma situação que não deixou de ser salientada pelos observadores da OSCE, que no seu relatório afirmaram: “*Voters could request a mobile ballot until noon on election day, without a specific procedure or justification required, but also without a guarantee that it will be granted. Many, but*

not all requests could be served”¹³. Poderemos concluir, que toda a querela em torno das eleições terá contribuído para um sentimento de alguma desconfiança em relação às medidas, desconfiança que por sua vez se traduziu em sentimento de insegurança do próprio eleitor. Se a isto acrescentarmos a falta de resposta da Comissão Eleitoral para satisfazer todos os pedidos feitos para que o direito de voto fosse exercido em casa, não podemos estranhar a abstenção registada. Abstenção, diga-se em abono da verdade, que só não foi superior quer pela firme posição do Tribunal Constitucional, quer pelo facto do número de infetados por COVID-19 ser à época ainda reduzido¹⁴.

CROÁCIA

Tipo de eleição	Ano da eleição	Taxa de abstenção
Legislativas	2020	53.1%
	2016	47.4%
	2015	39.2%

Tabela 1: Comissão Eleitoral do Estado Croata¹⁵

right to vote», *Telegram*, 2020. Disponível in <https://www.telegram.hr/politika-kriminal/ustavni-strucnjaci-baric-i-smerdel-dip-je-oduzeo-pravo-glasa-zarazenima/> (acesso em 17/3/2022).

9 Article 16 - §1 Freedoms and rights may only be restricted by law in order to protect the freedoms and rights of others, the legal order, and public morals and health. §2 Any restriction of freedoms or rights shall be proportionate to the nature of the need for such restriction in each individual case. Quanto à posição da Comissão Eleitoral vide <https://www.hina.hr/vijest/10407932> (acesso em 17/3/2022).

10 O Tribunal Constitucional debruçou-se sobre isto no processo U-VII-2980/2020, ora veja-se in <https://sljeme.usud.hr/usud/prakswen.nsf/f0dluka.xsp?action=openDocument&documentId=54A9F7A62A4363AAC125859F00234EC8> (acesso em 18/3/2022).

11 A polémica não seria indiferente para a OSCE, que no seu relatório sobre as eleições croatas diria a este respeito: “*A controversy arose in connection with these instructions, suggesting that persons infected with COVID-19, and initially also persons with a fever or other characteristic symptoms, would not be permitted to vote, due to the health risks involved. This position was challenged by citizen election observers and academics as violating the universality of suffrage and led to the filing of a motion with the Constitutional Court by a candidate (see Complaints and Appeals section). The Court did not uphold the SEC’s position and obligated it to adjust the procedures in order to facilitate the exercise of the right to vote of persons diagnosed with COVID-19. The SEC altered its technical instructions promptly; however, this happened only two days before elections. The instructions were, thus, amended twice after having been issued at the beginning of the election week*”. Cf. Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE), «Republic of Croatia Parliamentary Elections (5 July 2020) ODIHR Election Assessment Mission Final Report», Warsaw, 2020. p.7, §3. Disponível in https://www.osce.org/files/f/documents/b/4/465120_0.pdf (acesso em 18/3/2022).

12 Vide «DIP: People Infected with COVID-19 Allowed to Vote by Proxy». *Total Croatia News*, 2020. Disponível in <https://www.total-croatia-news.com/politics/44756-dip-people-infected-with-covid-19-allowed-to-vote-by-proxy> (acesso em 17/3/2022). Também sobre isto se pronunciou Marin Keršić, ao sublinhar que “*The voting of the persons infected with COVID-19 was carried out by a proxy – the person of trust: after a call from the COVID-19 positive person, the election committee would come in front of the home of the infected person, and the trusted person filled out the ballot and handed it to the election committee in an envelope*». Keršić, *op. cit.*.

13 OSCE, *op. cit.*, p.17, §5.

14 Ao dia 6 de julho de 2020 foram registadas 96 novas infeções, mas ao dia 22 de julho de 2020 registavam-se 179 novas infeções e no final do mês de agosto já se registavam 668 novas infeções e esta tendência ascendente só teve paragem a meados de setembro. Dados de acordo com a *Reuters*, «Croatia COVID-19 Tracker», Disponível in <https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/countries-and-territories/croatia/> (acesso em 7/3/2022).

15 Disponível in <https://www.izbori.hr/site/UserDocsImages/1575>.

Croatia

Diogo Chiquelho¹
André Soares²

DOI: <https://doi.org/10.34628/7eyt-6891>

In Croatia, the abstention registered in the legislative election at July, 5th of 2020³ was not much higher than it had been in the November 2015 elections, as it was also higher than it had been in December 2011 (see table).

We were on July 2020, nearly three months after the declaration of the Covid-19 as a pandemic by the World Health Organization (WHO), in a time of great uncertainty there was great uncertainty about the pandemic and little or no action was taken by the Croatian government in relation to infected people already confined⁴. Consequently, as an attempt to avoid a poor electoral participation, the government simply recommended that voters take either the covid test on election day or, alternatively, to measure body temperature, and determined that if the test was positive or the temperature level was above normal values, the voter would be un-

able to vote⁵.

However, beside these measures, the National Electoral Commission had considered that voters who were isolated could vote by having their vote collected at home by the competent authorities⁶. To do this, it was only necessary to register in advance. As for the other measures to combat possible abstention, we think they proved to be ineffective.

Actually, in an initial stage, voters who were infected with COVID-19 and detected it after July 2, 2020 would not be able to vote. They couldn't even do this by voting at home, as this required prior registration to do so. And in the same situation were those who had a very high temperature on election day. For these voters there was also no alternative but to abstain.

This situation has created a massive criticism from constitutional experts who claimed no legal basis for a restriction on the exercise of the right to vote as a fundamental right preserved in Article 45 of the Constitution of the Republic of Croatia⁷. This was exemplified by the position of Croatian constitutionalist Professor Sanja Barić and Professor Branko Smerdel, who argued that these measures were clearly unconstitutional as they were in violation of the principle of proportionality, and therefore the elections could be illegal⁸.

1 Degree in Law from Lusíada University (Porto) and is currently taking a Master's degree in Legal and Economic Sciences at the Law Faculty of the University of Porto. Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies of Lusíada University (CEJEA).

2 Final year student on International Relations at the Universidade Lusíada (Porto). Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies Lusíada University (CEJEA).

3 It should be noted that the elections were brought forward, under political pressure from the Croatian Democratic Union (HDZ), as it felt that bringing them forward would benefit both the few still registered cases of Covid and the initial effectiveness of the announced prevention measures. On this issue we find relevant the article that was published in *Political Studies Review*: 2021, Vol. 19(2). Cf. *Political Studies Review*: 2021, Vol. 19(2), pp. 311–323. Nevertheless, there are those who would argue that the anticipation of the elections was also due to political-electoral exploitation. Voters in Croatia even went to the polls ahead of time, although critics argued that the government brought the date forward this early for political reasons". Toby James and Erik Asplund «What happens after elections are postponed? Responses to postponing elections during COVID-19 vary by regime type». *International IDEA*. 2020. Available in <https://www.idea.int/news-media/news/what-happens-after-elections-are-postponed-responses-postponing-elections-during> (accessed at 18/3/2022).

4 The OECD goes in the same direction when it states in a report that "Parliamentary elections were held in Croatia on 5 July. Voter turnout was significantly lower than in previous years, at 46.9%, the lowest since the first democratic elections in 1990, most probably due to fear of COVID-19 infection by voters". In «Tackling Coronavirus (COVID-19)-Contributing to a global effort», Reports from August 4th, 12th and 19th of 2020, available in <https://www.oecd.org/south-east-europe/COVID-19-Crisis-in-Croatia-archive.pdf> (accessed at 10/3/2022).

5 In this regard, see the coverage of these measures in the Croatian media and, in particular, in "Total Croatia News", available in <https://www.total-croatia-news.com/politics/44640-dip-says-epidemiological-measures-to-be-in-place-during-voting-on-july-5> (accessed at 10/3/2022).

6 The Electoral Commission stated that registration to vote in this format should occur until July 2, and that the ballot paper would be collected at the homes of the voters. Regarding this measure, we believe that the work of Marin Keršić, «Voting in Times of a Pandemic: The Case of Croatia: Constitutional Conflict between the Right to Vote and the Protection of Health», *VerfBlog*, 2020. Available in <https://verfassungsblog.de/voting-in-times-of-a-pandemic/> (accessed at 10/3/2022).

7 Article 45 - §1 All Croatian citizens who have reached the age of eighteen years (voters) shall be entitled to universal and equal suffrage in elections for the Croatian Parliament, the President of the Republic of Croatia and the European Parliament and in decision-making procedures by national referendum, in compliance with law. Constitution of the Republic of Croatia available in [https://www.usud.hr/sites/default/files/dokumenti/The consolidated text of the Constitution of the Republic of Croatia as of 15 January 2014.pdf](https://www.usud.hr/sites/default/files/dokumenti/The%20consolidated%20text%20of%20the%20Constitution%20of%20the%20Republic%20of%20Croatia%20as%20of%2015%20January%202014.pdf) (accessed at 17/3/2022).

8 Regarding the positions of the constitutional scholars Sanja Barić and Branko Smerdel, cf. «Constitutional experts Barić and Smerdel: SEC deprives infected people of their right to vote», *Telegram*, 2020. Available in <https://www.telegram.hr/politika-kriminal/ustavni-strucnjaci-baric-i-smerdel-dip-je-oduzeo-pravo-glasa-zarazenima/> (accessed at 17/3/2022).

Although, for the Croatian Electoral Commission, the restriction was appropriate and proportional, merely applying and complying with the provisions of Article 16 of the Basic Law⁹, which admitted that fundamental rights and freedoms could be restricted for the protection of public health.

Nevertheless, the issue did not avoid the intervention of the Constitutional Court, that by taking the side of the critical positions, he ruled that isolated people had to be allowed to vote, so it has been established the need to find a solution that would guarantee the exercise of the right to vote and would not impact public health¹⁰. This would be, therefore, the way to guarantee the proportionality of the restriction¹¹.

A system would thereby be adopted in which the voter gives his vote to a person he trusts (*the proxy*)¹² who would simply hand it to the Electoral Commission members, who would then go to the home of the infected person to collect it, while voters could request their right to vote through this format on the same day.

However, in practice, despite the measure, the Electoral Commission was unable to ensure that all voters who requested this form of voting would receive their voting papers. This situation was highlighted by the OSCE observers, who stated in their report: “*Voters could request a mobile ballot until noon on election day, without a specific procedure or justification required, but also without a guarantee that it will be granted. Many, but not all requests could be served*”¹³.

We can conclude that the whole dispute over the elections has con-

tributed to a feeling of some distrust in relation to the measures, a feeling of distrust that, in turn, translated into a feeling of insecurity among the voters themselves. If to this we add the lack of response from the Electoral Commission in satisfying all requests made to exercise the right of voting at home, we cannot be surprised by the abstention registered. Which was not higher due to the firm position of the Constitutional Court, and to the fact that the number of people infected with COVID-19 was, at the time, small¹⁴.

CROATIA		
Type of Election	Election Year	Abstention Tax
Legislatives	2020	53.1%
	2016	47.4%
	2015	39.2%

Table 1: Croatia Electoral Commission¹⁵

9 Article 16 - §1 Freedoms and rights may only be restricted by law in order to protect the freedoms and rights of others, the legal order, and public morals and health. §2 Any restriction of freedoms or rights shall be proportionate to the nature of the need for such restriction in each individual case. Regarding the position of the Electoral Commission *vide* <https://www.hina.hr/vijest/10407932> (accessed at 17/3/2022).

10 The Constitutional Court has addressed this in case U-VII-2980/2020, see below in *in* <https://sljeme.usud.hr/usud/prakswen.nsf/f0dluka.xsp?action=openDocument&documentId=54A9F7A62A4363AAC125859F00234EC8> (accessed at 18/3/2022).

11 The controversy would not be indifferent to the OSCE, which in its report on the Croatian elections would say so: “*A controversy arose in connection with these instructions, suggesting that persons infected with COVID-19, and initially also persons with a fever or other characteristic symptoms, would not be permitted to vote, due to the health risks involved. This position was challenged by citizen election observers and academics as violating the universality of suffrage and led to the filing of a motion with the Constitutional Court by a candidate (see Complaints and Appeals section). The Court did not uphold the SEC’s position and obligated it to adjust the procedures in order to facilitate the exercise of the right to vote of persons diagnosed with COVID-19. The SEC altered its technical instructions promptly; however, this happened only two days before elections. The instructions were, thus, amended twice after having been issued at the beginning of the election week*”. Cf. Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE), «Republic of Croatia Parliamentary Elections (5 July 2020) ODIHR Election Assessment Mission Final Report», Warsaw, 2020. p.7, §3. Available in https://www.osce.org/files/f/documents/b/4/465120_0.pdf (accessed at 18/3/2022).

12 *Vide* «DIP: People Infected with COVID-19 Allowed to Vote by Proxy». *Total Croatia News*, 2020. Available in <https://www.total-croatia-news.com/politics/44756-dip-people-infected-with-covid-19-allowed-to-vote-by-proxy> (accessed at 17/3/2022). Regarding this subject Marin Keršić, also commented by underlining that “*The voting of the persons infected with COVID-19 was carried out by a proxy – the person of trust: after a call from the COVID-19 positive person, the election committee would come in front of the home of the infected person, and the trusted person filled out the ballot and handed it to the election committee in an envelope*». Keršić, *op. cit.*.

13 OSCE, *op. cit.*, p.17, §5.

14 On July 6th, 2020 there were 96 new infections, but on July 22nd, 2020 there would be 179 new infections and by the end of August there would have been 668 new infections, and this trend only stopped in mid-September. Available *Disponível in* <https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/countries-and-territories/croatia/> (accessed at 7/3/2022).

15 Available in <https://www.izbori.hr/site/UserDocsImages/1575>.

Islândia

Isabel Ram¹
Catarina Silva²

DOI: <https://doi.org/10.34628/ax0p-tc39>

O presente artigo analisa a abstenção eleitoral em dois atos eleitorais ocorridos na Islândia. As eleições presidenciais, de junho de 2020, e as eleições legislativas, de setembro de 2021.

1. Eleições presidenciais³

Na Islândia, no que concerne às eleições presidenciais realizadas em 2020, constatamos que a abstenção registrada foi consideravelmente superior à que se tinha verificado nas eleições de 2016. Deste modo, e em termos comparativos, observa-se uma diferença de 8,8% entre eleições, que se traduz no decréscimo da participação eleitoral. Por outro lado, verificou-se que a abstenção ocorrida em 2020 ficou igualmente acima da registrada em 2012, tendo sido por este motivo a mais elevada face às duas eleições anteriores (ver quadro 1).

Sucede porém, que durante estas eleições deparámo-nos com uma variável que não podemos ignorar - a pandemia provocada pela COVID-19. Neste contexto, é fundamental ter em conta as medidas que foram adotadas no decorrer dos atos eleitorais, nomeadamente das eleições presidenciais⁴, uma vez que foram as primeiras eleições islandesas a enfrentar este novo desafio. Referimo-nos assim:

- à emenda introduzida pela Lei Eleitoral n.º 30/2020, relacionada com a recolha de assinaturas por via eletrónica, como medida facilitadora da proposição de candidatos durante a pandemia⁵.
- à criação de assembleias eleitorais de voto especial, destinadas a permitir que os eleitores que estivessem em confinamento ou quarentena pudessem votar a partir do seu veículo - *drive-thru*^{6/7} ou em locais específicos junto das suas residências.

Devemos ainda anotar que apesar destas medidas, a Islândia já admitia modalidades de votação tendentes a facilitar o exercício do direito de voto. São modalidades que não passaram a estar previstas apenas em função da pandemia. São elas:

- a votação móvel (*urna móvel*), que abrange os eleitores portadores de deficiência que os incapacitasse de se deslocarem à Assembleia de voto, às eleitoras em fim de gravidez e aos eleitores que se encontram em estabelecimentos prisionais⁸.
- a votação por correspondência (*postal vote*), possível para todos os eleitores que o requeiram⁹.
- a votação antecipada, destinada apenas aos eleitores que não possam exercer o direito de voto no dia da eleição¹⁰.

1 Finalista em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada (Porto). Investigadora colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais (CE-JEA).

2 Finalista em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada (Lisboa). Investigadora colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais (CE-JEA).

3 Sobre esta eleição, a Statistics Iceland publicou um relatório eleitoral em que discrimina o número de eleitores, a taxa de participação, resultados eleitorais e representantes eleitos. Disponível in <https://hagstofa.is/utgafur/utgafa/kosningar/forsetakjor-27-juni-2020/> (consultado em 28 de março de 2022).

4 As eleições presidenciais são reguladas essencialmente pela Constituição de 1944 (contando com a última retificação de 2013), a Lei n.º 36/1945 sobre a Candidatura e Eleição do Presidente da Islândia e ainda a Lei n.º 24/2000 sobre as Eleições Parlamentares. No que se refere às últimas duas leis eleitorais, verificou-se uma alteração das mesmas em 2020, pela Lei Eleitoral n.º 30, de abril de 2020. Disponível in <https://www.althingi.is/altext/150/s/1237.html> (consultado em 28 de março de 2022).

5 *Idem*.

6 De acordo com o sítio Web oficial do Ministério da Justiça da Islândia é possível confirmar as medidas para as pessoas em confinamento ou quarentena poderem exercer o seu direito de voto. Disponível in <https://www.stjornarradid.is/verkefni/allar-frettir/frett/2020/06/27/Adstada-fyrir-folk-i-sottkvi-til-ad-kjosa/> (consultado em 28 de março de 2022).

7 A implementação das medidas, em particular da última que assinalámos, contribuiu para um acréscimo de custos da eleição presidencial. Informação disponível in <https://www.visir.is/g/20202032329d/kostnadur-vegna-forsetakosninganna-tae-par-416-milljonir> (consultado em 28 de março de 2022).

8 Cf. arts. 57º e 58º, da Lei Eleitoral (lei n.º 24, de 16 de maio de 2000). Disponível in <https://www.althingi.is/altext/stjt/2000.024.html>

9 Cf. arts. 57º, 62º e 63º, da Lei Eleitoral.

10 Cf. art. 56º e 57º, da Lei Eleitoral.

Quadro 1

Tipo de eleição	Ano da eleição	Taxa de abstenção
	2020	33,1%
Presidenciais	2016	24,3%
	2012	30,7%

Fonte: Statistics Iceland (<http://statice.is>)

2. Eleições legislativas¹¹

No que diz respeito às eleições legislativas, verificou-se uma maior participação eleitoral constatando-se taxas de abstenção nitidamente inferiores quando comparadas às eleições presidenciais. Numa análise comparativa, percebemos que na eleição ocorrida a 25 de setembro de 2021, se registou uma abstenção de 19,9 %, ligeiramente superior à verificada nas eleições legislativas de 2017 e 2013, com taxas de abstenção eleitoral de 18,8% e 18,5% respetivamente (ver quadro 2).

Para além do mencionado até ao momento, é importante frisar que as eleições legislativas islandesas também ocorreram em pleno ambiente pandémico, pelo que as medidas anteriormente enunciadas tiveram aqui plena utilização. Mas, ainda assim, foi promovida a alteração da Lei Eleitoral para as eleições parlamentares, pela Lei nº 67, de 22 de junho de 2021. Procurou-se desse modo, assegurar que todos os eleitores que estivessem em quarentena ou em isolamento não ficariam privados de votar, garantindo que o poderiam fazer nas respetivas residências e, quando estritamente necessário, auxiliados pelo competente representante da Comissão Eleitoral¹².

Quadro 2

Tipo de Eleição	Ano da eleição	Taxa de abstenção
	2021	19,9%
Legislativas	2017	18,8%
	2013	18,5%

Fonte: Statistics Iceland (<http://statice.is>)

11 Sobre estas eleições, cf. Ricardo Leite Pinto «Parliamentary elections in Iceland (25th of September 2021)», in *POLIS*, nº 4 (2021), pp. 211-215. Disponível in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/3007/3615> (consultado em 29 de março de 2022).

12 Cf., em particular, o art. 8º, alíneas: a), b) e c), da Lei nº 67, de 22 de junho de 2021. Disponível in <https://www.althingi.is/altext/151/s/1583.html> (consultado em 29 de março de 2022).

Iceland

Isabel Ram¹
Catarina Silva²

DOL: <https://doi.org/10.34628/ax0p-tc39>

This article analyzes electoral abstention in two electoral acts which took place in Iceland. The presidential elections in June 2020 and the legislative elections in September 2021.

1. Presidential elections³

In Iceland, regarding the presidential elections held in 2020, we found that the registered abstention was considerably higher than that observed in the 2016 elections. Thus, and in comparative terms, there is a difference of 8.8% between elections, which translates into a decrease in voter turnout. On the other hand, it was found that the abstention that occurred in 2020 was also higher than that recorded in 2012, and for this reason, it was the highest compared to the two previous elections (see Table 1). However, during these elections, we were faced with a variable that we cannot ignore - the pandemic caused by COVID-19. In this context, it is essential to take into account the measures that were adopted during the electoral acts, namely the presidential elections⁴, since they were the first Icelandic elections to face this new challenge. These were as follows:

- to the amendment introduced by Electoral Law n. ° 30/2020, related to the collection of signatures electronically, as a measure to facilitate the proposal of candidates during the pandemic⁵.
- the creation of special polling stations, designed to allow confined or quarantined voters to vote from their vehicle - *drive-thru* ^{6/ 7} or in specific places near their homes.

It should also be noted that despite these measures, Iceland already admitted voting methods aimed at facilitating the exercise of the right to vote. These are already existing methods previous to the pandemic. These are:

- mobile voting (mobile *ballot box*), covers voters with disabilities that would make them unable to go to the polling station, female voters at the end of their pregnancy, and voters who are in prison⁸.
- voting by correspondence (*postal vote*), possible for all voters who request it⁹.
- advanced voting, is intended only for voters who cannot exercise their right to vote on Election Day¹⁰.

Table 1

Election type	Election year	Abstention rate
	2020	33.1%
Presidential	2016	24.3%
	2012	30.7%

Source: Statistics Iceland (<http://statice.is>)

1 Senior undergraduate student in International Relations at Lusíada University (Porto). Collaborating researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA).
2 Senior undergraduate student in International Relations at Lusíada University (Lisbon). Collaborating researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA).
3 On this election, Statistics Iceland published an election report in which the number of voters, turnout rate, election results and elected representatives are listed. Available at <https://hagstofa.is/utgafur/utgafa/kosningar/forsetakjor-27-juni-2020/> (accessed on March 28, 2022).
4 Presidential elections are essentially regulated by the Constitution of 1944 (with the last amendment in 2013), Law no. 36/1948 on Candidacy and Election of the President of Iceland, Law no. 24/2000 on Parliamentary Elections. With regard to the last two electoral laws, these were amended in 2020, by Electoral Law No. 30, of April 2020. Available at <https://www.althingi.is/altext/150/s/1237.html> (accessed on March 28, 2022)

5 *Idem.*
6 According to the official website of the Icelandic Ministry of Justice it is possible to confirm the measures for people in confinement or quarantine to exercise their right to vote. Available at <https://www.stjornarradid.is/verkefni/allar-frettir/frett/2020/06/27/Adstada-fyrir-folk-i-sottkvi-til-ad-kjosa/> (accessed on March 28, 2022).
7 The implementation of the measures, in particular the last one we mentioned, contributed to an increase in the costs of the presidential election. Information available at <https://www.visir.is/g/20202032329d/kostnadur-vegna-forsetakosninganna-taepar-416-milljonir> (accessed on March 28, 2022).
8 See arts. 57 and 58, of the Electoral Law (law n° 24, of May 16, 2000). Available at <https://www.althingi.is/altext/stjt/2000.024.html>
9 See arts. 57, 62 and 63 of the Electoral Law.
10 See art. 56 and 57 of the Electoral Law.

2. Legislative elections¹¹

Concerning legislative elections, there was a larger voter turnout, with clearly lower abstention rates when compared to the presidential elections. In a comparative analysis, we realize that in the election held on September 25, 2021, there was an abstention rate of 19.9%, slightly higher than that observed in the 2017 and 2013 legislative elections, with electoral abstention rates of 18.8% and 18.5% respectively (see table 2). In addition to what has been mentioned so far, it is important to note that the Icelandic legislative elections also took place amid a pandemic, so the measures mentioned above were fully used here. But, even so, the Electoral Law for parliamentary elections was amended by Law n° 67, on June 22, 2021. In this way, it was sought to ensure that all voters who were in quarantine or isolation would not be deprived to vote, ensuring that they could do so at their homes and, when strictly necessary, assisted by the competent representative of the Electoral Commission¹².

Table 2

Election Type	Election year	Abstention rate
	2021	19.9%
Legislative	2017	18.8%
	2013	18.5%

Source: Statistics Iceland (<http://statice.is>)

11 On these elections, cf. Ricardo Leite Pinto « Parliamentary elections in Iceland (25th of September 2021) », in *POLIS*, n° 4 (2021), pp. 211-215. Available at <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/3007/3615> (accessed on March 29, 2022).

12 See, in particular, art. 8th, items: a), b) and c), of Law No. 67, of June 22, 2021. Available at <https://www.althingi.is/altext/151/s/1583.html> (accessed on March 29, 2022).

Lituânia

Raquel Pacheco¹
Vânia Rodrigues²

DOI: <https://doi.org/10.34628/8k2m-kd47>

A Lituânia, tal como a esmagadora maioria dos países assolados pela pandemia COVID-19, registou um aumento significativo de casos, em Outubro de 2020, sendo que, nesse mesmo mês, mormente nos dias 11 e 25, ocorreram, respetivamente, as duas voltas referentes às eleições dos membros da *Seimas*³. O governo lituano optou por não adiar as eleições previstas, apesar de ter restringido as campanhas, impossibilitando, por exemplo, os comícios⁴.

Medidas adotadas em função da COVID-19⁵

Das medidas adotadas tendo em vista facilitar o exercício do direito de voto, destacamos:

- Alargamento de dois para quatro dias, do período de tempo para a votação antecipada (de 5 a 8 de outubro).
- Votação em pontos especiais (hospitais, prisões, residências para idosos), votação que ocorreu nos dias 7, 8 e 9 de outubro.

- Urna móvel, para eleitores a partir dos 70 anos, em isolamento obrigatório ou auto-isolados com COVID-19, bem como eleitores deficientes e seus cuidadores.
- Votação numa urna específica, para os cidadãos assintomáticos, infetados com COVID-19, votar numa urna específica, desde que providos de máscara FFP2⁶.
- Voto em *drive-thru*⁷.
- O aumento dos postos de votação.

Como nota informativa é ainda de salientar, que o governo lituano aprovou também, três meses antes das eleições, legislação que tinha como objetivo a componente online no que tange às eleições legislativas de 2020. No entanto, o tempo necessário para desenvolver e testar tal sistema foi estimado em cerca de 18 a 24 meses, tendo sido decidido adiar a sua implementação⁸.

A abstenção registada

Como primeira nota devemos evidenciar o aumento de 8,85% de abstenção da primeira para a segunda volta, em 2020 (ver quadro), podendo isso induzir que o aumento das infeções teria determinado uma menor participação eleitoral. Porém, a análise do resultado das eleições anteriores ajuda-nos a perceber que o fenómeno não é inédito, uma vez que quer em 2016, quer em 2012, se registaram quebras de participação eleitoral da primeira para a segunda volta, quebras bem superiores ao verificado em 2020. Diferente é a situação, quando comparamos apenas os dados referentes às primeiras voltas eleitorais, percebendo-se que há uma subida de 2,8% em 2020 face a 2016. Mas, ainda assim, também não podemos deixar de notar que essa subida é sensivelmente a mesma que se verificou em 2016 face a 2012 (2,31%). Pensamos assim poder afirmar que a pandemia, ao contrário do que muitos poderiam prever, não transnortou o último ato eleitoral legislativo corrido na Lituânia.

1 Mestranda em Economia Internacional e Estudos Europeus, no Instituto Superior de Economia e Gestão. Investigadora Colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada.

2 Criminóloga e Jurista. Mestranda em Ciências Criminais – Justiça Penal na Universidade do Minho. Investigadora Colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada-Porto.

3 Parlamento lituano em que os membros são eleitos para mandatos de quatro anos, sendo que 71, de um total de 141 Deputados, são eleitos em círculos uninominais, por mais de metade dos votos dos eleitores que participam na eleição do círculo. Os restantes Deputados são eleitos por um círculo nacional, de acordo com o sistema de representação proporcional. Sobre o sistema eleitoral da Lituânia, cf. Manuel Monteiro, «Eleições na República da Lituânia (11 e 25 de outubro de 2020)», *POLIS*, n.º 2 (2020), pp. 232-233. Disponível in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/2836/3152> (consultado em 15 de março de 2022).

4 Cf. Relatório da Election-watch.eu Rapid Assessment: Covid-19 & Elections in Europe, p. 3. Disponível in https://www.wahlbeobachtung.org/wpcontent/uploads/2020/04/election-watch.eu_ra-covid19-report_30-april-2020.pdf (consultado em 15 de março de 2022).

5 Sobre as medidas adotadas cf. informação disponibilizada pela Comissão Eleitoral Central da República da Lituânia. Disponível in <https://www.vrk.lt/naujienos/-/content/10180/5/balsuosime-koncertu-salese-sporto-centruose-ir-net-miestu-aikstese> (consultado em 16 de março de 2022).

6 Informação disponível, in <https://www.vrk.lt/naujienos/-/content/10180/2/saviizo-liacioje-esantiems-rinkejams-%E2%80%93-3-specialios-balsavimo-vietos> (consultado em 16 de março de 2022).

7 Cf. a este respeito, imagens divulgadas pela imprensa. Disponível in <https://www.dw.com/en/lithuania-surging-covid-19-infections-overshadow-first-round-of-parliamentary-elections/a-55233998> (consultado em 17 de março de 2022).

8 Informação disponível in <https://www.idea.int/news-media/news/elections-and-covid-19-how-special-voting-arrangements-were-expanded-2020> (consultado em 17 de março de 2022).

Tipo de Eleição	Ano de Eleição	Taxa de Abstenção	
		Primeira Volta	Segunda Volta
Legislativa	2020	52,19%	61,04%
	2016	49,39%	61,90%
	2012	47,08%	64,09%

Fontes: Comissão Eleitoral Central da República da Lituânia⁹ e Office for Democratic Institutions and Human Rights (OSCE)¹⁰.

9 Disponível in <https://www.vrk.lt/2020-seimo/rezultatai?srcUrl=/rinkimai/1104/1/1746/rezultatai/lt/rezultataiDaugmVrt.html>

10 Disponível in https://www.osce.org/files/f/documents/e/a/477730_0.pdf

Lithuania

Raquel Pacheco¹
Vânia Rodrigues²

DOI: <https://doi.org/10.34628/8k2m-kd47>

Lithuania, like the overwhelming majority of countries affected by COVID-19, registered a significant increase in cases in October 2020, and in that same month, specifically on the 11th and 25th, the two rounds in the elections of the *Seimas members* were held, respectively³. The Lithuanian government chose not to postpone the planned election, despite having restricted campaigns, making rallies impossible, for example⁴.

Measures taken due to COVID⁵

When it comes to the measures adopted to facilitate the exercise of voting rights, we highlight the following::

- The possibility of early voting, from the 5th up to the 8th of October.
- Voting in special places (hospitals, prisons, homes for the elderly), voting that took place on October 7th, 8th, and 9th.

- Mobile ballot box, for voters over 70, in mandatory isolation or self-isolated with Covid-19, as well as disabled voters and their caregivers.
- Voting in a specific ballot box, for asymptomatic citizens, infected with SARS-CoV-2, provided they are using a FFP2 mask⁶.
- *Drive-thru*⁷ voting.
- The increase in polling stations.

As an informative note, it is also worth mentioning that three months before the election, the Lithuanian government also approved legislation aimed at an online component regarding the 2020 legislative elections. However, the time needed to develop and test such a system was estimated at around 18 to 24 months, and it was decided to postpone its implementation⁸.

The registered abstention

As a first note, we should highlight the 8.85% increase in abstention from the first to the second round, in 2020 (see chart), which could lead to the fact that the increase in infections would have determined a lower voter turnout. However, the analysis of the results of the previous elections helps us to understand that the phenomenon is not unprecedented since both in 2016 and 2012, there were drops in electoral participation from the first to the second round, drops which were much higher than that observed in 2020. The situation is different when we compare only the data referring to the first electoral rounds, realizing that there is an increase of 2.8% in 2020 compared to 2016. But, even so, we cannot fail to notice that this increase is roughly the same as in 2016 compared to 2012 (2.31%). We think that it can be said that the pandemic, contrary to what many could predict, did not trouble the last legislative elections held in Lithuania.

1 MSc Candidate in International Economics and European Studies at the Superior Institute of Economics and Management. Collaborating Researcher at the Center for Economic and Environmental Legal Studies (CEJEA) at Lusíada University.
2 Criminologist and Jurist. MSc Candidate in Criminal Sciences – Criminal Justice at the University of Minho. Collaborating Researcher at the Center for Economic and Environmental Legal Studies (CEJEA) at Lusíada University-Porto.
3 Lithuanian parliament in which members are elected for four-year terms, with 71 out of a total of 141 deputies being elected in single-member constituencies, by more than half of the votes of voters participating in the constituency election. A national constituency, in accordance with the system of proportional representation, elects the remaining members of parliament. On the Lithuanian electoral system, see Monteiro, M., «Eleições na República da Lituânia (11 e 25 de outubro de 2020)», *POLIS*, n.º 2 (2020), pp. 232-233. Available at <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/2836/3152> (accessed on March 15, 2022).
4 See Election-watche.eu Rapid Assessment Report: Covid-19 & Elections in Europe, p. 3. Available in https://www.wahlbeobachtung.org/wpcontent/uploads/2020/04/election-watch_eu_ra-covid19-report_30-april-2020.pdf (accessed on March 15, 2022).
5 On the measures adopted see the information provided by the Central Election Commission of the Republic of Lithuania. Available at <https://www.vrk.lt/naujienos/-/content/10180/5/balsuosime-koncertu-salese-sporto-centruose-ir-net-miestu-aikstese> (accessed on March 16, 2022).

6 Information available at <https://www.vrk.lt/naujienos/-/content/10180/2/saviizoliacijoje-esantiems-rinkejams-%E2%80%93-specialios-balsavimo-vietos> (accessed on March 16, 2022).
7 On this regard, see the, images released by the press. Available at <https://www.dw.com/en/lithuania-surg-ing-covid-19-infections-overshadow-first-round-of-parliamentary-elections/a-55233998> (accessed on March 17, 2022).
8 Information available at <https://www.idea.int/news-media/news/elections-and-covid-19-how-special-voting-arrangements-were-expanded-2020> (accessed on March 17, 2022).

Election Type	Election Year	Abstention Rate	
		First round	Second round
Legislative	2020	52.19%	61.04%
	2016	49.39%	61.90%
	2012	47.08%	64.09%

Sources: Central Election Commission of the Republic of Lithuania ⁹and Office for Democratic Institutions and Human Rights (OSCE) ¹⁰.

9 Available at <https://www.vrk.lt/2020-seimo-rezultatai?srcUrl=/rinkimai/1104/1/1746/rezultatai/lt/rezultataiDaugmVrt.html>

10 Available at https://www.osce.org/files/f/documents/e/a/477730_0.pdf

Macedónia do Norte

Rodrigo Farinha¹
 Carolina Pinheiro²

DOI: <https://doi.org/10.34628/ge1z-1b83>

Na Macedónia do Norte, as eleições legislativas antecipadas, realizadas em 15 de julho de 2020, diferiram das anteriores, na medida em que, tal como sucedeu noutros Estados, foram realizadas em plena crise sanitária, derivada da pandemia COVID-19³. Tanto que, inicialmente a sua realização haveria sido marcada para o dia 12 de abril de 2020, mas acabariam por ser adiadas em virtude do estado de emergência decretado pelo Presidente Stevo Pendarovski, a vigorar a partir do dia 19 de março⁴ e que somente viria a terminar em junho de 2020⁵.

A antecipação do momento do exercício do direito de voto dos cidadãos da Macedónia do Norte foi determinada pela demissão do primeiro-ministro Zoran Zaev, no seguimento da recusa da União Europeia em abrir as negociações de adesão do seu país. Motivo, esse, que poderá ter contribuído para que a participação eleitoral ficasse aquém da verificada nas anteriores eleições legislativas, realizadas em 2016 (ver quadro), uma vez que nas eleições antecipadas de julho de 2020 quase metade dos eleitores optaram por não se deslocar às urnas (48%)⁶.

Nem mesmo as medidas adotadas pela Comissão Estadual de Eleições da Macedónia do Norte, que permitiram que os cidadãos infetados com COVID-19, ou em isolamento, exercessem o seu direito

de voto, se repercutiram diretamente na taxa de abstenção verificada. Assim, impõe-se questionar quais os motivos que para isso mais diretamente poderão ter contribuído. Terá a pandemia COVID-19 sido o único fator que dissuadiu os eleitores de exercerem o seu direito de voto? Ou terão existido razões de natureza política e económica que impulsionaram o nível de participação eleitoral verificado? A pergunta colocada justifica-se, uma vez que em outros Estados, onde foram igualmente realizadas eleições em plena pandemia COVID-19, esta não se repercutiu na diminuição da participação eleitoral.

Macedónia do Norte		
Tipo de eleição	Ano da eleição	Taxa de abstenção
Legislativas	2020	48%
	2016	33%
	2014	36%

Fonte: OSCE, ODIHR Special Election Assessment Mission ⁷

1. Medidas legislativas que visaram contrariar os efeitos abstencionistas provocados pela pandemia COVID-19

Em 25 de junho de 2020, a Comissão Estadual de Eleições adotou um conjunto de orientações para a inscrição e votação dos eleitores que se encontravam em isolamento, por apresentarem um teste positivo de COVID-19 ou por se encontrarem obrigados a cumprir a medida de auto-isolamento⁸. Razão pela qual o cidadão elegível teve a possibilidade de exercer o seu direito de voto, no seu domicílio, dois dias antes do dia das eleições. Paralelamente a esta medida, foram ainda adotadas “recomendações” obrigatórias de saúde, por forma a diminuir o risco de contágio durante todas as fases do processo eleitoral. Medidas especiais de proteção que, não só facilitaram o exercício do direito de voto aos eleitores infetados com COVID-19, ou em auto-isolamento, como garantiram condições de segurança aos membros das mesas eleitorais, nomeadamente, através da imposição do uso obrigatório de máscara, da desinfeção das

1 Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada (Lisboa). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais, da Universidade Lusíada.
 2 Finalista em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada (Porto). Investigadora colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CE-JEA), da Universidade Lusíada.
 3 Sobre o entendimento político que conduziu ao adiamento das eleições, cf. *Líderes da Macedónia do Norte concordam data de eleição | Insight dos Balcãs (balkaninsight.com)*
 4 Cf. <https://koronavirus.gov.mk/en/governments-measures> (consultado em 31 de março de 2022).
 5 O Estado de Emergência foi objeto de diversas prorrogações.
 6 Sobre a análise destas eleições, cf. Ana Isabel Martins, Ana Martins Vieira e Patrícia Ferreira Costa, sob a coordenação de Manuel Monteiro, «Eleições na República da Macedónia do Norte (15 de julho de 2020)», in *Polis*, n.º 2, (2020), pp. 227-229. Disponível in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/2835> (consultado em 31 de março de 2022).

7 Disponível in <https://www.osce.org/odihr/elections/north-macedonia?page=1> (consultado em 20 de março de 2022).
 8 Cf. <https://www.sec.mk/regulativa/#tab-id-6> (consultado em 30 de março de 2022).

mãos e do distanciamento social⁹.

Assim, apesar de a taxa de abstenção verificada nas eleições legislativas antecipadas de 15 de julho de 2020 ter apresentado o valor mais elevado, por comparação às eleições realizadas em 2016 e 2014, não se pode olvidar que, em todo o caso, a ausência das mencionadas medidas iria contribuir para uma menor participação eleitoral¹⁰.

2. Razões essencialmente políticas: breve referência

A antecipação das eleições legislativas para o dia 15 de julho de 2020 deveu-se, tal como dissemos anteriormente, à demissão do primeiro-ministro Zoran Zaev, em 03 de janeiro de 2020¹¹. Essa demissão surgiu quer no seguimento de uma derrota do seu partido nas eleições locais, quer pelo facto da União Europeia ter adiado a decisão sobre a abertura de negociações de adesão da Macedónia do Norte¹².

Assim, os eleitores da Macedónia do Norte foram chamados a decidir entre a continuidade de Zoran Zaev¹³ e das suas (claras) políticas pró-União Europeia, ou, em alternativa, a força política da oposição, a Organização Revolucionária Interna da Macedónia – Partido Democrático pela Unidade Nacional da Macedónia (VMRO-DPM-NE), que apesar de não ser contrária à adesão considerou que ela não se poderia fazer a qualquer custo. Mas, na realidade, a intenção de aderir à União Europeia afirmada pelas duas maiores forças políticas, poderá ter contribuído para o acentuar do sentimento dos eleitores da inexistência de uma verdadeira alternativa política, levando não só à quebra dos seus resultados eleitorais como a uma menor afluência às urnas.

3. Síntese conclusiva

Apesar do que fica dito no ponto anterior, não podemos sustentadamente afirmar que a pandemia COVID-19 tenha sido indife-

rente à participação eleitoral verificada nas eleições legislativas antecipadas, realizadas em 15 de julho de 2015. Parece-nos, pois, ser por agora prudente afirmar que foi a conjugação da pandemia com a situação política e económica no país, que contribuiu para um significativo acréscimo da abstenção. Um acréscimo que só não foi mais expressivo atendendo ao interesse demonstrado pelas minorias étnico-albanesas em exercerem o seu direito de voto, por contraposição ao desinteresse demonstrado pelos demais cidadãos. Interesse, esse, que não só se refletiu nos resultados eleitorais apresentados pela coligação vencedora, liderada pelo SDSM + BESA¹⁴, como no crescimento da presença das forças políticas minoritárias na Assembleia¹⁵.

9 Cf. <https://www.sec.mk/regulativa/#tab-id-6> (consultado em 30 de março de 2022).

10 Cf. a este propósito, a Comissão Estadual de Eleições disponibiliza o número de eleitores que exerceram o seu direito de voto, no dia 13 de julho de 2020. Disponível in <https://www.sec.mk/broj-na-glasachi-koi-glasale-vo-izolacija-poradi-kovid-19-na-13-07-2020/?fbclid=IwAR1oWEB2QkzJcc7ABFsqa9IU30OkbKY-vY-mLhDP5TLg0UUjSvTwIWjeh5A> (consultado em 30 de março de 2022).

11 Cf. sobre os antecedentes e contexto histórico político, relatório final desenvolvido pela Organization for Security and Cooperation in Europe (OSCE), sobre as Eleições parlamentares antecipadas, 15 de julho de 2020. Disponível in <https://www.osce.org/odihr/elections/north-macedonia> (consultado em 30 de março de 2022).

12 Essa decisão foi tomada pelo Conselho Europeu em outubro de 2019. Posteriormente, já em março de 2020, o Conselho Europeu aprovou a decisão do Conselho de Assuntos Gerais sobre a abertura das negociações de adesão com a República da Albânia e com a República da Macedónia do Norte, cf. <https://www.europarl.europa.eu/portal/en> (consultado em 31 de março de 2022).

13 Zoran Zaev liderou a coligação que integrava a União Social Democrata da Macedónia (SDSM) e o Movimento BESA.

14 O SDSM, desde as eleições parlamentares de 2016, tem vindo a procurar obter o apoio dos eleitores étnico-albaneses. Tanto que, nas eleições legislativas de julho de 2020, coligou-se, pela primeira vez, com uma força política albanesa, o Movimento BESA.

15 Sobre o crescimento das formações políticas albanesas, cf. Ana Isabel Martins, Ana Martins Vieira e Patrícia Ferreira Costa, sob a coordenação de Manuel Monteiro, «Eleições na República da Macedónia do Norte (15 de julho de 2020)», in *Polis*, n.º 2, (2020), p. 228. Disponível in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/2835> (consultado em 31 de março de 2022).

North Macedonia

Rodrigo Farinha¹
Carolina Pinheiro²

DOI: <https://doi.org/10.34628/ge12z-1b83>

In North Macedonia, the early parliamentary elections held on 15 July 2020 differed from the previous ones, as in other states, they were held amid a health crisis resulting from the COVID-19 pandemic³. So much so that, initially, it would have been scheduled for April 12, 2020, but would end up being postponed due to the state of emergency decreed by President Stevo Pendarovski, in force from March 19,⁴ which would only come to end in June 2020⁵.

The anticipation of the moment when the citizens of North Macedonia could exercise their right to vote was determined by the resignation of Prime Minister Zoran Zaev, following the European Union's refusal to open his country's accession negotiations. This reason may have contributed to the fact that voter turnout was below that seen in the previous legislative elections held in 2016 (see table), since in the early elections of July 2020 almost half of the voters chose not to go to the ballot boxes (48%)⁶.

Not even the measures adopted by the State Elections Commission of North Macedonia, which allowed citizens infected with COVID-19 or in isolation to exercise their right to vote, directly impacted the observed abstention rate. Thus, it is necessary to question the reasons that may have more directly contributed to this. Was the COVID-19 pandemic the only factor which deterred voters from exercising their right to vote? Or were there political and economic reasons that boosted the

level of voter turnout? The question raised is justified, since, in other states, where elections were also held amid the COVID-19 pandemic, this did not have an impact on the decrease in electoral participation.

North Macedonia

Type of election	Election year	Abstention rate
Legislative	2020	48%
	2016	33%
	2014	36%

Source: OSCE, ODIHR Special Election Assessment Mission⁷

1. Legislative measures aimed at counteracting the abstentionist effects caused by the COVID-19 pandemic

On June 25, 2020, the State Elections Commission adopted a set of guidelines for the registration and voting by voters who were in isolation for presenting a positive test for Covid-19, or for having to comply with the self-isolation measure⁸. This is why eligible citizens were able to exercise their right to vote, at home, two days before Election Day. In parallel with this measure, mandatory health “recommendations” were also adopted, to reduce the risk of contagion during all stages of the electoral process. Special protection measures not only facilitated the exercise of the right to vote for voters infected with COVID-19, or in self-isolation but also guaranteed security conditions for members of polling stations, namely through the imposition of the mandatory use of a face mask, hand disinfection, and social distancing⁹.

Thus, even though the abstention rate verified in the early legislative elections of July 15, 2020, presented the highest value, compared to the elections held in 2016 and 2014, it cannot be forgotten that, in any case, the absence of mentioned measures would contribute to a lower voter turnout¹⁰.

1 Bachelor of Law at Lusíada University (Lisbon). Collaborating researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies, at Lusíada University.

2 Senior undergraduate student in International Relations at Lusíada University (Porto). Collaborating researcher at the Center for Economic and Environmental Legal Studies (CEJEA), at Lusíada University.

3 On the political understanding that led to the postponement of the elections, see [North Macedonia leaders agree on election date | Balkan Insight \(balkaninsight.com\)](https://balkaninsight.com/2020/07/15/north-macedonia-leaders-agree-on-election-date/)

4 See <https://koronavirus.gov.mk/en/governments-measures> (accessed on March 31, 2022).

5 The State of Emergency was subject to several extensions.

6 On the analysis of these elections see Martins, A.I., Vieira, A.M. & Costa, P.F., under the coordination of Monteiro, M., «Eleições na República da Macedónia do Norte (15 de julho de 2020)», in Polis, n.º 2 (2020), pp. 227-229. Available at: <http://revistas.lis.ulisiada.pt/index.php/polis/article/view/2835> (accessed on march 31, 2022, in Portuguese).

7 Available at <https://www.osce.org/odihr/elections/north-macedonia?page=1> (Retrieved March 20, 2022).

8 See <https://www.sec.mk/regulativa/#tab-id-6> (accessed on March 30, 2022).

9 See, in <https://www.sec.mk/regulativa/#tab-id-6> (accessed on March 30, 2022).

10 See, in this regard, the State Elections Commission made available the number of voters who exercised their right to vote on July 13, 2020. Available at <https://www.sec.mk/broj-na-glasachi-koi-glasale-vo-izolacija-poradi-kovid-19-na-13-07-2020/?fbclid=IwAR1oWEB2QkzIce7ABFsqa9JU30OkbKY-vY->

2. Essentially political reasons: brief reference

The anticipation of the legislative elections on July 15, 2020, was due, as we said earlier, to the resignation of Prime Minister Zoran Zaev on January 3, 2020¹¹. This resignation came either following a defeat by his political party in the local elections or the fact that the European Union had postponed the decision on the opening of accession negotiations for North Macedonia¹².

Thus, North Macedonia voters were asked to decide between the continuation of Zoran Zaev¹³ and his (clear) pro-European Union policies or the opposition's political force, the Internal Revolutionary Organization of Macedonia – Democratic Party by the Macedonian National Unit (VMRO-DPMNE), which, despite not being against accession, considered that it could not be done at any cost. But, in reality, the intention to join the European Union, affirmed by the two major political forces, may have contributed to heightening the voters' feeling of the inexistence of a true political alternative, leading not only to the fall in their electoral results but also to a reduced turnout.

3. Conclusive summary

Despite what has been said in the previous point, we cannot sustainably say that the COVID-19 pandemic was indifferent to the electoral participation verified in the early legislative elections, held on July 15, 2015. It seems, therefore, prudent for us to say for the time being that it was the combination of the pandemic with the political and economic situation in the country, which contributed to a significant increase in abstention. An increase that was not more expressive given the interest shown by ethnic-Albanian minorities in exercising their right to vote, as opposed to the lack of interest shown by other citizens. This interest was not only reflected in the electoral results presented by the winning coalition, led by SDSM + BESA¹⁴, but also in the growing presence of minority political forces in the Legislative Assembly¹⁵.

[-mLhDP5TLg0UUjSvTwIWjeh5A](#) (accessed on March 30, 2022).

11 See on political background and historical context, final report developed by the Organization for Security and Cooperation in Europe (OSCE) on early parliamentary elections, 15 July 2020. Available at <https://www.osce.org/odihr/elections/north-macedonia> (accessed on March 30, 2022).

12 This decision was taken by the European Council in October 2019. Subsequently, already in March 2020, the European Council adopted the decision of the General Affairs Council on the opening of accession negotiations with the Republic of Albania and the Republic of Macedonia of North, see <https://www.europarl.europa.eu/portal/en> (accessed on 31 March 2022).

13 Zoran Zaev led the coalition that included the Social Democratic Union of Macedonia (SDSM) and the BESA Movement.

14 The SDSM, since the 2016 parliamentary elections, has been seeking support from ethnic-Albanian voters. So much so that, in the July 2020 legislative elections, it formed a coalition, for the first time, with an Albanian political force, the BESA Movement.

15 On the growth of Albanian political formations, cf. Martins, A.I., Vieira, A.M. & Costa, P.F., under the coordination of Monteiro, M., «Elections in the Republic of North Macedonia (July 15, 2020)», in *Polis*, n.º 2, (2020), p. 228. Available at <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/2835> (accessed on March 31, 2022).

Moldávia

Anibal Fernandes¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/xy43-h158>

A 11 de julho de 2021, a Moldávia teve eleições antecipadas², que surgiram na sequência da dissolução do Parlamento por dificuldades na aprovação do Primeiro-Ministro após as eleições de 2019, tendo o Parlamento sido dissolvido a 28 de Julho desse mesmo ano³. Todavia, em Fevereiro de 2020 começa a pandemia da Covid-19, sendo que a 31 de Março de 2021 a Presidente da Moldávia tinha decretado o «estado de emergência», tendo tal decreto sido anulado

1 Finalista em Direito, na Universidade Católica (Porto). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

2 Sobre a análise a estas eleições, cf. Manuel Monteiro, Bárbara Miranda, Anibal Fernandes, «Parliamentary elections in the Republic of Moldova (11 of July of 2021)», in *POLIS*, n.º 4 (2021), pp. 179-183. Disponível in <http://revistas.lis.ulusia-da.pt/index.php/polis/article/view/3002/3588>

3 De modo a percebermos um pouco a crise política que esteve em causa na Moldávia, tomemos parte do relatório da ODIHR sobre as eleições legislativas de 2021, disponível in <https://www.osce.org/odihr/elections/moldova/488497>: Following the February 2019 parliamentary elections [...] The new parliament had difficulty establishing the majority necessary for a vote of confidence in a new government. In June 2019, despite their markedly different policies, parties [...] agreed on a government with Maia Sandu as Prime Minister (PM). However, in November 2019 Sandu's government was ousted through a vote of no-confidence and replaced [...]. Maia Sandu was elected President in the second round of the November 2020 election, [...]. Before and after her election, Ms. Sandu repeatedly stated that she would seek early parliamentary elections as soon as possible, while the PSRM, PDM, and the Șor Party stated that they prefer that elections be held later. In December 2020, PM Chicu resigned, with the stated aim of paving the way for early parliamentary elections. According to the Constitution, the president nominates a prime minister after consultations with parliamentary factions. If parliament declines to approve a new government at least twice, the president may dissolve parliament. On 11 February 2021, parliament rejected President Sandu's first nominee for PM [...]. On 16 March, Ms. Durlășteanu announced that she no longer wished to be considered for PM. President Sandu promptly nominated Igor Grosu, [...]. After a majority of deputies did not attend the vote on Mr. Grosu's candidature, President Sandu asked the Constitutional Court to verify whether the constitutional conditions for dissolving parliament had been met. On 31 March, parliament declared a state of emergency citing the COVID-19 pandemic. [...]. On 15 April, the Constitutional Court ruled that the President was entitled to dissolve parliament. On 28 April, the Constitutional Court annulled the state of emergency. On the same day, President Sandu dissolved parliament and called for early parliamentary elections on 11 July.

a 28 de Abril, por forma a que o parlamento pudesse ser dissolvido conforme ditavam os preceitos constitucionais. Seria assim, no meio da pandemia, que se realizaram as eleições para o Parlamento da Moldávia, as segundas no espaço de dois anos, eleições essas, tal como revela o quadro seguinte, que registaram uma taxa de abstenção de 47,70%.

Quadro 1 - MOLDÁVIA

Tipo de Eleição	Ano	Taxa de Abstenção
Legislativas	2021	47,70%
	2019	50,72%
	2014	44,20%

Da análise objetiva dos dados, podemos verificar que a taxa de abstenção foi menor no período pandémico do que nas eleições imediatamente anteriores. É um facto que não deixa de ser curioso, se atendermos que nas legislativas de 2019 o número de abstencionistas tinha subido 6,52% em relação às legislativas de 2014. Pensamos ser ainda relevante fazer referência às últimas eleições presidenciais (Novembro de 2020), precisamente por também se terem realizado em período pandémico. Neste caso, ao compararmos os dados da participação eleitoral registada com as presidenciais de 2016, verificamos que se há uma muito ligeira subida da abstenção na 1ª volta de 2020 face à 1ª volta de 2016 (+ 0,64%), não podemos igualmente deixar de constatar que se verificou o inverso na 2ª volta das eleições. Com efeito, enquanto na 2ª volta das presidenciais de 2016, a taxa de abstenção foi de 46,55%, já na 2ª volta de 2020 ela situou-se em 41,78% (- 4,77%).

Quadro 2 - MOLDÁVIA

Tipo de Eleição	Ano	Taxa de Abstenção
Presidenciais	2020 (2ª volta)	41,78%
	2020 (1ª volta)	51,46%
	2016 (2ª volta)	46,55%
	2016 (1ª volta)	50,82%

Poder-se-á deste modo considerar, que a pandemia Covid-19 não contribuiu para aumentar a abstenção. Curiosamente a participação eleitoral foi até superior quer nas eleições legislativas, quer na 2ª volta das eleições presidenciais. Terá sido isso um reflexo de me-

didadas especiais adotadas, tendo em vista facilitar o exercício do direito de votos dos eleitores moldavos? Não o entendemos assim. Se é verdade que a pandemia pode ter contribuído para a convocação de eleições antecipadas, não é menos verdade que essa mesma pandemia apenas implicou a adoção de algumas medidas e recomendações. Como retrata o relatório da ODIHR⁴, vemos que foi utilizada uma plataforma digital para o registo dos eleitores e a descarga do voto dos cadernos eleitorais. Em termos do exercício prático do voto, houve só uma alteração que se traduziu no *mobile vote*⁵ para os que se encontravam internados, presos ou que por motivos de força maior e bem fundados não se pudessem deslocar à urna de voto, sendo que nesses casos *the person was able to request to be served with a mobile ballot box at home*.

⁴ Cf. supra, nota 2.

⁵ O *mobile vote* traduz-se na possibilidade de a urna se deslocar aos eleitores que não podem, no dia da eleição, ir até ao local de voto. A par com isto ainda existe o “voto em mobilidade”, para os estudantes, que podem no dia da eleição deslocar-se a um outro local de voto que não o do seu recenseamento.

Moldova

Anibal Fernandes¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/xy43-h158>

On July 11, 2021, Moldova had early elections², which emerged following the dissolution of Parliament due to difficulties in obtaining the Prime Minister’s approval after the 2019 elections, with Parliament being dissolved on July 28 of that same year³. However, in February 2020 the Covid-19 pandemic begins, and on March 31, 2021, the President of Moldova had decreed a “state of emergency”, this decree having been annulled on April 28, so that the parliament could be dis-

solved as determined by the constitutional precepts. It would be like this, amid the pandemic, that the elections for the Parliament of Moldova were held, the second in the scope of two years, these elections, as shown in the following table, registered an abstention rate of 47.70%.

Table 1 - MOLDOVA

Type of Election	Year	Abstention Rate
Parliamentary	2021	47,70%
	2019	50,72%
	2014	44,20%

From the objective analysis of the data, we can see that the abstention rate was lower in the pandemic period than in the immediately preceding elections. It is a curious fact if we consider that in the 2019 legislative elections, the number of abstentionists had risen by 6.52% compared to the 2014 vote.

We think it is still relevant to refer to the last presidential elections (November 2020), precisely because they also took place during a pandemic period. In this case, when comparing the registered electoral turnout data with the presidential elections, we see that if there is a very slight increase in abstention in the 1st round of 2020 compared to the 1st round of 2016 (+ 0.64%), we cannot fail to note that the opposite occurred in the 2nd round of the elections. While in the 2nd round of the 2016 presidential elections, the abstention rate was 46.55%, in the 2nd round of 2020 it stood at 41.78% (-4.77%).

Table 2 - MOLDOVA

Type of Election	Year	Abstention Rate
Presidential	2020 (2ª round)	41,78%
	2020 (1ª round)	51,46%
	2016 (2ª round)	46,55%
	2016 (1ª round)	50,82%

In this way, it can be considered that the Covid-19 pandemic did not contribute to increasing abstention. Interestingly, voter turnout was even higher both in the legislative elections and in the 2nd round of the presidential elections. Was this a reflection of special measures taken to facilitate the exercise of voting rights by Moldovan voters? We don’t understand it in that way. If it is true that the pandemic may

1 Senior undergraduate student in Law, at College of Porto, Faculty of Law, Catholic University of Portugal. Collaborating researcher at the Center for Economic and Environmental Studies (CEJEA) at Lusíada University (ORCID: 0000-0002-9021-6598).

2 On the analysis of these elections, see Monteiro, M., Miranda, B & Fernandes, A., «Parliamentary elections in the Republic of Moldova (11 of July of 2021)», in POLIS, n.º 4 (2021), pp. 179-183. Available at <http://revistas.lis.ulusiada.eu/index.php/polis/article/view/3002/3588>

3 In order to understand a little about the political crisis that was at stake in Moldova, we must look at the ODIHR report on the 2021 legislative elections, available in <https://www.osce.org/odihr/elections/moldova/488497>: Following the February 2019 parliamentary elections [...] The new parliament had difficulty establishing the majority necessary for a vote of confidence in a new government. In June 2019, despite their markedly different policies, parties [...] agreed on a government with Maia Sandu as Prime Minister (PM). However, in November 2019 Sandu’s government was ousted through a vote of no-confidence and replaced [...].

Maia Sandu was elected President in the second round of the November 2020 election, [...]. Before and after her election, Ms. Sandu repeatedly stated that she would seek early parliamentary elections as soon as possible, while the PSRM, PDM, and the Șor Party stated that they prefer that elections be held later.

In December 2020, PM Chicu resigned, with the stated aim of paving the way for early parliamentary elections. According to the Constitution, the president nominates a prime minister after consultations with parliamentary factions. If parliament declines to approve a new government at least twice, the president may dissolve parliament. On 11 February 2021, parliament rejected President Sandu’s first nominee for PM [...].

On 16 March, Ms. Durlășteanu announced that she no longer wished to be considered for PM. President Sandu promptly nominated Igor Grosu, [...]. After a majority of deputies did not attend the vote on Mr. Grosu’s candidature, President Sandu asked the Constitutional Court to verify whether the constitutional conditions for dissolving parliament had been met.

On 31 March, parliament declared a state of emergency citing the COVID-19 pandemic. [...]. On 15 April, the Constitutional Court ruled that the President was entitled to dissolve parliament. On 28 April, the Constitutional Court annulled the state of emergency. On the same day, President Sandu dissolved parliament and called for early parliamentary elections on 11 July.

have contributed to the calling of early elections, it is no less true that this same pandemic only implied the adoption of some measures and recommendations.

As the ODIHR⁴ report shows, we see that a digital platform was used to register voters and download the vote from the electoral roll. In terms of the practical exercise of voting, there was only one change that resulted in the *mobile vote*⁵ for those who were hospitalized, imprisoned, or those who, for reasons of force majeure and well-founded, could not go to polling stations, in which case *the person was able to request to be served with a mobile ballot box at home*.

⁴ See above, note 2.

⁵ The *mobile vote* translates into the possibility of the ballot box traveling to voters who cannot, on Election day, go to the polling place. In addition to this, there is also the “mobility vote”, for students, who can, on Election Day, travel to another place of voting than the one where they registered.

Noruega³

Eduardo Oliveira e Sousa¹
Diogo Chiquelho²

DOI: <https://doi.org/10.34628/3mch-4f34>

As mais recentes eleições para o *Stortinget*⁴ - parlamento norueguês - ocorreram a 13 de setembro de 2021, numa fase em que a situação pandémica ainda não era estável⁵. A abstenção nestas eleições teve um ligeiro aumento face aos atos eleitorais anteriores, isto é, em 2017 e face a 2013, com uma diferença em um ponto percentual para ambas (*vide* quadro), interessando agora perceber-se de que modo a questão pandémica influenciou esse pequeno aumento atendendo às excecionais medidas adotadas de mitigação da abstenção.

1. As medidas adotadas durante o período pandémico

Apesar de ao dia das eleições já 65,63% da população norueguesa se encontrar totalmente vacinada e 9,5% parcialmente vacinada, perfazendo um total de 75,13% da população com, pelo menos, a primeira dose da vacina inoculada⁶, no sentido da preparação das elei-

ções parlamentares e da necessária adoção de medidas de controlo pandémico e de segurança no ato eleitoral, o Governo norueguês teve a iniciativa de promover alterações temporárias à lei eleitoral ao propô-las ao *Stortinget*, que as aprovou⁷. As alterações subscreveram as sugestões apresentadas pelo grupo de trabalho *ad hoc* que, entre outras coisas, concluiu que as medidas a adotar deviam ter como premissa base a necessidade de serem facultados aos eleitores em isolamento meios para exercício do sufrágio, conquanto isso fosse executado de acordo com as garantias de saúde⁸. De acordo com esta premissa e na sequência de garantir a segurança dos eleitores, mas de todos aqueles que exerceriam funções nas mesmas, foram adotadas as seguintes medidas⁹:

vaccination – statistics», disponível em <https://www.fhi.no/en/id/vaccines/coronavirus-immunisation-programme/coronavirus-vaccination---statistic/#table-paginacion-47278221> (acesso em 25/04/2022).

- 7 Foi através da Proposta 89 L (2020-2021) que o Governo, através do Ministério do Governo Local e da Modernização, levou até ao parlamento norueguês as alterações temporárias à Lei Eleitoral e à Lei do Governo Local. Quanto a isto *vide* Lovdata, disponível em <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24> (acesso em 15/04/2022) e, ainda, o texto integral da proposta no sítio *on line* do governo norueguês, disponível em <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/prop.-89-l-20202021/id2834964/> (acesso em 25/04/2022).
- 8 As conclusões deste grupo de trabalho, encabeçado pelo Ministério do Governo Local e da Modernização, mas composto ainda pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, pelo Instituto Nacional de Saúde Pública (NIPH), da Direção Eleitoral da Noruega, pelo Município de Oslo e pelo Consulado de Viken e com consulta a vários municípios, podem consultar-se no sítio *on line* do Governo, disponível em <https://www.regjeringen.no/contentassets/336cce55ea7c3458e8c264d71113e2ace/horingsnotat-forslag-til-midlertidige-endringer-i-valgloven-og-kommuneloven-som-folge-av-covid-19.pdf> (acesso em 25/04/2022).
- 9 Não nos foi possível apurar se estas medidas foram implementadas por todos os círculos eleitorais de forma similar, porque os meios adequados à concretização das várias intenções ficaram dentro da discricionariedade vinculada de cada município, isto é, os municípios tinham liberdade para definir os meios excecionais para possibilitar o voto seguro, desde que os fins se concretizassem, sendo que Oslo foi um dos locais onde foi possível verem-se várias destas medidas implementadas. Quanto a isto, veja-se que as alterações ao § 8-1 a. da Lei Eleitoral permitia que as comissões eleitorais, perante um surto local de COVID-19, podiam desviar-se de alguns requisitos impostos pela lei eleitoral caso isso garantisse a oportunidade de voto (disponível em <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24>), mas ainda destacamos a nota do Oxford Constitutional Law, “As of 10 January 2021, the Government has proposed minor temporary amendments to the Election Act 2002 in order to provide the election authorities with some flexibility in voting procedures and locations, in order to accommodate possible infection control measures”. Holmøy-vik, E., Moltumyr Hogberg, B. & Conrad Eriksen, C. «Norway: Legal Response to Covid-19» in King J. & Ferraz O.L.M. *et al.* (eds), The Oxford Compendium of National Legal Responses to Covid-19 (2021). D. Elections, 48. DOI: 10.1093/law-

- 1 Professor Assistente e Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (Porto). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.
- 2 Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada (Porto) e Mestrando em Ciências Jurídico-Económicas da Faculdade de Direito, da Universidade do Porto. Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.
- 3 Os autores desejam agradecer à finalista em Relações Internacionais, Isabel Ram, e aos finalistas em Direito, Diogo Faria e João Daniel, todos membros do Observatório Eleitoral Internacional e Investigadores colaboradores do CEJEA, pelo determinante apoio na recolha de dados tendente à produção deste artigo científico.
- 4 Sobre estas eleições cf. Ram, I., Miranda, C., Faria, D. & Daniel, J. «Eleições Legislativas na Noruega (13 de setembro de 2021)», in Polis, no 4 (2021), pp. 201-205. Disponível em <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/3005/3592>.
- 5 A esta data a situação pandémica na Noruega estava em fase ascendente no número de casos diários, sendo que ao dia das eleições havia um total de 178 362 casos confirmados com COVID-19 e havia a lamentar um total de 836 falecidos desde o início da pandemia e ao dia das eleições havia 1 313 novos casos. Dados de acordo com o Instituto Norueguês de Saúde Pública (NIPH), Reported Cases in «Statistics about coronavirus and COVID-19», disponível em <https://www.fhi.no/en/id/infectious-diseases/coronavirus/daily-reports/daily-reports-COVID19/#table-paginacion-7668321> (acesso em 25/04/2022).
- 6 Dados de acordo com o NIPH, Norway - number vaccinated in «Coronavirus

- a) o exercício do voto dentro de veículo em modalidade *drive-in*¹⁰.
- b) o exercício do voto em casa para eleitores “de risco”, isto é, com necessidades por motivo de doença ou incapacidade¹¹.
- c) urnas de voto *especiais* para eleitores em quarentena e em instituições de saúde e unidades de cuidados continuados¹². O grupo de trabalho que teve por base estas alterações entendeu que os eleitores em quarentena não deviam votar em casa, mas preferencialmente em urnas de voto específicas cujo contacto com outros eleitores não ocorresse, cabendo às comissões eleitorais implementarem-nas.

Contudo, caso algum eleitor não pudesse sair de casa por, por exemplo, impossibilidade de meio de transporte que não fosse coletivo, então devia ser assegurado o voto em casa¹³.

Para além destas medidas excepcionais, meios de voto alternativos já previstos pela Lei Eleitoral foram agilizados, designadamente o voto no estrangeiro e por correspondência e o voto antecipado em mobilidade. Assim, todos os eleitores deslocados no estrangeiro podiam exercer o voto antecipado entre os dias 1 de julho e 3 de setembro junto das embaixadas ou consulados¹⁴ ou exercê-lo por correspondência. A agilização deste meio de voto, por correio, passou pela possibilidade de o eleitor infetado ou em isolamento poder requerer às embaixadas ou consulados o material para poder fazê-lo a partir de casa ou, até, caso isso não fosse possível, poder-se-ia votar mesmo através de uma típica folha branca e de um típico envelope, isto é, sem ser através de boletim de voto oficial ou sem a necessidade de cumprimento de consideráveis formalidades¹⁵. Já

quanto à modalidade de voto antecipado e em mobilidade estenderam-se os prazos e durante um mês, do dia 10 de agosto até ao dia 10 de setembro, poderia qualquer eleitor usar deste meio de voto, inscrevendo-se previamente para o efeito¹⁶. A agilização destas medidas demonstrou-se de notório relevo, ora veja-se que apenas tinham decorrido três dias e já 70 808 eleitores tinham votado nesta modalidade¹⁷.

Quanto a um possível adiamento, atendendo a que isso foi uma solução adotada em vários países, é de se referir que essa opção foi descartada na Noruega. O Governo norueguês entendeu que não era viável o adiamento das eleições, devendo as mesmas ocorrer à data para as quais foram agendadas. A inviabilidade passou pela necessidade do decretamento de um estado de emergência cujos requisitos não se viam preenchidos, motivo pelo qual se entendeu que não havia forma de alterar a exigência constitucional de as eleições ocorrerem à data prevista¹⁸.

2. A abstenção

Comparando as taxas de abstenção entre o último ato eleitoral – 22,8% – face às duas eleições anteriores cuja taxa se situou em 21,8% quer em 2017 como em 2013, não é possível determinar um aumento significativo na abstenção, o qual será quando muito residual – em 1% – muito menos será possível derivar este insignificante aumento de qualquer constrangimento causado pela pandemia. Ou seja, a taxa de abstenção de 2021 mantém-se essencialmente ao nível das taxas verificadas nas eleições anteriores. Certo é que, a alta taxa de participação no que se relaciona com o voto antecipa-

-occ19/e3.013.3, disponível em <https://oxcon.oup.com/view/10.1093/law-occ19/law-occ19-e3> (acesso em 25/04/2022).

- 10 Quanto ao voto em modalidade *drive-in* na cidade de Oslo *vide* o artigo da NorwayToday de 5/08/2021, disponível em <https://norwaytoday.info/news/2021-elections-quarantined-oslo-residents-can-now-vote-from-their-car-at-drive-in-premises/> (acesso em 25/04/2022).
- 11 Segundo a informação da Direção Eleitoral norueguesa (VALG) o voto em casa era um meio de considerável acessibilidade, não tendo de, por exemplo, ser feita uma inscrição por escrito, bastando uma informação oral ao município, cf. VALG, «Voting at home», disponível em <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/help-with-voting/voting-at-home/> (acesso em 25/04/2022).
- 12 No que toca à votação a partir de instituições de saúde, lares e similares, onde podiam votar também os funcionários e familiares, *vide* informação da VALG, «Voting in institutions», disponível em <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/help-with-voting/voting-in-institutions/> (acesso em 25/04/2022).
- 13 Cf. § 9-3 b., § 9-3 c. e § 9-3 d. da Lei n.º 57, de 28 de junho de 2002 (Lei Eleitoral) onde se previam as alterações temporárias implementadas referentes à criação de urnas de voto *especiais*, disponível em <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24>. Já as alterações ao § 9-6 a. previam a subsidiariedade do voto em casa para os eleitores em quarentena. As urnas de voto específicas para eleitores em quarentena não funcionavam necessariamente em moldes iguais às urnas de voto ordinárias, sofrendo, por exemplo, de restrições horárias. Cf. relatório no sítio *on line* do Governo norueguês (Regjeringen), disponível em <https://www.regjeringen.no/contentassets/5b1155a8b5934d84bd80caee8696c162/rapport-fra-arbeidsgruppen-om-smittevern-og-valg.pdf>, 4.1.2., p. 10-11 (acesso em 25/04/2022).
- 14 No que toca à votação no estrangeiro *vide* informação da VALG, «Voting from abroad», disponível em <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/voting-from-abroad/> (acesso em 25/04/2022).
- 15 Segundo a Proposta 89 L do Governo, “Postal voting may be a possible alterna-

tive if a voter is infected or if the location where the voter is residing is in lockdown. Voters can ask the Foreign Service mission to send materials to their home or use normal sheets of paper and envelopes”. *Op. cit.*, in «5.3.3 Advance voting abroad during a Covid-19 outbreak», p. 14. *Vide*, ainda, sobre o voto por correio a informação da VALG, «Voting by post», disponível em <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/voting-from-abroad/voting-by-post/> (acesso em 25/04/2022).

- 16 Cf. § 8-3 b. e § 8-3 c. da Lei n.º 57, de 28 de junho de 2002 (Lei Eleitoral) onde se previam as alterações temporárias implementadas referentes ao voto antecipado, disponível em <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24>. No que toca à votação antecipada *vide* a informação da VALG, «Voting in advance», disponível em <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/voting-in-advance> (acesso em 25/04/2022).
- 17 Dados de acordo com NorwayToday, «Advance voting: 70,808 Norwegians have already cast their vote in the 2021 elections», disponível em <https://norwaytoday.info/news/advance-voting-70808-norwegians-have-already-cast-their-vote-in-the-2021-elections/> (acesso em 25/04/2022).
- 18 Quanto ao não adiamento, a Proposta 89 L referia que “(...) the Ministry cannot see that it would be possible to postpone the election due to the ongoing pandemic. The Ministry would emphasise that it will only be possible to postpone the election if there is a very high level of infection, and there is a direct and immediate danger to life, cf. Article 93 of the Constitution, or health through community movement”. *Op. cit.* In «5.1 Risk of delays in determining the election result» e «5.2 Issues relating to postponement of the election» p.12-13. Ainda a este propósito, quanto aos países cujas datas iniciais das eleições foram alteradas durante a fase pandémica *vide* o levantamento feito pelo Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA), disponível em <https://www.idea.int/news-media/multimedia-reports/global-overview-covid-19-impact-elections> (acesso a 25/04/2022).

do, demonstrou um nível de adesão extraordinário – com um valor recorde de 57,88%. Não é coincidente então, a diferença entre o número de votos durante o período de votos antecipado em 2021 e 2017 – uma diferença de mais 668.897 votos – com a manutenção de uma taxa de abstenção em moldes semelhantes. Quer isto dizer, em traços gerais, que aproximadamente o mesmo número de eleitores exerceu o seu direito de voto em 2021 – 3.003.290 –, com uma transição considerável – como vimos, de 57,88% –, a votar através do voto antecipado. Isto é relevante, pois demonstra por um lado, como dissemos, que a pandemia não influenciou os números da abstenção, os quais se mantêm inferiores aos valores de 2009, e por outro lado, leva-nos a concluir que a taxa de abstenção (e a sua manutenção) terá sido causada por razões de autodeterminação sociopolítica pelo eleitorado.

Noruega

Tipo de eleição	Ano da eleição	Nº de Eleitores	Nº de votantes	Taxa de abstenção	Nº de votos no período de votação antecipada	Taxa de participação na votação antecipada, face ao nº de votantes
	2021	3.892.507	3.003.290	22,8%	1, 738 438	57,88%
Legislativas	2017	3.765.245	2.945.352	21,8%	1,069,541	36,31%
	2013	3.641.994	2. 848. 903	21,8%	858,956	30,1%
	2009	3.530.785	2. 682. 903	24%	653,939	24,37%

Fonte: <Valgresultat.no>

Norway³

Eduardo Oliveira e Sousa¹
Diogo Chiquelho²

DOI: <https://doi.org/10.34628/3mch-4f34>

The most recent elections for the *Stortinget*⁴ - the Norwegian parliament – were held on the 13th of September 2021, in a phase when the pandemic situation was not yet stable⁵. The abstention figure in these elections was slightly higher compared with previous elections, in 2017 and 2013 with a difference of 1% from each election (see table). Thus, the question must be raised on how the pandemic influenced this slight increase given the exceptional measures which were adopted to tackle abstention.

1. Measures adopted during the pandemic period.

Although on the day of the elections already 65,63% of Norwegians were already fully vaccinated and 9,5% partially vaccinated, rounding up to a total of 75,13% of population with at least the one dose of the vaccine⁶, in preparation for the parliamentary elections

and the adoption of measures to control the pandemic and ensure voting safety, the Norwegian government proposed the *Stortinget* some temporary changes to the election act, changes which were approved⁷. These changes adhered to the suggestions presented by the *ad hoc* workgroup which concluded that measures to be adopted should be based on the necessity of granting confined voters the means for exercising their voting rights, provided that this was carried out in accordance with health guarantees.⁸ According to this premise and seeking to ensure the safety of voters and of all of those working at the polling stations, the following measures were adopted⁹:

- 1 Assistant Professor and PhD Candidate at the Faculty of Law, Lusíada University (Porto). Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) at Lusíada University.
- 2 LLB at Lusíada University (Porto) and LLM Candidate in Legal and Economic Sciences at the Faculty of Law, University of Porto. Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) at Lusíada University.
- 3 The authors wish to thank Isabel Ram, senior undergraduate in International Relations, Diogo Faria and João Daniel, both senior undergraduates in Law, all three members of the International Electoral Observatory and Collaborating Researchers at CEJEA, for their determining support in data gathering for this paper.
- 4 On these elections, see Ram, I., Miranda, C., Faria, D. & Daniel, J. «Eleições Legislativas na Noruega (13 de setembro de 2021)», in Polis, no 4 (2021), pp. 201-205. Available at: <http://revistas.lis.ulisiada.pt/index.php/polis/article/view/3005/3592>.
- 5 On this date, the pandemic situation in Norway was marked by a rising in the number of daily confirmed cases, and on the election day there were 1.313 new confirmed COVID-19 cases, a total sum of 178.362 confirmed cases, and 836 deaths since the start of the pandemic. Data provided by the Norwegian Institute of Public Health (NIPH), Reported Cases in «Statistics about coronavirus and COVID-19», available at: <https://www.fhi.no/en/id/infectious-diseases/coronavirus/daily-reports/daily-reports-COVID19/#table-pagination-7668321> (accessed on 25/04/2022).
- 6 Data provided by the NIPH, Norway - number vaccinated in «Coronavirus vaccination – statistics», available at: <https://www.fhi.no/en/id/vaccines/coronavirus-immunisation-programme/coronavirus-vaccination---statistic/#table-pagina->

[tion-47278221](#) (accessed on 25/04/2022).

- 7 It was through the Proposal 89 L (2020-2021) which the Government, through the Ministry for Local Government and Modernisation took to the *Stortinget* the temporary changes to the Election Act and to Local Government Law. On this subject check Lovdata, available at: <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24> (accessed on 15/04/2022), and also the full text of the proposal in the Norwegian government's website available at: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/prop.-89-l-20202021/id2834964/> (accessed on 25/04/2022).
- 8 The findings by this Workgroup which was headed by the Ministry for Local Government and Modernisation, but also with the participation of the Ministry of Foreign Affairs, the National Institute of Public Health (NIPH), Norwegian Directorate of Elections, the Municipality of Oslo and the Consulate of Viken can be consulted on the Government's website, available at: <https://www.regjeringen.no/contentassets/336ce55ea7c3458e8c264d71113e2ace/horingsnotat-forslag-til-midlertidige-endringer-i-valgloven-og-kommuneloven-som-folge-av-covid-19.pdf>, (accessed on 25/04/2022).
- 9 We were not able to verify if these measures were equally implemented in all constituencies, given that the adequate instruments for implementation were left to each municipality's discretion, this is, all municipalities were able to define and implement exceptional measures for safe voting, as long as they complied with the goals established in the legal amendments. Oslo was one of the places where such measures were implemented. It should be noted that changes to § 8-1 a. of the Election Act allowed for some flexibility in the way the Election Committees could implement the Election Act, in order to deal with local outbreaks of COVID-19, so that the possibility to vote would still be assured. (available at: <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24>). It is also important to mention Oxford Constitutional Law's entry on Norway's legal response COVID-19: "As of 10 January 2021, the Government has proposed minor temporary amendments to the Election Act 2002 in order to provide the election authorities with some flexibility in voting procedures and locations, in order to accommodate possible infection control measures". Holmøyvik, E., Moltumyr Høgberg, B. & Conrad Eriksen, C. «Norway: Legal Response to Covid-19» in King J. & Ferraz O.L.M. et al. (eds), The Oxford Compendium of National Legal Responses to Covid-19 (2021). D. Elections, 48. DOI: 10.1093/law-occ19/e3.013.3, available at: <https://oxcon.oup.com/view/10.1093/law-occ19/e3> (accessed on 25/04/2022).

- a) Voting from a vehicle by means of a *drive-in* method¹⁰.
- b) Voting from home for voters “at risk”, that is, those with specific needs due to illness or disability¹¹.
- c) Special balloting boxes for quarantined voters and those in health institutions or continuing care units¹². The work-group on which such changes were based on had determined that quarantined voters should not vote from home, but preferably in specific balloting boxes which would not be in contact with other voters.

This was to be implemented by the electoral committees. However, if a voter was not able to leave his/her house due to unavailability of private transportation, voting from home was allowed¹³.

Besides these exceptional measures, alternative methods of voting already in place under the Electoral Law were applied, specifically voting abroad and advance voting. Thus, every expatriated voter was able to advance vote between the 1st of July and the 3rd of September in embassies or consulates¹⁴ or vote by postal services. The use of postal voting meant that infected or confined voters could request ballots from embassies or consulates and mail-in their votes, or if such a request was not feasible, a vote could be cast with a mere white sheet of paper and a typical envelope, that is, without relying on an official ballot or need to comply with any considerable formalities¹⁵. Regarding advance voting and voting in mobility, the deadlines were extended, and in the span of a month,

from the 10th of August until the 10th of September, any voter could use this voting method, having previously registered to vote in advance¹⁶. The use of these measures did have a notorious effect as in just three days already 70.808 voters had cast their votes by relying on advance voting¹⁷.

On the possibility of postponing the elections, given that this was a solution adopted in various countries, it should be stated that this option was not applied in Norway. The Norwegian government understood that this wasn't viable, and the elections were to take place on the date they were initially scheduled. This unviability was due to the fact that a State of Emergency had to be decreed to postpone the elections, and since the requirements for such decree could not be met, there was no way to alter the constitutional rule that establishes the holding of elections in their scheduled date¹⁸.

2. The abstention

Comparing the abstention rates between the latest election – 22,8% – and both previous elections in which the abstention rates were of 21,8% both in 2017 as in 2013, it isn't possible to determine that there was a significant increase in abstention, it was at best a residual increase – just 1% – much less can it be possible to derive such insignificant increase from any constraints caused by the pandemic. This means that the abstention rate in 2021 is essentially in line with the abstention rates from the previous elections. What can be ascertained is that the high turnout rate on advance voting does demonstrate a clear level of adherence by voters – with a record figure of 57,88%. When comparing 2021 with 2017, the difference in the number of cast votes during the advance voting period – more 668.897 cast votes than in the previous elections – and an abstention rate that was kept mostly unchanged, can be no mere coincidence. This generally means that approximately the same number of voters cast their votes in 2021 – 3.003.290 –, with a considerable transition – 57,88% as we have already seen – of voters

10 Regarding *drive-in* vote in Oslo, see the article by NorwayToday dated 5/08/2021, available at: <https://norwaytoday.info/news/2021-elections-quarantined-oslo-residents-can-now-vote-from-their-car-at-drive-in-premises/> (accessed on 25/04/2022).

11 According to the information by the Norwegian Directorate of Elections (VALG) voting at home was of considerably accessible, by not requiring, for example, a written application for voting, as the mere statement to the municipality would suffice. See VALG, «Voting at home», available at: <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/help-with-voting/voting-at-home/> (accessed on 25/04/2022).

12 Regarding the casting of votes from health institutions, elderly care homes or similar places, where both the families of patients, and also workers at those institutions could cast their votes, See VALG, «Voting in institutions», available at: <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/help-with-voting/voting-in-institutions/> (accessed on 25/04/2022).

13 See § 9-3 b., § 9-3 c. e § 9-3 d. of Law no. 57 of June 28, 2002 (Election Act) establishing temporary changes regarding the creation of special ballot boxes, available at: <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24>. On the changes made to §9-6 a., these subsidiarily determined that home voting should be applied for quarantined voters. The specific ballot boxes for quarantined voters did not function equally to regular ballot boxes, having, for instance, time-scheduling restrictions. See the report on the Government's website. Available at: <https://www.regjeringen.no/contentassets/5b1155a8b5934d84bd80caec8696c162/rapport-fra-arbeidsgruppen-om-smittevern-og-valg.pdf>, 4.1.2., p. 10-11 (accessed on 25/04/2022).

14 On voting abroad, see VALG's «Voting from abroad», available at: <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/voting-from-abroad/> (accessed on 25/04/2022).

15 According to the Proposal 89 L of the Government “*Postal voting may be a possible alternative if a voter is infected or if the location where the voter is residing is in lockdown. Voters can ask the Foreign Service mission to send materials to their home or use normal sheets of paper and envelopes*”. *Op. cit.*, in «5.3.3 Advance voting abroad during a Covid-19 outbreak», p. 14. See also, on postal voting, VALG's «Voting by post», available at: <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/voting-from-abroad/voting-by-post/> (accessed on 25/04/2022).

16 See § 8-3 b. e § 8-3 c. of Law no. 57 of June 28, 2002 (Election Act) establishing temporary changes regarding advance voting, available at: <https://lovdata.no/dokument/LTI/lov/2021-04-23-24>. Regarding advance voting, see VALG's «Voting in advances», available at: <https://www.valg.no/en/for-voters/parliamentary-election-2021/voting-in-advance/> (accessed on 25/04/2022).

17 According to NorwayToday, «Advance voting: 70,808 Norwegians have already cast their vote in the 2021 elections», available at: <https://norwaytoday.info/news/advance-voting-70808-norwegians-have-already-cast-their-vote-in-the-2021-elections/> (accessed on 25/04/2022).

18 On the decision to not postpone the election, Proposal 89 L stated that “(…) *the Ministry cannot see that it would be possible to postpone the election due to the ongoing pandemic. The Ministry would emphasise that it will only be possible to postpone the election if there is a very high level of infection, and there is a direct and immediate danger to life, cf. Article 93 of the Constitution, or health through community movement*”. *Op. cit.* In «5.1 Risk of delays in determining the election result» and «5.2 Issues relating to postponement of the election» p.12-13. For more on this issue, regarding countries which saw their elections rescheduled due to the pandemic, check the information by the Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA), available at: <https://www.idea.int/news-media/multimedia-reports/global-overview-covid-19-impact-elections> (accessed on 25/04/2022).

casting their vote through advance voting. This is relevant, since it demonstrates, on the one hand, that the pandemic had no influence in the abstention numbers, which are still under the 2009 rates, and on the other hand, it leads us to conclude that the abstention rate (and its being kept mostly unchanged) could have been caused by reasons of socio-political self-determination by voters.

Norway

Election	Year	Voters	Cast Votes	Abstention Rate	Cast Votes by advance voting	Rate of advance voting from the number of cast votes
	2021	3.892.507	3.003.290	22,8%	1, 738 438	57,88%
Legislatives	2017	3.765.245	2.945.352	21,8%	1,069,541	36,31%
	2013	3.641.994	2. 848. 903	21,8%	858,956	30,1%
	2009	3.530.785	2. 682. 903	24%	653,939	24,37%

Source: <Valgresultat.no>

Países Baixos

Marisa Salgado¹
Carolina Menezes Pinheiro²

DOI: <https://doi.org/10.34628/snhg-d828>

As eleições gerais para a Câmara dos Representantes do Parlamento dos Países Baixos decorreram entre 15 e 17 de março de 2021³. Tal como aconteceu com outros Estados, estas eleições diferem das anteriores porque tiveram lugar num período especialmente atípico para a Humanidade no Século XXI, isto é, em pleno período de pandemia de COVID-19. Tal facto obrigou a esmagadora maioria dos Estados a adotar medidas que ajudassem a prevenir a propagação da pandemia, sem com isso impedir os eleitores de exercerem o seu legítimo direito de voto. Foi o que sucedeu, nos Países Baixos. Vejamos em que se traduziram.

1. Medidas legislativas

No plano legislativo, podemos assinalar várias medidas legislativas que visaram facilitar o exercício do direito de voto aos cidadãos.⁴ De entre essas medidas devemos destacar:

- i. A criação da Lei Temporária que teve como principal objetivo prevenir infeções e a disseminação do vírus SARS-CoV-2 para proteger a saúde pública através da organização e implementação de medidas específicas de prevenção para garantir a segurança na eleição dos membros da Câmara dos Deputados em 2021, que ficou conhecida como a Lei 35.654.
- ii. Foi decretado que a ida às urnas ocorreria durante 3 dias,

para incentivar a participação eleitoral sem descuidar as questões sanitárias. Pretendia-se desse modo evitar uma grande aglomeração de pessoas. Desta forma, as urnas abriram na segunda-feira, dia 15 de março, e encerraram quarta-feira, dia 17 de março, pelas 21 horas.⁵

- iii. A possibilidade dos eleitores com mais de 70 anos poderem votar pelo correio. Além disso, os eleitores no estrangeiro também puderam votar por correspondência, sendo que no dia 12 de março já tinham votado mais de 53.000 pessoas.⁶
- iv. A introdução da possibilidade de optar pelo modelo de votação drive thru no qual o eleitor poderá exercer o seu direito de voto através da utilização de carro ou bicicleta.⁷

A par das medidas especiais convirá recordar que nos Países Baixos já existiam modalidades de voto, que também ajudaram à facilitação da votação. São elas:

- i. O voto por procuração, caso o eleitor não possa votar devido a trabalho, doença ou férias⁸. Devemos referir que, em consequência da pandemia, o voto por procuração passou a poder ser possível em relação a três eleitores e não apenas dois como estava anteriormente previsto.
- ii. A possibilidade de um eleitor que resida de forma temporária ou permanente no estrangeiro poder participar na eleição. Se ainda estiver registado num município Holandês, o eleitor pode votar por carta ou procuração. Se não estiver registado terá que se registar como eleitor no exterior e então poderá

1 Mestranda em Ciências Jurídico Civilísticas na Universidade Lusíada (Porto). Investigadora colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

2 Finalista em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada (Porto). Investigadora colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.

3 Sobre as eleições ocorridas, cf. a análise feita por Sofia Santos, Carolina Pinheiro, «Eleições gerais dos Países Baixos (17 de Março de 2021)», in *POLIS*, n.º 3 (2021), pp. 195-197. Disponível in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/2900/3319>

4 Neste caso, devemos assinalar que algumas das medidas tais como o voto por procuração já eram uma prática recorrente no país desde há alguns anos.

5 Importa referir que no dia 17 de março foi levantado o confinamento noturno, previsto a partir das 21h, devido às eleições, para que as pessoas pudessem regressar a casa depois de exercerem o seu direito de voto ou até mesmo para quem quisesse acompanhar a contagem dos votos. Informação disponível, in <https://www.kiesraad.nl/verkiezingen/tweede-kamer/stemmen/briefstemmen-voor-70-plussers> (consultado em 20-03-2022)

6 Informação disponível in <https://www.kiesraad.nl/verkiezingen/tweede-kamer/stemmen/briefstemmen-voor-70-plussers> e Código Eleitoral https://wetten.overheid.nl/BWBR0004627/2022-03-24/#AfdelingII_HoofdstukI_Paragraaf6_ArtikelI28 (consultado em 20-03-2022).

7 Informação disponível in <https://sicnoticias.pt/eleicoes-legislativas/eleicoes-em-tempo-de-pandemia-as-solucoes-que-varios-paises-criaram-para-todos-puderem-votar/>

8 Informação disponível in <https://www.kiesraad.nl/verkiezingen/tweede-kamer/stemmen/volmacht> e Código Eleitoral https://wetten.overheid.nl/BWBR0004627/2022-03-24/#AfdelingII_HoofdstukI_Paragraaf6_ArtikelI28 (consultado em 20-03-2022).

votar por carta, procuração, ou com um passe de eleitor caso se encontre na Holanda no momento da votação.⁹

2. Taxas de Abstenção

que concerne à abstenção eleitoral verificada nas três últimas eleições para a Câmara dos Representantes do Parlamento dos Países Baixos podemos constatar, em termos gerais, o seguinte:

- i. Em primeiro lugar, que a taxa de abstenção registada em 2021 aumentou 3,2% face à que se tinha registado em 2017 (21,6%, em 2021, e 18,4%, em 2017 - ver quadro).
- ii. Em segundo lugar, que há um menor número de abstenções em 2021 (21,6%) do que o verificado em 2012 (25,7%).

Tipo de eleição	Ano da eleição	Taxa de abstenção
Eleições Gerais (legislativas) ¹⁰	2021	21,60%
	2017	18,40%
	2012	25,70%

3. Comentário

Tendo em conta os dados expostos, concluímos que a questão pandémica não terá sido a única a condicionar a participação eleitoral. Podemos até considerar que os fatores políticos terão também pesado na decisão dos eleitores holandeses. Recordamos, por exemplo, o problema que se viveu nos Países Baixos a propósito da fraude na atribuição dos abonos de família, problema que não só provocou profundo ressentimento nos cidadãos face ao Governo e desinteresse nas eleições, como conduziu a tentativas de boicote eleitoral testemunhadas pelas várias manifestações que existiram.¹¹ Por outro lado, há ainda estudos¹² que nos referem que a meteorologia pode também ter sido um fator decisivo para os cidadãos não se deslocarem às urnas. Significa isto, em suma, que sem deixarmos de valorizar a pandemia como fator influenciador da abstenção, não podemos desvalorizar, tal como afirmámos, o profundo descontentamento de muitos eleitores diante o momento político então vivido.

9 Informação disponível in <https://www.kiesraad.nl/verkiezingen/tweede-kamer/stemmen/vanuit-het-buitenland> e Código Eleitoral https://wetten.overheid.nl/BWBR0004627/2022-03-24/#AfdelingII_HoofdstukI_Paragraaf6_ArtikelI28 (consultado em 20-03-2022).

10 Fonte: <https://www.electionguide.org/elections/id/3629/> ,consultado pela última vez em 29-03-2022

11 Cf <https://www.dn.pt/mundo/amp/crise-no-governo-da-holanda-nasce-apos-posicao-repugnante-12013159.html>

12 Cf: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00484-011-0477-7>

Netherlands

Marisa Salgado¹
Carolina Menezes Pinheiro²

DOI: <https://doi.org/10.34628/snhg-d828>

The general elections for the Chamber of Representatives of the Dutch Parliament took place between March 15 and March 17 of 2021³. As was the case in other states, this election differs from previous ones because it took place in a particularly atypical period for humanity in the 21st Century, that is, in the middle of the COVID-19 pandemic. This forced the overwhelming majority of states to adopt measures to help prevent the spread of the pandemic, without depriving voters of their legitimate right to vote. This is what happened in the Netherlands. Let's take a look at what they resulted in.

1. Legislative measures

On the legislative level, we can highlight several measures that aimed to make it easier for citizens to exercise their right to vote⁴. Among these measures we should point out:

- i. The creation of a Temporary Law that had the main objective to prevent infections and the spread of the SARS-CoV-2 virus in order to protect public health through the organization and implementation of specific prevention measures to ensure safety in the election of members of the House of Representatives in 2021, which became known as Law 35.654.
- ii. It was decreed that voting would take place during 3 days, to

encourage voter participation without ignoring health issues. This was intended to avoid a large number of people crowding together. In this way, the polls opened on Monday, March 15th, and closed on Wednesday, March 17th, at 9pm⁵.

- iii. The possibility for voters over the age of 70 to vote by correspondence. In addition, foreign voters were also able to vote by postal vote, and by March 12, more than 53,000 people had already voted⁶.
- iv. The introduction of the possibility to choose the drive thru voting model in which the voter can exercise his/her right to vote through the use of a car or bicycle⁷.

Along with the special measures, it should be remembered that in the Netherlands already existed voting modalities, which also helped to facilitate voting. These are:

- i. Proxy voting, if the voter is unable to vote due to work, illness or vacation⁸. We should mention that, as a result of the pandemic, proxy voting is now possible for three voters and not just two as was previously planned.
- ii. The possibility that an elector who is temporarily or permanently residing abroad can participate in the election. If still registered in a Dutch municipality, the voter can vote by letter or proxy. If not registered, he or she will have to register as an overseas voter, and will then be able to vote by letter, proxy, or with a voter's pass if he or she is in the Netherlands at the time of the vote⁹.

1 Master's student in Civil Juridical Sciences at the Universidade Lusíada (Porto). Collaborating researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) at Lusíada University.

2 End-graduate in International Relations at the Lusíada University (Porto) and Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) at the Lusíada University.

3 Regarding the elections occurred Cf. analysis conducted for Sofia Santos, Carolina Pinheiro «Eleições gerais dos Países Baixos (17 de Março de 2021)», in *POLIS*, n.º 3 (2021), pp. 195-197. Available in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/articulo/view/2900/3319>

4 In this case, we should point out that some of the measures such as proxy voting had already been a recurring practice in the country for some years.

5 It should be noted that on March 17 the night lockdown, scheduled from 9pm onwards, was lifted due to the elections, so that people could return home after exercising their right to vote, or even for those who wanted to follow the vote count. Information available in <https://www.kiesraad.nl/verkiezingen/tweede-kamer/stemmen/briefstemmen-voor-70-plussers> (accessed at 20-03-2022)

6 Information available in <https://www.kiesraad.nl/verkiezingen/tweede-kamer/stemmen/briefstemmen-voor-70-plussers> and Electoral Code https://wetten.overheid.nl/BWBR0004627/2022-03-24/#AfdelingII_HoofdstukI_Paragraaf6_ArtikelI28 (accessed at 20-03-2022)

7 Information available in <https://sicnoticias.pt/eleicoes-legislativas/eleicoes-em-tempo-de-pandemia-as-solucoes-que-varios-paises-criaram-para-todos-puderem-votar/>.

8 Information available in <https://www.kiesraad.nl/verkiezingen/tweede-kamer/stemmen/volmacht> and Electoral Code https://wetten.overheid.nl/BWBR0004627/2022-03-24/#AfdelingII_HoofdstukI_Paragraaf6_ArtikelI28 (accessed at 20-03-2022).

9 Information available in <https://www.kiesraad.nl/verkiezingen/tweede-kamer/>

2. Abstention Rates

Regarding voter abstention in the last three elections for the House of Representatives of the Dutch Parliament we can see the overall situation below:

- i. First, that the abstention rate recorded in 2021 increased by 3.2% compared to that recorded in 2017 (21.6% in 2021 and 18.4% in 2017 - see table).
- ii. Second, that there are fewer abstentions in 2021 (21.6%) than there were in 2012 (25.7%).

Election type	Election year	Abstention rate
General Elections (legislatives) ¹⁰	2021	21,60%
	2017	18,40%
	2012	25,70%

3. Comment

Bearing in mind the data exposed, we conclude that the pandemic issue was not the only one that conditioned electoral participation. We can even consider that political factors will also have influenced the decision of Dutch voters. We remember, for example, the problem in the Netherlands regarding fraud in the allocation of family allowances, a problem that not only caused deep resentment among citizens against the government and disinterest in the elections, but also led to attempts at an electoral boycott, as witnessed by the several protests that took place¹¹. On the other hand, there are also studies that tell us that the weather may also have been a decisive factor for citizens not going to the polls. This means, in short, that without underestimating the pandemic as a factor that influenced abstention, we cannot undervalue, as we have said, the deep dissatisfaction of many voters with the political moment being experienced at the time¹².

[stemmen/vanuit-het-buitenland](#) and Electoral https://wetten.overheid.nl/BW-BR0004627/2022-03-24/#AfdelingII_HoofdstukI_Paragraaf6_ArtikelI28 (accessed at 20-03-2022).

10 Source: <https://www.electionguide.org/elections/id/3629/>, accessed for the last time at 29-03-2022.

11 Cf. <https://www.dn.pt/mundo/amp/crise-no-governo-da-holanda-nasce-apos-posicao-repugnante-12013159.html>.

12 Cf. <https://link.springer.com/article/10.1007/s00484-011-0477-7>

Polónia

Bárbara Miranda¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/66rt-rp75>

Num clima de instabilidade, tanto política como pandémica, a eleição presidencial de 28 de Junho de 2020 na República da Polónia² acabou por decorrer com tranquilidade. Inicialmente prevista para ocorrer no dia 10 de Maio de 2020, a eleição acabaria por ser adiada fundamentalmente em virtude do surto de COVID-19 existente³, o que implicou a adoção de mudanças no quadro jurídico eleitoral.

Medidas adotadas⁴

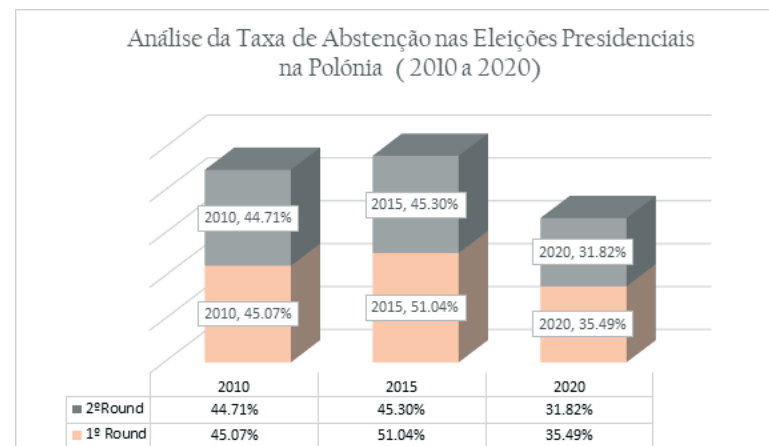
Dando aplicação a um projeto de lei apresentado a 12 de Maio⁵, projeto que contemplava medidas especiais para a realização das eleições presidenciais, os eleitores polacos puderam optar:

- ou pelo tradicional voto presencial
- ou pelo voto por correspondência, o *postal vote*. Esta modalidade de voto foi assim alargada, atendendo a que anteriormente era apenas aplicável aos eleitores residentes no estrangeiro e titulares de um passaporte polaco válido⁶. A opção

por esta modalidade de voto, implicava:

- a) que o eleitor residente no território devia notificar um comissário eleitoral sediado na Câmara Municipal, até ao 12º dia anterior ao dia das eleições⁷.
- b) que o eleitor sujeito a quarentena obrigatória ou isolamento, igualmente residente no território, teria de comunicar a sua opção pelo *postal vote*, o mais tardar até ao 5º dia anterior ao dia das eleições.
- c) que os eleitores residentes no exterior deveriam comunicar a sua intenção de votarem por correspondência ao cônsul competente, o mais tardar até o 12º dia anterior ao dia da eleição⁸.

Abstenção e Afluência Eleitoral



Fonte: <https://prezydent20200628.pkw.gov.pl/prezydent20200628/pl/frekwencia/1/Koniec/pl>

- 1 Licenciada em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada (Porto). Investigadora colaboradora no Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada. (ORCID: 0000-0002-3855-2471).
- 2 Para mais informação sobre estas eleições, cf. Bárbara Ferreira Miranda, Alexandra de Grilo Pacheco, «Eleições na República da Irlanda e na República da Polónia», *POLIS*, n.º 1 (2020), p. 219. Disponível in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/2811/3102>
- 3 Sobre as referências noticiosas a propósito do adiamento das eleições presidenciais polacas, cf. [Polónia escolhe nova data para eleição presidencial remarcada | Eleições Notícias | Al Jazeera](#)
- 4 Sobre o alcance prático das medidas adotadas cf. Vasil Vashchanka, «Political manoeuvres and legal conundrums amid the COVID-19 pandemic: the 2020 presidential election in Poland», em particular pp. 6-12. Disponível in [Political manoeuvres and legal conundrums amid the COVID-19 pandemic: the 2020 presidential election in Poland \(idea.int\)](#) (consultado em 29 de março de 2022).
- 5 Para uma análise mais detalhada a este projeto de lei, consultar o artigo *Opinion On The Draft Act On Special Rules For The Organisation Of The General Election Of The President Of The Republic Of Poland Ordered In 2020 With The Possibility Of Postal Voting (Senate Paper No. 118)* https://www.osce.org/files/f/documents/e/0/453333_2.pdf (consultado em 29 de março de 2022).
- 6 O *postal vote* tinha sido introduzido no Código Eleitoral, em 2014. https://www.osce.org/files/f/documents/e/0/453333_2.pdf

- 7 Deve sublinhar-se que menos de 1% dos eleitores registados no território nacional, solicitou o voto por correspondência. Para informação detalhada sobre os dados estatísticos ver o *ODIHR Special Election Assessment Mission Final Report* <https://www.osce.org/odihr/elections/poland/464601> (consultado em 28 de março de 2022).
- 8 Cf. Art. 3.º do *Draft Act On Special Rules For The Organisation Of General Elections Of The President Of The Republic Of Poland Ordered In 2020 With The Possibility Of Postal Voting*. <https://www.osce.org/odihr/elections/poland/464601>

Como se pode ver no gráfico acima indicado, quando comparadas as percentagens entre as três últimas eleições presidenciais, vemos claramente que as últimas eleições (2020) foram as que tiveram mais adesão por parte do eleitorado polaco com uma maior afluência às urnas, em especial na segunda volta.

Sublinha-se que ao contrário do que era previsto por muita gente, a abstenção não só não aumentou como obteve a percentagem mais baixa dos últimos dez anos, o que pode ser considerado reflexo do sucesso das medidas adotadas pelo parlamento polaco e pela Comissão Nacional de Eleições.

É assim possível concluir que as eleições presidenciais de 2020, na Polónia, registaram uma menor taxa de abstenção face às que se tinham realizado quer em 2015, quer em 2010, pelo que a vontade de participação eleitoral não foi afetada pela pandemia existente.

Poland

Bárbara Miranda¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/66rt-rp75>

In a climate of instability, both political and pandemic, the presidential election of 28 June 2020 in the Republic of Poland² ended up running smoothly. Initially scheduled to take place on May 10, 2020, the election would end up being postponed fundamentally due to the existing COVID-19 outbreak³, which implied the adoption of changes in the electoral legal framework.

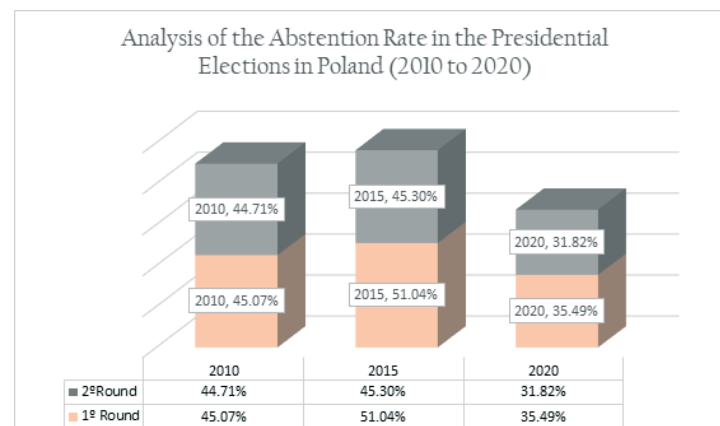
Measures taken⁴

Implementing a bill presented on 12 May⁵, which included special measures for the holding of presidential elections, Polish voters were able to choose:

- either by traditional in-person voting
- or by mail-in balloting, the *postal vote*. This form of voting was thus extended, given that previously it was only applicable to voters residing abroad and holders of a valid Polish passport⁶. The option for this type of vote implied:

- a) that the voter residing in the territory must notify an electoral commissioner based at the Municipal Council, until the 12th day before the day of the elections⁷.
- b) that the voter subject to mandatory quarantine or isolation, also residing in the territory, would have to communicate his choice to *postal vote*, no later than the 5th day before the day of the elections.
- c) that voters residing abroad should communicate their intention to vote by post to the competent consul, no later than the 12th day before election day⁸.

Abstention and Electoral Turnout



Source: <https://prezydent20200628.pkw.gov.pl/prezydent20200628/pl/frekwencja/1/Koniec/pl>

As can be seen in the graph above, when comparing the percentages between the last three presidential elections, we can see that the last elections (2020) were the ones that had the most adherence by

- 1 Bachelor in International Relations at Lusíada University (Porto). Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic, and Environmental Studies (CEJEA) at Lusíada University.
- 2 For more information on these elections, see Miranda, B.F. & Pacheco, A.G., «Eleições na República da Irlanda e na República da Polónia», POLIS, n.º 1 (2020), p. 219. Available at <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/2811/3102>
- 3 On the news references regarding the postponement of the Polish presidential elections, see [Poland picks new date for rescheduled presidential election | Elections News | Al Jazeera](#)
- 4 On the practical scope of the measures adopted, see Vashchanka, V., «Political manoeuvres and legal conundrums amid the COVID-19 pandemic: the 2020 presidential election in Poland», in particular pp. 6-12. Available in [Political manoeuvres and legal conundrums amid the COVID-19 pandemic: the 2020 presidential election in Poland \(idea.int\)](#) (accessed on March 29, 2022).
- 5 For a more detailed analysis of this bill, consult the paper *Opinion On The Draft Act On Special Rules For The Organization Of The General Election Of The President Of The Republic Of Poland Ordered In 2020 With The Possibility Of Postal Voting (Senate Paper No 118)* https://www.osce.org/files/f/documents/e/0/453333_2.pdf (accessed on March 29, 2022).
- 6 The *postal vote* was introduced in the Electoral Code in 2014.

- 7 It should be noted that less than 1% of registered voters in the national territory requested the postal vote. For detailed information on statistical data see the *ODIHR Special Election Assessment Mission Final Report* (<https://www.osce.org/odihr/elections/poland/464601>) (accessed on March 28, 2022).
- 8 See article 3 of *Draft Act On Special Rules For The Organization Of General Elections Of The President Of The Republic Of Poland Ordered In 2020 With The Possibility Of Postal Voting*

the Polish electorate with a larger turnout, especially in the second round.

It should be noted that, contrary to what was expected by many people, an abstention not only did not increase but also reached its lowest percentage in the last ten years, which can be considered a reflection of the success of the measures adopted by the Polish parliament and the National Electoral Commission.

It is thus possible to conclude that the 2020 presidential elections in Poland had a lower abstention rate compared to those that took place either in 2015 or 2010, so the will to vote was not affected by the existing pandemic.

Portugal

Manuel Monteiro¹
Ricardo Leite Pinto²

DOI: <https://doi.org/10.34628/18b9-7364>

Em Portugal, ao contrário do que seria de supor, e mesmo ao arrepio de todas as previsões, a pandemia parece não ter afectado de forma significativa as habituais taxas de participação eleitoral. Podemos constatar isso quer nas duas eleições de âmbito nacional, as presidenciais e as legislativas, quer nas eleições legislativas regionais dos Açores, realizadas a 25 de outubro de 2020.

Nas eleições presidenciais, que tiveram lugar em janeiro de 2021, não obstante a percentagem de abstenção apresentada (60,76%), não podemos deixar de ter em consideração a circunstância dos cadernos eleitorais já incluírem os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro automaticamente recenseados³. Foi a primeira vez que tal sucedeu na eleição do Presidente da República. Falamos de mais 1.549.380 eleitores⁴, o que, manifestamente, contribuiu para uma diferença não negligenciável entre a abstenção no território nacional e aquela que se verificou quando igualmente consideramos os emigrantes (+ 6,21%), atendendo desde logo à pequena participação eleitoral que estes costumam evidenciar (ver quadro). É certo, não o podemos ignorar, que mesmo que consideremos só o território nacional, se verificou em 2021 menor participação eleitoral do que a ocorrida em 2016 (- 4,62%), mas isso não nos pode impedir de perceber que já em 2011 a taxa de abstenção, também em território nacional, se situou em 52,49%, apenas 2,06% abaixo da registada em 2021.

Ora, perante estes factos, não é evidente que o inegável acréscimo da abstenção possa ser atribuído exclusiva ou sequer predominante-

mente ao contexto pandémico, sobretudo se se ponderar o histórico recente das eleições presidenciais portuguesas, no que à mobilização eleitoral respeita⁵.

Já nas últimas eleições legislativas, que tiveram lugar a 30 de janeiro deste ano, a abstenção global de 48,58%⁶ é mais baixa do que a verificada em 2019, ainda que 4,44% superior à que se registou em 2015. Porém, se atendermos apenas aos dados no território nacional (42,04% de abstenção), facilmente percebemos que estamos diante taxas de abstenção inferiores quer às de 2019, quer às de 2015 (ver quadro). Teríamos mesmo de recuar até às legislativas de 2011⁷, nas quais a abstenção global se situou em 41,93% e a do território nacional em 41,08%, para encontrarmos níveis semelhantes de abstencionismo. O mesmo se constata nas legislativas regionais dos Açores, em que o comportamento eleitoral é em tudo idêntico ao que se viria a verificar nas legislativas nacionais. Com efeito, a taxa de abstenção não só foi inferior à de 2016, como se situou apenas 2,46% acima da registada em 2012.

Significa isto, que a pandemia, como causa isolada e determinante para uma interpretação global da participação eleitoral, não parece ter contribuído para aumentar o abstencionismo eleitoral em Portugal. E inclusive não impediu mesmo a sua diminuição nas legislativas nacionais e nas legislativas regionais dos Açores. Terá resultado esta situação de medidas legislativas e políticas tendentes a contrariar eventuais efeitos abstencionistas provocados pela pandemia? Sobre esta questão, três referências devem essencialmente ser feitas. Duas delas estão relacionadas com diplomas provindos da Assembleia da República e que antecederam as eleições presidenciais, de janeiro de 2021, a terceira decorre de uma Resolução do Conselho de Ministros, aprovada nove dias antes das legislativas de 31 de janeiro de 2022. Nos dois primeiros casos, a Assembleia da República aprovou, em novembro de 2020, duas

1 Professor da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada. Investigador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada e Coordenador do “Observatório Eleitoral Internacional” do mesmo Centro.

2 Investigador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA) da Universidade Lusíada e Coordenador do Grupo de Investigação “Direito Público e Teoria Política” do mesmo Centro.

3 Situação que resulta da 21ª alteração da Lei eleitoral do Presidente da República, promovida pela Lei Orgânica n.º 3/2018, de 17 de agosto de 2018.

4 Em termos globais, incluindo os emigrantes recenseados, estavam inscritos 10.864.327 eleitores, enquanto no território nacional se encontravam inscritos 9.314.947 eleitores. Dados disponíveis na Direcção dos Assuntos Eleitorais – Ministério da Administração Interna, disponíveis, respectivamente, in <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2021/resultados/globais> e <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2021/resultados/territorio-nacional> (consultados em 28 de março de 2022).

5 Teríamos de recuar a 2006, para encontrar uma taxa de abstenção, em eleições presidenciais, de apenas 37,39%. Dados disponíveis in <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/Presidenciais2006/html/ISD23.html> (consultado em 28 de março de 2022).

6 A taxa de abstenção apresentada já reflecte a repetição da votação no círculo eleitoral da Europa, ocorrida a 13 de março de 2022. A referida repetição deriva da declaração de nulidade determinada pelo Tribunal Constitucional, da votação realizada a 30 de janeiro de 2022. Informação disponível in <https://www.portaldoeleitor.pt/Paginas/Legislativas-2022%E2%80%9393Repeti%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9393C%C3%ADrculo-Eleitoral-da-Europa.aspx> (consultado em 28 de março de 2022).

7 Dados disponíveis in <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2011/resultados-globais.html> (consultado em 28 de março de 2022).

leis orgânicas. Falamos da Lei Orgânica, nº 3/2020⁸, e da Lei Orgânica, nº 4/2020⁹, respectivamente. Já no terceiro caso, e após uma relevante discussão pública, onde se ouviram vozes críticas quanto à omissão da Assembleia da República em legislar na matéria, viria a ser aprovada a Resolução do Conselho de Ministros, nº 5-A/2022¹⁰. Vejamos, muito sumariamente, em que se traduziram:

- i) A Lei Orgânica nº 3/2020^{11/12}, de 11 de novembro, veio criar um regime excepcional e temporário de voto antecipado¹³, para os eleitores que se encontravam em confinamento obrigatório, provocado pela pandemia Covid19. Pensando principalmente nas eleições presidenciais que se aproximavam, o legislador acabou por introduzir uma modalidade de votação identificada com a “urna móvel”, ainda que assim o não tenha designado¹⁴.
- ii) A Lei Orgânica nº 4/2020, também de 11 de novembro, não só alargou o âmbito do voto em mobilidade, como definiu regras para a criação de mais secções de voto. Os objectivos eram claros: pretendeu-se, por um lado, permitir que o voto antecipado em mobilidade pudesse ser exercido em qualquer município e, por outro, evitar grandes aglomerações nas secções de voto.
- iii) A Resolução do Conselho de Ministros, nº 5-A/2022, de 21 de janeiro, alicerçada exclusivamente num entendimento político-administrativo veiculado pelo Governo com base num parecer da Procuradoria-Geral da República, destinou-se a permitir, a título excepcional, a deslocação dos eleitores obrigatoriamente confinados às Assembleias de voto. E ainda que a decisão se tenha aut baptizado de “recomendação” quanto ao horário em que os referidos eleitores se poderiam deslocar às assembleias de voto¹⁵, ela não só não evitou inúmeros re-

paros, como não atenuou as críticas à omissão legislativa da Assembleia da República.

Poderemos então concluir que o aumento da participação eleitoral, no que concerne às eleições legislativas, se deveu às Leis Orgânicas adoptadas e à Resolução enunciada? O único indicador plausível de que se dispõe, não autoriza a que respondamos afirmativamente. Com efeito, quando constatamos que o número de inscritos para o voto antecipado¹⁶ ficou muito aquém do esperado, facilmente se conclui que a diminuição dos abstencionistas se deve essencialmente, se não mesmo exclusivamente, à conjuntura política vivida e à mobilização dos eleitores quanto ao exercício do direito de sufrágio.

PORTUGAL

Tipo de eleição	Ano da eleição	Taxa de abstenção		
		Território nacional	Estrangeiro ¹⁷	Global
Presidenciais	2021	54,55%	98,12 % ¹⁸	60,76%
	2016	49,93%	95,31 % ¹⁹	51,34%
	2011	52,49%	94,46 % ²⁰	53,48%
Legislativas	2022	42,04%	88,58 % ²¹	48,58%
	2019	45,5%	89,21 % ²²	51,43%
	2015	43%	88,32 % ²³	44,14%
Legislativas regionais (Açores)	2020	54,58%		
	2016	59,16%		
	2012	52,12%		

Fontes: (Eleições nacionais): Administração Eleitoral – SGMAI²⁴
(Eleições regionais): Governo dos Açores – Azores.gov.pt²⁵

8 Cf. *Diário da República*, I Série, nº 220, de 11 de novembro de 2020, pp. 2-5 Disponível in <https://dre.pt/dre/detalhe/lei-organica/3-2020-148214575> (consultado em 28 de março de 2022).

9 Cf. *Diário da República*, I Série, nº 220, de 11 de novembro de 2020, pp. 6-14. Disponível in <https://dre.pt/dre/detalhe/lei-organica/4-2020-148214576> (consultado em 28 de março de 2022).

10 Cf. *Diário da República*, I Série, nº 15, de 21 de janeiro de 2020, p. 11-(2). Disponível in <https://files.dre.pt/1s/2022/01/01501/0000200002.pdf> (consultado em 28 de março de 2022).

11 Esta lei foi posteriormente alterada, pela Lei Orgânica, nº 1/2021, de 4 de junho. A alteração permitiu alargar a medida aos eleitores que se encontrassem em lares residenciais e instituições similares (art. 6º, da Lei Orgânica nº 1/2021).

12 Posteriormente, a 30 de novembro de 2021, seria publicada a Lei Orgânica nº 4/2021, que veio prorrogar o regime excepcional criado, por forma a abranger os actos eleitorais que viessem a ocorrer em 2022.

13 Sobre o alcance e relevância deste regime excepcional e temporário de voto antecipado, cf. a análise feita por Carla Silva, no seu artigo «Presidential Elections in Portugal: From ‘Restrictions as Usual’ to Unexpected Lockdown - Case Study, 24 September 2021», em particular pp. 10-12. Disponível in <https://www.idea.int/sites/default/files/2021-09-24-case-study-presidential-elections-in-portugal-from-restrictions-as-usual-to-unexpected-lockdown-en.pdf> (consultado em 29 de março de 2022).

14 De acordo com o art. 6º, da lei orgânica nº 3/2020, o presidente de câmara municipal ou o vereador que o substitua, deve dirigir-se à morada indicada pelo eleitor confinado para que este possa exercer o seu direito de voto.

15 De acordo com o texto da Resolução, os cidadãos confinados poderiam, “a título excecional”, deslocar-se à assembleia de voto, “preferencialmente entre as 18:00h e as 19:00h”. Cf. art. 3º, nº 4, da Resolução nº 5-A/2022, in *Diário da República*, 1ª Série, nº 15, de 21 de janeiro de 2022.

16 Inscreveram-se para votar antecipadamente 315.785 eleitores, tendo efectivamente votado 285.848 eleitores (90,5%). Cf. informação no portal do Governo, disponível in <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=285848-eleitores-votaram-domin-go-para-as-eleicoes-legislativas-de-2022> (consultado em 29 de março de 2022).

17 Inclui os círculos eleitorais da Europa e de Fora da Europa.

18 De um total de 1.549.380 recenseados, votaram 29.153 eleitores. Dados disponíveis in <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2021/resultados/estrangeiro> (consultado em 30 de março de 2022).

19 De um total de 301.463 recenseados, votaram 14.150 eleitores. Dados disponíveis in <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2016/estrangeiro.html> (consultado em 30 de março de 2022).

20 De um total de 228.744 recenseados, votaram 12.682 eleitores. Dados disponíveis in <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2011/estrangeiro.html> (consultado em 30 de março de 2022).

21 De um total de 1.521.947 recenseados, votaram 173.792 eleitores. Dados disponíveis in <https://www.legislativas2022.mai.gov.pt/resultados/estrangeiro> (consultado em 30 de março de 2022).

22 De um total de 1.466.754 recenseados, votaram 158.252 eleitores. Dados disponíveis in <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2019/estrangeiro.html> (consultado em 30 de março de 2022).

23 De um total de 242.852 recenseados, votaram 28.354 eleitores. Dados disponíveis in <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2015/estrangeiro.html> (consultado em 30 de março de 2022).

24 Disponível in <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/#> e <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/#> (consultado em 30 de março de 2022).

25 Disponível in <http://www.resultadoseleitorais.azores.gov.pt/Resultados.aspx> (consultado em 30 de março de 2022).

Portugal

Manuel Monteiro¹
Ricardo Leite Pinto²

DOI: <https://doi.org/10.34628/18b9-7364>

In Portugal, contrary to what could be expected, and despite of all predictions on the matter, the pandemic didn't seem to have significantly affected the usual turnout rates. This can be observed in both nation-wide elections, the presidential and legislative elections, as well as in the regional elections of the Azores held on the 25th of October 2020.

In the presidential elections, which were held in January 2021, notwithstanding the abstention rate (60,76%), we can't overlook the circumstance that the electoral rolls already included Portuguese citizens living abroad as automatically registered.³ This marked a first for the Portuguese presidential elections. We are taking about more than 1.549.380 voters⁴, which manifestly contributed for a non-neglectable difference between the abstention in national territory and what was verified when considering emigrants (+ 6,21%), particularly taking into account the meagre electoral participation which the latter group usually demonstrates (see table). It is certain, as we cannot ignore the fact that even if we consider solely the national territory, there was a lower turnout in 2021 than in 2016 (- 4,62%), but that can't prevent us from figuring that already in 2011, the abstention rate, solely in national territory, was of 52,49%, merely 2,06% lower than the 2021 rate.

Facing these findings, it's not evident that the undeniable rise in abstention can be exclusively or even predominantly blamed on the pandemic context, especially if we reflect on the recent history of

electoral turnouts regarding the Portuguese presidential elections⁵. On the last legislative elections which were held on the 30th of January of this year, the global abstention rate of 48,58%⁶ was lower than the 2019 figures, even if 4,44% higher than the rates registered in 2015. However, if we look solely at the data on national territory (abstention rate 42,04%), we'll easily understand that these abstention rates are lower than those in 2019 and 2015 (see table). To find similar levels of abstentionism we need to go all the way back to the 2011 legislative elections⁷, when the global abstention rate was of 41,93% and the national territory rate was of 41,08%.

The same can be observed in the Azores regional legislative elections where the voting behaviour is in all things identical to what would be later verified at the national legislative. In fact, the abstention rate was not only under that of 2016, but also merely 2,46% higher than that of 2012.

This means that the pandemic as an isolated and determining cause for a global interpretation of electoral turnout didn't seem to have contributed for a rise in abstentionism in Portugal. Furthermore, it didn't prevent a decrease in abstention at both national and Azores regional legislative elections. Did this situation occur out of legislative and political measures taken to counter some eventual abstentionist effects provoked by COVID-19? On this question, three references must be made. Two of these are related with legislation which came out of the Assembly of the Republic, and which were previous to the 2021 January elections, the third one has its origins on a Resolution of the Council of Ministers approved nine days before the legislative elections on the 31st of January 2022. In the first two cases, the Assembly of the Republic passed two organic

1 Professor at the Faculty of Law at Lusíada University. Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) at Lusíada University. Coordinator of the "International Electoral Observatory" at CEJEA.

2 Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) at Lusíada University. Coordinator of the "Public Law and Political Theory" research group at CEJEA.

3 This results from the 21st amendment to the President of the Republic election law, under the Organic Law no. 3/2018 of 17th of August 2018.

4 Globally, including the registered emigrants, 10.864.327 voters were registered, while in the national territory 9.314.947 voters were registered. Data available at the Directorate of Electoral Affairs – Ministry of Internal Administration at <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2021/resultados/globais> and <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2021/resultados/territorio-nacional> (accessed on 28th of March 2022, website in Portuguese).

5 We would need to go back to 2006 to find an abstention rate in presidential elections of just 37,39%. Data available at <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/Presidenciais2006/html/ISD23.html> (accessed on 28th of March 2022, website in Portuguese).

6 This abstention rate already reflects the vote repeat at the Europe constituency which was held on the 13th of March 2022. This repetition stems from the Constitutional Court's annulment of the vote which took place on the 30th of January 2022. *Vide* the information available at <https://www.portaldoeleitor.pt/Paginas/Legislativas-2022%E2%80%93Repeti%C3%A7%C3%A3o%E2%80%93C3%ADrculo-Eleitoral-da-Europa.aspx> (accessed on 28th of March 2022, website in Portuguese).

7 Data available at <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2011/resultados-globais.html> (accessed on 28th of March 2022, website in Portuguese).

laws in November 2020. These are the Organic Law no. 3/2020⁸ and Organic Law no. 4/2020⁹, respectively. In the third case and after a relevant public discussion, with critics pointing to the Assembly’s legislative omission on the matter, the Resolution of the Council of Ministers no. 5-A/2022¹⁰ would be approved. We shall, in a very brief fashion, take a look at these acts:

- i) The Organic Law no. 3/2020^{11/12} of November 11, created an exceptional temporary regime of advance-voting¹³ for voters who were in mandatory confinement as a result of COVID-19. Foreseeing the then upcoming presidential elections, the legislature ended up by inserting a “mobile ballot box” voting mode, although it had not specifically designated it as such¹⁴.
- ii) The Organic Law no. 4/2020 from the same date, not only enlarged the scope of voting regarding mobility, but also defined the rules for creating more polling stations. The objectives were clear: on one hand, advance-voting in mobility was to be allowed in any municipality, and on the other hand, to avoid massive gatherings at the polling stations.
- iii) The Resolution of the Council of Ministers was exclusively underpinned on a political-administrative understanding carried by the Government, which itself was based on an opinion of the Prosecutor General for the Republic, exceptionally allowed for confined voters to cast their vote in person. Even if this decision was self-baptised as a “recommendation”, regarding the hours of voting at polling stations¹⁵ for those citizens, it suffered various remarks and didn’t alleviate the criticism on the Assembly of the Republic’s legislative omission.

8 See *Diário da República*, I Série, n° 220, de 11 de novembro de 2020, pp. 2-5 Available at <https://dre.pt/dre/detalhe/lei-organica/3-2020-148214575> (accessed on 28th of March 2022, website in Portuguese).

9 See *Diário da República*, I Série, n° 220, de 11 de novembro de 2020, pp. 6-14. Available at <https://dre.pt/dre/detalhe/lei-organica/4-2020-148214576> (accessed on 28th of March 2022, website in Portuguese).

10 See *Diário da República*, I Série, n° 15, de 21 de janeiro de 2020, p. 11-(2). Available at <https://files.dre.pt/1s/2022/01/01501/0000200002.pdf> (accessed on 28th of March 2022, website in Portuguese).

11 This law was later amended by the Organic Law no. 1/2021 of July 4. The amendment allowed for the broadening of such measures to encompass voters who were in elder care homes or similar institutions (article 6 of Organic Law no. 1/2021).

12 Afterwards, on the 30th of November 2021, the Organic Law no. 4/2021 which would extend the exceptional regime which was implemented in order to encompass the elections which would be held in 2022.

13 On the reach and relevance of this exceptional temporary regime on advance-voting, see the analysis by Carla Silva in her paper «Presidential Elections in Portugal: From ‘Restrictions as Usual’ to Unexpected Lockdown - Case Study, 24 September 2021», specifically pp. 10-12. Available at <https://www.idea.int/sites/default/files/2021-09-24-case-study-presidential-elections-in-portugal-from-restrictions-as-usual-to-unexpected-lockdown-en.pdf> (accessed on 29th of March 2022).

14 Under article 6 of Organic Law no. 3/2020, the mayor of the city hall or its substituting city councillor must go to the address designated by the confined voter so that they may exercise their right to vote.

15 According with the text of the Resolution, confined citizens could “exceptionally” go to polling sections “preferably between 18:00h and 19:00h”. See article 3 no. 4 of the Resolution 5-A/2022, *Diário da República*, 1ª Série, n° 15, de 21 de janeiro de 2022.

Can we conclude therefore that the rise of electoral turnout regarding the legislative elections was due to the adopted Organic Laws and the above-mentioned Resolution? The only plausible indicator available to us does not allow for an affirmative answer. In fact, when we observe that the number of those registered for advance-voting¹⁶ was much lower than the expected, we can easily conclude that the diminishing of abstentionism was essentially, if not exclusively, due to the political conjuncture lived and electorate mobilization to exercise their voting rights.

PORTUGAL

Election	Year	Abstention rate		
		National territory	Abroad ¹⁷	Global
Presidential	2021	54,55%	98,12% ¹⁸	60,76%
	2016	49,93%	95,31% ¹⁹	51,34%
	2011	52,49%	94,46% ²⁰	53,48%
Legislative	2022	42,04%	88,58% ²¹	48,58%
	2019	45,5%	89,21% ²²	51,43%
	2015	43%	88,32% ²³	44,14%
Regional legislative (Azores)	2020	54,58%		
	2016	59,16%		
	2012	52,12%		

Sources: (National elections): Electoral Administration – SGMAT²⁴
(Regional elections): Government of the Azores – Azores.gov.pt²⁵

16 315.785 voters registered for advance-voting, with 285.848 voters having effectively voted (90,5%). See the information on the Government’s website, available at <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=285848-eleitores-votaram-domingo-para-as-eleicoes-legislativas-de-2022> (accessed on 29th of March 2022, website in Portuguese).

17 This includes the Europe and Outside-Europe constituencies.

18 From a total of 1.549.380 registered to vote, 29.153 voted. Data available at <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2021/resultados/estrangeiro> (accessed on 30th of March 2022, website in Portuguese).

19 From a total of 301.463 registered to vote, 14.150 voted. Data available at <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2016/estrangeiro.html> (accessed on 30th of March 2022, website in Portuguese).

20 From a total of 228.744 registered to vote, 12.682 voted. Data available at <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2011/estrangeiro.html> (accessed on 30th of March 2022, website in Portuguese).

21 From a total of 1.521.947 registered to vote, 173.792 voted. Data available at <https://www.legislativas2022.mai.gov.pt/resultados/estrangeiro> (accessed on 30th of March 2022, website in Portuguese).

22 From a total of 1.466.754 registered to vote, 158.252 voted. Data available at <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2019/estrangeiro.html> (accessed on 30th of March 2022, website in Portuguese).

23 From a total of 242.852 registered to vote, 28.354 voted. Data available at <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2015/estrangeiro.html> (accessed on 30th of March 2022, website in Portuguese).

24 Available at <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/#> e <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/#> (accessed on 30th of March 2022, website in Portuguese).

25 Available at <http://www.resultadoseleitorais.azores.gov.pt/Resultados.aspx> (accessed on 30th of March 2022, website in Portuguese).

República Checa

Rodrigo Farinha¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/yb4s-3517>

As eleições legislativas na República Checa, realizadas entre 08 e 09 de outubro de 2021, tiveram lugar, à **semelhança** aliás do que sucedeu noutros Estados, em pleno período de pandemia de COVID-19. Sucede, porém, que na data das eleições o número diário de cidadãos infetados com COVID-19 era substancialmente inferior ao verificado entre outubro de 2020 e abril de 2021². Tal facto poderá ter contribuído para que a taxa de abstenção não só tivesse ficado aquém do que muitos esperariam, como fosse inclusive inferior à registada nas anteriores eleições legislativas, em 2017 (ver quadro). Mas seria essa a única causa, para uma participação eleitoral na ordem dos 65,43% ou poderão ter existido outras razões? E nessas eventuais razões poderemos apenas considerar as medidas políticas e legislativas adotadas para em período pandémico facilitarem o exercício do direito de voto ou, cumulativamente, existiram motivos de natureza estritamente política que também contribuíram para uma maior afluência às urnas?

As perguntas que colocamos justificam-se, uma vez que, repetimos, a pandemia não se traduziu numa diminuição da participação eleitoral, na medida em que a taxa de abstenção verificada nas eleições legislativas de outubro de 2021 (34,57%), acompanhou a tendência de aumento da votação. É uma tendência que se vinha a verificar desde as legislativas de 2013³, pese embora não tenha superado o nível de participação eleitoral verificado em 1996, ano em que se realizaram as primeiras eleições para a Câmara dos Deputados do Parlamento da República Checa (23,59%)^{4/5}.

1 Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada (Lisboa). Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais, da Universidade Lusíada.
2 Informação divulgada pelo Ministério da Saúde da República Checa, disponível in: <https://onemocneni-aktualne.mzcr.cz/covid-19> (consultado em 20 de março de 2022).
3 As eleições legislativas que precederam as eleições de 2013 foram realizadas em 28 e 29 de outubro de 2010, verificando-se uma taxa de abstenção de 37,40%. Cf. <https://www.volby.cz/pls/ps2010/ps?xjazyk=CZ> (consultado em 23 de março de 2022).
4 Cf. <https://www.volby.cz/> (consultado em 23 de março de 2022).
5 As primeiras eleições livres, com base no direito de voto universal, igual e direto, realizaram-se em 08 e 09 de junho de 1990, após a queda do regime comunista (em novembro de 1989), na (ainda) Checoslováquia <https://www.psp.cz/sqw/hp.sqw?k=697> (consultado em 23 de março de 2022).

Tipo de eleição	Ano da eleição	Taxa de abstenção
Legislativas	2021	34,57%
	2017	39,16%
	2013	40,52%

Fonte: Instituto Checo de Estatística⁶

Mas apesar dessa tendência para a diminuição da abstenção, algo que efetivamente se manteve nas legislativas de 2021, não podemos igualmente deixar de considerar outros dois aspetos:

- as medidas legislativas que visaram contrariar os efeitos abstencionistas provocados pela pandemia Covid-19.
- o sentimento de incerteza quanto ao resultado.

1. Medidas legislativas específicas

No plano legislativo, a nossa atenção tem de se concentrar na Lei nº 296/2021⁷, que veio introduzir um conjunto de medidas tendentes a facilitar o exercício do direito de voto aos cidadãos infetados com Covid-19 ou em isolamento. De entre essas medidas devemos destacar:

- A criação de estações de voto, que permitiam ao eleitor votar sem sair do seu carro, modelo “drive thru”⁸. A possibilidade de utilização deste modo de votação deveria, no entanto, ser exercida dois dias antes do primeiro dia das eleições, entre as 08h00 e as 17h00 (artigos 8.º a 11.º, da Lei nº 296/2021).
- A possibilidade de exercício do direito de voto, no domicílio ou instalação residencial onde o eleitor confinado resida. A votação tinha de ocorrer no dia anterior ao primeiro dia das eleições, entre as 08h00 e as 22h00, ou no primeiro dia das eleições, entre as 08h00 e as 18h00 (artigos 12.º a 15.º, da Lei

6 Disponível in <https://www.volby.cz/> (consultado em 12 de março de 2022).
7 Disponível in <https://www.zakonyprolidi.cz/cs/2021-296> (consultado em 23 de março de 2022).
8 Foram criados cerca de 80 postos Cf. <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1LdHOzK1wXweZWdWx-F4hLoCZ7BNn80Tj&ll=50.54834419030177%2C16.560743631208506&z=7> (consultado em 23 de março de 2022). Refira-se que este modo de votação também foi seguido nos Países Baixos, na Lituânia e em Israel.

nº 296/2021)⁹.

- iii. A possibilidade de exercício do direito de voto, no domicílio, de forma eletrónica. A concretização dessa possibilidade era feita através de uma urna portátil (urna especial portátil), transportada por delegados indicados pela Comissão Eleitoral. A votação tinha de decorrer ou no primeiro dia das eleições, entre as 08h00 e as 22h00, ou no segundo dia das eleições, entre as 08h00 e as 14h00 (artigos 16.º a 19.º, da Lei nº 296/2021).

Paralelamente a estas medidas, o Ministério da Saúde, tendo em vista proteger a população e prevenir a ocorrência e disseminação de COVID-19, ordenou a utilização de equipamento respiratório de proteção a todas as pessoas envolvidas no processo de votação e posterior contagem dos votos¹⁰. E, deste modo, se procurou através do conjunto de medidas enunciadas, não só facilitar o exercício do direito de voto aos eleitores infetados com COVID-19 ou em isolamento, como garantir condições de segurança para quantos se deslocaram às tradicionais assembleias de voto.

2. Razões essencialmente políticas: uma breve referência

Importará ainda ter presente outras razões, que poderão ter contribuído para a participação eleitoral verificada, razões essas que se prendem com o período de incerteza quanto ao resultado das eleições. Com efeito, a forte polarização política vivida¹¹, associada ao famoso escândalo internacional conhecido por “Pandora Papers” e que envolveu o então Primeiro-Ministro, Andrej Babis (líder da Aliança dos Cidadãos Descontentes – ANO 2011)¹², não poderá ser dissociada da corrida às urnas de um número mais elevado de eleitores checos. Na realidade, a profunda clivagem político-partidária sentida em toda a campanha eleitoral, não terá sido indiferente aos cidadãos eleitores conduzindo-os assim a maior mobilização.

E estas razões, a par das medidas legislativas anteriormente descri-

tas, determinaram que nas legislativas de 2021 a taxa de abstenção fosse 4,59% inferior à que se tinha registado nas legislativas de 2017.

9 Refira-se que a utilização da chamada “urna móvel”, foi também adotada nos seguintes países europeus: Croácia, Lituânia, Moldávia, Montenegro, Macedónia do Norte e Roménia. Cf. a este propósito, o trabalho desenvolvido pelo *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA), sobre eleições realizadas durante 2020 (trabalho que, no caso por nós analisado, não contempla as alterações legislativas entretanto verificadas e a que fizemos referência). Disponível in <https://www.idea.int/publications/catalogue/elections-and-covid-19> (consultado em 26 de março de 2022).

10 Cf. https://koronavirus.mzcr.cz/wp-content/uploads/2021/10/510_EM_protections-of-airways_elections.pdf (consultado em 20 de março de 2022).

11 Polarização espelhada na disputa entre duas formações políticas, aparentemente situadas no mesmo espaço político, e que ficaram separadas por apenas 0,67% dos votos. Sobre estas eleições e os respetivos resultados, cf. Rui Pinto, Diogo Chique-lho, Rodrigo Farinha, Tiago Simões, «Parliamentary elections in the Czech Republic (8 and 9 October 2021)», in *POLIS*, n.º 4, (2021), pp. 223-229 (ver em particular, pp. 226-228). Disponível in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/3009/3595> (consultado em 23 de março de 2022).

12 Partido que surgiu tendo como lema principal o combate à corrupção e que mais tarde veria o seu próprio líder e fundador envolvido num caso de ocultação de rendimentos e bens, com consequente fuga ao fisco.

Czech Republic

Rodrigo Farinha¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/yb4s-3517>

The parliamentary elections in the Czech Republic, which took place on October 8-9, 2021, occurred, as in other nations, during the pandemic period of COVID-19. It turns out, however, that on the election date the daily number of citizens infected with COVID-19 was substantially lower than it was between October 2020 and April 2021². This fact could have contributed to the abstention rate that not only was lower than many expected, but was actually lower than in the past legislative elections of 2017 (see table).

However, was this the only cause for a 65.43% voter turnout or could there have been other reasons? And among these potential reasons, can we only consider the political and legislative measures adopted during the pandemic period to facilitate the exercise of the right to vote or, additionally, were there strictly political reasons that also contributed to a higher turnout?

The questions we are asking are justified, since the pandemic has not resulted in a decrease in electoral participation, as the abstention rate verified in the October 2021 legislative elections (34.57%) followed the trend of increasing voting. This is a trend that had been observed since the legislative elections of 2013³.

Although it did not exceed the level of participation in the elections that occurred in 1996, the year when the first elections to the Chamber of Deputies of the Parliament of the Czech Republic were conducted (23.59%).^{4/5}

Election Type	Election Year	Abstention rate
Legislative	2021	34,57%
	2017	39,16%
	2013	40,52%

Fonte: Czech Statistical Institute⁶

But despite this decreasing trend in voter turnout, something that actually continued in the 2021 elections, we must also consider two other aspects:

- the legislative measures that aimed to reverse the abstentionist effects caused by the Covid-19 pandemic.
- the feeling of uncertainty about the outcome.

1. Specific legislative measures

In terms of legislation, our attention must focus on Law 296/2021⁷, which introduced a set of measures to facilitate the exercise of voting rights for citizens infected with Covid-19 or in isolation. Among these measures, we should highlight the following:

- The creation of “drive-thru” voting stations, which allowed voters to vote without leaving their cars. The possibility of using this method of voting should, however, be exercised two days before the first day of the election, between 08:00 and 17:00 (articles 8 to 11, of Law 296/2021).
- The possibility of voting at home or residential facility where the confined voter lives. The voting had to take place on the day before the first day of the election, between 08:00 and 22:00, or on the first day of the election, between 08:00 and 18:00 (articles 12 to 15, of Law 296/2021)⁸.

1 Law degree from Lusíada University (Lisbon). Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies at Lusíada University (CE-JEA).

2 Information disclosed by the Ministry of Health of the Czech Republic, available in <https://onemocneni-aktualne.mzcr.cz/covid-19> (accessed at March 20 of 2021).

3 The legislative elections that preceded the 2013 elections were taken on October 28 and 29, 2010, with an abstention rate of 37.40%. Cf. <https://www.volby.cz/pls/ps2010/ps?xjazyk=CZ> (accessed at March, 23 of 2022).

4 Cf. <https://www.volby.cz/> (accessed at March, 23 of 2022).

5 The first free elections, based on universal, equal and direct voting rights, took place on June 8 and 9, 1990, after the fall of the communist regime (in November 1989) in (still) Czechoslovakia In <https://www.psp.cz/sqw/hp.sqw?k=697> (accessed at March, 23 of 2022).

6 Available in <https://www.volby.cz/> (accessed at March, 12 of 2021).

7 Available in <https://www.zakonyprolidi.cz/cs/2021-296> (accessed at March, 23 of 2022).

8 It should be noted that the use of the so-called “mobile ballot box” was also adopted in the following European countries: Croatia, Lithuania, Moldova, Montenegro, Northern Macedonia and Romania. See, in this regard, the work developed by the International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA), on elections conducted during 2020 (a work that, in the case under analysis, does not include the legislative changes that have occurred in the meantime and to which we

- iii. The possibility of exercising the right of voting at home in an electronic manner. This possibility was made possible by means of a portable ballot box (a special portable ballot box), carried by delegates appointed by the Electoral Commission. Voting had to take place either on the first day of the election, between 08:00 and 22:00, or on the second day of the election, between 08:00 and 14:00 (articles 16 to 19, of Law 296/2021).

Simultaneously to these measures, the Ministry of Health, in order to protect the population and prevent the occurrence and spread of COVID-19, ordered the use of respiratory protective equipment to all persons involved in the voting process and subsequent vote counting⁹. Therefore, through the set of measures listed, the intention was not only to facilitate the exercise of the right to vote for voters infected with COVID-19 or in isolation, but also to ensure safety conditions for those who went to traditional polling stations.

2. Essentially political reasons: a brief reference

We should also keep in mind other reasons that may have contributed to the observed voter turnout, reasons that have to do with the period of uncertainty about the election results. In fact, the strong political polarization experienced¹⁰, associated with the famous international scandal known as “Pandora Papers” involving the former Prime Minister, Andrej Babis (leader of the Alliance of Discontented Citizens - ANO 2011)¹¹ cannot be dissociated from the fact that a higher number of Czech voters went to the polls. In fact, the deep party-political rift felt throughout the electoral campaign will not have been indifferent to the voting citizens, leading them to greater mobilization.

These reasons, along with the legislative measures described above, determined that in the 2021 legislative elections the abstention rate would be 4.59% lower than in the 2017 legislative elections.

have referred). Available in <https://www.idea.int/publications/catalogue/elections-and-covid-19> (accessed at March, 26 of 2022).

9 Cf. https://koronavirus.mzcr.cz/wp-content/uploads/2021/10/510_EM_protections-of-airways_elections.pdf (accessed at March, 20 of 2022).

10 Polarization mirrored in the dispute between two political formations, apparently situated in the same political space, and which were separated by only 0.67% of the votes. About these elections and their results cf. Rui Pinto, Diogo Chiquelho, Rodrigo Farinha, Tiago Simões, « Parliamentary elections in the Czech Republic (8 and 9 October 2021) », in *POLIS*, n° 4, (2021), pp. 223-229 (in particular, pp. 226-228). Available in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/3009/3595> (accessed at March, 23 of 2022).

11 A political party that emerged with the main premise of fighting corruption and that would later see its own leader and founder involved in a case of concealment of income and assets, with consequent tax evasion.

Rússia

Diogo Chiquelho¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/13eh-fb71>

No momento em que ficou decidido fazer a análise da abstenção eleitoral na Rússia (dezembro de 2021), Putin ainda não tinha publicamente ordenado a invasão da Ucrânia. Esta análise era então justificada pelo trabalho a que o Observatório Eleitoral Internacional se propôs, ao decidir investigar se a participação eleitoral tinha diminuído em tempos de pandemia nos Estados cujos atos eleitorais tinham merecido o nosso estudo, entre junho de 2021 e janeiro de 2022. Ora a Rússia foi precisamente um dos Estados a que nos dedicámos, quando escrevemos sobre as suas últimas eleições para a Duma², pelo que, com total naturalidade, definimos que também ela seria incluída no conjunto de Estados que neste específico caso motivaram o trabalho que agora se divulga. Ponderámos, queremos assumi-lo, se perante os condenáveis e trágicos ataques contra o povo ucraniano, provocados pela guerra que o presidente russo decidiu arbitrariamente iniciar, deveríamos ou não manter a análise previamente definida. Concluímos que a deveríamos manter e por uma simples razão: os atos eleitorais que agora analisámos, atos que à exceção do Referendo de 2020 mereceram apreciação da OSCE³, são anteriores à *guerra declarada à Ucrânia*, pelo que, em nome da objetividade que pauta o nosso trabalho, nada justificaria que seguissemos outra opção. *Não obstante este esclarecimento, gostaríamos de deixar claro que a* sucinta análise agora publicada, sem deixar de ser rigorosa, não ignora as peculiares condições em que os atos eleitorais na Rússia têm decorrido, como também não ignora a violenta perseguição de quantos sempre ousaram publica e pacificamente criticar muitas das decisões sobre esses mesmos atos eleitorais. É, pois, neste contexto, que damos a conhecer o resultado da nossa investigação.

Eleição da Duma: a abstenção em tempos de pandemia e sua comparação face a atos eleitorais anteriores

O presente texto, seguindo a metodologia definida pelo “Observatório Eleitoral Internacional”, pretende comparar a taxa de abstenção registada na última eleição para a Duma, eleição que teve lugar em período pandémico, com as que se verificaram nos dois anteriores atos eleitorais para o mesmo órgão. Faremos igualmente uma breve referência à taxa de participação no referendo constitucional, realizado em 2020, precisamente por ter tido lugar pouco tempo depois da Organização Mundial de Saúde (OMS) ter declarado o covid 19 como uma pandemia.

1. As taxas de abstenção

No que concerne à abstenção eleitoral verificada nas três últimas eleições para a Duma podemos constatar, em termos gerais, o seguinte:

- i. Em primeiro lugar, que há um menor número de abstenções em 2021 (48,3%) do que o verificado em 2016 (52,18%), facto que poderá, eventualmente, ser justificado pelas medidas tendentes à facilitação do exercício do direito de voto.
- ii. Em segundo lugar, que a taxa de abstenção registada em 2016 aumentou consideravelmente face à que se tinha registado em 2011 (52,18%, em 2016, e 39,9%, em 2011 – ver quadro). Significa isto que já se verificava uma clara tendência abstencionista nas eleições para a Duma, tendência essa não dependente ou condicionada por qualquer fenómeno de natureza pandémica.

Face ao que expressamos, importará ainda ter presente que na Rússia a participação eleitoral é sempre maior nas eleições presidenciais⁴ do que nas eleições para a Duma, pelo que não nos parece poder considerar o período pandémico como um período só por si responsável por uma elevada taxa de abstenção. Acresce que em finais de

1 Licenciado em Direito, pela Universidade Lusíada (Porto), mestrando em Ciências Jurídico-Económicas, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Investigador colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CE-JEA), da Universidade Lusíada.

2 Texto publicado no n.º 4 (2021), da revista *POLIS*, pp. 195-200. Disponível in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/3004/3647>. Refira-se ainda, que estas eleições mereceram um relatório preliminar da própria OSCE. Disponível in https://www.osce.org/files/f/documents/0/f/491066_0.pdf (acesso em 16/03/2022).

3 Ver notas de rodapé relativas ao quadro em que divulgamos os dados relativos à taxa de participação eleitoral.

4 Nas últimas eleições presidenciais, realizadas em 2018, a taxa de abstenção foi de 32,5%. Os dados relativos a estas eleições podem ser consultados no relatório da OSCE, disponível in https://www.osce.org/files/f/documents/2/4/383577_0.pdf (acesso em 20/02/2022).

junho de 2020, logo no início do período pandémico, se iniciou a votação para um Referendo constitucional, referendo que aprovou a possibilidade de Putin poder concorrer mais duas vezes ao cargo de presidente da Federação Russa⁵ e que registou uma taxa de abstenção na ordem dos 32,12%. É certo que esta taxa de abstenção, apesar de inferior à registada em qualquer uma das mencionadas eleições para a Duma, pode suscitar as maiores dúvidas, atendendo desde logo às acusações de fraude e à profunda polémica em que o referendo se viu envolvido⁶. Todavia, se nos apoiarmos apenas nos números, não podemos deixar de confirmar que a abstenção eleitoral na Rússia não foi determinada pelo efeito pandémico.

RÚSSIA

Ato Eleitoral	Ano	Taxa de Abstenção
Duma Federal (legislativas) ⁷	2011	39,9 %
	2016	52,18 %
	2021	48,3 %
Referendo	2020	32,12 %

Tabela 1. IFES Election Guide ⁸

2. Medidas adotadas durante o período pandémico

Quanto às medidas adotadas tendentes a facilitar o exercício do direito de voto, entendemos destacar:

- i. O adiamento da data de realização do referendo constitucional, adiamento esse definido pela Comissão Central de Eleições da Rússia⁹.
- 5 Sobre a natureza e os objetivos políticos do referendo constitucional, bem como a importância para Putin na sua realização e aprovação, cf. Matthew Blackburn & Bo Petersson (2021): Parade, plebiscite, pandemic: legitimization efforts in Putin's fourth term, Post-Soviet Affairs, (doi: 10.1080/1060586X.2021.2020575), disponível in <https://doi.org/10.1080/1060586X.2021.2020575> (acesso em 20/02/2022), e também Derek S. Hutcheson and Ian McAllister. «Consolidating the Putin Regime: The 2020 Referendum on Russia's Constitutional Amendments», Russian Politics, 6(3), 355-376. (doi: <https://doi.org/10.30965/24518921-00603004>), Disponível in https://brill.com/view/journals/rupo/6/3/article-p355_4.xml (acesso em 20/02/2022)
- 6 Veja-se a esse propósito, a posição expressa a 2 de julho de 2020, pelo representante dos E.U.A., na OSCE, o Embaixador James S. Gilmore. Disponível in <https://osce.usmission.gov/on-russias-constitutional-plebiscite/> (acesso em 20/02/2022).
- 7 Sobre as eleições legislativas realizadas em 2011, 2016 e 2021, cf. os Relatórios da OSCE, disponíveis, respetivamente in <https://www.osce.org/files/f/documents/f/5/86959.pdf>; <https://www.osce.org/files/f/documents/9/c/290861.pdf> e https://www.osce.org/files/f/documents/0/f/491066_0.pdf (este último é um relatório preliminar).
- 8 Disponível em: <https://www.electionguide.org/countries/id/179/> (acesso em 20/02/2022).
- 9 Refira-se que o referendo estava inicialmente previsto para Abril de 2020 e foi adiado para finais de Junho do mesmo ano (a votação decorreu durante uma semana, de 25 de junho a 1 de julho). Sobre o adiamento do referendo e a sua realização, cf., respetivamente, a informação disponível in https://tass.ru/politika/8153177?utm_source=idea.int&utm_medium=referral&utm_campaign=idea.int&utm_referrer=idea.int (acesso em 20/02/2022), e o trabalho de Iuliia Krivonosova, «Electoral events in Russia during the COVID-19 pandemic: remote electronic voting, outdoor voting and other innovations», em particular nas suas pp. 7-13, disponível in [Electoral events in Russia during the COVID-19 pandemic: remote electronic](#)

- ii. O voto eletrónico, possível apenas nalgumas partes da Federação, voto que podia ser exercido a partir de casa¹⁰.
- iii. O voto antecipado, com os respetivos boletins a poderem ser recolhidos em casa dos eleitores¹¹.
- iv. O prolongamento dos dias em que a votação ocorreu. Com efeito, as eleições para a Duma ocorreram durante três dias, evitando-se assim concentrações de multidões junto das urnas de voto¹².
- v. Por último, devemos referir a facilitação do voto em mobilidade, permitindo que pessoas o exercessem em locais distintos àqueles correspondentes ao da sua habitual secção de voto. O governo tinha considerado positiva a “experiência” no referendo de 2020, pelo que ela seria repetida e agilizada para as legislativas do ano seguinte¹³.

Comentário:

Se não podemos deixar de ignorar os potenciais efeitos das medidas enunciadas na facilitação do exercício do direito de voto – facilitação quer na participação eleitoral quando se realizou o referendo constitucional, quer nas eleições para a Duma – não podemos também desconhecer as acusações¹⁴ que a oposição a Putin colocou a estas medidas e em particular ao voto eletrónico. Queremos com isto dizer, que uma coisa será partir de uma análise puramente estatística para aferirmos a eficácia das medidas¹⁵, outra será integrar as

- [voting, outdoor voting and other innovations \(idea.int\)](#) (acesso em 20/02/2022).
- 10 Cf. a este respeito, o trabalho de Rui Pinto, Diogo Chiquelho, Rodrigo Farinha, Tiago Simões, «Legislative Elections for DUMA in Russian Federation (september 19, 2021)», in *POLIS* n.º 4 (II série): dezembro, 2021, p. 196. DOI: <https://doi.org/10.34628/9mev-f942>.
- 11 Cf. arts. 82º e 83º, da Lei Federal para as Eleições dos Deputados para a Duma Estatal da Assembleia Federal da Federação Russa. Disponível in <https://www.legislationline.org/download/id/6192/file/Law%20on%20Parliamentary%20Elections%20of%20the%20Russian%20Federation%20as%20of%20February%202014.pdf> (acesso em 21/03/2022). Ver ainda *International IDEA* «Global overview of COVID-19: Impact on elections» - Featured Cases: Russia Parliamentary Election, 17-19 September, §7. Disponível in <https://www.idea.int/news-media/multimedia-reports/global-overview-covid-19-impact-elections> (acesso em 21/03/2022).
- 12 Cf. Rui Pinto, Diogo Chiquelho, Rodrigo Farinha, Tiago Simões, «Legislative Elections for DUMA in Russian Federation (september 19, 2021)», cit., pp. 196-197.
- 13 Sobre isto *vide International IDEA* «Global overview of COVID-19: Impact on elections» - Featured Cases: Russia Parliamentary Election, 17-19 September, §8. Disponível in <https://www.idea.int/news-media/multimedia-reports/global-overview-covid-19-impact-elections> (acesso em 21/03/2022).
- 14 Acusações que foram amplamente difundidas na imprensa internacional. Ver a este propósito, e a título de exemplo, o jornal *El País* [disponível in <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-23/russia-tenta-calar-acusacoes-de-fraude-eleitoral-com-uma-revisao-do-voto-eletronico-em-moscou.html>] (acesso em 20/02/2022)], bem como a *RTP*, [disponível in https://www.rtp.pt/noticias/mundo/oposicao-teme-fraude-massiva-russos-chamados-a-votar-em-legislativas-que-se-prolongam-ate-domingo_n1349280] (acesso em 20/03/2022)].
- 15 Os dados demonstram que, por exemplo, no referendo constitucional, 5 641 830 eleitores russos se registaram para votar a partir de casa (cerca de 5,2% do eleitorado) e que para o voto em mobilidade se registaram 3.767.293 eleitores. Sobre estes dados e a sua respetiva análise, cf. o importante trabalho de Iuliia Krivonosova, «Electoral events in Russia during the COVID-19 pandemic: remote electronic voting, outdoor voting and other innovations», disponível in <https://www.idea.int/sites/default/files/electoral-events-in-russia-during-the-covid-19-pandemic-remote-electronic-voting->

opções tomadas no contexto político. E isto pela simples razão de que nenhum trabalho sobre eleições na Rússia dos últimos tempos, pode esquecer a perseguição e ausência de respeito pela oposição, a pouca ou nenhuma transparência no escrutínio dos votos e a pouca ou nenhuma evidência de independência dos órgãos a quem compete garantir o normal funcionamento de qualquer ato eleitoral. Ora, quando assim é, fica sempre a dúvida sobre se os meios adotados não tiveram só em mente um fim específico: a obtenção de um resultado previamente definido¹⁶.

[-outdoor-voting-and-other-innovations-en.pdf](#) (acesso em 20/03/2022).

16 Curiosamente, ou talvez não, com o ataque e os bombardeamentos russos a fazerem-se sentir em vários pontos da Ucrânia, Putin sancionou, a 14 de março de 2022, uma lei a determinar que o voto eletrónico passe a ser possível em toda a Rússia. Informação disponível in <https://www.swissinfo.ch/por/putin-sanciona-lei-que-permite-vota%C3%A7%C3%A3o-online-nas-elei%C3%A7%C3%B5es-em-toda-r%C3%BAssia/47431322> (acesso em 20/03/2022).

Russia

Diogo Chiquelho¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/13eh-fb71>

Short preliminary note

At the time when it was decided to do the analysis of electoral abstention in Russia (December 2021), Putin had not yet publicly ordered the invasion of Ukraine. This analysis was then justified by the work that the International Election Observatory set out to do, when it decided to investigate if voter turnout had declined in pandemic times in the states whose elections had been the subject of our study, between June 2021 and January 2022. Russia was precisely one of the states we focused on when we wrote about its last Duma elections², so, with complete normality, we defined that it would also be included in the group of states that, in this specific case, motivated the work that is now being made public. We have considered, and we want to assume it, if we should or should not, in view of the reprehensible and tragic attacks against the Ukrainian people, provoked by the war that the Russian president has arbitrarily chosen to initiate, maintain the previously defined analysis. We concluded that we should keep it and for one simple reason: the elections we have now analyzed, elections that, with the exception of the 2020 Referendum, were assessed by the OSCE³, are previous to the war declared on Ukraine, so, for the name of objectivity that guides our work, nothing would justify us to follow another option. Nevertheless, we would like to make it clear that the brief analysis now published, without losing any rigor, does not ignore the peculiar conditions under which the elections in Russia have taken place, as well as the violent persecution of those who have always dared to publicly and peacefully criticize many of the decisions about these elections. It is, therefore, in this context that we present

the results of our research.

Duma election: abstention in times of pandemic and its comparison to previous elections

The present text, following the methodology defined by the “International Election Observatory”, intends to compare the abstention rate registered in the last election for Duma, which took place during a pandemic period, with the ones registered in the two previous elections for the same organ. We will also make a brief reference to the participation rate in the constitutional referendum, held in 2020, precisely because it took place shortly after the World Health Organization (WHO) declared covid 19 as a pandemic.

1. Abstention rates

Regarding the electoral abstention verified in the last three elections for Duma we can see, in general terms, the following:

- i. Firstly, that there are lower numbers of abstentions in 2021 (48.3%) than in 2016 (52.18%), a fact that could possibly be justified by the measures aimed to facilitate the exercise of the right to vote.
- ii. Second, that the abstention rate registered in 2016 increased considerably compared to what it had been in 2011 (52.18% in 2016 and 39.9% in 2011 - see table). This means that there was already a clear tendency to abstentionism in the Duma elections, a tendency not dependent or conditioned by any pandemic phenomenon.

Considering what we have expressed, it is also important to keep in mind that in Russia the electoral participation is always higher in presidential elections⁴ than in the elections for the Duma, so it does not seem possible to us to consider the pandemic period as a period responsible in itself for a high abstention rate. Moreover, in late June 2020,

1 Law degree from the Lusíada University (Porto) Master's student in Legal and Economic Sciences at the Faculty of Law of the University of Porto. Collaborating researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) at the Lusíada University.

2 Text was published on no 4 (2021), of *POLIS Review*, pp. 195-200. Available in <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/polis/article/view/3004/3647> It should also be noted that these elections were the subject of a preliminary report by the OSCE itself. Available in https://www.osce.org/files/f/documents/0/f/491066_0.pdf (accessed at 16/03/2022).

3 See footnotes to the table where we disclose the data on the voter turnout rate.

4 In the latest presidential elections, held in 2018, the abstention rate was 32.5%. The data for these elections can be found in the OSCE report, available in https://www.osce.org/files/f/documents/2/4/383577_0.pdf (accessed at 20/02/2022).

right at the beginning of the pandemic period, voting began for a Constitutional Referendum, a referendum that approved the possibility that Putin could run for two more times for the office of president of the Russian Federation⁵ and which registered an abstention rate of 32.12%. Granted, this abstention rate, although lower than the one recorded in any of the above-mentioned Duma elections, could cause major doubts, considering the accusations of fraud and the deep controversy in which the referendum was involved⁶. However, if we look only at the numbers, we can only confirm that the electoral abstention in Russia was not determined by the pandemic effect.

RUSSIA

Electoral Act	year	Abstention Rate
Federal Duma (legislatives) ⁷	2011	39,9 %
	2016	52,18 %
	2021	48,3 %
Referendum	2020	32,12 %

Tabel 1. IFES Election Guide ⁸

2. Measures adopted during the pandemic period

Regarding the measures adopted to facilitate the exercise of the right to vote, we would like to highlight the following:

- The rescheduling of the date for holding the constitutional referendum, a delay set by Russia's Central Election Commission⁹.
- Electronic voting, possible only in some parts of the Federa-

tion, which could be exercised from home¹⁰.

- Early voting, with the respective forms being able to be collected at voters' homes¹¹.
- The extension of the days on which voting took place. In fact, the elections for Duma were held over three days, avoiding crowds near the ballot boxes¹².
- Finally, we should mention the facilitation of mobile voting, allowing people to vote in different places than those of their normal polling station. The government had considered the "experiment" in the 2020 referendum to be positive, so it would be repeated and facilitated for the following year's legislative elections¹³.

Comment

If we can't ignore the potential effects of the enunciated measures in the facilitation of the exercise of the right to vote - facilitation both in the electoral participation when the constitutional referendum took place and in the elections to the Duma - we can't ignore the accusations¹⁴ that the opposition to Putin has placed on these measures and in particular on electronic voting. By this we mean that it is one thing to begin with a purely statistical analysis to evaluate the effectiveness of the measures¹⁵, another is to integrate the choices made in the political context. And this is for the simple reason that no recent work

5 About the nature and political aims of the constitutional referendum, as well as the importance for Putin in holding and passing it cf. Matthew Blackburn & Bo Petersson (2021): *Parade, plebiscite, pandemic: legitimization efforts in Putin's fourth term, Post-Soviet Affairs*, (doi: 10.1080/1060586X.2021.2020575), available in <https://doi.org/10.1080/1060586X.2021.2020575> (accessed at 20/02/2022), and also Derek S. Hutcheson and Ian McAllister. «Consolidating the Putin Regime: The 2020 Referendum on Russia's Constitutional Amendments», *Russian Politics*, 6(3), 355-376. (doi: <https://doi.org/10.30965/24518921-00603004>), available in https://brill.com/view/journals/rupo/6/3/article-p355_4.xml (accessed at 20/02/2022)

6 See in this regard the position expressed on July 2, 2020, by the U.S. representative to the OSCE, Ambassador S. Gilmore. Available in <https://osce.usmission.gov/on-russias-constitutional-plebiscite/> (accessed at 20/02/2022).

7 Regarding the legislative elections held in 2011, 2016 e 2021, cf. os Relatórios da OSCE, available respectively in <https://www.osce.org/files/f/documents/f/5/86959.pdf>; <https://www.osce.org/files/f/documents/9/c/290861.pdf> e https://www.osce.org/files/f/documents/0/f/491066_0.pdf (the latter is a preliminary report).

8 Available in: <https://www.electionguide.org/countries/id/179/> (accessed at 20/02/2022).

9 It should be noted that the referendum was initially scheduled for April 2020 and was delayed to the end of June of the same year (the voting took place during one week, from June 25 to July 1). About the referendum's delay and its realization, see, respectively, the information available in https://tass.ru/politika/8153177?utm_source=idea.int&utm_medium=referral&utm_campaign=idea.int&utm_referrer=idea.int (accessed at 20/02/2022), and the work of Iuliia Krivososova, «Electoral events in Russia during the COVID-19 pandemic: remote electronic voting, outdoor voting and other innovations», in particular in their pp. 7-13, available in <https://www.idea.int/sites/default/files/electoral-events-in-russia-during-the-covid-19-pandemic-remote-electronic-voting-outdoor-voting-and-other-innovations-idea.int> (accessed at 20/02/2022).

10 Cf. regarding this matter, the work of Rui Pinto, Diogo Chiquelinho, Rodrigo Farinha, Tiago Simões, «Legislative Elections for DUMA in Russian Federation (september 19, 2021)», in *POLIS* n.º 4 (II série): dezembro, 2021, p. 196. DOI: <https://doi.org/10.34628/9mev-f942>.

11 Cf. arts. 82º e 83º, of the Federal Law for the Elections of Deputies to the Duma of the Federal Assembly of the Russian Federation. Available in <https://www.legislationline.org/download/id/6192/file/Law%20on%20Parliamentary%20Elections%20of%20the%20Russian%20Federation%20as%20of%20February%202014.pdf> (accessed at 21/03/2022). See also *International IDEA* «Global overview of COVID-19: Impact on elections» - Featured Cases: Russia Parliamentary Election, 17-19 September, §7. Available in <https://www.idea.int/news-media/multimedia-reports/global-overview-covid-19-impact-elections> (accessed at 21/03/2022).

12 Cf. Rui Pinto, Diogo Chiquelinho, Rodrigo Farinha, Tiago Simões, «Legislative Elections for DUMA in Russian Federation (september 19, 2021)», cit., pp. 196-197.

13 Regarding this *vide International IDEA* «Global overview of COVID-19: Impact on elections» - Featured Cases: Russia Parliamentary Election, 17-19 September, §8. Available in <https://www.idea.int/news-media/multimedia-reports/global-overview-covid-19-impact-elections> (accessed at 21/03/2022).

14 Accusations that have been widely reported in the international press. See in this regard, for example, the Journal *El Pais* [available in <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-23/russia-tenta-calar-acusacoes-de-fraude-eleitoral-com-uma-revisao-do-voto-eletronico-em-moscou.html>] (accessed at 20/02/2022)], as in *RTP*, [available in https://www.rtp.pt/noticias/mundo/oposicao-teme-fraude-massiva-russos-chamados-a-votar-em-legislativas-que-se-prolongam-ate-domingo_n1349280] (accessed at 20/03/2022)].

15 The data show that, for example, in the constitutional referendum 5,641,830 Russian voters registered to vote from home (about 5.2% of the electorate) and that for mobile voting 3,767,293 voters registered. About this data and its analysis, Cf. the importante work of Iuliia Krivososova, «Electoral events in Russia during the COVID-19 pandemic: remote electronic voting, outdoor voting and other innovations», available in <https://www.idea.int/sites/default/files/electoral-events-in-russia-during-the-covid-19-pandemic-remote-electronic-voting-outdoor-voting-and-other-innovations-en.pdf> (accessed at 20/03/2022).

about elections in Russia can forget the persecution and disrespect for the opposition, the little or non-existent transparency in the counting of votes, and the little or inexistent evidence of independence of the bodies responsible for guaranteeing the normal functioning of any electoral event. Therefore, when this is the case, the doubt always remains as to if the means adopted did not have only one specific purpose in mind: the achievement of a predefined result¹⁶.

16 Curiously, or perhaps not, with the Russian attack and bombing being felt in various parts of Ukraine, Putin sanctioned, on March 14, 2022, a law to make electronic voting possible throughout Russia. Information available in <https://www.swissinfo.ch/por/putin-sanciona-lei-que-permite-vota%C3%A7%C3%A3o-online-nas-elei%C3%A7%C3%B5es-em-toda-r%C3%BAssia/47431322> (accessed at 20/03/2022).

Sérvia

Tiago Simões¹
 Catarina Miranda²
 Hugo Meireles³

DOI: <https://doi.org/10.34628/f8kc-ht35>

No dia 21 de junho de 2020, realizaram-se as eleições legislativas na Sérvia, dois meses após a Organização Mundial da Saúde declarar a COVID-19 uma pandemia, tornando-se, por isso, no primeiro Estado europeu a realizar as suas eleições em contexto pandémico. Inicialmente as legislativas estavam convocadas para o dia 26 de abril daquele ano, no entanto, por força da pandemia tiveram de ser adiadas para o dia 21 de junho. No dia 15 de março de 2020, foi decretado o «estado de emergência»⁴, que vigorou até 6 de maio. Importa, aqui, referir que estas eleições, embora realizadas em pandemia, não o foram durante o «estado de emergência». Durante este período [15 março – 6 maio], medidas como o ensino à distância, o recolher obrigatório e a suspensão de atividades de trabalho presencial estiveram em vigor⁵. Contudo, depois do «estado de emergência», o alívio das medidas de combate à pandemia foi notável. Restaram apenas medidas preventivas, como o cumprimento do distanciamento social e o uso de máscaras e luvas em espaços públicos⁶. Assim, conclui-se que as eleições de 2020 na Sérvia, não se realizaram num período de forte suspensão de atividades para a contenção pandémica.

De acordo com o IDEA (Institute for Democracy and Electoral Assistance), um dos regimes especiais de votação possíveis e utilizados em vários países é o voto em mobilidade⁷. Este regime especial está consagrado na legislação sérvia⁸, o que significará dizer que os eleitores que esperam ser incapazes ou até impedidos de exercer o seu voto presencialmente são elegíveis a realizá-lo através do voto em mobilidade, sendo que a votação é efetuada no dia da eleição.

No que diz respeito à abstenção importa destacar que as eleições de 2020 foram as primeiras após a reconfiguração administrativa de 2019 que visou a eliminação de eleitores duplicados, o que implicou a diminuição, em cerca de 2%, do número total de eleitores⁹ e, consequentemente, do nível de abstenção que, ainda assim ficou nos 51,07% (ver quadro), cerca de 7% mais do que nas últimas legislativas em 2016. Contudo, não vemos relevante a atribuição destes dados aos efeitos da pandemia, já que, como anteriormente referimos, o panorama nacional era o de alívio de medidas. Até porque na altura das eleições os números de infetados pela COVID-19 andava na ordem dos 686 casos ativos¹⁰.

Quanto a nós, poderá ser apontada como uma das principais razões para os elevados níveis de abstenção do país, o desinteresse da camada mais jovem da população. De acordo com um estudo realizado pela Youth Umbrella Organization e dirigido por Stefan Djordjevic, os jovens demonstram pouquíssimo interesse pela política e não acreditam muito que o seu voto faça a diferença dado os poucos níveis de confiança nas instituições políticas¹¹. Entre os inquiridos, jovens até aos 30 anos¹² de todo o país, menos de um terço

- 1 Licenciado em Direito, pela Universidade Lusíada. Investigador Colaborador do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.
- 2 Finalista em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada (Porto) e Investigadora Colaboradora do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.
- 3 Finalista em Relações Internacionais, na Universidade Lusíada (Porto) e Investigador Colaborador do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada.
- 4 Sobre a declaração do «estado de emergência» e a sua justificação, pode ser consultado o portal do Governo, disponível in <https://www.srbija.gov.rs/vest/en/151398/state-of-emergency-declared-throughout-serbia.php> (consultado a 29 de março de 2022).
- 5 Sobre as medidas aprovadas para vigorarem durante o «estado de emergência», cf. o portal do Governo, disponível in [Measures of the state of emergency \(srbija.gov.rs\)](https://www.srbija.gov.rs/vest/en/151398/state-of-emergency-declared-throughout-serbia.php) (consultado em 29 de março de 2022).
- 6 Sobre a obrigatoriedade de aplicação das medidas preventivas, e que decorreram da aprovação do «estado de emergência», cf. o portal do Governo, disponível in [All citizens obliged to adhere to protective measures \(srbija.gov.rs\)](https://www.srbija.gov.rs/vest/en/151398/state-of-emergency-declared-throughout-serbia.php) (consultado em 29 de março de 2022).

- 7 Special Voting Arrangements (SVAs) in Europe: In-Country Postal, Early, Mobile and Proxy Arrangements in Individual Countries, disponível em [Special Voting Arrangements \(SVAs\) in Europe: In-Country Postal, Early, Mobile and Proxy Arrangements in Individual Countries | International IDEA](https://www.idea.int/publications/idea-special-voting-arrangements-in-individual-countries) (consultado em 29 de março de 2022).
- 8 O voto em mobilidade é consagrado através do art.º 72a, considerando-se uma das medidas facilitadoras do exercício do direito ao voto na Sérvia durante o período pandémico. Cf. https://www.legislationline.org/download/id/4225/file/SER_law_Election%20members_parliament_2000_am2011_en.pdf (consultado em 29 de março de 2022).
- 9 Informação disponível in [466026.pdf \(osce.org\)](https://www.osce.org/files/f/documents/4/6/466026.pdf) (consultado em 28 de março de 2022).
- 10 Informação disponível in [Serbia COVID - Coronavirus Statistics - Worldometer \(worldometers.info\)](https://www.worldometers.info/coronavirus/country/srbia/) (consultado em 29 de março de 2022).
- 11 Cf. [Млади у Србији: посао само уз партију, иако не верују никоме - BBC News на српском](https://www.bbc.com/news/world-europe-55888888) (consultado em 28 de março de 2022).
- 12 Na Sérvia são elegíveis a exercer o seu direito de voto todos os cidadãos que tenham atingido os 18 anos de idade até ao dia da eleição e tenham residência permanente, à

vota regularmente, sendo que cerca de 40% nunca chegou sequer a exercer o seu direito de voto.

Quadro 1

Tipo de eleição	Ano da eleição	Taxa de abstenção
Legislativas	2020	51,07% ¹³
	2016	43,93% ¹⁴
	2014	46,91% ¹⁵

exceção daqueles que tenham sido privados de capacidade legal por decisão judicial.
Cf. [466026.pdf \(osce.org\)](#) (consultado em 30 de março de 2022).

13 Informação disponível in [Укупни резултати избора за народне посланике Народне скупштине 2020. године \(parlament.gov.rs\)](#) (consultado em 28 de março de 2022).

14 Informação disponível in [РТС :: Укупни резултати парламентарних избора \(rts.rs\)](#) (consultado em 28 de março de 2022).

15 Informação disponível in [Wayback Machine \(archive.org\)](#) (consultado em 28 de março de 2022).

Serbia

Tiago Simões¹
 Catarina Miranda²
 Hugo Meireles³

DOI: <https://doi.org/10.34628/f8kc-ht35>

On June 21, 2020, parliamentary elections took place in Serbia, two months after the World Health Organization has declared COVID-19 a pandemic, making it the first European state to hold its elections in a pandemic context. Originally, the legislative elections were scheduled for April 26 that year, but due to the pandemic they had to be rescheduled for June 21.

On March 15, 2020, a “state of emergency”⁴ was declared, which remained in effect until May 6. It should be noted that these elections, although conducted in a pandemic, were not during the “state of emergency”. During this period [March 15 - May 6], measures such as distance learning, curfews, and suspension of face-to-face work activities were in effect⁵. However, after the “state of emergency,” the relaxation in the measures to combat the pandemic was remarkable. Only preventive measures remained, such as the observance of social distancing and the wearing of masks and gloves in public spaces⁶. Therefore, it can be concluded that the 2020 elections in Serbia, were not conducted in a period of strong suspension of activities for pandemic containment.

According to IDEA (Institute for Democracy and Electoral Assistance), one of the special voting systems that is possible and used in

many countries is the mobility vote⁷. This special regime is established in Serbian law⁸, which means that voters who expect to be unable or even prohibited from voting in person are eligible to do so through the mobility vote, with voting taking place on election day.

Regarding abstention, it should be noted that the 2020 elections were the first after the 2019 administrative reconfiguration, which aimed to eliminate duplicate voters, implying a decrease, around 2%, of the total number of voters and, consequently, the level of abstention that, even so, stayed at 51.07% (see table), about 7% more than in the last legislative elections in 2016. However, we do not see the relevance of attributing these data to the effects of the pandemic, since, as we mentioned before, the national situation was one of ease measures. Even because at the time of the elections the number of people infected by COVID-19 was around 686 active cases⁹.

As far as we are concerned, one of the main reasons for the high levels of abstention in the country may be the lack of interest among the younger population. According to a study conducted by the Youth Umbrella Organization and directed by Stefan Djordjevic, young people show very little interest in politics and have little faith that their vote will make a difference given low levels of trust in political institutions¹⁰. Among the surveyed, young people up to the age of 30¹¹ from all over the country, less than a third vote regularly, and about 40% have never even exercised their right to vote.

- 1 Bachelor Degree in Law from Lusíada University. Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA), Lusíada University.
- 2 End-graduate in International Relations at the Lusíada University (Porto) and Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) at the Lusíada University.
- 3 End-graduate in International Relations at the Lusíada University (Porto) and Collaborating Researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA) at the Lusíada University.
- 4 Regarding the declaration of the “state of emergency” and its justification, please see the government portal, available at <https://www.srbija.gov.rs/vest/en/151398/state-of-emergency-declared-throughout-serbia.php>. (Consulted March 29, 2022).
- 5 Regarding the measures approved to be in force during the “state of emergency”, see the Government portal, available in Measures of the state of emergency (srbija.gov.rs) (consulted on 29 March 2022).
- 6 Concerning the obligation to apply the preventive measures, and which resulted from the approval of the “state of emergency”, see the government portal, available in All citizens obliged to adhere to protective measures (srbija.gov.rs) (consulted on March 29, 2022).

- 7 Special Voting Arrangements (SVAs) in Europe: In-Country Postal, Early, Mobile and Proxy Arrangements in Individual Countries, available in [Special Voting Arrangements \(SVAs\) in Europe: In-Country Postal, Early, Mobile and Proxy Arrangements in Individual Countries | International IDEA](#) (accessed at March, 29 of 2022).
- 8 Mobility vote is established through art. 72a, as one of the measures to facilitate the exercise of the right to vote in Serbia during the pandemic period. Cf. https://www.legislationline.org/download/id/4225/file/SER_law_Election%20members_parliament_2000_am2011_en.pdf (accessed at March, 29 of 2022).
- 9 Information available in [Serbia COVID - Coronavirus Statistics - Worldometer \(worldometers.info\)](#) (accessed at March, 29 of 2022).
- 10 Cf. [Млади у Србији: посао само уз партију, иако не верују никоме - BBC News на српском](#) (accessed at March 28 of 2022).
- 11 In Serbia all citizens who have reached the age of 18 by election day and have permanent residency are eligible to exercise their right to vote, with the exception of those who have been deprived of legal capacity by a court decision Cf. [466026.pdf \(osce.org\)](#) (accessed at March, 30 of 2022).

Table 1

Election Type	Election Year	Abstention Rate
Legislatives	2020	51,07% ¹²
	2016	43,93% ¹³
	2014	46,91% ¹⁴

12 Informação disponível in Укупни резултати избора за народне посланике Народне скупштине 2020. године (parlament.gov.rs) (consultado em 28 de março de 2022).

13 Information available in РТС :: Укупни резултати парламентарних избора (rts.rs) (accessed at March, 28 of 2022).

14 Information available in Wayback Machine (archive.org) (accessed at March, 28 of 2022).

OCEANIA



Nova Zelândia

Bárbara Miranda¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/fhfy-pp56>

Um dos pilares da democracia ocidental prende-se com o facto de todos os cidadãos com direito de voto constitucionalmente consagrado, o possam exercer seja em que condições forem. Assim sendo, com a crise pandémica da Covid-19 foi necessário adotar certas medidas e instrumentos que garantissem a todos os cidadãos da Nova Zelândia a possibilidade de usufruir do direito a votarem.

Neste contexto, no dia 17 de outubro de 2020, a Nova Zelândia realizou as suas eleições gerais² para a Câmara dos Representantes e procedeu à votação de dois referendos³, tendo estes atos eleitorais sido atrasados por quatro semanas devido à pandemia Covid-19. Como se sabe o país sempre se destacou positivamente pela forma como lidou com o Covid 19 e a contenção da mesma doença, logo não foi uma surpresa que o surgimento de um foco de contágio em Auckland, tivesse conduzido ao adiamento das eleições para 17 de outubro de 2020⁴.

Uma panóplia de Métodos de Voto e a Ampliação do *postal vote* em função do Covid19

Na Nova Zelândia o voto presencial é o método de voto mais utilizado, todavia a legislação permite uma panóplia de outros métodos de voto, designados como *special vote*, numa eleição, incluindo⁵:

- Voto para pessoas em hospitais e casas de repouso.
- Votos recolhidos por equipas da comissão eleitoral nas prisões.
- Votação para funcionários do Departamento de Conservação em ilhas offshore, pessoas em navios de pesca, pessoal de defesa fixados no exterior e em Kiwis na Antártida.
- Votação para pessoas que vivem e viajam para o exterior, incluindo locais de votação por todo o mundo em embaixadas e consulados.
- Voto ditado por telefone para pessoas no exterior em locais remotos⁶
- Voto ditado por telefone para pessoas com deficiência visual ou que não podem marcar um boletim de voto sem assistência.⁷
- O *postal vote*⁸.

Perante a legislação eleitoral atual, e mais especificamente de acordo com o art.172.º da Lei Eleitoral de 1993, o *special vote* pode ser solicitado caso:

- O eleitor esteja a votar fora do seu círculo eleitoral.
- Caso o eleitor resida no estrangeiro ou queira usar um dos votos alternativos como, por exemplo, o voto antecipado.

Apesar deste conjunto de métodos para o exercício do direito de voto, a Nova Zelândia entendeu ampliar o uso do *postal vote* nas últimas eleições parlamentares. Porém, aqueles que decidissem querer utilizar esta modalidade de votação necessitavam de fazer uma declaração legal⁹:

- indicando motivo de doença, enfermidade, gravidez ou parto recente e impossibilidade de comparecer a um local de votações;
- comprovando ao *returning officer* or *issuing officer*, não ser praticável a sua deslocação a uma Assembleia normal de voto sem incorrer em dificuldades ou sérios inconvenientes.

¹ Licenciada em Relações Internacionais, pela Universidade Lusíada (Porto). Investigadora colaboradora no Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Ambientais (CEJEA), da Universidade Lusíada. (ORCID: 0000-0002-3855-2471).

² Para uma análise do sistema eleitoral da Nova Zelândia, ver: Monteiro, M., & Ferreira Miranda, B. (2021). Eleições Nova Zelândia (17 de outubro de 2020). *Polis*, 2 (2020), 235–237. <https://doi.org/10.34628/bp5b-yv48>

³ Dois referendos iniciados pelo governo foram realizados ao mesmo tempo que as eleições gerais de 2020 – um referendo vinculativo sobre o *End of Life Choice Act 2019* (65.9% dos votos válidos a favor) e um referendo não vinculativo sobre a proposta de *Lei de Legalização e Controle da Cannabis* (48.8% dos votos válidos a favor).

⁴ As eleições gerais da Nova Zelândia estavam agendadas para dia 19 de setembro de 2020, sendo posteriormente adiadas para dia 17 de outubro de 2020. Sobre as referências noticiosas relativas ao adiamento das eleições, cf. <https://www.theguardian.com/world/2020/oct/16>

⁵ Para informação mais detalhada ver: <https://elections.nz/assets/2020-general-election/Report-of-the-Electoral-Commission-on-the-2020-General-Election-and-referendums.pdf> (consultado a 31 de março de 2022).

⁶ Pessoas que se encontrem em locais remotos em que não seja exequível o *postal vote* podem, mediante o requerimento do mesmo, proceder ao voto por ditado telefónico, segundo regras muito restritas para que não haja fraudes eleitorais.

⁷ Cf. art. 23º A, do Regulamento Eleitoral de 1996

⁸ Cf. art. 172º, da Lei Eleitoral de 1993.

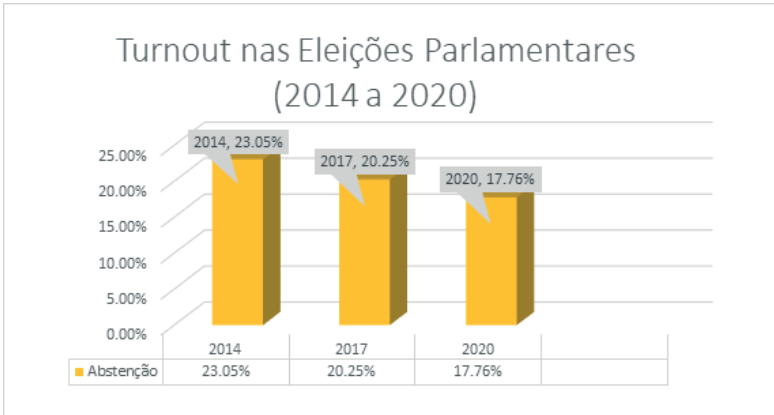
⁹ Cf. art. 25, do Regulamento Eleitoral de 1996

E foi base nas medidas anteriormente enunciadas, que a votação nas eleições gerais de 2020 teve início a 30 de setembro fosse através do voto ditado pelo telefone, fosse através do voto antecipado no próprio território nacional, sendo que neste último caso só o poderiam fazer de 3 a 16 de outubro.

Análise da Abstenção e Participação Eleitoral

Para melhor compreendermos a abstenção e a participação eleitoral, entendemos apresentar dois gráficos. No primeiro, seguindo a metodologia definida pelo “*Observatório Eleitoral Internacional*”, fazemos a comparação das taxas de abstenção das eleições de 2020, com as de 2017 e de 2014 (o mandato da Câmara dos Representantes é de três anos). No segundo, indicamos a taxa de participação por faixas etárias.

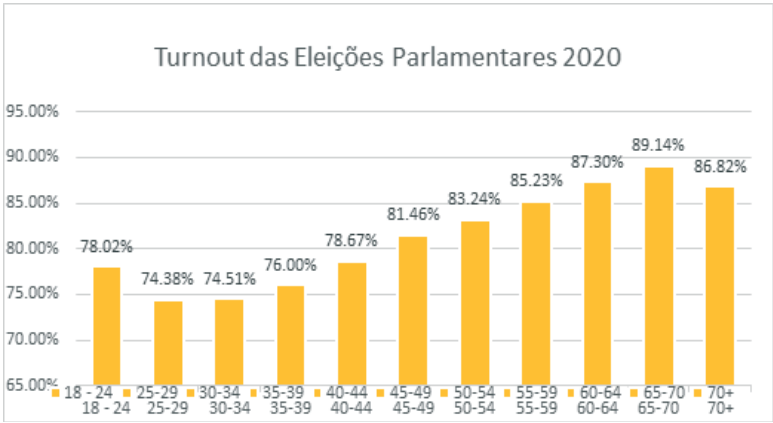
Gráfico 1



Fonte: <https://www.electionresults.govt.nz/>

Neste primeiro gráfico conseguimos identificar uma inequívoca tendência de diminuição da taxa de abstenção, nos últimos 6 anos. É uma tendência que se confirmou em 2020, com uma abstenção situada nos 17,76%, claramente uma das mais baixas das democracias ocidentais.

Gráfico 2



Fonte: <https://elections.nz/democracy-in-nz/historical-events/2020-general-election-and-referendums/voter-turnout-statistics-for-the-2020-general-election/>

Já neste segundo gráfico, que retrata a participação eleitoral em 2020, por grupos etários, podemos constatar que a taxa de participação eleitoral mais elevada corresponde ao eleitorado com idades compreendidas entre os 65 e os 70 anos (89,14%), sendo que o eleitorado mais jovem, dos 18 aos 24¹⁰ anos apresenta uma participação na ordem dos 78,02%. Percebemos ainda, que os eleitores com mais de 40 anos são aqueles que manifestam a maior taxa de participação¹¹.

Breve conclusão

Da observação feita compreendemos que a pandemia não demonstrou ser um obstáculo à afluência dos eleitores da Nova Zelândia às urnas, tendo pelo contrário ocorrido uma diminuição da taxa de abstenção. Constata-se, igualmente, que quer o Parlamento quer o Governo, se mostraram inteiramente competentes na adoção de medidas que permitindo controlar a propagação do vírus contribuíram ainda para garantir a participação eleitoral.

10 Refira-se que o número de eleitores com idade compreendida entre os 18-24 anos aumentou 18,8% (Comissão Eleitoral, 2021) - para mais informação ver: <https://elections.nz/assets/2020-general-election/Report-of-the-Electoral-Commission-on-the-2020-General-Election-and-referendums.pdf> (consultado a 31 de março de 2022).

11 Para informação mais detalhada sobre as estatísticas dos resultados eleitorais das eleições presidenciais de 2020, consultar o relatório *The 2020 General Election and referendums: results, analysis, and demographics of the 53rd Parliament- 2020-general-election-and-referendums.pdf* (www.parliament.nz) (consultado a 31 de março de 2022).

New Zealand

Bárbara Miranda¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/fhfy-pp56>

One of the bases of Western democracy is the fact that all citizens with a constitutionally enshrined right to vote can exercise it under any conditions. Therefore, with the Covid-19 pandemic crisis, it was necessary to adopt certain measures and instruments that would guarantee all New Zealand citizens the possibility of enjoying the right to vote.

In this context, on the 17th of October 2020, New Zealand held its general elections² for the House of Representatives and proceeded on voting two referendums³, with these electoral acts being delayed by four weeks due to the Covid-19 pandemic. As is well known, the country has always stood out positively for the way it dealt with Covid 19 and the containment of the same disease, so it was not surprising that the emergence of a focus on Covid-19 contagion in Auckland, had led to the postponement of the elections for October 17, 2020⁴

An array of Voting Methods and the Expansion of the *postal vote* according to Covid-19

In New Zealand, in-person voting is the most widely used method of voting, however, the legislation allows the Electoral Commission to accept a range of other voting methods, referred to as the *special vote*, in an election, including:⁵

- Voting for people in hospitals and nursing homes.
- Votes collected by electoral commission teams in prisons.
- Voting for Department of Conservation officials on offshore islands, people on fishing vessels, defense personnel stationed offshore, and Kiwis in Antarctica.
- Voting for people living and traveling abroad, including polling stations around the world in embassies and consulates.
- Vote dictated by phone to people living abroad in remote locations⁶
- Voting dictated by telephone for the visually impaired or those who cannot use a ballot paper without assistance.⁷
- Postal *vote*⁸.

Given current electoral legislation, and more specifically by the article 172 of the 1993 Electoral Law, the *special vote* may be requested if:

- The voter is voting outside their constituency.
- If the voter resides abroad or wants to use one of the alternative votes, for example, early voting.

Despite this set of methods for exercising the right to vote, New Zealand decided to expand the use of the *postal vote* in the last parliamentary elections. However, those who decided to use this method of voting needed to fill out a legal declaration⁹:

- indicating the reason for illness, handicap, pregnancy or recent childbirth, and inability to attend a polling station;
- proving to the *returning officer* or *issuing office*, that it is not feasible to travel to a regular polling station without incurring difficulties or serious inconveniences.

And it was based on the measures mentioned above, that voting in the 2020 general elections began on September 30, either through the vote dictated by the telephone, or through early voting in the

1 Bachelor in International Relations from Lusíada University (Porto). Collaborating researcher at the Center for Legal, Economic and Environmental Studies (CEJEA), at Lusíada University. (ORCID: 0000-0002-3855-2471).

2 For an analysis of New Zealand's electoral system see: Monteiro, M., & Ferreira Miranda, B. (2021). New Zealand Elections (October 17, 2020). *Polis*, 2 (2020), 235–237. <https://doi.org/10.34628/bp5b-yv48>

3 Two government-initiated referendums were held at the same time as the 2020 general election – a binding referendum on the *End of Life Choice Act* 2019 (65.9% of valid votes in favour) and a non-binding referendum on the proposed *Legalization and Cannabis Control* (48.8% of valid votes in favour).

4 The New Zealand general election was scheduled for 19 September 2020, and was later postponed to 17 October 2020. For news references regarding the postponement of the elections, cf. <https://www.theguardian.com/world/2020/oct/16>

5 For more detailed information see: <https://elections.nz/assets/2020-general-election/Report-of-the-Electoral-Commission-on-the-2020-General-Election-and-referendums.pdf> (accessed on March 31, 2022).

6 People who are in living in remote locations where the *postal vote* is not feasible may, upon request, vote by telephone dictation, according to very strict rules so that there is no electoral fraud.

7 See art. 23 A, of the 1996 Election Regulation.

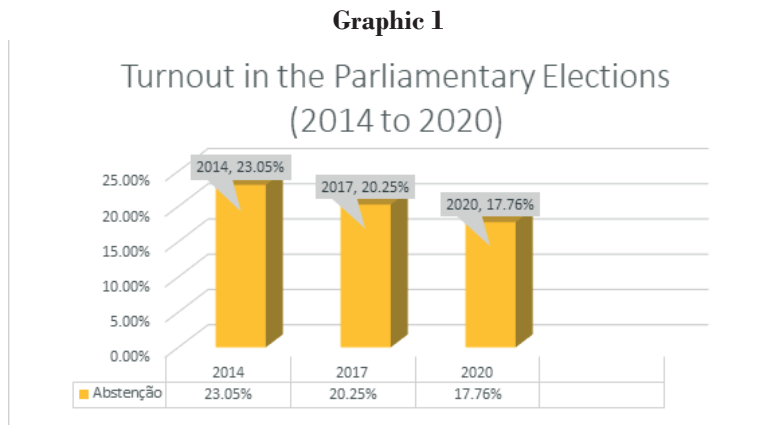
8 See art. 172 of the 1993 Electoral Law.

9 See art. 25, of the 1996 Election Regulation.

national territory itself, and in latter case, it could only be done from October 3rd to 16th.

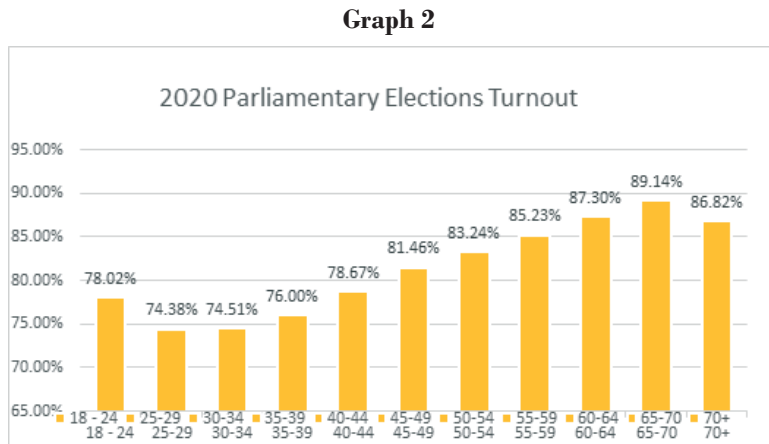
Analysis of Abstention and Electoral Turnout

We intend to present two graphs to better understand abstention and electoral participation. In the first one, following the methodology defined by the “*International Electoral Observatory*”, we shall compare the abstention rates of the 2020 elections with those of 2017 and 2014 (the mandate of the House of Representatives is three years). In the second, we shall present the turnout rate by age group.



Source: <https://www.electionresults.govt.nz/>

This first graph shows an unequivocal downward tendency in the abstention rate over the last 6 years. This tendency was confirmed in 2020, with an abstention rate of 17.76%, clearly one of the lowest in Western democracies.



Source: <https://elections.nz/democracy-in-nz/historical-events/2020-general-election-and-referendums/voter-turnout-statistics-for-the-2020-general-election/>

In this second chart, which depicts electoral turnout in 2020, by age group, we can see that the highest voter turnout rate corresponds to voters aged between 65 and 70 years (89.14%), with the youngest voters, from 18 to 24¹⁰ years old having a participation in the order of 78.02%. We also noticed that voters over 40 years old are those who show the highest turnout rate¹¹.

Brief conclusion

From the observation made, we understand that the pandemic did not prove to be an obstacle to the turnout of New Zealand voters to polls, on the contrary, there was a decrease in the abstention rate. It is also noted that both the Parliament and the Government have shown themselves to be entirely competent in adopting measures that allow controlling the spread of the virus and have also contributed to guaranteeing electoral participation.

10 It should be noted that the number of voters aged between 18-24 has increased by 18.8% (Electoral Commission, 2021) - for more information see: <https://elections.nz/assets/2020-general-election/Report-of-the-Electoral-Commission-on-the-2020-General-Election-and-referendums.pdf> (accessed on 31 March 2022).

11 For more detailed information on the 2020 presidential election results statistics, consult the report *The 2020 General Election and referendums: results, analysis, and demographics of the 53rd Parliament* <https://www.parliament.nz/media/8243/2020-general-election-and-referendums.pdf> (accessed on to March 31, 2022).



FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT
– Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito
do projeto «UIDB/04053/2020».